



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**ÉDER LIRA DE SOUZA LEÃO**

**A CONSTITUIÇÃO DE UM *ETHOS* DOS PRODUTORES FAMILIARES DE FEIRAS**  
**AGROECOLÓGICAS DE RECIFE-PE**

Recife

2019

ÉDER LIRA DE SOUZA LEÃO

**A CONSTITUIÇÃO DE UM *ETHOS* DOS PRODUTORES FAMILIARES  
DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE RECIFE-PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

**Área de concentração:** Mudança social

**Orientador:** Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque.

Recife

2019

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

L437c Leão, Éder Lira de Souza.  
A constituição de um *ethos* dos produtores familiares de feiras agroecológicas de Recife-PE / Éder Lira de Souza Leão – 2019.  
272 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque.  
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH.  
Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Recife, 2019.  
Inclui referências e apêndices.

1. Sociologia. 2. Agricultura familiar. 3. Agroecologia. 4. Feiras. I.  
Albuquerque, Paulo Henrique Novaes Martins de (Orientador). II. Título.

301 CDD (22. ed.)

UFPE (BCFCH2020-004)

ÉDER LIRA DE SOUZA LEÃO

**A CONSTITUIÇÃO DE UM *ETHOS* DOS PRODUTORES FAMILIARES  
DE FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE RECIFE-PE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia.

Aprovada em 31 / 10 / 2019.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Orientador)

---

Prof. Dra. Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. Ludovic Alexandre Jacques Aubin (Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dra. Nicole Louise Macedo Teles Pontes (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Prof. Dr. Maurício Sardá de Faria (Examinador Externo)  
Universidade Federal Rural de Pernambuco

---

Profa. Dra. Maria Luiza Lins e Silva Pires (Suplente Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

Continuo cumprindo o que te prometi.

Dedico a tese e a perseverança de viver a você, *Francisco Holanda de Souza Leão* †.

Sempre te amaremos filho.

## AGRADECIMENTOS

A amiga, amor, esposa, Renata Flor. Com quem compartilho uma trajetória e trilharei toda uma vida. Te amo.

A Nymeria, Alicia, Batmanuel (Nenel) e Drogon (Doug), felinos que nos encontraram e escolheram sermos seus tutores.

Aos meu familiares, especialmente minha mãe Celina, que mesmo nos percalços cuidou e me amou. Quidoval, que me acolheu com um pai. Elaine, irmã e amiga. Ivanete (Sogra).

A Paulo Henrique Martins, amigo, orientador e a quem agradeço por ter acreditado que eu poderia estar nesse Doutorado e concluí-lo. Aos meu orientadores e amigos. Sérgio Abranches, eterno orientador eleito, amigo e incentivador. Tarcísio Patrício de Araújo e Ana Cristina Brito Arcoverde, com quem pude desenvolver meus primeiros passos na pesquisa científica e construir junto o Núcleo de Economia Solidária da UFPE (NECSO).

A Taciana Pontual, amiga, vizinha e colega de universidade. A Lia Maracajá, amiga especial, obrigado pelo cuidado e carinho. A Nicole Pontes, Santa que com todo seu generoso coração e cuidado possibilitou que eu pudesse concluir o Doutorado. A Ruth Almeida, por ter me dado num momento crucial o fôlego que precisava para seguir e concluir esta tese. Alessandra, Rohgi e Hannah, linda família. Obrigado pelos momentos e risadas.

Aos meus amigos de UAST Luciano Galvão, Francisco FJ José, Avani Terezinha, Lorena Moraes, José Apolinário que cuidaram e me apoiaram em todos os anos em Serra Talhada. Aos demais colegas Uastianos. E aos estudantes e orientandos de Ciências Econômicas da UAST. Espero ter semeado ou soprado algo em suas trajetórias. Acredito no potencial de todos vocês.

As novas colegas do Departamento de Ciências do Consumo da UFRPE que me acolheram e me fizeram sentir parte de uma história e de um futuro.

Aos Professores do PPGS-UFPE, que ensinaram, inspiraram e me apoiaram nos momentos que precisei. E aos Professores Josefa Salete Cavalcanti, Ludovic Aubin, por estarem em todas as bancas dessa jornada. E a Professora Maria Luiza Pires por contribuir nessa etapa importante.

A todos os agricultores, amigos e pessoas que pude compartilhar e aprender nas feiras e em todos esses momentos desta pesquisa.

Postumamente agradeço ao Professor Luis de la Mora e Luzanira Rêgo, que acreditaram e semearam em mim a paixão por lutar pelos estudantes.

A todos, com trabalhei, lutei, atuei, aprendi nessa caminhada.

## RESUMO

Esta tese aborda os agricultores familiares das feiras agroecológicas de Recife, Pernambuco, Brasil. O estudo sociológico analisa o processo de formação de um ethos social desses produtores familiares agroecológicos a partir das trocas comerciais e simbólicas entre produtores e consumidores nas feiras agroecológicas na cidade de Recife-PE. De um modo mais específico o estudo buscou compreender a relação entre a formação do ethos social dos produtores a partir das feiras e as mudanças nas práticas e valores dos produtores na organização da produção e comercialização agroecológica e solidária; também a presença e participação dos consumidores e suas mudanças de hábitos para o aumento da oferta de produtos orgânicos e ampliação dessas feiras nos bairros de Recife; e por fim compreender a importância da implementação das políticas públicas e sociais, bem como a atuação das agências governamentais e instituições sociais na aplicação dessas ações e assessoria aos agricultores familiares, associações e feiras. O estudo se desenvolveu por meio de pesquisa documental, dados secundários e informações obtidas por meio da aplicação de questionários, entrevistas e observações com os agricultores de seis feiras: Espaço Agroecológico das Graças (EAG) na Zona Norte; Espaço Agroecológico de Boa Viagem (EABV) na Zona Sul; Espaço Agroecológico da Várzea (EAV) e Feira de Orgânicos na Ceasa (FOCeasa) na Zona Oeste; Espaço Agroecológico de Santo Amaro (EASA) e Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife (FOPCR) na Zona Leste. Também foram entrevistados atores de organizações sociais e entidades governamentais que atuassem com esses agricultores-feirantes e/ou nas feiras agroecológicas. Conclui-se que os agricultores familiares das feiras agroecológicas de Recife desenvolveram com base em relações de confiança, solidariedades e sociabilidade nesses espaços, um conjunto de práticas e costumes, um ethos.

Palavras-chave: Agricultores familiares. Feiras. Agroecologia. Ethos. Figurações.

## **ABSTRACT**

This thesis addresses family farmers from the agroecological fairs of Recife, Pernambuco, Brazil. The sociological study analyzes the process of forming a social ethos of these agroecological family producers from the commercial and symbolic exchanges between producers and consumers in agroecological fairs in the city of Recife-PE. More specifically, the study sought to understand the relationship between the formation of producers' social ethos from fairs and changes in producers' practices and values in the organization of agroecological and solidary production and marketing; also the presence and participation of consumers and their changes in habits to increase the supply of organic products and expand these fairs in the neighborhoods of Recife; and finally understand the importance of the implementation of public and social policies, as well as the action of government agencies and social institutions in the application of these actions and advice to family farmers, associations and fairs. The study was developed through documentary research, secondary data and information obtained through the application of questionnaires, interviews and observations with farmers from six fairs: Graças Agroecological Space (EAG) in the North Zone; Boa Viagem Agroecological Space (EABV) in the South Zone; Várzea Agroecological Space (EAV) and Organic Fair at Ceasa (FOCeasa) in the West Zone; Santo Amaro Agroecological Space (EASA) and Recife City Hall Organic Fair (FOPCR) in the East Zone. Actors from social organizations and government entities that worked with these farmers and / or agro-ecological fairs were also interviewed. It is concluded that the family farmers of the agroecological fairs of Recife developed based on trust, solidarity and sociability in these spaces, a set of practices and customs, an ethos.

**Keywords:** Family farmers. Fairs Agroecology. Ethos. Figurations.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 –	Períodos de pesquisa	61
Quadro 2 –	Lista de fontes bases de dados secundários para análise documental e elaboração do corpus da análise de conteúdo	63
Quadro 3 –	Corpus de Análise de Conteúdo	68
Quadro 4 –	Lista de termos e palavras para filtrar pesquisas em buscadores de indexadores, repositórios, revistas, bases de dados e outros fontes	69
Quadro 5 –	Ordem de visita para aplicação dos instrumentos e período de realização	72
Quadro 6 –	Principais leis e decretos para regulação dos agrotóxicos e transgênicos	107
Quadro 7 –	Evolução e comparação dos marcos legais sobre produção orgânica e agroecológica	112
Quadro 8 –	Programas e ações de microfinanciamento para a Agricultura de Base Ecológica e Orgânica e Agricultura Familiar	115
Quadro 9 –	Programas e ações de mercados institucionais para a Agricultura de Base Ecológica e Orgânica e Agricultura Familiar	116
Figura 1 –	Cartografia do ambiente institucional do agricultor familiar de base agroecológica que comercializa nas feiras orgânicas.	121
Quadro 10 –	Lista de instituições membro da CPOrg-PE	131
Figura 2 –	Localização e trajetória de deslocamentos dos municípios dos agricultores familiares para as feiras agroecológicas em Recife-PE.	134
Quadro 11	População total e nível de renda per capita (média) das UDHS onde estão localizadas as feiras, 2010	146
Figura 3 –	EAG de madrugada e manhã.	148

Figura 4 –	Localização do EAG no mapa de Recife	150
Figura 5 –	EABV de manhã.	157
Figura 6 –	Localização do EABV no mapa de Recife	158
Figura 7 –	FOCeasa – manhã e madrugada.	162
Figura 8 –	Localização da FOCeasa no mapa de Recife	164
Figura 9 –	EASA de manhã.	167
Figura 10 –	Localização da EASA no mapa de Recife	169
Figura 11 –	FOPCR de manhã.	171
Figura 12 –	Localização da FOPCR no mapa de Recife	173
Figura 13 –	EAV de manhã	176
Figura 14 –	Localização da EAV no mapa de Recife	178
Gráfico 1 –	Distribuição do número de feiras por ano – 1997 a 2019	198
Gráfico 2 –	Distribuição do número de feiras por dias de semana.	199
Gráfico 3 –	Distribuição do número de feiras por bairro de Recife – 2019	200
Figura 15 –	Imagens de atividades e divulgação da Feira Espaço Agroecológico da Várzea	209
Figura 16 –	Cantoria de forró com feirantes e consumidores.	211

Figura 17 – Grupos de consumidores e feirantes reunindo-se para socialização	212
Figura 18 – A passagem do tempo na feira Espaço Agroecológico das Graças	216
Figura 19 – Cartografia das relações da feira	227
Quadro 12 – Lojas, restaurantes e empreendimentos que adquirem produtos de agricultores orgânicos das feiras de Recife e outros municípios de Pernambuco	231
Figura 20 – Cartografia dos vínculos e normas de um agricultor familiar na feira	233
Figura 21 – Cartografia dos agentes sociais	238
Quadro 13 – Levantamento das feiras orgânicas e agroecológicas de Recife	270

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Registro de questionários e entrevistas aplicados por feira. Registro de observação de presença de barracas, feirantes e mulheres. 2019.	74
Tabela 2 –	Quantidade feirantes pesquisados por feira e por município.	133
Tabela 3 –	Distribuição da população total e população rural. Distribuição relativa da população rural, 2010	136
Tabela 4 –	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares), Brasil, Pernambuco e municípios, 2006	138
Tabela 5 –	Distribuição do número de DAPs e declarações de OCS emitidas – Brasil, Pernambuco e municípios, Jan/2019.	140
Tabela 6 –	Número de feirantes por associação e feiras.	186
Tabela 7 –	Distribuição do número de feirantes entrevistados – total, mulheres, estado civil e com quem moram na mesma residência, por feira - 2019	188
Tabela 8 –	Distribuição do número de feirantes, por faixas etárias, média de idade, por feira – 2019	190
Tabela 9 –	Distribuição do número de feirantes, por nível escolaridade e feira – 2019.	191
Tabela 10 –	Distribuição do número de feirantes, por faixas de renda declarada (R\$ em Salários Mínimos), por feira – 2019	193
Tabela 11 –	Distribuição do número de feirantes por condição de transporte e feira – 2019.	194
Tabela 12 –	Distribuição do número de feirantes por situação da propriedade e feiras – 2019	195
Tabela 13 –	Distribuição do número de feirantes por tamanho de área total e área de produção de orgânicos (em hectares), por feira.	196
Tabela 14 –	Distribuição do número de feiras por tipo de localização – 2019.	200
Tabela 15 –	Distribuição da contagem de barracas, feirantes e mulheres nas feiras estudadas.	220

## LISTA DE SIGLAS E ABREVEATURAS

AABCORM	Associação Orgânica de Base Familiar e Cultivo Orgânico da Região de Mocotó
ABA	Associação Brasileira de Agroecologia
Adagro	Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco
Agroflor	Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim
AMA TERRA	Associação Ama Terra Gravatá
AMAS	Associação Menonitas de Assistência Social
ANA	Articulação Nacional de Agroecologia
ANVISA	Agência Nacional de Vigilância Sanitária
APA	Área de Proteção Ambiental
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
Centro Sabiá	Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá
CEPEA/Esalq/ USP	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz/Universidade de São Paulo
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
Ciapo	Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
Cnapo	Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares
CPOrg	Comissão de Produção Orgânica
CPT	Comissão Pastoral da Terra
Csurb-PCR	Companhia de Serviços Urbanos da Prefeitura do Recife
CTAO	Câmara Temática de Agricultura Orgânica
EABV	Espaço Agroecológico de Boa Viagem
EAG	Espaço Agroecológico das Graças
EASA	Espaço Agroecológico de Santo Amaro
EAV	Espaço Agroecológico da Várzea
Emater	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural

Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Fase	Federação para Assistência Social e Educacional
FECIAT/PE	Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos de Pernambuco
FETAPE	Federação dos Trabalhadores Na Agricultura do Estado de Pernambuco
FETRAF	Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar
FOCeasa	Feira de Orgânicos na Ceasa
FOPCR	Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife
IBAMA	Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESS	Instituto de Desenvolvimento Econômico Social Ambiental Sustentável
IFOAM	Federação Internacional de Movimento pela Agricultura Orgânica
Incubacoop	Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE
INEC	Instituto Nordeste de Cidadania
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPA	Instituto Agrônômico de Pernambuco
IPEM	Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco
ISI	Industrialização por Substituição de Importações
ITEP	Instituto de Tecnologia de Pernambuco
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPPE	Ministério Público de Pernambuco
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
MTRST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NAC	Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE
NECSO	Núcleo de Economia Solidária da UFPE
NEPPAGG	Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia
Ayni	
NEPPAS	Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido
OCS	Organização de Controle Social

OGM	Organismos Geneticamente Modificados
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACs	Projetos Alternativos Comunitários
Planapo	Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
Pnater	Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNMPO	Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
Pronara	Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos
Pronater	Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária
PRORURAL	Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural
PTA	Projeto de Tecnologias Alternativas
RMR	Região Metropolitana do Recife
Serta	Serviço de Tecnologia Alternativa
STRs	Sindicatos de trabalhadores rurais
Terra e Vida	Associação Terra e Vida
Terra Fértil	Associação dos Produtores Orgânicos de Brejo da Madre de Deus
UAG	Unidade Acadêmica de Garanhuns
UAST	Unidade Acadêmica de Serra Talhada
UDN	União Democrática Nacional
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UNICAFES	União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária de Pernambuco
Unicamp	Universidade Estadual de Campinas
UNICAP	Universidade Católica de Pernambuco

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO - O CAMINHO DE IDA PARA A FEIRA</b> .....	<b>18</b>
<b>2</b>	<b>A CESTA TEÓRICA</b> .....	<b>35</b>
<b>2.1</b>	<b>Feiras e agroecologia</b> .....	<b>36</b>
<b>2.2</b>	<b>Abordagem relacional: elementos teóricos</b> .....	<b>40</b>
2.2.1	Elementos da sociologia figuracional .....	41
2.2.2	O ethos social .....	46
2.2.3	Os agricultores familiares, consumidores e ethos das feiras agroecológicas .....	47
<b>2.3</b>	<b>A Economia Plural e as novas possibilidades da Economia Solidária</b> .....	<b>48</b>
2.3.1	A Economia Plural: definição e uso .....	50
2.3.2	O sistema da dádiva e os vínculos interpessoais .....	53
2.3.3	Economia Solidária .....	54
2.3.4	Economia plural e formação do ethos social .....	57
<b>3</b>	<b>MANEJO METODOLÓGICO</b> .....	<b>61</b>
<b>3.1</b>	<b>Os tipos de análise – histórica, documental e conteúdo</b> .....	<b>62</b>
3.1.1	Análise Documental e Histórica .....	62
3.1.2	Análise de Conteúdo .....	65
<b>3.2</b>	<b>Definição da amostra dos entrevistados</b> .....	<b>70</b>
3.2.1	Sobre métodos e técnicas na pesquisa .....	73
3.2.2	Instrumentos de pesquisa de campo e ferramentas de apoio .....	76
<b>4</b>	<b>AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR, MARCO LEGAL E POLÍTICAS PARA OS PRODUTORES E FEIRAS AGROECOLÓGICAS</b> .....	<b>79</b>
<b>4.1</b>	<b>Valorização da produção, renda e trabalho do agricultor familiar agroecológico</b> .....	<b>80</b>
<b>4.2</b>	<b>Ressignificação do conceito de agricultor familiar campesino</b> .....	<b>83</b>
<b>4.3</b>	<b>Modernização agrícola e desemprego</b> .....	<b>85</b>
<b>4.4</b>	<b>Expansão da produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos</b> .....	<b>88</b>
<b>4.5</b>	<b>As feiras agroecológicas no Brasil</b> .....	<b>92</b>
<b>4.6</b>	<b>Marco legal e políticas para os produtores e feiras agroecológicas</b> .....	<b>93</b>
4.7.1	As políticas e o marco legal para o desenvolvimento agroecológico .....	97
4.7.1.1	<i>Dos primeiros desmatamentos aos latifúndios do agronegócio</i> .....	97
4.7.1.2	<i>Mudanças no campo e modernização conservadora na agropecuária</i> .....	99

4.7.1.3	<i>Florestas, biodiversidade, sustentabilidade e agricultura familiar.....</i>	<i>102</i>
4.7.1.4	<i>Agrotóxicos e transgênicos – controvérsias .....</i>	<i>107</i>
4.7.1.5	<i>A ascensão da agricultura familiar e dos alimentos orgânicos.....</i>	<i>110</i>
<b>5</b>	<b>AMBIENTE DAS FEIRAS E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA.....</b>	<b>120</b>
<b>5.1</b>	<b>Como confiar nos produtos agroecológicos? – monitoramento das feiras e institucionalidade do selo, certificação e declaração de OCS .....</b>	<b>121</b>
<b>5.2</b>	<b>A crítica e a ciência, Universidades e grupos de pesquisa .....</b>	<b>125</b>
<b>5.3</b>	<b>O ensino da agroecologia .....</b>	<b>127</b>
<b>5.4</b>	<b>O contexto nacional e local: as Articulações, Redes e Órgãos públicos .....</b>	<b>130</b>
<b>5.5</b>	<b>Proximidades e distâncias entre bairros e sítios.....</b>	<b>132</b>
5.5.1	Onde as trajetórias começam: caracterização dos municípios de vida e trabalho dos feirantes .....	132
5.5.2	Para onde vão? bairros e feiras, vizinhança e vínculos .....	141
<b>6</b>	<b>FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE RECIFE E OS AGRICULTORES FAMILIARES .....</b>	<b>148</b>
<b>6.1</b>	<b>Uma breve história das feiras agroecológicas de Recife .....</b>	<b>148</b>
6.1.1	Espaço Agroecológico das Graças (EAG) – 12 Out. 1997 .....	148
6.1.2	Espaço Agroecológico de Boa Viagem (EABV) – 22 Dez. 2001.....	157
6.1.3	Feira de Orgânicos da CEASA (FOCeasa), 12 Mar. 2008 .....	162
6.1.4	Espaço Agroecológico de Santo Amaro (EASA) – 04 Out. 2015 .....	167
6.1.5	Feira de Orgânicos na PCR (FOPCR), 2016.....	171
6.1.6	Espaço Agroecológico da Várzea (EAV), 03 Mar. 2018.....	175
<b>6.2</b>	<b>Perfil dos agricultores familiares .....</b>	<b>184</b>
6.2.1	Caracterização das associações nas feiras .....	184
6.2.2	Perfil socioeconômico dos feirantes nas feiras .....	187
6.2.3	Evolução e situação atual das feiras orgânicas e agroecológicas de Recife-PE... 197	
<b>7</b>	<b>O ETHOS DO AGRICULTOR FAMILIAR.....</b>	<b>203</b>
<b>7.1</b>	<b>As práticas do agricultor feirante.....</b>	<b>203</b>
7.1.1	Mudanças das práticas sociais.....	204
7.1.2	Proximidades, vínculos e sociabilidades.....	207
7.1.3	Sobre o tempo social .....	213
7.1.4	Mulheres nas feiras .....	219

7.1.5	Mais do que compra e venda nas feiras – o dinheiro como fator de proximidade e trocas simbólicas .....	223
<b>7.2</b>	<b>As cartografias das interdependências, proximidades e práticas .....</b>	<b>226</b>
7.2.1	Cartografia das relações da feira .....	227
7.2.2	Cartografia dos vínculos e normas sociais de um agricultor familiar na feira .....	232
7.2.3	Cartografia dos agentes sociais .....	237
<b>8</b>	<b>CONCLUSÕES: O CAMINHO DE VOLTA.....</b>	<b>241</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>249</b>
	<b>APÊNDICES.....</b>	<b>259</b>
	<b>APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRODUTOR FAMILIAR AGROECOLÓGICO .....</b>	<b>260</b>
	<b>APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CONSUMIDOR .....</b>	<b>263</b>
	<b>APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FEIRANTE.....</b>	<b>265</b>
	<b>APÊNDICE D – LISTA DE FEIRAS ORGÂNICAS E AGROECOLÓGICAS DE RECIFE .....</b>	<b>270</b>

## 1 INTRODUÇÃO - O CAMINHO DE IDA PARA A FEIRA

Recife teve uma expansão desde os anos 1990<sup>1</sup> na produção, promoção, comercialização e consumo de alimentos orgânicos, especialmente aqueles vendidos nas chamadas feiras e espaços agroecológicos ou orgânicos localizados nas ruas, praças, parques, estacionamentos, órgãos públicos, entre outros locais.

Atualmente são cerca de 46<sup>2</sup>, apenas na capital. Nesses espaços, são os próprios produtores familiares que se deslocam para a capital, articulam institucionalmente o poder público com apoio de movimentos e organizações sociais, comercializam o valor do trabalho e interagem com os consumidores, agricultores de outras associações e demais atores. Durante todo este caminho os produtores familiares agroecológicos desenvolvem relações que transcendem a mera transação comercial utilitária.

Nestas feiras são criadas relações diversas entre produtores e consumidores de caráter econômico, mas, igualmente, afetivas e solidárias. Podemos observar um sistema de trocas baseado em doações, recepções e retribuições de bens diversos que lembram o sistema de dádiva sistematizado pelo sociólogo e antropólogo Marcel Mauss, que nos possibilita uma abordagem interacionista adequada das práticas comerciais e do trabalho, envolvendo produtores/vendedores e consumidores/clientes (MARTINS, 2005; CAILLÉ, 2009).

A partir desses espaços urbanos, o agricultor que sai do território rural passa a construir novos vínculos, e por sua vez, novas estratégias e práticas, pois vender um produto orgânico na feira e obter dinheiro por meio disso não é o único aspecto de troca que podemos observar. Ocorrem nas feiras outras trocas como vínculos de solidariedade entre produtor-produtor, produtor-consumidor, e também consumidor-consumidor, pois todos estes têm nessas feiras a

---

<sup>1</sup> Esse período se refere ao surgimento da feira orgânica ou agroecológica de Recife mais antiga, criada em Outubro de 1997 no bairro das Graças, ainda que haja menção e registro de experiências anteriores a essa, mas ainda em locais temporários, como eventos e encontros institucionais e acadêmicos. Afora que alguns agricultores já haviam tentado comercializar antes, nas feiras livres dos seus próprios municípios ou vender para Ceasa, mas o sistema de preços e a forma de comercialização não davam muita autonomia e nem destaque ao seu trabalho diferenciado, desse modo buscaram outras vias, entre elas as feiras agroecológicas.

<sup>2</sup> Esse número está em constante atualização, existem várias tentativas, uma realizada por membros CPOrg-PE (Comissão da Produção Orgânica – Pernambuco) e representante da Secretaria de Desenvolvimento Agrário, que inclusive esse registro supera o do aplicativo *feirasorganicas* do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor). Esses levantamentos consideram feiras orgânicas mesmo aquelas com uma única barraca ou produtor. Porém, essa relação ainda não considera aquelas em condomínios residenciais ou realizadas por grupos que limitam a ocupação com uma ou duas bancas em locais estratégicos. Iremos considerar nesse estudo que feiras e espaços agroecológicos são todas aquelas assim reconhecidas pela observação das pessoas ou entidades, ainda que a lei estadual nº 16.320/2018 proponha considerar a partir de 2 barracas.

oportunidade de vivenciar experiências de sociabilidade que são ausentes em outros locais de comércio.

Dentro dessa expansão da comercialização e das relações entre rural e urbano nestas últimas décadas, surgem aspectos da vida cotidiana que implicam numa nova perspectiva das interações sociais e econômicas locais. A questão do alimento “limpo”, os modos de apresentação dos produtos, os locais de venda (urbano), os locais de produção (rural), as relações de trabalho entre os associados (ou cooperados), as relações entre vendedores e consumidores configuram, no nosso entender, um sistema de relacionamentos particular que merece ser estudado. Ele tem mudado a configuração do sistema de produção e comercialização da agricultura familiar, além da base de alimentação e principalmente de relações que são construídas e impactam no cotidiano daqueles que consomem.

Alguns fatores são responsáveis pela expansão da demanda por alimentos limpos (e mudança de “hábito” do consumo). Um primeiro fator pode estar na crise ecológica, ao provocar danos planetários (e consequências locais). Assim, a Revolução Verde<sup>3</sup> com seus pacotes tecnológicos tornou impossível a sustentabilidade da produção e da natureza, pois expandir o cultivo de determinados commodities agrícolas está em contraposição à manutenção de biomas e áreas florestais (CAPORAL, 2006). É o caso da soja, por exemplo, pois à medida que sua produção cresce, afeta o Cerrado<sup>4</sup>.

Os questionamentos e as críticas ao primeiro fator, a maior compreensão e divulgação dos danos ambientais e à saúde humana nas últimas décadas permitiram à sociedade procurar por hábitos de vida mais saudáveis, para o prolongamento da idade, assim como o bem estar físico e mental. Tais fatores impulsionaram a demanda por produtos orgânicos ou agroecológicos. Mas, a forte ideia da possibilidade de destruição dos ecossistemas naturais (e concomitante a desaparecimento de nossa espécie), em razão do modo de produção intensivo no uso de ecossistemas e recursos naturais (e degradação deles), atrelada a uma massificação de informações, levaram muitas pessoas a desenvolver a consciência de que uma mudança de paradigma é necessária.

No entanto, essa é uma discussão longe de acabar. Pois assim como há várias razões para consumir produtos de base ecológica (qualidade, durabilidade, sabor, bem-estar, saúde),

---

<sup>3</sup> Expressão atribuída às práticas e aos pacotes de modernização tecnológica na agricultura a partir da década de 1960. A difusão de químicos e máquinas para melhoria da produtividade no campo se tornou modelo, contudo houve várias críticas por não considerarem as especificidades de cada país e território, bem como os efeitos sobre a biodiversidade e a contaminação por causa dos agrotóxicos.

<sup>4</sup> É o segundo maior bioma brasileiro, com características de savana e campo, predominante na região Centro-Oeste e uma parte do estado de Minas Gerais.

há outros que ainda inibem o consumo, como: falta de informações e dificuldade no acesso aos locais de comercialização; a procedência e certificação; se os produtos que estão sendo consumidos são orgânicos, principalmente os vendidos em feiras; preços maiores do que os provenientes da agricultura convencional, mesmo sendo vendidos nas feiras e espaços diretamente pelo produtor.

Um outro ponto, é o costume de muitos em manter hábitos que consideram uma forma de consumir de maneira higiênica, pois para estes bastaria manipular bem os alimentos, principalmente leguminosas, folhosas, frutas e tubérculos, adotando hábitos de limpeza e conservação adequados para possibilitar o consumo humano<sup>5</sup>.

Todavia, dentro dessa discussão por novas formas de manejo e cultivo que possam equilibrar o meio ambiente e os hábitos de consumo da sociedade, nem todos os métodos e as técnicas agrícolas que visam o resultado de produto saudável ou limpo atendem aos princípios agroecológicos. Numa primeira percepção, não parece prejudicar o desenvolvimento da produção agrícola de base ecológica. Mas, com certeza, torna-se um entrave na melhor aplicação das políticas, e também, na percepção da procedência e formas de manejo dos produtos, pois nem todos os produtos orgânicos utilizam cultivos adequados, que, muitas vezes, podem prejudicar o solo e o meio ambiente.

#### *Aspectos da agricultura familiar e campesina no Brasil*

Durante décadas, principalmente nos anos 1960-70 e 1970-80, muitas famílias nordestinas migraram de áreas rurais dominadas pela estagnada monocultura canavieira para áreas urbanas de cidades com possibilidade de melhores salários e melhores condições de vida (acesso a educação, saúde, moradia, trabalho etc.). Eram lugares onde havia o dinamismo e as oportunidades.

Contudo, hoje, há uma tendência para que essas famílias – os jovens principalmente – não mais se iludam pelas luzes da cidade, pois a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão estão virando zonas de dinamismo, com possibilidades de gerar renda em atividades econômicas independente da cana-de-açúcar e de outros tipos de cultivo monocultor. O mundo rural é um espaço de vida e trabalho, é um “espaço específico e diferenciado” – não isolado – que está integrado ao conjunto da sociedade e economia brasileira” (WANDERLEY, 2001, p. 32).

---

<sup>5</sup> Há um costume em deixar os alimentos em uma solução de água com um pouco de água sanitária, que para muitos resolveria a questão de tornar o alimento mais limpo, inclusive eliminando algum tipo de resíduo.

É importante, aqui, descrever brevemente alguns dos aspectos da formação econômica do Nordeste, e sua relação com o Brasil, especificamente comparando ao Sudeste. Nesta região, por exemplo, a cana-de-açúcar reflete a involução de um sistema de produção de origem colonial que progressivamente, por ciclos de crise, foi deixando de se constituir no produto mais importante das exportações brasileiras, ao longo do século XIX e XX. Ainda assim, a monocultura canavieira na Zona da Mata foi o sistema econômico predominante, sendo importante para a economia e balança comercial de muitos Estados do Nordeste, até a segunda metade do século XX. Nesse período iniciou-se o chamado modelo de industrialização por substituição de importações (ISI)<sup>6</sup>, que durou até meados da abertura comercial no início dos anos 1990. A partir daí, o Nordeste experimentou novos ciclos econômicos e dinamismos locais, o que coincidiu na falência de muitas usinas de cana-de-açúcar.

As falências ou mudanças nas relações de produção e trabalho levaram muitos trabalhadores rurais (tanto cortadores quanto pequenos fornecedores de base familiar) a serem afetados. O dinamismo dos produtos do complexo açúcar se deslocou principalmente para São Paulo, mais mecanizado e moderno<sup>7</sup>.

Uma parte significativa dos trabalhadores rurais, que antes vivia dependente da alternância entre o período de colheita da produção canavieira e a produção de subsistência de alimentos, teve que mudar suas estratégias de sobrevivências e práticas de vida e trabalho. Ou seja, muitos daqueles que foram demitidos ou não viram mais nessa atividade a principal forma para sustento financeiro procuraram outras alternativas. E nesse período dos anos 1980 e 1990, ações e iniciativas de organização sociais e políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares permitiram que experiências de uma agricultura alternativa ou orgânica se tornassem uma opção.

Logo, depois de mais de quatro séculos sob o domínio da monocultura da cana-de-açúcar e dos senhores de engenho, parte significativa das terras na Zona da Mata (assim como de outras regiões com histórias e biomas diferentes) está sendo utilizada pela agricultura familiar voltada para o manejo agroecológico de verduras, legumes, frutas e animais.

Essas pequenas propriedades onde estas famílias cultivam têm várias origens. Poderiam pertencer as suas famílias há gerações, mas ainda ligadas a um engenho ou fazendas, que teriam sido adquiridas ou mesmo doadas. Algumas podem ser comunidades remanescentes de

---

<sup>6</sup> Modelo desenvolvimentista praticado desde os anos 1930 como forma de dar celeridade à indústria nacional, utilizando de instrumentos protecionistas para incentivar indústrias brasileiras.

<sup>7</sup> Ou novas configurações do agronegócio, como o cultivo de soja expandiram fronteiras pelo Centro-Oeste e na região conhecida como Matopiba (partes do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia).

quilombolas. Outras foram doadas ou vendidas em lotes pelas prefeituras dos municípios para povoação ou, mesmo, donos de propriedades que decidiram lotear. Por fim, há uma parcela significativa de assentamentos rurais da reforma agrária.

Desse modo, os agricultores familiares no Nordeste desenvolveram formas de organização social para criar viabilidade econômica, mas também de garantir no meio rural seu lugar de vida e trabalho. Logo, o fortalecimento de iniciativas associativas e de cooperação é importante para o desenvolvimento local, principalmente os que se organizaram em associações ou cooperativas e estão se envolvendo com produção de alimentos orgânicos. Essas práticas são espontâneas e favorecem o desempenho dos grupos coletivos e reforçam o nível de confiança e cooperação no interior das famílias (WANDERLEY, 2003).

Podemos apresentar uma melhor compreensão sobre essa reflexão ao observarmos empreendimentos rurais organizados por famílias de agricultores que produzem alimentos sem agrotóxicos. No Brasil, há concentração fundiária de cerca de 79% de seus territórios agrícolas para estabelecimentos rurais com mais de 100 hectares<sup>8</sup>, os quais são dominados pelo agronegócio que utiliza predominantemente agrotóxicos e outras práticas prejudiciais ao meio ambiente (IBGE, 2006).

Os produtores familiares são responsáveis pela segurança alimentar e nutricional de parte de itens alimentícios que chegam às mesas das famílias dos consumidores. De acordo com o IBGE (2006), esses agricultores são responsáveis por cerca de 67% do feijão, 84% da mandioca, 31% do arroz, 49% do milho, 52% do leite, 59% de suínos, 40% de aves e ovos, 25% do café, e 32% da soja. Eles ocupam pouco mais de 30% da área total dos estabelecimentos rurais, mas respondem por 77% do total de pessoas que trabalham na agricultura (IBGE, 2006). Além disso, dentre esses agricultores familiares, há um número significativo que comercializa e divulga produtos agroecológicos ou orgânicos nas regiões metropolitanas frente ao grande número de supermercados e atacados que comercializam produtos alimentícios que têm sua produção controlada por holdings que formam grandes oligopólios. Portanto, estudar esses empreendimentos rurais familiares de base agroecológica é buscar compreender a dinâmica de uma lógica anti-utilitarista frente a um sistema utilitarista, e de que forma essas concepções influenciam na cultura, nos costumes e nas relações sociais.

Logo, a permanência do agricultor familiar no campo, meio rural ou roça não é dependente do destino da modernização, e sim de suas escolhas, que são influenciadas e

---

<sup>8</sup> Esses estabelecimentos agrícolas representam cerca de 9,6%, enquanto aqueles com até 10 hectares representam 50% e concentram apenas 2,4% da área total (IBGE, 2006).

integradas por diversas variáveis internas e externas, mas que envolvem as condições de vida, projetos familiares, relações com a sociedade e expectativas que são geradas (WANDERLEY, 2004).

### *Evolução das experiências agroecológicas em Pernambuco e Recife*

A vida do agricultor familiar está em constante envolvimento com as novas relações sociais e com os processos de confrontos que o ajudam a entender e manejar estratégias para influenciar os hábitos de consumo do “homem da cidade”. Um retrato dessa análise é o crescimento nos últimos 30 anos de mercados e feiras orgânicas e agroecológicas em várias capitais e regiões urbanas de cidades do país.

Esta expansão da produção de alimentos agrícolas de base agroecológica ocorre, principalmente, desde os anos 1980, no Brasil, a partir de iniciativas de agricultura alternativa para agricultores com pequenas produções. Em processos transitórios de uma agricultura convencional para a agroecológica, essas iniciativas foram ampliadas, contando com o apoio de organizações não-governamentais, a promoção de políticas públicas e a criação de uma legislação apropriada que consolidasse os avanços. Essas ações favoreceram principalmente os mercados e feiras locais, abrindo oportunidades para os pequenos produtores e agricultores familiares sem acesso aos mercados maiores.

Este crescimento acompanha uma tendência no Brasil e no mundo pela produção e consumo sustentáveis, com enfoque em dois pilares: o baixo impacto no meio ambiente e a melhoria da saúde humana. Logo, a presença e a expansão de feiras e espaços agroecológicos no Recife refletem uma busca pela incorporação de novas práticas e costumes mais solidários, diferentemente do exagero do consumismo e produtivismo inerentes ao sistema capitalista.

Pernambuco acompanhou essa tendência e seus atores sociais são pioneiros de muitas das experiências agroecológicas, testemunhando o surgimento e disseminação de feiras e espaços de comercialização desses produtos nas regiões Metropolitana, Sertão, São Francisco, Agreste e Zona da Mata. Estas feiras chegam a constituir cerca de 80<sup>9</sup> do total de feiras do Estado, sendo 46 delas concentradas em Recife. Recife é a capital que concentra o maior

---

<sup>9</sup> Com base em informações do <http://feirasorganicas.idec.org.br/> e Araújo, Lima e Macambira (2015).

número de feiras numa cidade nordestina, e uma das maiores do Brasil (IDEC, 2019)<sup>1011</sup>. A maioria desses feirantes que comercializa em Recife é oriundo da Zona da Mata de Pernambuco (particularmente da Bacia do Goitá<sup>12</sup>) e alguns municípios do Agreste e Região Metropolitana.

O fato é que a maioria dessas famílias agricultoras da Zona da Mata de Pernambuco é proveniente do cultivo da cana e sempre foi prejudicada pela baixa remuneração e sazonalidade da safra. Trabalhando em terras próprias, arrendadas ou de assentamentos, eles conciliaram a horta de subsistência com a inovação da agroecologia. São empreendimentos que possibilitam o retorno financeiro toda semana, criando maior condição de prover a segurança alimentar e nutricional e gerar renda para as famílias, diversamente das condições de sobrevivências precárias no cultivo da cana-de-açúcar (PALMEIRA, 2003).

Esses produtores familiares estão organizados em associações, cooperativas e grupos solidários, sendo geralmente assistidos e apoiados por alguma organização da sociedade civil, órgão governamental ou universidade, e, às vezes, por mais de uma instituição. Estas, por outro lado, como discutiremos a seguir, buscam assessorar os produtores e seus grupos na transição para práticas e manejos que vão além da produção de um alimento sem agrotóxicos, ou seja, um alimento orgânico. O objetivo também é a sustentabilidade ambiental e a sensibilidade social, com um enfoque na chamada agroecologia (ALTIERI, 2004).

### *Caracterização do apoio institucional e organizacional*

Na busca para intervir e acompanhar esse acelerado movimento da produção agroecológica foram criadas várias entidades internacionais e nacionais. Surgiram, igualmente, iniciativas para elaboração de um marco legal para normalizar e regular a produção, assistência técnica, comercialização e consumo de produtos orgânicos, principalmente para referendar a certificação dos produtos que, no Brasil, é importante para o incentivo às exportações. Além do marco regulatório para o setor, foram promovidas ações e políticas nas áreas de capacitação e qualificação, crédito, tecnologia, assistência técnica e extensão rural, gerando inovação à produção.

---

<sup>10</sup> O número de feiras em Recife varia. No Instituto de Defesa do Consumidor (IDEC) estão registradas 36. Um estudo de Araújo, Alves e Macambira Júnior (2015) registra e analisa o caso de 21 feiras, mas até 2012. Comparando as duas listas, podemos afirmar que há outras ainda não registradas.

<sup>11</sup> As outras cidades são: Rio de Janeiro, Porto Alegre, Curitiba e São Paulo.

<sup>12</sup> Região que compreende os municípios de: Glória de Goitá, Lagoa de Itaenga, Feira Nova, Pombos, Vitória de Santo Antão e Chã de Alegria.

No Brasil, a agricultura familiar era reconhecida como sendo uma atividade de subsistência e atrelada ao atraso tecnológico. Porém, o apoio das organizações da sociedade civil (por intermédio de capacitações, assistência técnica e crédito), políticas públicas e universidades (por intermédio da extensão e pesquisa científica) promoveram novas práticas e tecnologias para o desenvolvimento da agricultura em unidades familiares de produção. Mas a principal contribuição pode estar na nova configuração do reconhecimento do agricultor familiar como um importante grupo social e uma atividade econômica que contribuiu para o desenvolvimento regional.

Assessorados por essas organizações sociais e atendidos por políticas públicas (formação, assistência técnica e financiamento), estes agricultores estabeleceram uma nova relação entre o saber popular e a inovação técnica. A base científica da agroecologia possibilitou para muitas famílias o acesso a um modelo de comercialização convencional, pois as feiras livres, tradicionais e populares, fazem parte do imaginário e da cultura de várias pessoas e regiões.

Essas novas feiras livres, agora denominadas “feiras orgânicas”, “espaços agroecológicos”, “feiras de economia solidária”, entre outras, atendem às demandas por produtos sustentáveis e saudáveis. Essa procura foi provocada por uma crise de valores, pela não aceitação do cultivo com insumos químicos, tóxicos ou transgênicos, ou que tenha sido utilizada mão de obra barata, e ainda prejudique o meio-ambiente, beneficiando somente aqueles favorecidos pelo lucro mercantil e utilitário. Este movimento de consumo voltado para produtos agropecuários de base ecológica e solidária proporcionou a entrada de empresas na produção de alimentos “limpos”. Mas considerando que estas não são de base familiar não serão tratadas nesta tese.

#### *Abordagem do objeto: agricultores familiares nas feiras agroecológicas*

O acesso maior às informações e à integração dos mercados nacionais no contexto do processo de globalização<sup>13</sup> resultou em mudanças significativas nas relações entre Estado, Sociedade Civil e o Mercado (SOARES, 2006), entre elas, a oportunidade de crescimento e disseminação do consumo de alimentos com menos riscos à saúde e à natureza que antes eram restritos aos mercados locais. A comercialização de alimentos orgânicos produzidos localmente e de forma sustentável seguiu o aumento do consumo translocal, contribuindo para a

---

<sup>13</sup> Aproximação a nível global das nações que visam à integração econômica dos mercados.

emergência de uma globalização alternativa que valoriza o equilíbrio ambiental, que busca analisar as necessidades vitais humanas e a reeducação na ingestão de alimentos organicamente produzidos. O desenvolvimento do manejo de base ecológica promove além dos benefícios comentados para o produtor e consumidor, a recuperação ou preservação de espaços ambientais por meio da aplicação de um agroecossistema de cultivo.

A agroecologia é um enfoque que “fornece os princípios ecológicos básicos para o estudo e tratamento de ecossistemas tanto produtivos quanto preservadores dos recursos naturais, e que sejam culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis” (ALTIERI, 2004, p. 21). Existe um grande debate acerca dos termos “orgânicos” e “agroecológico”, pois estes se tornam polissêmicos a depender da linha teórica ou da área científica. Usam-se também outras denominações como agricultura de base ecológica ou transição agroecológica (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Estas não devem ser confundidas, pois a concepção da agroecologia permeia as dimensões sociais, ecológicas, econômicas entre outras, cujos conceitos práticos buscam a mudança de atitude, formas de manejo dos recursos naturais e conservação ambiental.

Essa distinção é importante porque o que se observa é a origem do produto, tanto o orgânico quanto o agroecológico não usam químicos nocivos a vegetação e terra. Mas no primeiro “o agricultor orgânico pode continuar raciocinando e agindo segundo os métodos da agricultura convencional”, por exemplo, esse tipo de manejo pode utilizar áreas amplas com apenas um tipo de cultura (AUBIN, 2018, p. 271). No caso do alimento que foi produzido de forma agroecológica, o agricultor “procura criar sinergias entre solo, as espécies e ele próprio” (Idem). A agroecologia é um processo relacional entre seres humanos e natureza.

Esta agricultura também se serve de técnicas de cultivo e de manejo desde pesticidas naturais até adubos orgânicos que não degradam a natureza e nem aos seres humanos, principalmente no momento de consumir, ou seja, são produtos sem uso de elementos tóxicos. Mas segundo Caporal (2004), o manejo errado da utilização excessiva ou insuficiente de nutrientes e elementos para o fortalecimento da terra pode causar às vezes mais danos à terra e também aos alimentos.

A produção orgânica difere assim daquela de base ecológica. A primeira se limita a uma agricultura limpa, sem uso de agrotóxicos, mas sem o trato necessário para evitar os danos causados ao meio ambiente. Já a segunda, a partir do enfoque científico, busca promover além da transição agroecológica a equidade (e inclusão social), a estabilidade da produção e a sustentabilidade ambiental (CAPORAL; COSTABEBER, 2004; ALTIERI, 2004).

Isto pode ser observado por duas óticas: uma, pelos produtos orgânicos que expandem sua presença tanto nas bancas e galeias<sup>14</sup> dessas feiras quanto em gôndolas de supermercados, refeições em restaurantes, entre outros locais de comércio. A segunda ótica diz respeito à presença física desses produtores, por meio das feiras e espaços agroecológicos espalhados por vários bairros de Recife, em geral, aqueles bairros de maior renda ou que tenham instituições públicas. Embora reproduzam uma tendência comercial mais ampla, eles geram um contexto particular, um “ethos” do agricultor familiar (ELIAS, 1994a). Portanto, de modo sintético, a nossa questão norteadora diz respeito à análise da presença e das práticas solidárias, ou seja, de um ethos dos produtores familiares de base agroecológica no Recife.

O conceito/termo “alimento orgânico” no uso comum não tem para muitos distinção do agroecológico, ainda assim, é importante diferenciarmos. Podemos compreender e usar o conceito de produto orgânico como sendo o simples alimento que não usou agrotóxico ou foi geneticamente modificado. Geralmente esses tipos de produtos se encontram mais em prateleiras de um supermercado ou lojas, e os agroecológicos estão mais presentes nas barracas dos agricultores familiares das feiras. Desse modo, iremos usar esse conceito da agroecologia, assim como sua base teórica e metodológica para discutir e explicar muitos dos processos e práticas nessa tese sobre as feiras e agricultores, inclusive nos casos que analisamos feiras que autodenominem de “orgânica”.

### *Objetivos e questões gerais propostas no estudo*

Para nortear o desenvolvimento desta tese e a pergunta de pesquisa, apresentaremos abaixo os objetivos e hipóteses que permitem visualizar com mais clareza o objeto de modo a indicar os rumos da pesquisa propriamente dita.

O objetivo central desta pesquisa diz respeito à análise do processo de formação de um ethos social dos produtores familiares agroecológicos a partir das trocas comerciais e simbólicas entre produtores e consumidores nas feiras agroecológicas na cidade do Recife. Compreendemos nessa tese ethos como as práticas e costumes realizados por esses atores nas relações desenvolvidas na feira e outros espaços vinculados de trabalho e vida. Consideramos como hipótese geral que a presença desses agricultores familiares modifica suas práticas e estratégias econômicas e não econômicas. Além disso, de modo concomitante, essas feiras estão

---

<sup>14</sup> Caixa contendoras usadas para colocar diversos tipos de mercadorias.

contribuindo para uma mudança na estrutura e no perfil desse tipo de comércio – sustentável, saudável e solidário – do Recife.

Para aprofundar e orientar este objetivo mais amplo, desmembraremos ele em três partes específicas:

A primeira foi analisar as práticas do produtor familiar na organização de produtos de base ecológica com vistas a atender à demanda do consumo por esses produtos, ou seja, em hipótese, há uma relação entre a formação do ethos social dos produtores a partir das feiras e as mudanças nas atitudes, crenças e valores dos produtores na organização da produção agroecológica, no manejo ecológico e na comercialização de forma ecológica e solidária.

A segunda foi estudar a caracterização das feiras e agricultores familiares nesses espaços urbanos de Recife e relacionar a sua dinâmica no ambiente rural, pois, hipoteticamente, a expansão das feiras trouxe aos produtores mudanças na configuração das relações desses feirantes nos diferentes espaços (bairro, sítio) e formando novas práticas e estratégias de trabalho e produção.

Por fim, o terceiro objetivo diz respeito à implementação das políticas públicas e sociais de apoio por parte das agências governamentais e instituições sociais para atender esta economia plural emergente no espaço urbano. Isto implica como hipótese que o surgimento da feira como evento econômico e cultural está impactando as políticas.

### *Síntese das referências teórico-metodológicas*

Para iniciar essa caminhada temos que considerar, a partir do nosso enfoque, que procuramos reter aquelas contribuições teóricas que nos pareceram pertinentes para desenvolver uma abordagem relacional sobre os agricultores familiares nas feiras agroecológicas. Desta maneira, também tivemos que buscar outros tipos de informações para delimitar com mais clareza as questões metodológicas da pesquisa.

Acerca da revisão teórica devemos dizer que a abordagem da sociologia figuracional de Elias é o ponto central na nossa construção teórico-metodológica (ELIAS, 1994a, 1994b, 2006; ELIAS; SCOTSON, 2000) porque nos permite desenvolver os usos do conceito de ethos para explicar a formação de habitus coletivos nos contextos específicos de espaços de interações de base agroecológica. Nesse contexto, além de Elias, buscamos o apoio de outros referenciais teóricos que nos ajudem a explicar a dinâmica relacional presente nestes tipos de eventos como são os casos da Dádiva (CAILLÉ, 1998, 2006, 2009; MAUSS, 2003; MARTINS, 2005, 2016);

a Economia Plural (POLANYI, 2000; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004) e a Agroecologia (CAPORAL; COSTABEBER, 2004, 2007; ALTIERI, 2004).

Trata-se do esforço de organizar um arcabouço teórico que ajude o nosso objeto de estudo, o ethos dos produtores agroecológicos das feiras de Recife. Esses principais referenciais nos oferecem pistas para entender as relações complexas entre as trocas de base econômicas e as não-econômicas e os entrelaçamentos entre valores utilitários mercantis e valores não-mercantis ligados à produção de solidariedades coletivas (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

As teorias e principais autores abordados nos serviram como norteadores e esclarecedores do fenômeno estudado, mas para avançar no trabalho, precisamos compreender as feiras, os ambientes de comercialização em que estão inseridos os produtores agroecológicos e consumidores.

Outros estudos, na área de sociologia, sobre feiras livres, feiras agroecológicas, agricultores familiares, que tenham ou não utilizado a sociologia figuracional eliasiana, passaram por caminhos e respostas que contribuíram para a nossa discussão. Contudo, há aspectos de cada um desses estudos que lhes são particulares, seja por causa do campo de estudo ou como construíram a questão e metodologia para responder suas indagações. Por isso, pesquisamos em repositórios e catálogos<sup>15</sup> de instituições de ensino e pesquisa e as teses que consideramos mais relevantes para nosso estudo que abordassem alguns desses temas e aspectos mencionados.

Muitos dos estudos de tese em sociologia ou ciências sociais que filtramos destacavam a agricultura familiar ou agricultura agroecológica, mas não encontramos em muitos destes estudos em que o objeto ou campo fossem as feiras agroecológicas ou orgânicas, especialmente em áreas metropolitanas. As áreas de geografia e agronomia foram os registros mais frequentes nessa última categorização.

Percebemos que há muito mais estudos publicados como dissertações, relatórios de pesquisa ou artigos científicos públicos que tenham feiras agroecológicas como tema principal, mas preferimos filtrar as teses, para que pudéssemos nesse momento apresentar alguns estudos que tivessem efeito comparativo ao nosso.

Para essa delimitação do nosso arcabouço escolhemos aqueles estudos fundamentais para o campo sociológico do debate. Dentre aqueles que podemos destacar inicialmente está Melo (2012) que acompanhado de Elias e Bourdieu nos trouxe um estudo importante sobre as

---

<sup>15</sup> Segue alguns dos repositórios mais consultados: <http://catalogodeteses.capes.gov.br>, <http://www.teses.usp.br/>, <http://repositorio.unb.br/>, <http://repositorio.unicamp.br/>, <https://repositorio.ufpe.br/> e <https://www.lume.ufrgs.br/>

práticas sociais dos agricultores familiares em duas feiras livres de municípios do Sertão de Alagoas.

Sua tese não enfoca as feiras e produtores agroecológicos como objeto, mas as feiras livres, o que nesse ponto nos diferenciamos em termos de abordagem. Também é de se destacar que Melo não buscou constituir um ethos das feiras ou dos produtores familiares, embora tenha configurado a sociogênese das feiras livres no seu estudo. A tese de Melo (2012) contribui ao mostrar as feiras como categoria sociológica, e também como campo de transformações, conflitos e representação da realidade social. Para ele, o agricultor camponês é o cerne das inter-relações que configuram as feiras como um espaço social, político e econômico.

O objeto da nossa pesquisa localiza-se numa área urbana metropolitana de uma capital com agricultores familiares oriundos de uma região próxima, a Zona da Mata, que tem aspectos e trajetórias um pouco distintas daqueles que atuam no Sertão Pernambuco. Por exemplo, há variações desde as práticas de manejo do cultivo e criação, passando pela história até as características edafoclimáticas, assim como a complexidade urbana de uma região metropolitana.

O trabalho mais próximo do nosso, por contemplar várias feiras agroecológicas numa área de capital, foi a pesquisa de Araújo, Lima e Macambira (2015). Além de Recife-PE, estes autores estudaram as feiras no Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. O foco desse estudo foi a formação da renda dos agricultores, a institucionalidade e a organização dessas feiras. Porém, tal estudo não focou uma abordagem sociológica.

Outro estudo que nos trouxe referências importantes foi de Cuervo (2015), na área de psicologia. Ela realizou um trabalho abrangendo os aspectos complexos da nossa alimentação. Neste estudo ficou mais claro que a escolha do que comer implica mais do que a racionalidade econômica definida por preço e gosto, havendo aspectos subjetivos que precisam ser considerados. Outro aspecto do seu estudo envolve um trabalho etnográfico numa feira agroecológica em Porto Alegre, em que ela verifica as subjetividades das relações entre os atores.

O trabalho de Souza (2012), na área de ciências sociais, investigou o Espaço Agroecológico das Graças, em Recife. Verificou com base na sociologia econômica de Karl Polanyi e Mark Granovetter a constituição de mecanismos de solidariedade e reciprocidade numa feira agroecológica, em contraposição à sociedade capitalista atual, ou seja, como os valores sociais ganhavam destaque nos processos de trocas mercantis.

Também consideramos a literatura de Polanyi em nosso estudo, mas buscamos compreender não apenas os laços sociais e recíprocos numa feira agroecológica, mas a

formação do ethos do produtor e a complexidade dessas interações entre os diversos atores. Afora isso, ainda que o Espaço Agroecológico das Graças seja a feira mais antiga em Recife, há outras, em locais com distintos níveis de renda e organização urbana e social, além de haver outros produtores com vínculos e trajetórias diferenciadas.

Por fim, o trabalho, na área de sociologia, desenvolvido por Tedesco (1998), investiga o ethos camponês ou do colono, procura compreender a dinamicidade e as estratégias da unidade familiar rural frente às mudanças na organização do sistema de trabalho e uma racionalidade técnico-econômica. O estudo dele não aborda uma sociologia figuracional, mas o conceito de habitus e a sociologia econômica estão presentes, e podem servir de base comparativa e discussão com nosso estudo.

Afora isso, não verificamos a base teórico-metodológica eliaseana em outros estudos relevantes que delimitassem no seu objeto os produtores familiares nas feiras livres ou agroecológicas, como o fez Melo (2012) no primeiro caso. Por isso, consideramos nosso estudo relevante, pois buscou compreender que as interações sociais surgem nesse campo por uma interdependência recíproca construída partir do simbólico, não-econômico e econômico.

Portanto, nossa tese tem um caráter de estudo qualitativo sobre formação do ethos do agricultor familiar nas feiras agroecológicas, ou seja, observamos que essas novas formas de mercado que mesclam o tradicional com relações de afetividade, saudável e sustentável. Logo, essas formas de produção, distribuição, comercialização e consumo solidário e ecológico estão estabelecendo uma aproximação entre a cadeia produtiva, o produtor e o consumidor. Portanto, ideia de ethos estaria assim localizada num conjunto particular de ações (produtoras de sentidos compartilhados) que, quando expandidas pra outros espaços, tem o potencial de transformar e reorganizar a cadeia produtiva capitalista como um todo.

### *Um resumo dos capítulos*

Na primeira parte – *O caminho de ida para a feira* – apresentamos, em linhas gerais, aqueles primeiros passos e ideias iniciais que nos levaram a pensar e desenvolver o estudo sobre agricultores das feiras agroecológicas. Para localizarmos nosso estudo, apresentamos o cenário da agricultura familiar e camponesa no Brasil, contextualizamos as experiências agroecológicas em Pernambuco e Recife. Em seguida, abordamos a institucionalidade que apoia, assessora e articula com parte desses movimentos que produzem alimentos de base ecológica. A escolha do objeto desse estudo foi um ponto fundamental para demonstrarmos a relevância de uma

abordagem sociológica para compreender os produtores e suas práticas sociais, para entender as relações intersubjetivas dos atores presentes nesse espaço de novas configurações que são as feiras agroecológicas. Por fim, delineamos os objetivos e a parte fundamental da base teórica que nos conduzem na pesquisa.

Na segunda parte – *Cesta teórica* – elencamos e discutimos a base teórica que orienta no nosso estudo e pontuamos as referências principais que contribuem para uma compreensão mais clara interlocutora do objeto e dos objetivos dessa pesquisa. Inicialmente desenvolvemos uma discussão sociológica sobre feiras e agroecologia. Depois, de forma alinhada, dialogamos a sociologia figuracional de Elias com o sistema da dádiva e com a economia plural para organizar a abordagem da agroecologia. A compreensão da formação de um ethos social no objeto de estudo compõe parte desse quadro do arcabouço crítico. Na seção final destacamos a economia plural e solidária como definição e caracterização do sistema da dádiva que se formam nessas feiras agroecológicas.

Na terceira parte – *Manejo metodológico* – apresentamos os elementos do fazer científico na coleta de dados e documentos e, principalmente, clareamos os processos de inserção e delimitação do nosso estudo de campo. Aqui não estão no horizonte apenas os mecanismos e apoios para coleta, mas também a base para interpretar e construir o conhecimento necessário para atender aos objetivos traçados do estudo. Adotamos a pesquisa qualitativa, pois deste caminho podemos compreender o ethos e os rituais de trocas de bens materiais e simbólicos nas feiras agroecológicas. Com base nos métodos de análise histórica, documental e de conteúdo organizamos os passos dessa caminhada ao definir primeiro as bases de dados e as fontes secundárias de informações que nos descrevessem e clareassem sobre os assuntos e tópicos dessa tese. Em seguida delineamos os procedimentos de definição da amostra das feiras e entrevistados, bem como apresentamos o período de elaboração da tese, de aplicação dos instrumentos, e portanto da compilação, tabulação e análise dos dados e informações.

Na quarta parte – *Agricultura de base familiar, marco legal e políticas para os produtores e feiras* – a análise empírica inicia com a necessidade de construir e compreender quem são os agricultores familiares dessas feiras agroecológicas, logo, discutimos seus aspectos históricos, conceituais e abordamos as questões que tenham influenciado na constituição e organização dessa categoria social, bem como relacionando a expansão do interesse por alimentos saudáveis e ecológicos no atual cenário econômico e social.

Em seguida apresentamos um percurso histórico sobre os principais marcos legais, conceitos e compreensão do Estado, sobre a natureza e a agropecuária no Brasil, e como essa

percepção mudou ao longo de mais de um século. E, por fim, delineamos a legislação e as políticas acerca dos agrotóxicos e transgênicos que estão em contraposição à ascensão recente da agricultura orgânica e agroecológica.

Na quinta parte – *Ambiente das feiras e produção agroecológica* – discutimos sobre a participação das instituições de apoio e organizações, desde ONGs, Universidades, Redes e Gestores Públicos, na criação ou fomento dessas feiras, bem como na formação de vínculos interinstitucionais e relações sociais. Essa análise do tecido institucional também possibilitou compreender os motivos da expansão e desenvolvimento dessas feiras, pois a maioria delas teve algum apoio ou mesmo iniciativa dessas organizações.

Depois abordamos os diferentes papéis e percepção do percurso, tempo e localização desde a produção até o local de comercialização. Como as relações são construídas no rural (sítios) e no urbano (bairros), buscamos, nesse processo, compreender as relações sociais desenvolvidas em cada espaço de convivência de trabalho e vida.

Na sexta parte – *Feiras agroecológicas de Recife e os agricultores familiares* – destacamos a incursão inicial, percalços, cenários, desafios e história de cada feira selecionada para nosso estudo. Apresentamos e discutimos cada feira na ordem de fundação delas, para que pudéssemos também refletir sobre a evolução da criação das feiras agroecológicas de Recife e caracterizar cada uma delas para comparar e verificar as diferenças e particularidades.

Em seguida caracterizamos as associações e os agricultores familiares das feiras agroecológicas. Analisamos seu perfil socioeconômico, organização, produção e comercialização, assim como buscamos compreender os vínculos e as proximidades dos agricultores com outros agricultores, consumidores e instituições. Depois cruzamos e comparamos os dados sobre a evolução e situação das feiras agroecológicas de Recife-PE.

Na sétima parte – *O ethos do agricultor familiar* – analisamos o ethos do agricultor familiar nas feiras e nos espaços de comercialização agroecológica de Recife selecionados para o estudo. Num primeiro passo abordamos as mudanças das práticas nas feiras, assim como os vínculos e as sociabilidades que surgiram nesses espaços. Destacamos a importância do tempo social na constituição do ethos e também analisamos as mudanças e a participação das mulheres. E nesse processo buscamos compreender as relações sociais desenvolvidas em cada espaço de convivência de trabalho e vida. A segunda seção buscou analisar, por meio das cartografias sociais, como os produtores e suas famílias podem ter mudado e compreendido a agroecologia como forma não apenas de produzir e gerar renda, mas de realizar novas práticas sociais.

Por fim, na última parte *Conclusões – O caminho de volta*, analisamos nossa trajetória até aqui, os resultados, os percalços e as propostas de novos caminhos a serem seguidos para continuarmos a buscar compreender as singularidades e fenômenos sobre a agricultura familiar, agroecologia e feiras.

## 2 A CESTA TEÓRICA

Neste capítulo da fundamentação teórica elencamos e pontuamos as referências principais que estão embasando e contribuindo para uma compreensão ampla e interlocutora do objeto e dos objetivos dessa pesquisa. De forma transversa e alinhada, dialogamos com a sociologia figuracional de Elias, o sistema da dádiva e a economia plural para organizar a abordagem da agroecologia. A compreensão da formação de um ethos social no objeto de estudo compõe parte desse quadro do arcabouço crítico.

Para desenvolvermos a questão central deste estudo temos que considerar, a partir do nosso enfoque, que procuramos reter aquelas contribuições teóricas que nos pareceram pertinentes para desenvolver uma abordagem relacional sobre os agricultores familiares nas feiras agroecológicas. Desta maneira, também tivemos que buscar outros tipos de informações para delimitar com mais clareza as questões metodológicas da pesquisa.

De maneira breve, para atender o objeto e para auxiliar no desenvolvimento do estudo, o trabalho será fundamentado em três linhas teóricas que respondem adequadamente ao proposto. Primeiramente, a abordagem da sociologia figuracional de Elias é o ponto central na nossa construção teórico-metodológica (ELIAS, 1994a, 1994b, 2006; ELIAS; SCOTSON, 2000) porque nos permite desenvolver os usos do conceito de ethos para explicar a formação de habitus coletivos nos contextos específicos de espaços de interações de base agroecológica. O ethos dos produtores de base agroecológica adquire particularidades à medida em que se espalha contribuindo para uma cultura de consumo de produtos agroecológicos.

Dialogando com essa abordagem, também utilizamos duas bases teóricas que interagem: a Dádiva e a Economia Solidária. O primeiro resgata o humano e a ideia de solidariedade em contraposição ao utilitarismo e individualismo do sistema capitalista. A proposta parte de iniciativa dos trabalhadores e cidadãos, que em resposta às desigualdades, à degradação ambiental, ao trabalho precário e ao individualismo, buscaram alternativas com princípios de cooperação, autogestão, sustentabilidade ambiental, consumo ético e comércio solidário.

Tais iniciativas podem ser realizadas por entidades que produzem ou apoiam o desenvolvimento da Economia Solidária e inclusão social, por exemplo: empreendimentos formais e informais (grupos solidários, cooperativas, associações), redes de produção e comércio solidário, incubadoras universitárias de empreendimentos econômicos solidários,

empresas autogestionárias, entidades de apoio e fomento (ONGs, Instituições da Sociedade Civil, Órgãos Governamentais, Clubes de Troca, entre outros).

Sobre a Dádiva, essa abordagem maussiana nos permite uma análise aprofundada das relações concretas entre os atores da cena do comércio popular em três níveis: aquele das relações entre produtores, das relações entre produtores e consumidores, e por fim, entre consumidores. Essas ligações afetivas permitem observar uma parte dos costumes e das mudanças desse indivíduos, dessa parcela da sociedade envolvida com a produção e/ou consumo de produtos orgânicos. Como a teoria da dádiva convida para se observar as trocas diretas entre o doador e o donatário do bem em circulação, ela permite apreciar com mais profundidade não somente os elementos propriamente econômicos, mas igualmente aqueles culturais e morais (MARTINS, 2005b; CAILLE, 2009).

O outro aporte teórico foram os estudos sobre o conceito de Economia Plural, que agrega não apenas os elementos econômicos de uma visão utilitarista, mas também elementos que transponham o estudo da escassez e da financeirização da economia. Não analisaremos as feiras apenas como espaços de trocas de bens por moeda, ou mesmo seus preços, quantidade de produtos ou lucros obtidos. Os elementos que norteiam nosso estudo partem da dádiva, solidariedade e afetividade das relações sociais que estão embutidas nessas transações comerciais. O que nos interessa é a análise conceitual de Economia Plural que abrange as relações que são mercantis, não-mercantis e não-monetárias (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Para desenvolver o diálogo desses aportes teóricos, precisamos primeiro configurar e conceituar as feiras e sua relação hoje com o desenvolvimento da agroecologia.

## **2.1 Feiras e agroecologia**

As feiras não apareceram recentemente; elas simbolizam os espaços tradicionais de trocas, de expressão das práticas econômicas pré-capitalistas. Há centenas de anos, as feiras servem de base para organização de sistemas de convívio social. No contexto atual essas feiras agroecológicas em Recife configuram metaforicamente um novo galho numa extensa e ramificada árvore de trocas mercantis. Desse modo, compreender sua atual configuração, história e particularidades nos possibilita compreender melhor o objeto de nosso estudo.

As feiras, no geral, numa primeira visão, podemos definir pelo viés econômico, aparecendo como um local atraente para realizar compra e venda de mercadorias, para acessar um consumo diferenciado e mais popular. Mas se nos aproximarmos mais deste objeto e

observarmos as pessoas circulando, perceberemos que elas são figurações de várias cenas do nosso cotidiano: rua do bairro, festas, locais de passeio ou pontos de encontro de pessoas. E ainda que de tamanhos, tipos, produtos, finalidades, públicos e periodicidade diferentes, podemos encontrar nestas feiras pequenas representações daquele lugar em que as pessoas estão vivendo ou circulando (DA MATTA, 1997). Antes, e ainda agora, elas são os lugares em que as pessoas procuravam para (se) informar sobre o cotidiano, para tratar dos negócios, para marcar encontros e até falar de política.

Logo, as feiras são parte inerente de nossa história e de nossa socialização no espaço urbano. Se alinharmos aqui uma visão figuracional eliaseana, podemos propor que as feiras seriam aqueles pontos onde as conversas e os saberes se confundem e entrelaçam indivíduos e coisas. Podemos descrevê-las, brevemente, como espaços de comercialização organizados geralmente em circuitos curtos de trocas com poucos intermediários e por distâncias menores (CAPORAL; COSTABEBER, 2007). Geralmente, as feiras se localizam em espaços abertos (como ruas, calçadas e praças) ou cobertos (conjuntos de barracas e lojas dentro de galpões, armazéns, entre outros), mas, em comum, percebemos que reúnem vendedores e consumidores de diversas origens (ARAÚJO, LIMA E MACAMBIRA, 2015).

Melo (2012) e Minnaert (2008) descrevem as feiras como espaços territoriais que representam uma dinâmica formadora de determinados momentos da sociedade, tanto na perspectiva econômica, aquela da troca de mercadorias, como a das interações do dia a dia. Desse modo, os autores identificam nas feiras uma certa expressividade e diversidade cultural na medida em que as trocas não se direcionam apenas aos aspectos comerciais, incluindo aqueles não-comerciais referentes às sociabilidades primárias no espaço do bairro ou da comunidade (ELIAS; SCOTSON, 2000).

Essa dicotomia entre econômico e não-econômico é do maior interesse para nosso estudo sobre as feiras agroecológicas. O econômico e o não econômico não se anulam, permitindo pôr indivíduos em contato com o espaço onde realizam suas compras, mas igualmente organizando suas conversas, parcerias e trocando informações sobre a vida cotidiana. Esta é a base para a manifestação da nossa problemática, a saber, que o objeto feiras gera um ethos envolvendo produtores e consumidores e cidadãos diversos tanto na organização das práticas econômicas como outras relativas à vizinhança, à parceria, entre outras (ELIAS, 2000).

Dentre os tipos de feiras mais próximas do nosso objeto de estudo estão as chamadas feiras livres, que estão situadas em locais mais populares. Geralmente as encontramos em locais abertos e numa periodicidade semanal. Em algumas situações (MINNAERT, 2008), elas são

observadas negativamente pelos usuários, pois as pessoas que as frequentam muitas vezes as associam com lugares de sujeira e pobreza. Nestes casos, o valor da confiança é afetado por uma visão negativa do modo como se organizam as mercadorias e os resíduos neste tipo de comércio.

Apesar dessas restrições, as pessoas as frequentam, o que indica haver elementos positivos que atraem e valorizam as feiras livres e os agricultores familiares como os fatores históricos (tradição) e de sociabilidade. Detalhando um pouco mais, podemos elencar a tradição (o ponto como referência de localização na cidade ou bairro; gerações que frequentavam antes), o simbólico (da história da feira e as relações ali construídas), o local de encontro, o espaço popular e de compras mais baratas, assim como proximidade do local de residência do cliente, além e principalmente o próprio contato direto com o produtor familiar rural, que lhes permitem também uma aproximação e conhecimento da origem e processos de produção dos alimentos ali vendidos. Pretendemos aprofundar estes e outros fatores na análise empírica.

Há dois tipos de perguntas importantes a fazer a partir da escolha do feirante/agricultor visto que ele é a chave da nossa indagação sobre o ethos agroecológico. Uma delas é a seguinte: “quais as visões dos feirantes que ali constroem sua base de renda e sobrevivência e também outros vínculos não econômicos?”. Em um momento, a resposta está na visão desse produtor-vendedor sobre a feira e sobre os consumidores, e em outro instante, está nas instituições públicas ou mesmo privadas que ali exercem alguma influência e interação, por outro.

Dessa maneira, para compreender a formação deste ethos do produtor agroecológico de modo mais integral, vamos precisar entender a percepção dos consumidores sobre as feiras e os produtores. Assim, a segunda pergunta é a seguinte: será que a percepção das feiras agroecológicas por seus atores se funda no valor da confiança entre as partes? Neste caso é possível propor que a troca não é apenas econômica, mas também moral? (MAUSS, 2003). Como os consumidores confiam que é orgânico o produto ali vendido? E como verificar a origem dele? Todas estas questões apontam para o fato que a visão do consumidor depende da atuação/ação do produtor na feira agroecológica, e, no lado contrário, o feirante constrói seu ethos nessas relações econômicas e não-econômicas.

Por outro lado, precisamos também verificar como as ações públicas impactam no sistema da feira contribuindo ou não para a formação do ethos agroecológico. Podemos também indagar: os governos, em vários níveis, exercem influência nos espaços das feiras contribuindo para que os mesmos apareçam como espaços públicos? E as iniciativas governamentais de autorizar, fiscalizar e manter (limpeza, reforma da estrutura urbana, segurança etc.) são centrais neste processo de organização do público e do privado e para a formação do ethos?

É importante destacar que as primeiras feiras orgânicas em Recife nasceram justamente em bairros de maior renda. Mesmo considerando que houve inicialmente reações negativas<sup>16</sup>, devemos lembrar que as feiras tiveram aceitação e interesse dos moradores. Tal aceitação foi importante considerando que um local com maior renda poderia garantir maior sustentação financeira ao empreendimento. Logo, as feiras se fincaram e se expandiram nesses bairros de classes com maior renda, antes de irem para outros bairros, inclusive populares.

Atualmente, as feiras agroecológicas são fiscalizadas e autorizadas por diversas instituições governamentais naquele espaço urbano ou dentro de instituições públicas e privadas<sup>17</sup>. No entanto, é importante ressaltar que um vendedor de hortaliças e legumes numa feira livre é diferente do vendedor da feira agroecológica, não apenas pelo alimento limpo, mas também pelo modo como são construídos os vínculos nos espaços das feiras agroecológicas e pelas estratégias de sobrevivência (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

Inclusive, muitas vezes, nas feiras livres poderemos encontrar mais atravessadores do que os próprios produtores, o que não ocorre com frequência em feiras agroecológicas. Assim, compreender o funcionamento das feiras de produtos de base agroecológica é importante para enxergar as particularidades do ethos do produtores-vendedor.

Além dos produtores, consumidores e Governo, a cena da feira envolve também as ONGs e outros tipos de instituições que têm uma influência importante e positiva no movimento de divulgação e articulação desses tipos de feiras e na figuração da agricultura familiar de base agroecológica.

Este cenário contribui para ressaltar elementos diversos materiais e imateriais na produção das feiras agroecológicas como espaços de interações sociais, como local de encontro e passeio e de comercialização de produtos baratos (embora ainda haja uma percepção equivocada por alguns setores da opinião pública de que a feira seria o lugar de produtos mais caros). Enfim, vale acrescentar que estas feiras revelam um sentido nostálgico – de sair de casa para ir logo ali, na rua ou praça, bem perto –, de ser um lugar que pertence ao bairro com aspectos de vizinhança e família, mas também constituído de valores e normas (DA MATTA, 1997).

Para atender o objeto e auxiliar no desenvolvimento do estudo, o trabalho se fundamentou num campo do pensamento amplo que busca articular diferentes leituras do

---

<sup>16</sup> Porque há relatos de produtores de que as primeiras feiras e espaços agroecológicos em Recife não eram bem aceitos pelo poder público; alguns feirantes eram retirados do local por serem vistos como feirantes livres.

<sup>17</sup> Algumas feiras agroecológicas funcionam dentro de instituições públicas como tribunais (trabalho, contas, justiça etc.), universidades e também em instituições de caráter privado (Senac, Shopping Recife etc.).

relacional. Nesta perspectiva, buscando aprofundar um pouco mais nossas reflexões sobre o objeto de estudo, gostaria de reiterar a importância para minha formação prestada pela sociologia figuracional de Norbert Elias (1994a, 2006).

## **2.2 Abordagem relacional: elementos teóricos**

A incorporação da sociologia figuracional de Norbert Elias (1994a) foi fundamental para termos uma visão mais dinâmica das redes de atores presentes nas cenas das feiras agroecológicas e dos agricultores familiares. A compreensão das interações dos indivíduos e como estes modificam a si e influenciam os outros é fundamental na observação empírica. A própria feira constitui um espaço figuracional onde indivíduos e grupos se complementam na organização das redes de trocas. O ethos é abordado nesse estudo com as práticas e relações desses agricultores no espaço da feira agroecológica. Também será considerado como suas relações fora da feira contribuem para a constituição de suas práticas, pois eles estão em constante interação com o rural (local de vida e trabalho) e urbano (local onde escoam os bens produzidos e constroem novas relações).

Esse ethos dos produtores de base agroecológica, na perspectiva de Elias, adquire particularidades à medida em que se espalha horizontalmente incluindo indivíduos e grupos heterogêneos, contribuindo para uma cultura de consumo de produtos agroecológicos de caráter original. Compreender o ethos do produtor familiar de base agroecológica a partir da sociologia figuracional de Elias nos abriu a oportunidade de visualizar melhor sobre o desenho sociológico da feira e de como se realizam os rituais de trocas em contexto socialmente e comunitariamente tão heterogêneo.

O conceito de “ethos” se revelou importante para situar esta cultura de comércio e consumo ecológico que se instala na cidade do Recife a partir da presença das feiras agroecológicas na medida em que ela sugere um conceito plástico de comunidade como rede que tanto se afasta da visão moderna de sociedade (ligada ao trabalho assalariado) como de comunidade tradicional (ligada a filiações étnicas e religiosas). A inquietude teórica que Elias desenvolve na análise de redes como constructos entre indivíduo e sociedade tem correlação com a de Mauss sobre as trocas entre indivíduo e comunidade (MARTINS, 2005). A diferença é que o primeiro visava analisar a sociedade moderna no contexto do individualismo, enquanto o segundo buscava entender as práticas tradicionais de organização da pessoa e de sua presença nos rituais comunitários.

O exemplo das feiras agroecológicas e dos atores e produtos que a compõem é um primeiro passo para compreender nosso objeto, mas, como observamos antes, ela é limitada, pois, na realidade, a vida social se apresenta igualmente por outros tipos de relações que são contraditórias, tensas e conflituosas. Sim, são as práticas sociais que formam a Feira. Ela é um fluxo contínuo, com mudanças mais rápidas ou mais lentas. Contudo, é difícil percebê-las, pois o que une as pessoas não são os produtos agroecológicos em si, pois se só fosse o produto, estaríamos também observando dinâmicas parecidas em supermercados ou outros tipos de lojas.

É importante perceber que os produtores e consumidores nos espaços das feiras se cruzam, compartilham ambientes e situações comuns, sendo que, como indivíduo, seus interesses e objetivos são próprios. Mas, é importante lembrar que mesmo para um grupo de indivíduos particulares – seja de feirantes ou de consumidores – impõe-se uma visão mais ampla.

Embora os atores individuais não sejam os responsáveis maiores pela criação dessa rede de articulação da agroecologia que tem suas regras sociais próprias, devemos aceitar que cada um deles exerce pessoalmente funções para atender outros, ou seja, “um indivíduo para outros indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 23). Elias aborda essa questão para mostrar a natureza deste vínculo.

Neste percurso, os indivíduos precisam estar criando cadeias e redes de atos de ações com outros de forma ininterrupta para atender suas “finalidades”. Assim, o nosso objeto de pesquisa tem um caráter transversal, pois tem que considerar o que Mauss chamava de um “fato social total” que envolve trocas de bens materiais e imateriais entre indivíduos e grupos de indivíduos.

### 2.2.1 Elementos da sociologia figuracional

Nessa seção iremos primeiramente estudar a sociologia figuracional de Elias. A partir das suas reflexões podemos discutir e compreender duas categorias conceituais da dinâmica e integração social para o estudo das feiras agroecológicas. Aqui não buscamos elaborar uma reflexão exaustiva de suas contribuições e reflexões sobre outros temas e categorias, pois não seria possível alcançá-las dadas a profusão e a profundidade que elas estão inseridas nos estudos da sociedade, afora a dificuldade de conseguir colocar todos os seus pressupostos dialogando com o objeto de nosso estudo.

Primeiro é importante saber que Norbert Elias é o fundador da sociologia figuracional, tendo como bases algumas de suas obras como *O Processo Civilizador [1939]*, *O que é*

*sociologia?* [1970], *A Sociedade dos Indivíduos* [1987], entre outros. Sua sociologia demorou para ser mais conhecida e reconhecida, haja vista que as primeiras obras foram publicadas na década de 1930, mas que só ganharam repercussão e maior interesse, inclusive internacional, depois dos anos 1980 (KIRSCHNER, 1999). A figuração, a interdependência e o ethos social são conceitos importantes para nossa análise sobre sociedade e indivíduos, especialmente sobre a configuração social do comportamento e dos hábitos formados nas relações entre grupos de consumidores e produtores/feirantes em feiras e espaços agroecológicos.

Esta discussão é uma busca por esse conhecimento sociológico dos tópicos conceituais sobre os indivíduos e a sociedade. E se reconhecermos essas feiras como espaços para o convívio social de uma parcela de pessoas que se conectam por meio de interesses comuns e intersubjetivos, poderemos avançar numa análise das figurações desses indivíduos – produtores familiares e consumidores – que estão em territórios (rural e urbano) e contextos sociais em princípio distintos.

### *Sociedade e indivíduos*

Uma questão norteadora de Norbert Elias envolve a relação entre a pluralidade de pessoas e a singularidade de cada uma delas, ou seja, busca compreender como os indivíduos se relacionam/ligam-se para formar uma sociedade que é a expressão dessa pluralidade. Essa relação entre sociedade e indivíduo não é dicotômica, mas interdependente. E ainda que busquemos simplificar os indivíduos das feiras agroecológicas em dois agrupamentos, consumidores e produtores familiares, há neles uma profusão de características e perfis (socioeconômico, cultural, político, religioso, moral, entre outros), mas que não é antagônica, nem dicotômica. Existe uma liga, que os une, ou melhor, entrelaça, e que, por sua vez, promove novas dinâmicas, hábitos e comportamentos, que são únicos e compreendidos por esses atores (ELIAS, 1994a; 2006).

Ao tentar definir o que é sociedade e indivíduo, ou até mesmo, qual a sociedade e quais são os indivíduos que se relacionam acerca do objeto em questão, Elias indaga além, ao tentar refletir sobre que tipos de sociedades são essas, como elas se formaram, como se juntaram. Pois não podemos afirmar que a partir do surgimento das feiras, uma sociedade de agricultores familiares e consumidores de produtos agroecológicos tenha aparecido. A construção dessa sociedade tem mais do que barracas e galeias, existe um processo sócio-histórico que envolve ações e relações de um grande número de indivíduos durante um tempo significativo.

Ainda assim, o entendimento de uma parte do senso comum é que a constituição dessa sociedade teria passado por “formações sócio-históricas como se tivessem sido concebidas, planejadas e criadas”, ou seja, criam uma ideia análoga como a construção de uma edificação ou de uma máquina (ELIAS, 1994a, p. 13). Mas quando nos deparamos com fenômenos sociais que transpõem essa abordagem, como por exemplo o fenômeno de uma parte da sociedade em busca por hábitos sustentáveis e relações solidárias em meio à economia de mercado utilitarista, a compreensão torna-se mais ampla, e por consequência difícil.

Percebemos que a discussão sobre a noção que temos de indivíduo e sociedade não cessará, especialmente se aplicarmos ao objeto do nosso estudo, pois o pensamento do senso comum ou uma ou outra abordagem que apontamos acima, apresenta lacunas e fragilidades, o que por sua vez acabava colocando modelos teóricos, quase sempre, numa posição contraditória entre indivíduo e sociedade. A partir dessa breve reflexão, Elias explica que o que faltava

[eram] modelos conceituais e uma visão global mediante os quais possamos tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade, mediante os quais possamos compreender de que modo um grande número de indivíduos **compõe entre si algo maior e diferente de uma coleção de indivíduos isolados**: como é que eles formam uma "sociedade" e como sucede a essa sociedade poder modificar-se de maneiras específicas, ter uma história que segue um curso não pretendido, ou planejado por qualquer dos indivíduos que a compõem (1994a, p. 15 - grifo nosso).

Utilizando esse argumento de Elias, podemos, por exemplo, traçar uma analogia simples, e que podemos tirar proveito para iniciar esse ponto de nossa discussão. Se pensarmos por meio do nosso objeto, as feiras junto com seus produtores familiares, consumidores e os produtos agroecológicos comercializados, podemos visualizar que há de fato uma feira agroecológica, mas questionamos, o que a difere das outras? O que é diferente ir até ela e não para uma gôndola de supermercado que também oferta alimentos orgânicos?

Com essas questões percebemos que não podemos compreender a feira observando cada barraca ou produtor isoladamente, e inversamente não se pode compreender a mesma feira considerando ela uma soma desses outros elementos. Percebemos que há outros componentes não materiais, não facilmente observáveis que constituem um ethos. Além de que, se considerarmos a premissa de que “o todo é diferente da soma de suas partes” (ELIAS, 1994a, p. 14/15)<sup>18</sup>, podemos apontar que tanto uma feira, quanto uma casa, ou um bairro, ou um livro

---

<sup>18</sup> Um dos fundamentos teórico da *Gestalt*.

são combinações que incorporam relações, leis que ligam unidades menores de forma interdependente.

Podemos a partir da proposta de análise de Elias destacar que se busca não focar num dos atores de forma isolada, mas sim no conjunto de interações, interdependências, tensões que promovem o desenvolvimento não apenas das feiras, mas também de toda rede na sociedade que articula a agroecologia em suas várias expressões (econômica, cultural, social, científica e política), considerando principalmente que esses indivíduos na sociedade têm diferentes trajetórias históricas, ou seja, sua formação não é linear ou estática, mas dinâmica e interrelacionada (ELIAS, 1994a, 2006).

Desse modo, podemos partir agora para uma questão importante levantada por Elias:

Como é possível (...) que a existência simultânea de muitas pessoas, sua vida em comum, seus atos recíprocos, a totalidade de suas relações mútuas deem origem a algo que nenhum dos indivíduos, considerado isoladamente, tencionou ou promoveu, algo de que ele faz parte, querendo ou não, uma estrutura de indivíduos interdependentes, uma sociedade? (ELIAS, 1994a, p. 19).

Sobre as funções de cada indivíduo nas feiras, podemos lembrar que mesmo um grupo de indivíduos particulares – seja de feirantes ou de consumidores – não sendo os responsáveis pela criação dessa rede de articulação da agroecologia, com suas regras sociais próprias, ainda assim, cada um deles exerce funções para atender outros, ou seja, “um indivíduo para outros indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 23). Elias aborda essa questão para mostrar esse vínculo: os indivíduos precisam estar criando cadeias e redes de atos de ações com outros de forma ininterrupta para atender suas “finalidades”.

Partindo desse conceito, podemos perceber melhor que os indivíduos e a sociedade formam uma relação singular, não encontrando outro exemplo similar na natureza ou nas coisas. Mas como discutimos mais acima, usar determinadas referências sobre a relação das partes e o todo pode nos ajudar em parte a examinar, sendo que esses exemplos – Feiras e os atores e produtos que a compõem – nos mostra que primeiro devemos visualizar as diferentes relações que as partes têm com o todo, e que não se consegue explicar apenas considerando os formatos singulares de cada parte, e sim pensando o todo que podemos conhecer as partes individuais, portanto, é preciso “pensar em termos de relações e funções” (ELIAS, 1994a, p. 25).

Quando estas convivem dentro de um mesmo grupo, as pessoas adquirem formações históricas individuais distintas, pois cada um a partir de sua posição na sociedade, cria uma relação de redes únicas. Quando consideramos essa questão para compreender o grau de individualização, podemos comparar entre sociedades mais simples e mais complexas, na

primeira o indivíduo tem menores possibilidades de funções e situações no seu desenvolvimento social, mas numa sociedade maior, essa individualidade aumenta.

Logo, a forma individual que o indivíduo assume ao crescer dependerá da estrutura da sociedade em que ele cresça. Os produtores agroecológicos ampliaram seu mundo de vida na sociedade, aliando o rural com uma experiência urbana. Ainda que não identifiquemos em algumas feiras aspectos de solidariedade, cooperação e dádiva, podemos afirmar que há uma mudança significativa tanto para os agricultores quanto para os consumidores. Por isso, precisamos considerar que um exemplo simples das relações humanas, a conversa, permite aprender algo um com o outro, como formar ideias que não existiam antes ou trazer ideias não presentes. Envolve promover uma relação de aprendizado mútua. Produzem conhecimento.

O indivíduo é invenção histórica construída a partir de seus atos com outros humanos, pois estes são dependentes dos outros, e estes dele. E o diálogo e as trocas simbólicas entre produtores e consumidores de produtos agroecológicos revelam que há uma reciprocidade que promove vínculos interdependentes e intersubjetivos.

Assim, essa mobilidade das relações sociais deve ser compreendida em rede; uma rede em contínuo movimento que forma uma trama que é, para Elias, a totalidade da rede. Nessa trama, o indivíduo é transformado por essas conexões, vínculos e relações contínuas que atendem desejos e realizações mútuas. É esse processo sem começo ou fim determinados que contribui para formação do ser humano individual.

Essa sociedade dos indivíduos para Elias é o cerne para compreendermos como uma estrutura se constitui de diversas formas de interdependências, interações e autogestão que não ocorrem individualmente. Mas esse indivíduo é transformado por meio desses processos que se articulam com os outros indivíduos, isto é, em sociedade (ELIAS, 1994a). Percebemos que as feiras são mais que possibilidades de compra e venda ou conversas, essas trocas geram novas possibilidades de relações de proximidade entre os indivíduos, que os transformam – os indivíduos mudam – e que também modificam uma parcela da sociedade.

Elias apresenta e problematiza que as relações entre sociedade e indivíduos devem ser compreendidas pela sua pluralidade nas relações sociais, onde todos esses indivíduos são considerados participantes e transformadores. Portanto, as feiras, os agricultores familiares e consumidores de produtos agroecológicos reproduzem dentro dessa relação singular uma memória com base nos vínculos, valores e interesses comuns.

### 2.2.2 O ethos social

Os cientistas sociais buscam compreender a sociedade e seus indivíduos, para isso, elaboram instrumentos analíticos que identifiquem parâmetros e características que permitam explicar determinadas ações sociais, por exemplo, de como os indivíduos agem e são seres interdependentes da sociedade. Weber apresentou seu conceito dos tipos ideais, uma maneira de construir uma realidade parcial ao observar e selecionar aspectos específicos e elementos que ressaltem uma certa homogeneidade de um grupo de indivíduos, formando assim uma moldura de um quadro de observação desta realidade (WEBER, 2002). Bourdieu também contribuiu ao desenvolver um conceito de habitus que busca a partir das experiências sociais observar as estruturas relacionais em que o indivíduo está inserido (BOURDIEU, 2007).

Elias com a figuração estudou o ethos social de algumas sociedades. Suas análises permitiram entender a relação entre indivíduo e sociedade não como uma antítese, mas como uma interdependência. Weber também já fez uso desse conceito, ainda que para refletir na forma do espírito do capitalismo, ou seja, buscou compreender uma “mentalidade econômica” a partir da influência de um ethos religioso (WEBER, 2002). Merton foi outro sociólogo que trouxe a discussão sobre os valores e as ações comuns aceitos por uma sociedade ao analisar o ethos do cientista e como seu trabalho é reconhecido pela sociedade (MERTON, 1977).

O uso e a definição do ethos social sobre uma determinada estrutura da sociedade envolvem perceber condutas, relações e valores do modo de agir e pensar dos indivíduos que formam uma figuração. Observar o dia de uma feira é mais do que ver as pessoas comprando; em algum momento percebemos que outras ações ocorrem, de um cumprimento ou agradecimento até a realização de eventos comemorativos para divulgar algum tema ou data relevante. Em qualquer situação, existe uma interação carregada de condutas que transpõem inclusive a própria feira. Elias considerava que essa percepção abordaria aspectos de uma transição social, ou seja, o comportamento muda, logo é necessário acompanhar essas transformações de determinados grupos numa sociedade, pois suas condutas se tornam singularizadas. Assim, o ethos de um grupo social seria o caráter, o hábito, a estética, o seu modo de vida incorporado e distinto (ELIAS, 1994a).

Para nós esse entrelaçamento de características é a ideia que produz um ethos social, mas não podemos pensar esse conceito atribuído de apenas um ou outro desses termos citados, pois a ação dos indivíduos está constituída de várias experiências e códigos de conduta que podem ser observados em momentos simples, como uma família realizar além das compras um passeio pela feira ou encontrar amigos para tomar um café da manhã com produtos

beneficiados. Atentar para esses momentos é perceber que o processo histórico de construção de um ethos compreende um conjunto de informações, estilos, símbolos, costumes e experiências, que de um certo modo é lento, mas forma saberes e modos de vida únicos.

O ethos traduz a forma particular de uma sociedade de indivíduos, a partir de determinadas características qualitativas que foram formadas pelos vínculos históricos e culturais entre eles num determinado território e período de tempo. Desse modo, compreender certas ações e práticas nas feiras agroecológicas em regiões urbanas e metropolitanas nos revela a necessidade de analisar o agricultor familiar e os consumidores, assim como a figuração que é formada nesse ambiente de entrelaçamentos.

### 2.2.3 Os agricultores familiares, consumidores e ethos das feiras agroecológicas

O caminho entre o espaço rural e o espaço urbano para o agricultor familiar de base agroecológica implica mais do que os quilômetros de distância e o transporte usado para levar suas mercadorias, galeias e bancas. Uma análise socioeconômica é fundamental para termos um perfil aproximado do cenário que desejamos percorrer nesse estudo. E o faremos em outro momento; agora adentraremos brevemente no objeto à luz da teoria apresentada até aqui.

O exercício de apresentar um ethos das feiras instiga a necessidade de refletir sobre processos e percepções particulares que cada ator tem sobre esse lugar. Parte da construção dessas observações e percepções que colocamos aqui é atribuída de experiência de anos acompanhando as feiras e os produtores em projetos de pesquisa e extensão.

Primeiramente, a feira é um local de encontro, não apenas de um mercado de alimentos sustentáveis, mas também de conversas, cooperações, trocas simbólicas. É claro que o espaço como ponto de referência de alimentos de base agroecológica tem por si uma representação significativa em meio a uma urbanização com presença de vários supermercados, atacados, mercadinhos e outros pontos de comercialização de alimentos, pois diferente de todos estes, as feiras estabelecem vínculos diretos entre produtores-consumidores, o que confere a oportunidade do consumidor de saber mais sobre o que consome e a origem desses produtos. Aos feirantes a oportunidade de divulgar seu saber e ampliar sua renda, pois esse é o principal interesse, a manutenção da produção e do convívio familiar.

Outro aspecto que os feirantes e consumidores têm é a oportunidade de estabelecer contatos com histórias e experiências distintas, pois muitos consumidores vão a essas feiras para comprar e também conversar. É observável que muitos chegam cedo e passam um tempo a mais do necessário se fossem apenas comprar. E essas conversas são também entre

consumidores que aproveitam o espaço e o período para encontrar vizinhos, amigos ou conhecidos. Por exemplo, no Espaço Agroecológico no bairro das Graças, Zona Norte de Recife, que é a feira mais antiga (fundada em Outubro de 1997), um grupo de consumidores se reúne aos sábados para tocar músicas com instrumentos de percussão ou apenas para conversar, e um outro grupo tem a rotina de se reunir na madrugada para lanchar e papear numa das barracas.

Outra perceptiva que podemos explorar são as relações de cooperação que os produtores estabelecem entre si, podendo ser com membros de outras associações ou do mesmo grupo. Esses laços de intercâmbio auxiliam nas trocas de saberes e na ajuda mútua. Inclusive há casos de produtores que não participam diretamente das feiras, pois não têm produção suficiente que cubra os custos, por isso esses produtores têm seus produtos levados por agricultores que participam das feiras, num processo que podemos chamar aqui de atravessamento solidário ou do bem, conforme Araújo, Lima e Macambira (2015) destacam. Os feirantes podem comprar de outros agricultores, da mesma associação ou podem, como ocorre em alguns casos, apenas cobrar uma proporção para ajudar no custo de transporte.

As idas e vindas do produtor familiar, que leva seus costumes, suas marcas de experiências e conjunto de saberes ao meio urbano – principalmente em bairros de maior renda per capita e órgãos públicos – se confrontam e entrelaçam com outro modo de vida, o do consumidor, que frequenta as feiras como espaços para adquirir uma melhor condição de vida nutricional, mas também pela sociabilidade criada nas feiras.

### **2.3 A Economia Plural e as novas possibilidades da Economia Solidária**

O debate sobre agroecologia e agricultura familiar em espaços urbanos traz essas discussões temático-teóricas que enfatizam as dimensões utilitaristas e simbólicas nas feiras, pois ainda que o produtor tenha o objetivo da renda e sobrevivência econômica, este e os demais atores constroem outros laços além da troca entre moedas e mercadorias (POLANYI, 2000). Ou seja, as cooperativas e associações de agricultores familiares que realizam as feiras, e as instituições que as assessoram, estão engajados e articulados com base em princípios que tanto se referem ao interesse mercantil propriamente dito como a outros tipos de interesse.

É importante observar como os atores principais – produtores e consumidores – assumem papéis e funções diversos, dialogam e interagem criando e reconfigurando normas e costumes sociais e simbólicos. Nas primeiras observações de campo pudemos perceber que, de um certo modo, as motivações e habilidades dos atores parecem tacitamente elaboradas por

uma convivência relacional mútua. Aspectos morais como confiança, solidariedade e reciprocidade influenciam uma outra percepção de mundo destes atores tanto dentro como fora de alguns desses espaços agroecológicos.

Em síntese, é fundamental observar a importância da cooperação e solidariedade entre os produtores no resgate do humano no trabalho dessas feiras, em contraposição ao utilitarismo e individualismo presentes nos sistemas puramente mercantis (FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004; MAUSS, 2003). Essa proposta parte do princípio que as práticas cooperativismo, associativismo e solidariedade respondem de algum modo a iniciativas dos trabalhadores na organização dos direitos de cidadãos.

As ameaças de precarização do trabalho coletivo gerado pelo crescimento de vários fatores – desigualdades sociais, degradação ambiental e insuficiência das políticas públicas e sociais – são fatores que contribuem para produção de novas solidariedades e enlances de confiança. Neste sentido, essas práticas alinhadas aos princípios da agroecologia revelam as estratégias de reorganização do trabalho em situação de precariedade e as feiras, no nosso entender, respondem a estas demandas.

Esses agricultores familiares e consumidores nas feiras agroecológicas realizam trocas comerciais, mas também há intercâmbio de dons, ou seja, uma reciprocidade, pois os que produzem não estariam fazendo apenas para obter uma renda; há princípios e uma certa doação em executar um trabalho diferenciado. Ao consumidor espera-se uma resposta de confiança sobre aquilo que está adquirindo. Percebemos que o laço social é estabelecido pela doação e confiança, que por sua vez podem tecer redes e interdependências (TEMPLE, 2003; CAILLÉ, 1998).

Sobre a pertinência dos estudos sobre a dádiva e da tradição maussiana (MAUSS, 2003), nesta tese se explica pela importância de facilitar o entendimento teórico e prático dos elementos morais das trocas no momento de sua realização dinâmica.

O dom ou a dádiva seria oferecimento de algo material ou simbólico, no qual se espera um retorno, mas que não é garantido, ainda assim, quando completada, a retribuição pode ser maior do que aquilo que foi dado, especialmente porque gera uma circulação de dons, que promove vínculos de aliança e amizade (CAILLÉ, 2009; MARTINS, 2005a; MAUSS, 2003).

Essas ligações morais e afetivas permitem observar uma parte dos costumes, das práticas e mudanças desse indivíduos, dessa parcela da sociedade envolvida com a produção e/ou consumo de produtos orgânicos. Como a teoria da dádiva convida para se observar concomitantemente as funções materiais e simbólicas das trocas diretas do bem em circulação entre o doador e o donatário, ela permite apreciar com mais profundidade não somente os

elementos propriamente econômicos, mas igualmente aqueles culturais e morais (MARTINS, 2005b, CAILLÉ, 2006, 2009).

Desse modo, sobre a importância da agroecologia para se avançar nos estudos da sociologia rural, é importante lembrar que o entendimento de um processo tecnológico fundamentado no saber popular e no saber científico (CAPORAL; COSTABEBER, 2004) apenas se explicita quando percebemos que as tecnologias não são apenas técnicas, mas artefatos construídos nas tradições da ruralidade. Importante lembrar neste debate que a produção orgânica difere daquela de base ecológica (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

Podemos destacar em nosso arcabouço teórico ainda que, dentro desses agrupamentos, há também diferenciações, sejam psicológicas, comportamentais ou mesmo cognitivas entre os indivíduos que compõem nosso universo de pesquisa. Por exemplo, os consumidores de uma feira agroecológica podem ter disposições diferentes sobre o quê e para quê consumir os produtos orgânicos, ou mesmo sobre sua “ida” à feira, até mesmo para encontrar membros de uma família ou grupo de conhecidos/amigos que têm a rotina de se encontrarem “ali”.

### 2.3.1 A Economia Plural: definição e uso

O conceito de Economia Plural que utilizaremos neste estudo tem como alicerce teórico os trabalhos de Karl Polanyi (2000) que demonstra as várias formas de organização produtiva e de distribuições em diferentes sociedades. Outra vertente importante é a abordagem da crítica antiutilitarista na Teoria da Dádiva de Marcel Mauss (2003), e também alguns ensaios de Alain Caillé (1998, 2006, 2009) e Paulo Henrique Martins (2005, 2016) que nos nortearam sobre entendimento dessa perspectiva maussiana na atualidade. Em confluência a estes autores também utilizaremos as análises de Genauto França Filho e Jean Louis Laville (2004) e Laville (2009) que introduzem a Economia Solidária como uma congruência dos elementos mercantis, não mercantis e não monetários.

É importante destacar que há uma diversidade e pluralidade de economias no meio rural que expressa práticas e ideologias que aproveitam partes desses conceitos citados acima, por exemplo: uma economia tradicional mercantil que busca um viés mais humano e sustentável em resposta às demandas atuais; ações redistributivistas por meio de políticas governamentais e não-governamentais que visam mitigar efeitos das desigualdades sociais; o cooperativismo que busca democratizar/igualizar as relações de trabalho focando as pessoas; a economia camponesa que promove os valores de uso (a subsistência familiar), ou seja, em direção contrária ao capitalismo que favorece os valores de troca; e, por fim, a própria Economia

Solidária que está imersa no sistema hegemônico capitalista, mas em contraposição a esta, por absorver características cooperativistas, mercantis, voluntárias, igualitárias e humanas.

Essa base nos contemplou com algumas concepções teóricas das maneiras de produzir e viver fundamentadas nos processos econômicos e sociais mais solidários ou afetivos, ou seja, cujo objeto e objetivo findam no humano, não no monetário ou no material. Mas também apontam que as estruturas sociais ainda estão intrinsecamente dependentes do viés do capital econômico, tecido pelo mercado. Ou seja, podemos assumir que não há uma única forma de expressão de mercado, de trocas ou sistema econômico (POLANYI, 2000; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

As feiras agroecológicas são um exemplo interessante para analisar, por apresentar uma possível hibridização dessas formas de economia. Inclusive se colocarmos a perspectiva local ou territorial em nossas análises sobre o indivíduo ou sociedade, observaremos novas formas de conduzir a produção e distribuição de bens, serviços e recursos.

Numa breve verificação sobre a realização de feiras agroecológicas, ainda que as práticas mercantis sejam fundamentais, podemos notar que há outras práticas embutidas, como valores de confiança, solidariedade e associativismo. Além disso os agricultores podem também estar inseridos numa convergência de economias: cooperativa (quando associados para fins comuns), redistributiva (quando recebem benefícios diretos do governo ou participam de políticas públicas), camponesa (pois ainda podem praticar o autoconsumo) e solidária (quando buscam atividades econômicas contrárias ao lucro e que beneficiem o humano e o meio ambiente).

Para compreender mais sobre o aspecto ou forma que o termo isolado economia é geralmente percebido, Polanyi nos abre a tese de que a partir do século XIX ocorreu uma grande transformação no mercado, que, além de se tornar cada vez mais internacional, criou alicerces de um sistema de dominação, que sobrepuja as relações sociais. Logo, ele nos afirma que

[...] o controle do sistema econômico pelo mercado acarreta uma consequência fundamental para toda a organização da sociedade: significa, nada menos, dirigir a sociedade como se fosse um acessório do mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2000, p. 77).

Ainda que haja essa inversão, existem outras formas de economia que também são relevantes, conforme já mencionamos mais acima, e é aqui que nosso estudo busca demonstrar que a acepção da palavra economia tem outros sentidos, dependendo do contexto ou cotidiano que observamos.

Mauss também critica o reducionismo da ciência econômica, de base utilitarista e racional, pois em seus estudos a realidade da economia na sociedade é plural, porque a propriedade e a economia funcionam apenas na vivência dos indivíduos em sociedade, são manifestações mentais. Não haveria apenas uma ordem natural da economia conforme originalmente defendida pelos fisiocratas e economistas clássicos, mas sim um conjunto de formas de organização e sistemas de produção, distribuição e trocas, que apenas destes pode predominar sobre os outros. Mas entre essas representações de sistemas de trocas há aquelas que mesmo na sociedade de mercado são movidas pela reciprocidade e redistribuição, uma solidariedade incorporada nos indivíduos ao desejar dar graciosamente algo, de forma voluntária (MAUSS, 2003; LAVILLE, 2009).

Polanyi (2000) nos revela em sua tese quatro princípios sobre as formas de organização econômica de uma sociedade e que podemos aplicar ao nosso objeto de pesquisa. A primeira delas é a domesticidade, que forma um determinado grupo de uma sociedade que busca atender suas próprias necessidades, conforme podemos observar nas famílias de agricultores. O segundo aborda as ações de reciprocidade, em que a dádiva é o principal recurso para os vínculos e as relações sociais, que podemos observar desde pequenas ações quando um agricultor auxilia outro no cultivo de sua produção agrícola até gestos de agradecimento do consumidor pelo atendimento e pela oferta de um alimento de qualidade. O terceiro é o da redistribuição; neste há uma instituição (que pode ser um indivíduo ou entidade) que controla os meios para repartir os recursos acumulados; aqui podemos observar as políticas públicas para agricultura familiar, inclusive aquelas direcionadas à prática agroecológica. O último, o mercado – aqui representado pelas feiras agroecológicas –, tem a função de estabelecer o contato entre aqueles que desejam vender ou comprar as mercadorias para suas necessidades privadas. O mecanismo usado nele são as trocas (POLANYI, 2000; FRANÇA FILHO; LAVILLE, 2004).

Cada um desses princípios pode ser observado em sociedades diferentes ao longo da história, mas aqui não vamos assumir que apenas uma dessas práticas é vigente nas atuais sociedades globais, até porque a economia não se limita ao lado monetário e material; ela também deve considerar o não-monetário, o não-material, o não-econômico. Esse estudo assumirá a tese de que existem várias formas de economia, ou melhor, uma Economia Plural. Por isso que é fundamental compreender o fenômeno da Economia Solidária, que articula essas formas de economia mercantil, não mercantil, não monetária e não utilitarista num mundo em que a economia de mercado voltada para seus valores utilitaristas é o sistema dominante.

### 2.3.2 O sistema da dádiva e os vínculos interpessoais

O dom ou a dádiva seria oferecimento de algo material ou simbólico, no qual se espera um retorno, mas que não é garantido, ainda assim, quando completado, a retribuição pode ser maior do que aquilo que foi dado, especialmente porque gera uma circulação de dons, que promove vínculos de aliança e amizade (CAILLÉ, 2009; MARTINS, 2005; MAUSS, 2003).

Esse sistema é anti-utilitarista, porque principalmente o que é dado não tem obrigação de uma equivalência material ou monetária como na economia de mercado; ele é (o bem ou símbolo) gratuito e não está sujeito a restrições, ou seja, há por parte daquele que oferta um desprendimento, uma espontaneidade tecida pela confiança e pelo desejo do reconhecimento (CAILLÉ, 2009; MARTINS, 2014).

A dádiva estaria em situações que envolvam não apenas bens e serviços, mas também símbolos que promovam elos afetivos em espaços ou momentos interpessoais como: festividades, conversas, namoro, amizade, reuniões, entre outras situações onde esteja presente o mínimo de sociabilidade e desprendimento, para que assim haja trocas, ou melhor, reciprocidade (MAUSS, 2003; CAILLÉ, 1998). A feira agroecológica não existe apenas como um espaço físico para compra e venda de alimentos, mas também de encontro de trocas simbólicas que possibilitaria perceber um sistema de vínculos interpessoais.

Nesses espaços, inclusive os agroecológicos, o ato de alguém dar/ofertar algo a outro, sem uma contraprestação garantida, pode surgir porque há estímulos para isso, ou seja, em princípio podemos reconhecer que há nesse processo uma economia de reciprocidade, que segue uma reflexão de Temple de que “ya que si hay que donar para ser, para donar hay que producir (...)” (2003, s/p). Os vínculos entre as famílias produtoras e consumidoras podem ser mais intrínsecos se houver o interesse em doar/oferecer, e além disso, saber para quem e o que dar.

A dádiva também é um importante contraponto ou caminho alternativo à visão dicotômica de que a sociedade é orientada ou pela “ação planificadora do Estado ou do movimento fluente do mercado”, ou seja, ambas são limitadas pelas suas funções na sociedade, “devolver-receber” e “dar-pagar”, respectivamente (MARTINS, 2005, p. 09; CAILLÉ, 1998). A circulação de dons é mais ampla, porque insere o dar-receber-retribuir, onde é o valor da reciprocidade e não o material que importa. Se nós vamos comprar uma hortaliça ou um tubérculo na feira, é possível que em algum momento vamos perceber que atribuímos uma confiança de que o produto é sem agrotóxico, tem baixo impacto na natureza e é produzido e comercializado por uma família. Como podemos medir confiança e qualidade do produto

agroecológico? Percebemos então que não há equivalência, e por isso seria melhor perguntar se iremos continuar comprando no mesmo local, se iremos divulgar positivamente os produtos, os produtores e a feira.

### 2.3.3 Economia Solidária

Debater sobre uma forma de economia com uma direção mais solidária e humana na maneira de produzir e trabalhar nos fornece várias polissemias, principalmente quando temos que observar territórios (urbano e rural) e os vários contextos e percepções que os envolvidos (consumidores, representantes de órgãos governamentais, instituições sociais e produtores familiares agroecológicos) no seu desenvolvimento agem. Inclusive se tivermos um olhar mais amplo sobre um mundo com várias formas de interações e trocas econômicas e sociais, poderemos enxergar uma pluralidade desses processos. Desse modo, para apresentar algumas dessas diferenças, mas também analisar similitudes e proximidades, iremos nortear essa parte do estudo com as abordagens de França Filho e Laville (2004), Sousa Santos (2002), Polanyi (2000), Singer (2002a, 2002b).

O que torna a Economia Solidária diferente e relevante é a análise sistêmica que faz desses fenômenos, bem como a busca da renovação e da sustentabilidade das formas de produção e de convivência. Conforme já apresentamos, a Economia é uma ciência e estuda os fenômenos relativos à produção, ao comércio, ao consumo etc. Já a Economia Solidária é um sistema econômico ou modo de produção em que esses fenômenos econômicos são partes integrantes dos fatores sociais, políticos, territoriais, culturais. Numa comparação, a ciência econômica se preocupa em estudar a cadeia produtiva e o processo monetário, e como os agentes econômicos se comportam na escassez. A economia solidária propõe-se a perceber, responder e agir frente às implicações e perturbações com que a cadeia produtiva e o processo monetário e não monetário afetam a sociedade.

Na razão de ser e de existir da economia solidária, podem-se destacar duas concepções, uma está relacionada à estrutura do sistema econômico, acarretando o esfacelamento socioeconômico; a outra é que a economia solidária surge de uma demanda que é moldada pelas relações sociais, instituindo preceitos para uma sociedade que critica o malfadado sistema capitalista (SINGER, 2002a, 2002b).

Esse estudo é bastante dirigido para as proposições referentes ao princípio da reciprocidade, também por considerar que a ideia e a prática dela convergem, o que resulta a ser a economia solidária no século XXI. As manifestações de reciprocidade se perpetuam

durante gerações, agora não mais de maneira extensa e prioritária como no século XVIII, devido às estruturas de extensão do mercado capitalista, mas a reciprocidade como vetor social tem seu princípio em uma necessidade antiga que se dispersou, mas ela se mantém e precisa de uma nova demanda socioeconômica, a fim de que sua organização proporcione melhorias para as condições dos sujeitos sociais oprimidos pelo capital. Entendemos que as feiras agroecológicas reproduzem uma economia de reciprocidade, pois buscam-se nas interações contidas nelas “valores éticos” que podem ser observados na organização do trabalho, na produção sustentável, no comércio justo e nas próprias relações de amizade e afeto (TEMPLE, 2003; SOUSA SANTOS, 2002).

Para constituir a reciprocidade e mantê-la, é preciso compreender que há de se conceber o estabelecimento de um código de honra e generosidade, pois os laços comunitários e o cumprimento das obrigações sociais, dentro do coletivo, acarretam “uma pressão contínua sobre o indivíduo no sentido de eliminar do seu consciente o auto-interesse econômico”, os quais mantêm e salvaguardam o interesse coletivo, por meio do reconhecimento de cada sujeito, de maneira que a generosidade é vista como necessidade para o bem coletivo (POLANYI, 2000, p. 66).

Portanto, a Economia Solidária surge para que fosse possível resgatar o princípio da reciprocidade, já vivenciado em séculos passados, e quebrar as forças antagônicas que instauraram os mercados, o capitalismo dominante e a dependência industrial.

### *A Economia Solidária no Brasil*

No Brasil, a Economia Solidária surge com a experiência das cooperativas ditas populares, no final do século XX, principalmente pela ideia de que no novo empreendimento propõe-se que ninguém vai mandar nem obedecer, pois a organização dessas cooperativas promove assembleias para a tomada de decisões, em que todos têm direito ao voto, e são importantes para o desenvolvimento ou a recuperação do empreendimento. Tais experiências também aconteceram, sobretudo, no período referido em assentamentos resultantes de processos de reforma agrária, e por sua vez, possibilitaram formas de organização – cooperativa, associativa ou até informal em grupos solidários – entre agricultores familiares. Também o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil no final do século passado é

atribuído ao aumento do desemprego, à fragilização do fator trabalho, enfim a mais uma crise do capitalismo dominante. Tal contexto ensejou, como se verá a seguir, um conjunto de iniciativas que beneficiavam o trabalho (trabalhador/a) nas áreas urbanas e rurais (SINGER, 2002a, 2002b).

Assim, numa lógica diferente do mercado capitalista, especificamente no Brasil, há uma diversidade de formas de organização e de produção, principalmente relacionada com os agrupamentos de produtores, tais como os agricultores familiares, artesãos, catadores de materiais recicláveis “que possuem seus próprios meios de produção, e não se confundem com o capitalismo, antes, antepõem-se a ele e tendem a integrar a economia solidária” (SINGER, 2005, p. 23).

Esses tipos de produção constituem alternativas para uma grande parcela da população, que se destaca pelas suas atividades de produção, organização e comercialização. No entanto, como o trabalho também é uma maneira de se expressar a cultura, as já mencionadas atividades de artesãos, agricultores, dentre outras, são práticas sociais que desafiam a impositiva dominação econômica, que tenta massificar a sociedade; daí a relevância dos papéis que interligam essa outra economia e sua identidade social.

Mas, por que alguns sujeitos atendem às proposições do capital enquanto outros buscam um modo de superar as condições de opressão social? Podemos exemplificar melhor essa questão ao observar o contexto de muitos territórios rurais em que os produtores agroecológicos convivem com aqueles que produzem de forma convencional<sup>19</sup>. Inclusive, estes últimos são geralmente maioria e dependem da economia de subsistência e dos atravessadores e/ou de mercados institucionais para obter uma parte de sua renda, mas ainda assim, um rendimento geralmente menor em comparação àqueles que comercializam em feiras agroecológicas (considerando o caso de Recife)<sup>20</sup> e que ainda têm a liberdade para decidir sobre o manejo, a quantidade e o preço que vendem.

Sabemos que, para se cultivarem as inovações econômicas, que é o que propõe a economia solidária, é preciso estar atento a questões como a qualidade de vida, os espaços de sociabilidade, e que se proporcionem aos trabalhadores os modos de cooperação, integração, de modo a sinalizar para a reorganização dessa nova economia, tornando-a capaz de atender às necessidades coletivas.

---

<sup>19</sup> Produzem utilizando agrotóxicos e defensivos, além de que o manejo não prioriza a conservação ecológica.

<sup>20</sup> Ver Araújo, Lima e Macambira (2015).

A condição econômica mundial, em colapso, precisa de intervenção, e são os atores sociais que, por meio das heranças tribais nas formas de organização, trabalho e produção, se tornam fundamentais para a análise e o entendimento de como se constrói a cooperação. A partir de correntes teóricas, podemos delinear e saber como agem as comunidades, as tribos e os outros sistemas de organizações coletivas, que irão gerar processos coletivos mais igualitários, contrários à competição e capazes de promover a economia solidária (SINGER, 2000).

Assim, a economia solidária vai se constituindo dentro dos movimentos sociais, agregando os gestores públicos, lutando pela ampliação das oportunidades para os empreendimentos econômicos solidários urbanos e rurais, estimulando o equilíbrio entre produção e meio ambiente, e outras formas organizativas, que vão se encontrar na constituição dos Fóruns de Economia Solidária; fóruns que representam e favorecem a formação das redes de informações, produção e outras demandas, para que os sujeitos sociais se unam por meio dos empreendimentos solidários, como protagonistas de relações solidárias de caráter coletivo que visem ao desenvolvimento territorial sustentável.

#### 2.3.4 Economia plural e formação do ethos social

As feiras agroecológicas de Recife representam uma economia plural, pois elas foram organizadas em sua maioria pelo associativismo e pela cooperação entre os empreendimentos solidários e familiares. Instituições de assessoria e assistência técnica, órgãos governamentais e universidades também apoiaram a organização desses espaços. Mas além desses laços solidários envolvidos, as feiras também articulam a esfera mercantil, pois são o principal meio de escoamento de seus produtos e fonte de renda de mais de 150 famílias, sendo que 2/3 comercializam apenas em feiras, as demais têm nos seus próprios sítios, feiras livres, mercados institucionais, atravessadores outras formas de vender seus produtos (ARAÚJO; LIMA; MACAMBIRA, 2015).

O elo dessas relações está num ethos de solidariedade, pois na primeira relação a intenção é a oferta de produtos mais saudáveis e de menor impacto ambiental, oriundos de uma família de empreendimento rural solidário. Os consumidores sentem que não estão pagando por um produto numa relação impessoal, mas que contribuem para essa prática ecológica e solidária de produzir.

Na segunda relação, o ethos solidário pode ser observado na formação de configuração de um espaço de intencionalidade intersubjetiva, pois a feira, como dito antes, é um local de encontro, com uma esfera de prática de uma outra forma de economia, que não utilitária.

A última relação apontada no início dessa subseção ressalta a importância dos componentes da economia solidária, como associativismo e cooperativismo, pois os produtores têm objetivos e interesses comuns e benefício mútuo. Também podemos observar que há um intercâmbio de saberes e ajuda mútua. A autogestão é outro componente observado, pois muitos são os que exercitam as definições de estratégias de gestão no trabalho, produção e comercialização em seus territórios e nas feiras. As relações unidas por um ethos de solidariedade possibilitam alcançar mudanças significativas tanto na obtenção de uma renda maior quanto um trabalho mais humano.

Nosso estudo busca compreender em parte os fatos sociais, mas não busca supor ou propor uma generalização plena. Para Elias (1994a), as redes de indivíduos inspiram importantes modelos que permitam compreender a complexidade da sociedade.

O exemplo da feira e dos atores e produtos que a compõem é um primeiro passo para compreender, num plano microssocial, a complexidade da vida social na qual se manifestam outros tipos de relações que são contraditórias, tensas e conflituosas. A feira é um fluxo contínuo, com mudanças mais rápidas ou mais lentas. Contudo, é difícil percebê-las, pois o que une as pessoas não são os produtos agroecológicos em si.

Feirantes e consumidores no processo de realização da feira, não realizaram um planejamento das interações e trocas simbólicas. Cada um exerce funções para atender outros, ou seja, “um indivíduo para outros indivíduos” (ELIAS, 1994a, p. 23). Logo, esse exemplo da feira e dos seus atores nos mostra que primeiro devemos visualizar as diferentes relações que as partes têm com o todo, pois pensando o todo podemos conhecer as partes individuais.

Quando estas convivem dentro de um mesmo grupo, as pessoas adquirem formações históricas individuais distintas, cada um criando a partir de sua posição na sociedade, uma relação de redes únicas (ELIAS, 1994a). Quando consideramos essa questão para compreender o grau dessas relações em sociedades mais simples e mais complexas, verificamos na primeira que o indivíduo tem menores possibilidades de funções e situações no seu desenvolvimento social, mas numa sociedade maior, essa individualidade aumenta. Isto fica evidente no nosso universo de pesquisa quando observamos comparativamente as condições de vida dos produtores no seu ecossistema doméstico e sua inserção no sistema urbano mais amplo e complexo.

Refletindo sobre o objeto do nosso estudo, percebemos que os agricultores familiares, até meados dos anos 1990, estavam incrustados em suas propriedades e vivendo da subsistência e da renda da venda de seus produtos em feiras livres na região onde residem e também da venda para atravessadores. De fato, essa é uma realidade que ainda encontramos, pois os produtores familiares agroecológicos são uma parcela pequena frente àqueles que produzem com técnicas convencionais.

Essa situação mostra que já há uma diferença de individualização entre esses dois perfis de agricultores, pois aqueles que estão em feiras agroecológicas, principalmente em regiões metropolitanas – ou seja, fora da sua região de vida e trabalho –, têm maiores possibilidades de individualização, pois sua percepção e interação sobre o mundo se ampliam.

Logo, a forma individual que indivíduo-agricultor assume ao se desenvolver dependerá da estrutura da sociedade em que ele vive. Os produtores agroecológicos ampliaram seu mundo de vida na sociedade, aliando o rural com uma experiência urbana. Ainda que não identifiquemos visivelmente em algumas feiras aspectos de solidariedade, cooperação e dádiva, podemos afirmar que há uma mudança significativa nos valores, nas regras e nos códigos de conduta que apontam para a valorização de proximidade.

O caminho entre o espaço rural e o espaço urbano para o agricultor familiar de base agroecológica implica mais do que os quilômetros de distância e o transporte usados para levar suas mercadorias, galeias e barracas. O exercício de entender o ethos das feiras e dos agricultores-feirantes instiga a necessidade de refletir sobre processos e percepções particulares que cada ator tem sobre esse lugar e sobre como circulam os bens materiais e simbólicos em favor de uma economia solidária. Parte da construção dessas observações e percepções que colocamos aqui é resultado de anos acompanhando as feiras e os produtores em projetos de pesquisa e extensão<sup>21</sup>.

O habitus dos feirantes é confrontado com uma diversidade de disposições que os leva a se confrontar e se entrelaçar com outro modo de vida, o do consumidor, que também se beneficia das sociabilidades criadas nas feiras. Essa relação entre sociedade e indivíduo não é dicotômica, mas interdependente.

Por fim, entendemos que a organização dessas feiras necessitou dessa hibridização entre economia mercantil (oferta e demanda de produtos, preços e moeda) e um sistema de reciprocidade e solidariedade de acordo com uma lógica da dádiva (POLANYI, 2000; CAILLÉ,

---

<sup>21</sup> Desde a graduação, em Economia na UFPE, o autor desta tese participou da elaboração e execução de projetos de extensão e pesquisa pelo Núcleo de Economia Solidária (NECSO) sobre agricultura familiar e feiras agroecológicas.

1998). E essas características estão presentes tanto na relação entre produtores-consumidores, quanto consumidores-consumidores e produtores-produtores.

### 3 MANEJO METODOLÓGICO

Construído o arcabouço teórico iremos neste capítulo apresentar os métodos e meios que aplicamos para alcançar os objetivos específicos traçados, a fim de compreender mais sobre o objeto da pesquisa. São eles: análise documental e histórica, análise de conteúdo (AC) e pesquisa de campo (com observação, aplicação de questionários e realização de entrevistas).

Para realizar essa pesquisa com base nesses métodos e instrumentos utilizados, seguimos as etapas e os períodos no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Períodos de pesquisa**

<b>Etapas da pesquisa</b>	<b>Períodos</b>
Levantamento e leitura do referencial teórico e outros materiais e documentos	Maio/2016 até Julho de 2017; Janeiro/2018 até Julho/2019
Levantamentos de informações in loco nas feiras	Janeiro a Julho/2017
Elaboração dos roteiros de pesquisa (observação, questionário e entrevista)	Outubro a Dezembro/2018
Observação das feiras	Julho a Novembro/2018; Janeiro a Março/2019
Aplicação dos questionários	Novembro/2018 a Março/2019;
Aplicação das entrevistas	Novembro/2018 a Maio/2019;

Antes de delinear os passos e fundamentos, iremos inicialmente discutir a importância da feira agroecológica como fato social no tópico abaixo.

*Algumas questões conceituais: a feira agroecológica como fato social na organização do universo da pesquisa*

Podemos considerar a feira agroecológica como um fato social, dada a diversidade e variação de conexões que esta tem com um sistema social mais amplo. O fenômeno da expansão dessas feiras em Recife é bastante significativo para buscarmos compreender a influência dela

na sociedade (e vice-versa), especialmente se observarmos que ela acompanha uma tendência a nível nacional e internacional, e podemos apontar que ainda há espaço para crescer.

Outra consideração importante é que nelas podemos incluir diversos outros fenômenos, além do econômico, social e moral que até aqui discutimos; há também componentes culturais e políticos, afora aqueles não facilmente identificáveis, como os sentimentos e os símbolos (DURKHEIM, 2007). Mas o que é preponderante é que esses fenômenos envolvem todos os indivíduos, não apenas os agricultores familiares e consumidores, mas também os membros de instituições sociais e órgãos governamentais que atuam assessorando e apoiando, inclusive aquelas pessoas que não consomem ou atuam de algum modo, mas conhecem e têm sua visão ou atividades em algum grau influenciadas por elas.

Durkheim (2007) propõe que existe uma coletividade com costumes que influenciam as ações e os pensamentos dos indivíduos que fazem parte dela. Tudo estaria relacionado de maneira interdependente. Contudo, Mauss compreende que essa perspectiva é mais ampla, pois deveria envolver fenômenos e elementos que estariam além das questões morais e materiais; o que circula é um conjunto de práticas e significações simbólicas (MAUSS, 2003). A circulação de dádivas numa feira agroecológica obriga a quem participa incorporar gestos, atitudes, sentimentos e pensamentos que se tornam comuns entre eles.

Na seção seguinte apresentamos como organizamos os primeiros passos para coleta, alinhamento e análise das informações e dados que conseguimos em nossa jornada.

### **3.1 Os tipos de análise – histórica, documental e conteúdo**

#### **3.1.1 Análise Documental e Histórica**

Em princípio, utilizamos a análise documental e histórica a partir de fontes secundárias. Este método tem validade para os três objetivos relacionados, tanto para as mudanças dos hábitos de consumo e das estratégias comerciais dos produtores agroecológicos como para analisar o caráter das práticas comerciais e de trabalho presentes nos seus produtos em Recife. Como fontes secundárias foram utilizados textos científicos, relatórios técnicos, dados estatísticos de bases oficiais, matérias de jornais, livros, documentos oficiais (leis, acordos, decretos, memorandos, protocolos, comunicados, programas etc.), além de informações de instituições de apoio e fomento à atividade agroecológica e de economia solidária, como também de organizações (associações, cooperativas e grupos solidários) dos próprios agricultores familiares que congregam informações úteis para descrição e análise.

No quadro 2 abaixo são apresentadas as fontes e bases que atenderam às necessidades do estudo, desde uso direto nas análises até como consulta para compreender o cenário e as tendências de determinados fenômenos e interações. São listadas fontes documentais e bases de dados estatísticos, que serão utilizadas para atender aos três objetivos.

**Quadro 2 – Lista de fontes bases de dados secundários para análise documental e elaboração do corpus da análise de conteúdo**

<b>Instituição/fontes</b>	<b>Bases e dados disponíveis principais</b>	<b>Links</b>
Textos científicos	Periódicos da CAPES; Scielo; Redalyc, repositórios de dissertações e teses de universidades, entre outros.	<a href="http://www.periodicos.capes.gov.br/">www.periodicos.capes.gov.br/</a> ; <a href="http://www.scielo.br/">www.scielo.br/</a> ; <a href="http://www.redalyc.org/">www.redalyc.org/</a> ; Google Scholar; repositórios e acervos de universidades e instituições de pesquisa.
Jornais (impressos, online, TV, rádio)	Matérias e notícias que descrevam e apresentem informações sobre a presença de produtos e feiras agroecológicas em Recife	Vários.
Informações e mapeamentos sobre feiras e espaços agroecológicos	Sítios que compilam registros sobre feiras agroecológicas em Pernambuco e Recife	<a href="http://feirasorganicas.idec.org.br/">http://feirasorganicas.idec.org.br/</a> ; <a href="http://www.centrosabia.org.br/">www.centrosabia.org.br/</a> ;
Câmara dos Deputado Federal; Assembleia Legislativa de Pernambuco, Legislação Municipal, Constituição Federal, Brasil	Leis e Decretos	<a href="http://www2.camara.leg.br/">www2.camara.leg.br/</a> ; <a href="http://www.recife.pe.leg.br/legislacao/">http://www.recife.pe.leg.br/legislacao/</a> ; <a href="http://legis.alepe.pe.gov.br/">http://legis.alepe.pe.gov.br/</a>
Secretaria do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Brasil	ComexStat (dados de fluxo de informações de Comércio Exterior) e Empresas brasileiras exportadoras e importadoras; Relatórios técnicos.	<a href="http://comexstat.mdic.gov.br/">http://comexstat.mdic.gov.br/</a> / <a href="http://www.mdic.gov.br/">www.mdic.gov.br/</a>
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Brasil	Censos Demográficos, Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD); Pesquisa Pecuária Municipal; Pesquisa Agrícola Municipal; Censos Agropecuários	<a href="http://www.sidra.ibge.br">www.sidra.ibge.br</a>
Estatísticas sobre produtos orgânicos	Sítios que compilam informações sobre produção, área produzida e outros dados relevantes sobre alimentos orgânicos.	<a href="https://www.ifoam.bio">https://www.ifoam.bio</a> ; <a href="https://statistics.fibl.org">https://statistics.fibl.org</a>

**Fonte:** Elaboração própria, 2018.

Como podemos observar no quadro acima, há um amplo material documental disponível que foram fontes para coleta e organização de informações na aplicação do método de análise documental.

Bardin (1977) diferencia este método ao destacar que a AC analisa mensagens por meio de categorias temáticas, buscando revelar indicadores e inferência sobre a realidade estudada. Já análise documental se focaliza em trabalhar com documentos: classificando, indexando e resumizando informações para “armazenagem e consulta” (BARDIN, 1977, p. 46).

Por exemplo, todas as fontes do quadro 2 tiveram seus documentos filtrados nessas bases e fontes por meio de palavras-chave e organizados para o desenvolvimento e a análise nesta pesquisa, e também foram submetidos para tratamento analítico por meio da aplicação do método AC.

A primeira fonte indicada, indexadores e acervos online de periódicos científicos, é imprescindível para alcançar publicações atualizadas de outros estados e principalmente de outros países que serviram tanto para revisão teórica e histórica quanto para coleta de dados que apontem ou reforcem ideias e informações na análise dos resultados. Nesse processo, filtramos dissertações e teses nesses repositórios que focaram seus estudos sobre feiras livres e/ou agroecológicas, a fim de verificar a relevância desse estudo, como também usamos como fonte referencial e comparativa.

As notícias e outras matérias nos jornais – impressos, online e/ou TV/Rádio – foram sendo utilizadas para compor uma percepção da mídia sobre a atividade comercial agroecológica ou compreensão conceitual, pois estes meios de comunicação podem influenciar o modo como os consumidores opinam e percebem sobre esses produtos e também informam sobre a presença das feiras no cotidiano recifense.

As bases de informações do poder legislativo das esferas federal, estadual e municipal disponibilizam documentos legais como leis, decretos, atos, acordos, comunicados, entre outros. Essas informações nos permitiram construir parte do histórico do marco legal da agricultura familiar e agroecologia no Brasil, inclusive em Pernambuco e Recife.

A Secretaria do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) possui uma importante base de dados quantitativos que auxiliam, por exemplo, na identificação e comprovação do fluxo de mercadorias orgânicas, que está em expansão em razão dos marcos regulatórios para identificação, qualidade e certificação dos produtos orgânicos. Além disso, é possível listar as empresas que realizam essa atividade. Essas informações são importantes para traçar um outro viés do destino da produção orgânica.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresenta importantes dados que nos orientaram sobre tendências de consumo das famílias brasileiras, além de identificar o perfil populacional aproximado das localidades desse estudo, além de dados sobre a produção pecuária e agrícola municipal. Os dados dos Censos Demográficos e Agropecuários foram importantes para traçar o perfil socioeconômico e do meio antrópico dos agricultores familiares.

Em seguida foram coletados materiais publicizados, documentados e entrevistas com membros das instituições sociais (ONGs, Associações, Projetos, Núcleos e Incubadoras Universitárias) de assistência técnica, além de entidades governamentais que atuem desde a fiscalização até o apoio às atividades de produção agroecológica familiar, particularmente em Recife.

Por fim, das instituições que atuam diretamente na assistência técnica dos produtores e feiras agroecológicas também foram solicitadas informações e entrevistas que auxiliaram na organização de uma lista ou mapeamento do número aproximado e perfil de empreendimentos em atividade em feiras e espaços no Recife.

Parte dessas fontes e materiais citados acima está disponível online, o que nos auxiliou até aqui com informações que descrevessem a expansão e ampla presença de produtores familiares agroecológicos em Feiras no Brasil, em particular Recife, mas também subsidiou a elaboração de um corpus para a aplicação do método de análise de conteúdo.

### 3.1.2 Análise de Conteúdo

Este outro método, Análise de Conteúdo (AC), tem o propósito de analisar as mudanças de mentalidade das práticas e a formação de um ethos que compreenda os hábitos dos produtores agroecológicos inseridos nas feiras, desde suas estratégias de adaptação e lógica mercantil até as relações que são construídas com outros produtores, instituições de apoio e consumidores de produtos agroecológicos. Essa abordagem qualitativa requer dos seus métodos e suas respectivas técnicas uma busca pela compreensão de ações e reações, portanto, dos seus significantes e significados.

Escolher um método como Análise de Conteúdo para uma pesquisa com viés empírico possibilitou alcançar nesse percurso uma objetividade e sistematização dos conteúdos e ideias em categorias, frases, palavras ou termos que viabilizam relacionar e inferir os materiais escritos (JANEIRA, 1972; BARDIN, 1977).

Os primeiros materiais e conteúdos que foram analisados por meio deste método são aqueles listados no quadro 2 acima, entre matérias jornalísticas, documentos oficiais (leis,

decretos, acordos, atos etc.), além de relatórios técnicos e outros documentos que as instituições disponibilizaram. A partir desses materiais elaboramos os roteiros de observação, entrevistas e questionário, que foram aplicados com produtores e consumidores das feiras agroecológicas. As instituições de apoio tiveram roteiros adaptados a cada caso, que dependeu da necessidade de informação que precisávamos para compreender determinados pontos e fatos. Essas entrevistas visaram verificar as relações sociais entre esses atores, além das mudanças de hábitos de consumo e estratégias de comercialização.

Os roteiros de entrevistas com esses atores da atividade agroecológica buscaram também compreender a formação histórica da produção agroecológica familiar em Recife, de modo a perceber se sua atuação teve influência nas estratégias e formação do ethos desses produtores, como também compreender a expansão dessas feiras e espaços no Recife.

Ainda, é importante acrescentar que o uso deste método auxilia a filtrar e analisar separadamente a comunicação textual selecionada para esse fim, pois dela foram estabelecidas categorias e codificações para verificar o que foi de fato pertinente e o que não foi, além de servir como forma de concatenar para análise e interpretação as ideias, os significados e os conceitos (JANEIRA, 1972; BARDIN, 1977; SCHWANDT, 2006), reiterando que este estudo utilizou como comunicação textual: matérias jornalísticas, textos técnicos e científicos, transcrições de trechos decupados dos áudios de entrevistas e respostas dos questionários aplicados.

Esta estrutura de análise de conteúdo permitiu construir e organizar as comunicações textuais para a análise dinâmica do objeto estudado (BARDIN, 1977; FRANCO, 2008) de modo que as categorias de análise puderam ser um elo instrumental para que fosse possível selecionar e organizar no âmbito crítico e epistemológico desse método em questão uma concepção em que se possa reconhecer tanto o “[...] rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 1977, p. 9).

Bardin (1977) segue nos orientando em mostrar sistematicamente e didaticamente como percorrer as etapas evolutivas deste tipo de análise. Ele ordena em três (1977, p. 95): Pré-análise; Exploração do material; e Tratamento dos resultados, inferência e interpretação.

Esse roteiro simples apresenta uma proposta essencial para qualquer pesquisa, em organizar o material, explorar o material e depois analisar. Mas é um processo longo e exaustivo, com regras necessárias e considerando suas adaptações ao objeto e objetivos do estudo, pois como todo estudo científico, o método de Bardin também requer um conhecimento prévio aprofundado do arcabouço teórico, além de uma persistência no uso do método para realização de cada etapa.

Nos tópicos seguintes descreveremos a aplicação de cada uma dessas etapas neste estudo, com o intuito de demonstrar como estão sendo alcançados os objetivos traçados.

### *Pré-análise*

Esta etapa consistiu na coleta e organização do material documental disponível, visitas de levantamento e observação de campo (nas feiras agroecológicas em Recife). Com essas informações e mais outros materiais, elaboramos os roteiros de entrevistas com produtores agroecológicos e consumidores, entrevistas com membros de instituições de apoio ou de promoção da comercialização, e também organizamos os dados estatísticos secundários e primários coletados e compilamos. Todos os documentos oficiais (leis, decretos, acordos, atos etc.) estavam disponíveis digitalmente, outros materiais foram obtidos durante as visitas às instituições (ou consultas aos seus sites) para a realização de entrevistas e outros meios de obtenção.

Sobre as visitas, primeiramente fizemos caminhadas aleatórias para conhecer a movimentação das feiras, tanto as que já conhecíamos como outras que tinham pouco tempo, mas de todo, para uma melhor reflexão e auxílio na construção dos materiais de coleta, optamos em fazer mais visitas ao Espaço Agroecológico das Graças, por ser a feira mais antiga, e ter uma dinâmica de interação entre seus atores consolidada para que pudéssemos observar e extrair percepções e os tópicos para elaborar os instrumentos e pontos de análise dos resultados. Também teve como objetivo atualizar uma listagem das feiras, localização, número de barracas, associações dos agricultores e outras informações. Depois desse trabalho inicial, a organização das entrevistas se deu a partir da orientação teórico-metodológica de AC, interpretando os dados da fase inicial de coleta até o momento do tratamento dos dados. Em todas as aplicações de questionários e entrevistas, realizamos observações, para que nos permitissem releituras de todas as informações que compreendem nosso conjunto de dados e informações para análise (BARDIN, 1977; FRANCO, 2008).

A análise quantitativa, como observado e descrito a partir do quadro 2, utilizou bases de dados oficiais para complementar e corroborar argumentos e análises, como também informações quantitativas que foram levantadas e aferidas a partir dos questionários, bem como as visitas de campo e coletas nas instituições. Esses dados possibilitaram traçar um perfil dos grupos e feiras pesquisadas.

Ressaltamos que organizar e apresentar dados quantitativos (tanto secundários como aqueles coletados na pesquisa de campo) foi também um caminho para interpretar, ou seja, este

não podia estar dissociado das informações qualitativas, pois é a partir desta que se consegue revelar e atribuir significados aos números (BARDIN, 1977).

Isto posto, é fundamental considerar no conteúdo da publicação escrita o contexto e também a história, pois sem isso, a análise poderia se tornar sem efeito; por isso, Bardin (1977) reitera a importância de verificar/ler o todo do material selecionado para compor o corpus, material documental reunido para classificação e análise.

Logo, seguindo esse caminho metodológico inicial, uma proposta de aplicação deste método ocorreu por meio da composição do corpus para efeito de aprofundamento do estudo (Quadro 3).

**Quadro 3 – Corpus de Análise de Conteúdo**

<b>Corpus</b>	<b>Descrição do material para organização da análise</b>	<b>Onde foi utilizado</b>
Textos científicos	Artigos, dissertações, teses e livros.	Referencial teórico. Dados e fatos para comparação nos resultados.
Documentos oficiais	Leis, decretos, acordos, atos, comunicados, planos etc.	Capítulo sobre Instituições e Marco Legal
Textos jornalísticos	Notícias e matérias digitais, impressas e transcritas de TV/rádio.	Levantamento de informações para listar as feiras e perceber o cenário de ampliação do interesse por produtos orgânicos, sustentáveis.
Entrevistas transcritas	Produtores familiares que participam de feiras agroecológicas; consumidores dessas feiras; representantes de instituições sociais, associações e entidades governamentais que atuem e contribuam com essa atividade.	Capítulos de resultados.
Anotações das observações de campo	das visitas às feiras e instituições de apoio	Elaboração de instrumentos; Capítulos de resultados.

Fonte: Elaboração própria, 2019.

O corpus foi derivado do material levantado e sistematizado para a realização da análise documental, mas que agora tem a função de reorganizar e destacar as informações e mensagens para o processo de elaboração das categorias para a análise dos resultados.

### *Exploração do material*

Definir as categorias foi um passo fundamental na aplicação do método, mas por ser um processo gradual e extenso, quando da execução desta etapa, poderá haver durante o processo

uma revisão da parte teórica sobre o material de análise, e vice-versa. Por sua vez, o conjunto de categorias também foi revisado. Esse refinamento foi importante até estabelecer versões mais próximas daquelas que são utilizadas para análise dos resultados (BARDIN, 1977; FRANCO, 2008).

A partir do material inicial verificado nos trabalhos científicos, matérias jornalísticas sobre a expansão das feiras agroecológicas, além da legislação e outros textos científicos, foram selecionadas algumas expressões e termos recorrentes que apontam e resumem características tanto sobre os grupos que serão analisados como os elementos de significados do objeto deste estudo.

**Quadro 4 – Lista de termos e palavras para filtrar pesquisas em buscadores de indexadores, repositórios, revistas, bases de dados e outros fontes**

Orgânico/Agroecológico	Cooperação/Associativismo
Feira	Família
Ecologia/Ecológico	Confiança
Saúde/Saudável	Solidariedade/Solidário
Limpo/Sem agrotóxico	Meio-ambiente
Trocas	Reciprocidade/Dádiva

A partir desses termos (e combinações destes) e seguindo as orientações de Bardin (1977), propomos inicialmente as seguintes categorias:

- 1 o atrativo do produto agroecológico em termos de saúde e qualidade;
- 2 importância das relações e interações sociais na feira entre produtores e consumidores;
- 3 a presença da dádiva na organização de uma cultura de consumo de produtos agroecológicos;
- 4 a particularidade do produto agroecológico.

A primeira delas é a atração dos consumidores pelos alimentos agroecológicos, principalmente aquelas com atributos de saúde e qualidade. Como se trata de um estudo sobre a constituição de um ethos do consumo desses produtos, essa demarcação nos permitiu uma apreensão acerca das mudanças nos hábitos de consumo.

A segunda buscou descrever as relações entre os principais atores desse estudo – produtores familiares e consumidores – considerando que a proximidade com o produtor é um

fator importante para o desenvolvimento de diálogos e vínculos solidários, o que auxiliou nas interações no comércio solidário de alimentos agroecológicos entre esses atores, que inclui a própria ideia de sociabilidade.

A presença da dádiva é a terceira categoria identificada, pois dela se estabelecem relações singulares para realização dos negócios e constituição de uma cultura de consumo por produtos agroecológicos.

Por fim, as estratégias de apresentação, distribuição e divulgação desses produtos retratam uma categoria analítica que teve o papel de identificar como os produtores familiares, por meio de uma forte concorrência com supermercados, feiras e mercados livres de produtos da agricultura convencional, expandiram sua presença (e dos produtos) e inseriram novas formas de conduta e hábitos nas trocas comerciais e no consumo.

#### *Tratamento dos resultados, inferência e interpretação*

Esta terceira etapa implicou na organização da análise a partir da compilação, comparação e aprofundamento para inferência e interpretação dos resultados. Foi também o momento de utilização de técnicas estatísticas básicas para sistematizar os dados primários coletados – das transcrições das entrevistas, anotações das observações/visitas de campo e documentos – em tabelas e gráficos para facilitar o destaque das informações que são tratadas e discutidas na análise dos resultados.

Essa etapa expôs os conteúdos que estavam ocultos e/ou indefinidos nos documentos que foram revelados com base nas categorias de análise e inferidas e interpretadas à luz do arcabouço teórico. Em síntese, é um processo de discussão que avançou além da leitura selecionada e realizou uma análise comparativa dos dados sistematizados e das mensagens destacadas em consonância com os objetivos propostos.

### **3.2 Definição da amostra dos entrevistados**

Em Recife, até o momento foram identificados 46 feiras e espaços agroecológicos, sendo que 21 feiras haviam sido registradas no estudo de Araújo, Lima e Macambira (2015) que foi realizado em 2012. Algumas deixaram de existir ou mudaram de lugar, mas muitas outras surgiram ou foram identificadas. Inclusive é possível que haja mais ou até outras tenham deixado de existir, contudo, não é fácil obter informações que não seja *in loco*.

Na pesquisa de Araújo, Lima e Macambira (2015) foram entrevistadas 157 famílias distribuídas em cerca de 245 barracas de 21 feiras e que poderia haver um mesmo grupo ou família em mais de uma feira. No levantamento inicial que realizamos, o número de feiras identificadas era de pouco mais de 30, sendo que durante a evolução da pesquisa de campo, fomos informados que o número era bem maior, desse modo, tínhamos um universo bastante dinâmico, o que demonstrava a importância da realização dessa pesquisa.

A escolha das feiras para o estudo, retirando do universo que havíamos conseguido, e que mudava na medida em que seguíamos a pesquisa, foi um grande desafio. Mas ao compilarmos alguns critérios, como: bairro de localização, tempo de duração, número de barracas, associações participantes, tipo de espaço de realização, entre outras particularidades que descreveremos no capítulo 7. Notamos que poderíamos filtrar alguns tipos de feiras que poderiam nos servir de comparação, dada as especificidades, e que contemplariam parte de um perfil delas em Recife. A lista das feiras agroecológicas de Recife que utilizamos para filtrar nossa escolha está no Apêndice D. Esta foi durante a pesquisa acrescida, contudo, não modificou os critérios ou escolha das feiras para o estudo.

Com essas informações, optamos por escolher ao menos uma feira por Zona Urbana de Recife, depois que filtramos para Zona Sul, Zona Norte, Zona Oeste e Zona Leste, buscamos verificar os critérios de tempo. As localizadas nas duas primeiras zonas tinham as primeiras feiras agroecológicas do Recife e que tinham um grande número de barracas e famílias participando. Desse modo optamos por escolher uma em cada: Espaço Agroecológico das Graças (EAG) para Zona Norte e Espaço Agroecológico de Boa Viagem (EABV) para Zona Sul.

No caso das outras zonas, havia um perfil mais eclético, em termos de condições socioeconômicas dos bairros, assim como diferenças no tempo de existência delas, algumas muitos anos ou até mais de uma década e outras com poucos meses. Além de que havia feiras em logradouros públicos e ruas, outras em instituições públicas. Optamos por escolher duas feiras nas Zonas Oeste e Leste, sendo uma num logradouro público e outra dentro de uma instituição pública, desde que tivessem 5 ou mais barracas.

Também buscamos incluir feiras que tivessem poucos anos, pois aquelas escolhidas para Zona Sul e Norte tinham no momento da pesquisa 19 e 22 anos respectivamente. Desse modo selecionamos na Zona Oeste o Espaço Agroecológico da Várzea (EAV) e Feira de Orgânicos na Ceasa (FOCeasa), a primeira tinha menos de 1 ano no momento da pesquisa e localiza-se numa praça central do bairro que a nomeia, a outra fica dentro do espaço da Central de Abastecimento e Logística de Pernambuco e tem mais de 10 anos, vinculada ao Governo do

Estado. Na Zona Leste, escolhemos o Espaço Agroecológico de Santo Amaro (EASA), com menos de 3 anos e localizado numa praça, e também a Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife (FOPCR), com pouco mais de 3 anos e localizada dentro do hall de passagem da sede da prefeitura.

Todos esses critérios visam verificar os espaços que tenham informações que pudéssemos observar o ethos, além de que haja um número mínimo de barracas que possa atender um maior público e observássemos mais produtores familiares e consumidores. E por fim, a frequência também é importante, pois feiras que ocorrem quinzenalmente ou mensalmente podem ter maior dificuldade de criar uma fidelidade, o que é importante para o componente de confiança.

Considerando esses critérios e escolhas, abaixo (Quadro 5) visitamos as seguintes feiras durante o período de observação e aplicação dos instrumentos das entrevistas e coleta de dados primários:

**Quadro 5 – Ordem<sup>1</sup> de visita para aplicação dos instrumentos e período de realização**

<b>Feira</b>	<b>Períodos</b>
Espaço Agroecológico das Graças (EAG)	Novembro/2018; Fevereiro e Março/2019
Espaço Agroecológico da Várzea (EAV)	Dezembro/2018 a Janeiro/2019
Feira de Orgânicos da Ceasa (FOCeasa)	Janeiro e Fevereiro/2019
Feira de Orgânicos da PCR (FOPCR)	Fevereiro/2019
Espaço Agroecológico de Boa Viagem (EABV)	Março e Abril/2019
Espaço Agroecológico de Santo Amaro (EASA)	Março/2019

Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019.

<sup>1</sup> Retornamos mais de uma vez em algumas feiras para completar informações que ficaram pendentes ou que ocorreram dúvidas.

Nos mesmo período aproveitamos para realizar as entrevistas com consumidores e membros de instituições sociais e gestores públicos. Realizamos as entrevistas com os consumidores depois que completássemos com os consumidores e marcamos com as entidades depois que tivéssemos questões/dúvidas e uma melhor compreensão sobre o cenário dessas

feiras, ou seja, à medida que íamos aplicando um instrumento, elaborávamos ou adaptávamos os demais instrumentos para que pudessem atender os pontos e as informações necessários dos nossos objetivos.

### 3.2.1 Sobre métodos e técnicas na pesquisa

Para realização das entrevistas, buscamos inicialmente produtores agroecológicos que sejam os principais mediadores/articuladores<sup>22</sup>. Também entrevistamos alguns consumidores, a partir da indicação dos feirantes, mas também por alguns critérios de frequência (tanto a periodicidade quanto o tempo que é consumidor da feira em análise) e fidelização, indicados por produtores e/ou consumidores. Ou seja, que pudéssemos identificar um certo grau de vínculo com a feira, o que é imprescindível para analisarmos as percepções destes sobre o espaço e os produtores. Mas alguns casos abordamos sem ajuda, pois notamos a partir das visitas ou mesmo por frequentar determinada feira, que alguns consumidores eram bastante presentes e interagem com os feirantes.

Para analisar essas entrevistas utilizamos principalmente o método da análise de conteúdo com os termos e as categorias definidos para orientação de nossa busca e análise (BARDIN, 1977). A elaboração dos roteiros de entrevistas semiestruturadas considerou as abordagens teóricas da sociologia figuracional (ELIAS, 1994a), dádiva (MAUSS, 2003), economia plural (POLANYI, 2000) e agroecologia (ALTIERI, 2004) alinhando com as observações de campo, atendendo principalmente aos pontos mais focados nos objetivos desta pesquisa.

É importante destacarmos que a observação de campo nos possibilitou verificar nuances e práticas cotidianas que nem sempre as respostas dos entrevistados revelam; enfim minha experiência como pesquisador da área<sup>23</sup> me facilitou compreender de modo mais amplo as particularidades do objeto. Esse tipo de pesquisa buscou revelar também as interações e os trejeitos entre os atores nesses espaços e feiras agroecológicas. Essa inserção no local para observação permite ao pesquisador uma participação maior no cotidiano, o que possibilita verificar de forma aproximada tais práticas.

---

<sup>22</sup> Seriam aqueles que são coordenadores ou ex-coordenadores; ou até mesmo algum feirante reconhecido pelos demais pela liderança e capacidade de interlocução com os demais.

<sup>23</sup> Contribuí na pesquisa de Araújo, Lima e Macambira (2015) em Recife-PE e realizei outras pelo CNPq ou editais de projetos de extensão, além de ter auxiliado e acompanhar a organização da Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFPE desde 13 de Dezembro de 2006. Todos esses trabalhos realizei pelo Núcleo de Economia Solidária da UFPE (NECSO).

As visitas para observação e registro ocorreram em momentos distintos da pesquisa, desde o período para reunir e compilar informações para compor o material do corpus de análise até a realização do trabalho de observação de campo munido do arcabouço teórico, parte das entrevistas realizadas e documentos organizados e analisados. Peirano (2014, p. 379) destaca que “a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar”.

Utilizar os instrumentos de roteiro de entrevista, questionário e observação de campo tiveram suas particularidades, pois tais usos dependeram dos momentos, que foram algumas vezes únicos, de pontos e questões que interrogamos a partir dos objetivos propostos, exigindo atenção do pesquisador e capacidade de questionar a situação social. Desse modo, a cada nova visita descobrimos, revelamos e examinamos os eventos e comparamos com outras informações contidas nas anotações e outros materiais de coleta.

Na tabela 1 a seguir, temos a relação da quantidade de questionários e entrevistas aplicados por feira. Esses dados auxiliam compreender o alcance da obtenção de informações qualitativas para nosso estudo. Além disso também registramos o número de barracas, feirantes e mulheres observados num dia de feira. O número de feirantes inclui o número de mulheres e homens, mas destacamos o número de mulheres para mostrar a participação menor delas na comercialização, mas muitas estão na fase de cultivo e produção, particularmente nos capítulos 6 e 7. Esse número varia, pois em outros momentos notamos que agricultores podem faltar, vir alguns a mais, no entanto, esse registro foi importante para percebermos a dimensão da organização de uma dia de feira.

**Tabela 1 – Registro de questionários e entrevistas aplicados por feira. Registro de observação de presença de barracas, feirantes e mulheres. 2019.**

<i>Feiras</i>	<b>Questionários aplicados</b>	<i>Barracas</i>	<i>Feirantes</i>	<i>Mulheres</i>	<b>Entrevistas Agricultores ou Coordenadores</b>	<b>Entrevistas Consumidores</b>	<b>Outros depoimentos gravados aleatórios</b>
EAG	<b>14</b>	22	27	10	<b>5</b>	<b>3</b>	2
EABV	<b>13</b>	20	30	12	<b>2</b>	<b>1</b>	3
EAV	<b>6</b>	6	13	5	<b>2</b>	<b>2</b>	0
FOCeasa	<b>15</b>	15	20	4	<b>2</b>	<b>2</b>	2
EASA	<b>2</b>	7	9	5	<b>2</b>	<b>0</b>	2

*Continuação Tabela .1*

FOPCR	<b>6</b>	6	9	1	<b>1</b>	<b>0</b>	0
Total	<b>56</b>	76	108	37	<b>14</b>	<b>7</b>	9

Fonte: Pesquisa de campo, 2018/2019.

Obs.: O número de barracas, feirantes e mulheres podem mudar conforme o dia/horário da feira e a observação do pesquisador. No nosso caso fizemos a contagem na última visita para aplicação de questionário ou entrevista.

Alguns entrevistados/famílias estão em mais de uma feira, como EAG e EASA ou EAG e EABV, por exemplo, logo não repetimos a entrevista, por já termos as informações dos dois ou mais locais. Também ocorreu de não aplicarmos os questionários com todos feirantes, por estes motivos: terem faltado no dia da aplicação, não desejarem ou não terem tempo para responder. Em alguns casos não aplicamos o questionário com alguns daqueles com quem realizamos a entrevista.

Sobre as entrevistas com consumidores não aplicamos em todas feiras em razão do cronograma, pois só fomos realizar elas depois dos questionários e entrevistas com os feirantes. Mas conversamos, observamos e anotamos informações sobre os consumidores em todas as feiras.

Além dessas entrevistas, conseguimos importantes informações junto a ONGs e gestores públicos. Entrevistamos membros do Centro Sabiá, Csurb-PCR (Companhia de Serviços Urbanos da Prefeitura do Recife), Adagro (Agência de Defesa Agropecuária de Pernambuco), NAC-UFRPE (Núcleo de Agroecologia e Campesinato), Agro.ecoloja e Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Também participamos de reuniões no CPOrg e intercâmbio realizado pelo Espaço Agroecológico da Várzea (14 Fev. 2019) no município de Bom Jardim, onde conhecemos a propriedade de feirantes desse espaço e também a Agroflor (Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim).

#### *Alterações dos nomes dos entrevistados*

Todos os feirantes com quem aplicamos o roteiro de entrevista ou captamos depoimentos (gravado ou anotado) tiveram os nomes alterados para preservar sua identidade, ainda que não houvesse nenhuma oposição em apresentar. Para não identificá-los por números ou letras, optamos por escolher nomes de santos ou santas católicas, uma forma de mantermos a personalidade e também utilizar uma identificação mais próxima da realidade. No caso dos

consumidores optamos também em alterar os nomes e escolher outros nomes comuns aleatórios associado por um nome de município.

### 3.2.2 Instrumentos de pesquisa de campo e ferramentas de apoio

Como já foi destacado, utilizamos abordagens analíticas quantitativas para apoiar a interpretação dessas relações a partir de instrumentos de análise estatística descritiva básica (taxa de crescimento, proporção, média, amostragem, frequências etc.), mas que requerem a visão qualitativa para que estas informações ganhem significados. Por isso, este estudo não pôde se limitar ao uso de apenas uma delas. Nos apoiamos na análise de dados de bases estatísticas, o que foi importante para auxiliar na verificação de mudanças e características do objeto estudado.

Focar na interpretação somente do conteúdo qualitativo, deixaríamos de lado um suporte importante que é o recurso estatístico, que auxilia a apreender tendências e contextos relevantes para que da ação humana do pesquisador possamos compreender e interpretar seus significados (SCHWANDT, 2006). Este instrumental analítico também foi fundamental na análise dos resultados para as inferências e interpretações.

Outro aporte instrumental foi a aplicação de entrevistas semiestruturadas com atores que se inter-relacionam, produtores agroecológicos, consumidores e membros de instituições públicas e sociais. As entrevistas, conforme apresentado acima, seguiram um roteiro com certa flexibilidade, pois as questões podem ser mudadas e/ou adaptadas de acordo com o contexto e necessidade de aprofundar ou seguir alguma linha das respostas do entrevistado (FRASER; GONDIM, 2004).

A definição da amostra abrangeu diferentes localizações (principalmente para compreender os distintos grupos de consumidores com padrões econômicos diferenciados), a partir do levantamento preliminar do número de feiras, perfil e verificação da concentração geográfica. É importante destacar que um grupo de produtores pode estar em mais de uma feira, logo essa é uma informação que foi considerada na definição da amostra. Por fim, a proposta de entrevista para os consumidores buscou verificar a tendência para opção de consumo desses produtos agroecológicos (motivações e atração), a procura por essas feiras, percepção sobre o atendimento e diálogo com os produtores e outros consumidores.

Por fim, lançamos uso de outro instrumento, a observação de campo, que foi realizada em visitas aos locais e espaços identificados, antes, durante e depois do período de aplicação dos questionários e das entrevistas. O contato por meio das entrevistas atendeu também aos

pontos mais focados nos objetivos desta pesquisa, a observação de campo possibilitou verificar nuances e práticas cotidianas que nem sempre as respostas dos entrevistados revelam ou que seja possível ao entrevistador compreender elas de modo mais amplo.

Esse tipo de pesquisa buscou revelar também as interações e os trejeitos entre os atores nesses espaços e feiras agroecológicas. Essa inserção no local para observação permite ao pesquisador uma participação maior no cotidiano, o que possibilitou verificar de forma aproximada as formas de tais práticas.

As visitas para observação e registro de campo ocorreram em momentos distintos da pesquisa, desde o período para reunir e compilar informações para compor o material do corpus de análise até a realização do trabalho de observação de campo munido do arcabouço teórico, parte das entrevistas realizadas e documentos organizados e analisados, mas de certo modo, mesmo desejando um processo organizado. Por isso, observar e anotar sobre o cenário é complexo, pois depende dos momentos que podem ser únicos, da sagacidade do pesquisador e de sua capacidade de questionar as coisas. Desse modo, cada nova visita foi uma importante revelação e auxiliou no exame dos eventos e comparação com outras informações contidas nas anotações.

Essa curiosidade que nos motivou a investigar expõe uma questão crucial para esta pesquisa, que é como se inserir para dialogar e observar os grupos escolhidos para esse estudo. A este respeito, Cicourel (1969, p. 2) reflete que “não existe receita para encontrar-se a entrada correta numa nova comunidade”. Por isso a importância para estarmos preparados com informações sobre a comunidade antes de chegarmos ao local. A coleta de informações pode ser conseguida por meio de documentos, artigos e principalmente a partir de contatos prévios que possam orientar e indicar caminhos para essa aproximação. Outro ponto a considerar foi a distinção dos grupos pesquisados, pois os produtores agroecológicos são uma comunidade diferenciada daqueles que produzem só alimentos derivados da agricultura convencional. Portanto, são um grupo com hábitos, cultura e comunicações diferentes, como as relações representadas pela dádiva.

Lembrando ainda Peirano, é importante registrar que esses desafios sobre “Ir além” é parte intrínseca das características do pesquisador de campo, pois

A primeira e mais importante qualidade de uma boa etnografia reside, então, em ultrapassar o senso comum quanto aos usos da linguagem. Se o trabalho de campo se faz pelo diálogo vivido que, depois, é revelado por meio da escrita, é necessário ultrapassar o senso comum ocidental que acredita que a linguagem é basicamente referencial (PEIRANO, 2014, p. 386).

A utilização desse método implicou também aos pesquisadores das ciências sociais a capacidade de interpretação subjetiva sobre as questões e relações sociais observadas, mesmo que se busque identificar uma ordenação e atribuir significados e relevância ao objeto de estudo (CICOUREL, 1969).

Para auxiliar no registro das informações do questionário optamos por convertê-lo numa versão virtual pelo aplicativo *Google Forms*. Esse recurso foi útil para que pudéssemos por meio de um smartphone acessar o formulário online e registrar de maneira mais rápida as informações, inclusive as respostas foram salvas e tabuladas instantaneamente numa planilha do *Google Docs* o que facilitou a compilação, verificação e análise dos dados coletados.

Após verificados os dados registrados, realizamos os filtros e extraímos os dados pertinentes para atender à construção da análise sobre os agricultores familiares e também sobre as feiras. Utilizamos o software excel para realizar parte dessas operações e organizações de tabelas. Mas também fizemos uso de outro programa, o SPSS, que nos auxiliou a verificar frequências e realizar cruzamentos de informações. Inclusive dos registros que obtivemos do quadro com todas as feiras agroecológicas de Recife que identificamos.

Nas visitas fizemos uso de imagens (fotos e vídeos) para registrar momentos e características das feiras, com o intuito de usar como referência para as observações e análises realizadas. Também fizemos uso de imagens de terceiros, aquelas divulgadas de forma pública nas redes sociais pelos próprios feirantes.

Também lançamos uso de outros dois aplicativos para organizar imagens de geolocalização das feiras, distâncias percorridas e sítios dos produtores. No *feirasorganicas* do Idec temos a localização das seis feiras que estudamos, aproveitamos que esse aplicativo utiliza o recurso do *My Maps do Google* e usamos as imagens da localização de cada feira para ilustrar no capítulo 7. Depois utilizamos esse mesmo aplicativo da Google para elaborar nossos próprios mapas de localização e distância percorrida pelos feirantes.

Por fim, para ilustrar os esquemas e as cartografias presentes nos capítulos 5 e 7 utilizamos o aplicativo *Canva.com* para transpor os desenhos que havíamos feito à mão para um formato digital e mais plausível de ser compreendido e visualizado.

#### **4 AGRICULTURA DE BASE FAMILIAR, MARCO LEGAL E POLÍTICAS PARA OS PRODUTORES E FEIRAS AGROECOLÓGICAS**

Nas entrevistas e revisão de literatura percebemos que há um percurso que antecede o surgimento das feiras de orgânicos em Recife. Ele cruza e/ou é influenciado por vários processos históricos e conjunturas políticas e econômicas, locais e nacionais, e até internacionais. Vamos buscar mostrar alguns desses pontos e cenários para podermos delinear e discutir como contribuíram não apenas para a criação dessas feiras, mas também na sua consolidação no calendário das famílias produtoras e consumidoras.

O percurso foi gradativo, das primeiras feiras estabelecidas no final dos anos 1990 e até a recente e rápida expansão delas – de 2012 em diante – por vários bairros e localidades de Recife e Região Metropolitana. Foram mais de duas décadas. Porém, precisamos compreender onde antes estavam esses agricultores familiares. Como produziam e comercializavam? Que fatos e fatores os levaram a mudarem suas práticas e perceber a potencialidade desse nicho de mercado?

Podemos inicialmente responder que antes estavam distantes e dependentes de uma prática na economia de mercado encadeada em várias etapas. Mas progressivamente, aqueles agricultores familiares que transitaram de um cultivo de base ecológica encurtaram esse processo, numa abordagem de venda direta, por meio das feiras, para os consumidores na própria vizinhança de um bairro.

Essas experiências foram motivadas por um conjunto de fatores. Iremos examinar alguns deles nos tópicos abaixo. Apresentaremos um ou mais cenários para comparar e explicar o porquê das escolhas e mudanças de parte desses agricultores familiares entrevistados para um outro tipo de manejo, que requer não apenas uma transição do tipo de cultivo, mas também das relações de trabalho, família, renda e consumo. Ou, de outra maneira, são pontos que podem nos auxiliar a compreender a figuração desses feirantes.

A respeito dos tópicos abaixo, percebemos que as situações colocadas e comparadas não estão sempre focalizadas no tempo passado, pois vários dos tópicos e situações ainda existem/persistem, e neles vários campos de forças de conflito e resistências por parte dessas famílias configurando o que na perspectiva de Bourdieu poderia ser entendido como um campo de lutas envolvendo agricultores domésticos e agentes do mercado (BOURDIEU, 2007). Até porque transitar de um cultivo convencional e um modelo de comercialização dependente da agricultura capitalista realizado por décadas, para outro, com um manejo agroecológico e de venda por meios de práticas solidárias pode ser mais difícil e longo para muitos.

Porque há mais além de mudanças no tipo de plantio para evitar agrotóxicos ou práticas que prejudiquem o meio-ambiente, e até mesmo para obterem aumento de renda e evitar os atravessadores, ou seja, precisamos observar todo esse conjunto de mudanças, como um processo contínuo de aprendizado e uma alternativa de vida.

Essa aprendizagem é parte de um processo de questionamentos e mudanças de práticas nas formas de trabalhar, conviver e consumir. Inclusive muitos destacaram repetidamente nas entrevistas o “conhecimento” como expressão que representa a mudança ocorrida, ou seja, os agricultores que incorporaram a agroecologia como prática de produção e aprendizagem adquiriram uma nova percepção, sabem que fazem melhor e diferente em relação a antes. A transição agroecológica também significa de forma eliaseana (ELIAS, 1994b) que o processo de figuração desses agricultores feirantes é histórico e contínuo.

#### **4.1 Valorização da produção, renda e trabalho do agricultor familiar agroecológico**

Os estudos de Palmeira (2014), Leite et al. (2007) e Balsadi (2001) demonstravam que a renda de agricultores familiares no início dos anos 1990 era menos da metade de um salário mínimo, pois as opções de trabalho ou canais de comercialização eram escassas e pouco atrativas no meio rural. E, como mencionamos antes, dependiam de outros para que a produção escoasse e gerasse alguma renda para eles, sobretudo considerando a volatilidade dos preços e das demandas do mercado.

Também trabalhavam para os outros por meio de diárias ou contratos. Há outras formas que podemos também exemplificar, mas nos relatos das entrevistas de campo, essas duas foram as principais modalidades mencionadas. O diarista não requer contrato formal, apenas verbal. Ainda é bastante comum as situações em que vários agricultores contratam quando podem e necessitam para desenvolver suas atividades. Esse trabalhador rural temporário ganha por dia ou semana. Ele faz parte de um segmento de trabalhadores que ou não tem propriedades, ou as propriedades que possuem não lhes suprem as necessidades de forma suficiente. Tais restrições podem ser resultados do limitado tamanho da propriedade ou da qualidade do solo, da falta de água ou do tipo de produto que impede obter ganhos mínimos que possa lhes prover a subsistência. Logo, para uma parcela significativa de moradores desses sítios o trabalho temporário é a principal alternativa de renda.

Por exemplo, se compararmos a pesquisa de Araújo, Lima e Macambira (2015) realizada em 2012, observamos que até agora não houve tantas mudanças nos valores dessas diárias, geralmente variando de 40 a 60 reais, segundo os depoimentos desta pesquisa e,

também, do nosso estudo com dados secundários e outras informações coletadas. O que demonstra não se constituir numa atividade que projeta maiores ganhos. De qualquer modo ela garante uma renda que pode variar de 960 a 1.400 reais, mas sem carteira<sup>24</sup> ou garantias de uma longa permanência; até porque, há bastante oscilação na produção e/ou comercialização em certos períodos<sup>25</sup>.

No caso dos regimes de contrato, geralmente com carteira, muitos dos agricultores, por serem originários da Zona da Mata de Pernambuco, têm a opção do trabalho nos engenhos de cana-de-açúcar. No entanto, trata-se de um emprego que se torna temporário dada a sazonalidade da atividade, visto que muitos trabalhadores ficam de 4 a 6 meses sem carteira, na espera da próxima safra. Outras alternativas de renda rural estavam presentes em diversos tipos de cultivo como flores (para os agricultores do Agreste) ou cultivos em médias e grandes fazendas que atendem às demandas da Ceasa.

Muitos agricultores familiares que optam pela agricultura convencional também focam suas vendas para Ceasa, geralmente por meio de intermediários/atravesadores ou eles são até os próprios atravessadores, ou seja, produzem e ainda levam de outros produtores da região. Geralmente esse tipo de produção é caracterizada pela monocultura<sup>26</sup>.

Vários dos agricultores entrevistados relataram atuar antes num desses casos acima. A produção pelo manejo convencional para venda por atravessadores é o caso mais recorrente. Outros vendiam para Ceasa de forma direta ou produziam cana-de-açúcar para vender às usinas. Independentemente da situação anterior, tiveram que fazer a transição dos tipos de manejos e práticas. Mas há casos de muitos que ainda jovens começaram a atuar na produção de orgânicos e não vivenciaram por muito tempo essas situações mencionadas.

---

<sup>24</sup> Muitos trabalhadores do campo, possuem trabalhos, mas sem o registro formal, com carteira, ficando a margem dos direitos trabalhistas, logo sujeitos a questões relacionadas ao trabalho sazonal, precarização das condições de trabalho.

<sup>25</sup> E alguns agricultores comentaram que os diaristas preferem esse tipo de vínculo sem carteira, ou sem garantia de direitos trabalhistas. Isso pode ser em parte explicado por não se querer perder benefícios sociais, como o Bolsa Família.

<sup>26</sup> Numa visita de campo ao Sítio Feijão, em Bom Jardim-PE, num intercâmbio realizado em 17 de Fevereiro pelo Espaço Agroecológico da Várzea percebemos por meio de conversas e caminhadas pelas propriedades, que havia áreas abandonadas. E quando indaguei um dos agricultores sobre isso, ele relatou que mesmo que não esteja realizando o cultivo, alguns preferiram apenas comprar e revender de outros. Possivelmente porque já tinha estabelecido alguns canais de negociação e eles têm um caminhão (geralmente uma “mercedinha” ou F-2000, de porte médio, geralmente com carrocerias de 6 metros). O motivo do abandono da terra, de acordo com o relato desse agricultor, foi a dificuldade de produzir em suas próprias propriedades. Desde dificuldade com água, tamanho da propriedade para atender à demanda ou mesmo porque ficou mais lucrativo ser atravessador e menos “custoso” trabalhar dirigindo e entregando.

Afora que nesses cenários, as famílias não se limitam às ocupações rurais, como já percebido por Veiga (2012) e Graziano da Silva (1996). Há diversas famílias agricultoras que são pluriativas, ou seja, com membros que trabalham em outras atividades de renda não-rural. Por exemplo<sup>27</sup>, empregos públicos, motoristas, mototaxistas, comércio, serviços, vendedores, construção civil, ou outros tipos de trabalhos que houver na rua<sup>28</sup> ou na cidade<sup>29</sup>. Inclusive muitos migram ou migraram para essas regiões urbanas ou para outros municípios, geralmente por optarem pelo critério de serem de maior nível de renda, dentro ou fora de Pernambuco.

Ainda há aqueles que trabalhavam nas suas próprias terras como fornecedores de cana. Acostumados a vender de forma garantida anualmente sua produção por 2 mil reais ou mais para as usinas, demoraram para mudar o tipo de cultivo e produzir alimentos orgânicos para vender em feiras, e assim obterem uma renda maior.

Essas mudanças ocorreram por várias estratégias. A primeira que podemos destacar foi o trabalho das assessorias técnicas de ONGs, como o Centro Sabiá, Serta e outros, que por meio de projetos ou formações conseguiram incentivar a mudança de práticas de alguns agricultores. Os exemplos e esforços desses pioneiros foram valorizados pelas relações de proximidade entre laços de vizinhança e/ou parentesco, ajudando a convencer por meio de conversas e demonstrações práticas, que o novo manejo era uma opção econômica viável. Pois há sempre alguma reticência nas decisões sobre mudança, por estarem acostumados com um modo de vida e trabalho tradicional. Por mais que pudessem criticar consideravam um risco mudar o regime de trabalho.

O incentivo dos vizinhos, o tempo e a demonstração que estes obtinham com ganhos de renda maiores na comercialização nas feiras orgânicas em Recife ou municípios da Região Metropolitana demonstraram que a mudança poderia ser satisfatória. Não desconsideramos aqui outros fatores, mas os ganhos econômicos são uma motivação necessária, e isso iremos discutir melhor nos próximos tópicos e especialmente no capítulo 6 e 7.

Podemos também destacar ainda nesse tópico que trabalhar e vender produtos orgânicos para atravessadores ou em feiras livres não era uma possibilidade interessante, pois não havia preços atrativos. Porque nesses mesmos canais, o produto orgânico não era considerado diferente dos convencionais. O mercado desconsiderava todo manejo, trabalho e princípios da agroecologia. Ainda assim, continuar na agricultura convencional não era opção para os

---

<sup>27</sup> Liste os casos mais mencionados nas entrevistas.

<sup>28</sup> O termo “rua” significa para eles a área urbana do município.

<sup>29</sup> Geralmente estão se referindo a Recife-PE.

agricultores que tinham iniciado o processo de transição agroecológica e que não tinham a intenção de deixar seu trabalho e produto desvalorizados nos mercados tradicionais.

A mudança não estava ocorrendo apenas no trabalho e formas de renda, pois havia mudado a própria ideia do que era esse novo rural e agricultor familiar. Inclusive o conceito de pequeno foi suprimido e substituído pelo familiar. A categoria agricultura familiar seria mais abrangente, não se limitando a um tipo de trabalho realizado pela figura masculina, passando a integrar outras configurações como aquelas das mulheres e jovens.

#### **4.2 Resignificação do conceito de agricultor familiar campesino**

A própria definição dessa categoria – agricultura familiar ou agricultores familiares –, que substituíra os termos *posseiros, roceiros, caboclos, pequenos ou caipiras*, redefinia o que era o trabalhador rural e agrícola num campo de relações plurais e também conflituosas (MARTINS, 1986). A montagem para categorizá-la encaixou parte dessas novas visões, forças e histórias. Podemos sugerir que elas ainda não estão plenamente consolidadas, pois esse processo de transformações, ressignificações e revisões sobre o agricultor familiar no espaço *rurbano*<sup>30</sup> é contínuo. Inclusive parte do nosso estudo busca perceber essas mudanças na atualidade.

Mobilizações como as Ligas Camponesas, Movimentos de Campesinato, de Trabalhadores Rurais Sem-Terra e Sindicatos Rurais entre os anos 1960 e 1980, além de outras articulações foram essenciais para que os trabalhadores fossem vistos não apenas como obreiros de pequenas propriedades, mas como um conjunto/coletivo que tinha peso político e social relevante, não apenas no espaço rural, mas também no urbano, que explica a diversificação da produção de cultivos alimentícios.

Picolotto (2014) destaca a representação de duas entidades para esse processo de reconhecimento da agricultura familiar. A primeira é a criação no fim dos anos 1990 das Federações dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar (Fetraf)<sup>31</sup>, a primeira direcionada especificamente a essa categoria. A segunda, um pouco mais antiga, a Contag, foi criada em 1963, portanto, umas das primeiras organizações do sindicalismo rural.

---

<sup>30</sup> O uso desse termo remete a transformação da forma como a produção agrícola de agricultores familiares se estendeu de forma direta para os espaços urbanos e transforma essa prévia dicotomia num processo integrado entre ruralidade e urbanidade definida pela categoria do trabalho.

<sup>31</sup> A primeira foi criada em 1997, em Santa Catarina, mas atualmente está presente em 20 estados e cerca de 20% dos municípios brasileiros, com aproximadamente 900 sindicatos e 500 mil agricultores.

Inicialmente, a Contag era denominada de Confederação Nacional dos *Trabalhadores na Agricultura* e depois passou a ser chamada de Confederação Nacional dos *Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares*. Desse período em diante outras organizações foram criadas dentro desse bojo de características e definição da agricultura familiar. Mas essa própria alteração de nome resgata também parte da história desses movimentos que já usaram ou usam diversos termos na definição de suas representações. Logo, há uma busca pela atualização e maior necessidade de ampliar a representatividade daqueles movimentos a ela vinculados.

No cenário atual, a incorporação da categoria agroecológico também tem sido percebida no acréscimo, alteração ou formação de vários nomes de associações, cooperativas, sindicatos, empreendimentos, entre outros, que não apenas alteraram ou registraram para acompanhar uma tendência, mas também buscaram incorporar nos estatutos e nas práticas um aspecto que abrange melhor a proposta praticada por esses grupos de produtores.

Sobre o reconhecimento do Estado, podemos destacar o ano de 1995, importante ponto de inflexão na criação de políticas públicas direcionadas para a agricultura familiar. Porque neste ano foi criado o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). Esse programa do Governo Federal buscou atender diversas reivindicações e necessidades das comunidades rurais com mão de obra familiar, como o financiamento à produção, modernização, industrialização e ampliação dos serviços agrícolas para gerar trabalho e renda. Outras políticas de assistências técnica e extensão rural, crédito, reforma agrária foram paulatinamente implementadas nos anos 1990.

Contudo, uma norma legal que reconhecesse e definisse o que era a agricultura familiar e suas correlações só veio em 2006, com a Lei nº 11.326 (ainda que o conceito aparecesse em outras regulações, editais e políticas). Mais ou menos nesse período, entre os anos de 2003 a 2018, houve maior celeridade e ampliação de políticas, ações e estudos para essa categoria, mudança na gestão do Governo Federal, por um grupo político mais progressista e alinhado com essas pautas. Mas como podemos perceber nessa breve análise, o progresso desse reconhecimento foi realizado apenas por etapas nas últimas décadas<sup>32</sup>.

Como analisaremos mais adiante (capítulo 5), a formação de um arranjo institucional público e do marco legal direcionados para agricultura familiar surgiu por meio das articulações

---

<sup>32</sup> Um maior detalhamento histórico e analítico sobre a evolução desses movimentos, políticas e marco legal está nos capítulos 4 e 5.

de redes e movimentos sociais, que buscaram espaços políticos para atender as demandas necessárias.

Ainda que os agricultores familiares fossem descritos como pequenos e atrasados tecnologicamente, estes não estavam desaparecidos ou isolados da dinâmica econômica e social. Seu tipo de produção e os cultivos eram/são parte da base alimentar da sociedade. Pois, muitas culturas eram de pouco interesse para o agronegócio e inapropriados para mecanização agrícola. O agronegócio preferiu focar na produção monocultora exportadora, mais lucrativa, e que também gera um grande encadeamento de produtos a montante e jusante, que corresponde a aproximadamente 25% do PIB do Brasil (CEPEA-Esalq-USP, 2018).

Como esses ‘pequenos agricultores’ foram reconhecidos como de base familiar? Entre as respostas está, por um lado, a percepção de uma nova dinâmica pluriativa de trabalho e renda nas atividades agrícolas e não-agrícolas, e, por outro, a dicotomia rural e urbana não expressando as realidades locais. Os movimentos rurais entenderam que o termo “familiar” espelharia tanto o trabalho agrícola que era essencial entre membros da família, como também a renda não-agrícola nas casas era composta também por familiares.

As próprias ocupações rurais não-agrícolas são resultado desse processo de aproximação, do urbano que transborda para o rural, a partir de processos de industrialização agrícola. Surgiram novas oportunidades e dinâmicas sociais e econômicas antes percebidas apenas em espaços urbanos, mas que agora adentram no rural, o que gera novos dinamismos de trabalho e vida (WANDERLEY, 1996).

A expansão desse tipo de ocupação gerou resultados para o aumento da renda das famílias rurais, pois se tornou parte da estratégia de sobrevivência a pluriatividade. Hoje, muitos vivem principalmente desse tipo de renda composta. E a ocupação agrícola virou um trabalho para complementação de renda ou autoconsumo. Mesmo que eles não vendam o que produzirem, uma poupança se faz ao se evitar comprar outros tipos de alimentos, contribuindo com a renda familiar.

### **4.3 Modernização agrícola e desemprego**

O agronegócio surgiu como um setor sistêmico, que envolve a montante e a jusante, diversas operações de produção, armazenamento, processamento, distribuição e consumo de produtos agrícolas ou relacionado. Alinhado a ela está a modernização agropecuária, que no Brasil, entre os anos 1950 e 1960, iniciou com a introdução de pacotes tecnológicos, como

mecanização e insumos químicos, para aumentarem a produção, orientando o modelo agrícola para grandes produções e commodities para exportação.

A agropecuária industrial exportadora é colocada como aquela que seria capaz de gerar divisas por meio de exportações, atender às demandas da indústria (matéria-prima) e comércio, além de prover alimentos para os grandes centros urbanos e metropolitanos, afora que gera recursos ao Estado por meio de impostos e taxas (ACCARINI, 1987).

Essa premissa é discutida e ilustrada em vários livros universitários de Economia Rural, como também nos discursos políticos, de modo a colocar o setor agropecuário como aquele habilitado a atender às demandas principais da sociedade e do Estado, posicionando a agricultura familiar com um setor subordinado a esse (KAGEYAMA, 1990).

O processo de modernização agropecuária expandiu e inovou, aumentou a produtividade e produção, principalmente as exportações. No entanto, sem visualizar além do agrícola, não enxergou o espaço rural como território que faz mais do que produzir alimentos e matérias-primas, também não percebeu a agricultura familiar como algo mais do que mão-de-obra. Portanto, há nesse espaço uma dualidade econômica e social, ou seja, um território sócio-histórico de conflitos, complexidades e interações sociais; mas que também é um espaço de vida e trabalho de uma agricultura familiar campesina (WANDERLEY, 1996).

A agricultura familiar sempre esteve presente, enquanto a modernização agrícola ocorria. Adaptou-se e atuou no processo da sua própria experiência nesse espaço rural, embora guardando certa invisibilidade.

Esse setor agropecuário capitalista é modelado por características como a monocultura, latifúndios, baixos salários, alta mecanização substituta de trabalho, alta tecnologia, homogeneizadora, grande volume de produção, financeirização, e como já destacado, direcionado às exportações e ao setor industrial. Também é concentradora de capitais e terras no meio rural (MARTINE, 1991).

A agricultura familiar, no período inicial da modernização agrícola, não podia fazer frente ao setor agropecuário capitalista, em razão da pouca ou ausência de assistência técnica, projetos, crédito e recursos, afora a dependência das condições edafoclimáticas para garantir uma boa produção, ou, ao menos sua subsistência. Apesar disso, ela teve/tem um papel importante no abastecimento, pois atende parte significativa dos mercados locais e diversificação produtiva, além de que gera mais ocupações agrícolas.

As mudanças a partir da modernização agrícola ocorreram principalmente para grandes proprietários de terras, gerando uma maior concentração de terras. Uma das consequências desse processo foi a migração em massa de milhares, entre as décadas de 1940 e 1970), oriundos

da zona rural, especialmente do Nordeste brasileiro, para os centros urbanos, no Sudeste, em particular o Estado de São Paulo (OJIMA; FUSCO, 2015).

Um dos motivos é que muitos foram despojados das terras nos quais gerações de suas famílias viveram antes. A modernização no campo teve um papel fundamental para avanços no agronegócio exportador brasileiro, no entanto, estava aliada (e direcionada) ao advento do crescimento econômico no meio urbano-industrial, com maiores níveis de renda, em detrimento das condições de vida e trabalho no meio-rural.

Outro motivo foram os fenômenos climáticos adversos, como a Seca, principalmente no Semiárido brasileiro que somada à falta de políticas e tecnologias para os agricultores familiares, também estimularam a saída de milhões de famílias.

Não era mais viável no modelo modernizador um tipo de trabalhador sem qualificação e de baixa produtividade, requisitos vistos como centrais para uma produção exportadora. Quantos aos que ficaram, teriam que se submeter à sazonalidade da produção agrícola e baixas remunerações, ou ainda, viver de uma agricultura de subsistência.

As políticas econômicas desenvolvimentistas eram pautadas nos setores urbano-industriais. Mas não atenderam à grande demanda de empregos e outras necessidades dos migrantes, porque além dos trabalhadores terem baixa qualificação, não havia de fato empregos para todos. Kageyama (2008) e Martine (1991) destacam que o desemprego aumentou tanto no espaço rural quanto no espaço urbano.

A modernização mecanizada e química transformou a agricultura e suas terras com a adoção desses pacotes tecnológicos e também com a introdução de novos manejos, modificando os encadeamentos produtivos e o consumo final (GRAZIANO DA SILVA, 1982). As cadeias de vários produtos agrícolas foram acrescentadas de várias etapas de industrialização, o que possibilita que grãos de soja, por exemplo, possam ser transformados em diversos outros produtos e/ou inclusos como ingredientes/compostos em outros. Novos hábitos alimentares foram incorporados à dinâmica da sociedade, porque facilitou aos consumidores a eficiência da distribuição por meio de supermercados de bens empacotados e industrializados, nem sempre nutritivos, e misturados a outros químicos.

Por fim, os resultados da modernização agrícola não foram revolucionários para os agricultores familiares e nem “verdes” para o meio ambiente. Pois suas práticas trouxeram sequelas como a contaminação dos solos e água, destruição de áreas florestais, prejuízos à saúde humana – tanto para quem trabalha quanto os que consomem. Ademais observa-se que muitos agricultores tiveram dificuldades de abandonar e substituir esses métodos e práticas, depois de décadas na aplicação e costume que degrada a natureza e gera desigualdades sociais.

#### 4.4 Expansão da produção e consumo de alimentos orgânicos e agroecológicos

A produção agropecuária moderna junto com a poluição nas cidades e indústrias trouxe sequelas ao meio-ambiente, de tal modo que virou debate de suma importância na sociedade. Isso contribuiu para adoção de medidas e mudanças na gestão de políticas, e principalmente, alterações nos modelos do ciclo de produção, distribuição e consumo, visando impactar na natureza e saúde humana em cada etapa, inclusive na coleta e tratamento do lixo.

Os economistas definem a ciência econômica como a gestão dos escassos recursos disponíveis (MANKIWI, 2008). Mas precisamos perceber que grande parte deles são oriundos da natureza, pois, a maioria dos recursos não são renováveis ou reutilizáveis ou geraram algum efeito poluente numa das suas etapas de produção. Em todos os processos da cadeia produtiva, inclusive no consumo, geram-se danos ambientes em vários dos recursos ecossistêmicos, essenciais a vida, como, por exemplo, água, solo e ar.

O próprio modelo de cultivo monocultor e exportador gerou vários desses danos. Como, por exemplo, a destruição da vegetação dos biomas, favorecendo a expansão agrícola, como é o caso da soja nas áreas do Cerrado, gado na região Amazônica e cana-de-açúcar e café na Mata Atlântica. O Cerrado cobre cerca de 2 milhões de Km<sup>2</sup> (ou 1/4) de extensão do território brasileiro, mas segundo dados do INPE, já perdeu aproximadamente de 50% de sua cobertura. Já a Amazônia perdeu em torno de 20% dos seus mais de 5 milhões Km<sup>2</sup> (INPE, 2018)<sup>33</sup>.

O foco na produção de um único tipo de produto agrícola diminuiu a biodiversidade que havia ali, pois os tipos de cultivo e criação precisam de grandes extensões de terras, e a diminuição desses biomas afeta a flora e a fauna locais. Logo, são usados agrotóxicos, pesticidas e fertilizantes industriais que contaminam o solo, a água e o próprio alimento. Até pequenos e médios produtores, dado os efeitos da modernização e inovação tecnológica, também se apropriam dessas práticas de manejo e as aplicam em suas propriedades. Visam assim, o aumento da produtividade e lucros em detrimento da contaminação na natureza.

A destruição de parte dos biomas afeta vários tipos de plantas e animais, únicos naquele lugar. E a reversão é muito difícil, pois levaria mais anos do que aqueles que foram usados para degradar e desmatar. Mas há experiências que são realizadas com agrofloresta para produção de alimentos, como alguns casos de agricultores das feiras desse estudo, que apontam para resultados promissores.

---

<sup>33</sup> Mais informações: <http://www.obt.inpe.br/>

O uso de químicos para o controle de pragas e adequação do solo também tem provocado doenças nos trabalhadores rurais, pois muitos desses são mais expostos a esses materiais. Segundo o DataSus (2019), de 2008 a 2017, 7.267 pessoas morreram em decorrência do uso do contato com pesticidas e agrotóxicos. E mais de 30 mil notificações foram feitas de intoxicação por agrotóxico entre 2004 e 2014. Quem consome esses alimentos também pode ser afetado indiretamente<sup>34</sup>. A expansão dessas feiras agroecológicas também insere o debate político e ético da segurança alimentar e nutricional, inclusive por uma alimentação saudável e sustentável.

A maior divulgação, pelas várias mídias sociais, dos efeitos nocivos ao meio ambiente e uma busca maior pela saúde do corpo têm modificado os hábitos de muitos indivíduos, em vários dos produtos que consomem ou de práticas que realizam. O surgimento de mercados e feiras orgânicas é parte dessa mudança. Mas não apenas para quem consome ou vive nas cidades. A discussão e mudança também ocorrem no meio rural, pois muitos trabalhadores, cansados e prejudicados por esse modelo, transitaram para a produção agrícola de base agroecológica porque sabem das consequências à sua saúde no outro modelo.

Vários depoimentos foram captados com destaque sobre essa mudança. Depois que passaram a produzir, também começaram a questionar o que consumiam antes e a se preocupar com o que os outros também estão consumindo, inclusive as famílias nas áreas urbanas.

O agricultor *Severino* destaca a importância de ter realizado essa mudança, para ele e sua família, como para as famílias dos consumidores:

*[...] Aquele negócio que eu comia tinha um amargor na boca, e acabou tudo, e acabou tudo [...]*

*[...] Que é importante para você, é importante para a gente, é conhecido... se qualquer criança der qualquer dor de barriga, vai lá no doutor examina, vai sobrar para quem? Vai sobrar para eu. A gente não trabalha com veneno, a gente trabalha normal. Sem medo, você pode levar para sua mulher, sua criança, seus filhos[...].*

A agricultora *Cecília* destaca que a forma de trabalhar no manejo convencional trazia riscos, inclusive testemunha o que tem ocorrido com vizinhos e conhecidos quanto ao uso de veneno no cultivo:

---

<sup>34</sup> Ver também: Dossiê Abrasco (<http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) (<http://portal.anvisa.gov.br/agrotoxicos>) e Associação Nacional de Defesa Vegetal (<http://www.andef.com.br/>)

*[...] minha sogra e meu sogro trabalhavam com couve antigamente, botava couve para a Ceasa, mexia com veneno não era para todo mundo. [...] várias pessoas que a gente conhece e que mexe com veneno, hoje, eles estão assim ó, doente, magro, porque passou muito tempo trabalhando com veneno, e eles não colocavam protetor, e o veneno vai inalando [...]*

*Aí a gente resolveu mudar, ter uma vida saudável, dar uma vida saudável para vocês, aí a gente tá em casa né, num tá arriscando a vida, não tá no mundo né, o pouco que a gente tem é da gente, a gente pode sentar e tomar um copo d'água,*

Ela reflete que a mudança não foi para sua família apenas, mas para aquelas famílias que se encontram com eles nas feiras, revelando um cuidado com saúde e que compreende a importância de estar se alimentando sem tantos riscos.

Outra agricultora, *Mônica*, revelou a preocupação que tinha com seu esposo trabalhando na produção de flores de uma propriedade em Gravatá:

*Meu marido antes de trabalhar com orgânico, ele trabalhava com flores, era com veneno, ele sentiu uma dor de cabeça, uma ânsia de vômito, que num tinha remédio que curasse, e tinha o dia de ele passar de cama, dor de cabeça, dor na face [...] Depois que a gente passou a conhecer a produção orgânica, que passamos a produzir, pergunta se hoje ele tem dor de cabeça? Tinha período que ele ficava afastado dois, três dias sem poder trabalhar. É horrível.*

*Nós somos de família de agricultor, desde criança, nascemos naquilo. Nossos pais sempre trabalharam com o convencional... quando foi um tempo, meu pai conheceu há 20 anos, mais (**tempo**) do que a gente, eu já era casada na época [...] a gente começou a produzir o orgânico, e eu achei interessante pela saúde mesmo. [Grifo nosso].*

Portanto, as feiras surgem em meio a esse contexto, no qual a sociedade passa a questionar mais o que come e se o alimento é algo que afeta o corpo e/ou o meio-ambiente. A transição agroecológica também passa por esse caminho, não é apenas da maneira de cultivar, mas também da atitude e mudança de hábitos e práticas que revelam o alinhamento com os princípios agroecológicos.

O mercado e as práticas de manejo de produtos orgânicos podem ser observados em dois grupos. O primeiro, o objeto desta pesquisa, são os agricultores familiares de base agroecológica. Estes têm na sua base uma prática de produção de menor escala, pois é limitada pelo tamanho da propriedade, quantidade de trabalhadores (que geralmente são da própria família) e o tipo de manejo que exige mais tempo, cuidado e trabalho. O outro são as empresas no agronegócio que produzem alimentos orgânicos *in natura* e/ou processados/beneficiados, independente da escala. Elas são voltadas para exportação e venda em escala nacional para

atender um nicho de mercado e cada vez mais ocupando gôndolas e corredores de supermercados, lojas especializadas (presenciais ou virtuais) e restaurantes.

A busca por alternativas de alimentos mais saudáveis e/ou produtos de menor impacto ambiental tem gerado diversas mudanças nas práticas empresariais e industriais. Ter processos produtivos que recebam certificações ou algum outro tipo de reconhecimento para colocar adjetivos de que esse bem ou serviço é natural, saudável, orgânico, ecológico, verde, entre outros, é uma premissa que está mudando, respondendo aos novos hábitos de consumo de uma sociedade que questiona e/ou reage a determinados produtos que geram algum tipo de efeito nocivo.

Um exemplo interessante está na reação a um produto antes tido como normal ou comum no dia a dia, o canudo de plástico. Após críticas e ações para diminuir seu uso, muitas empresas, inclusive cadeias de restaurantes e lanches, têm buscado alternativas, pois as que ainda usam são vistas de forma negativa. Num contexto que as redes sociais disseminam a informação e as ideias de maneira “viralizada”<sup>35</sup>, preocupar-se com as avaliações e os comentários nesses espaços virtuais passou a ser muito importante. No mesmo movimento surgem nichos de mercados para vender canudos – metal, silicone ou bambu – que podem ser reutilizáveis.

As feiras agroecológicas são também uma reação, pois se tornaram uma alternativa entre os tipos de mercados de alimentos onde a negociação é direta com quem produziu. Desse modo, é possível questionar a origem, qualidade, aparência, e se de fato o produto é orgânico trazendo mais benefícios à saúde, pois há um conjunto de fregueses que cada vez mais confia no que compra, e desse modo influencia outros. Embora, observa-se, há muitos que ainda questionam se é orgânico e outros que não se importam com sua procedência. Os motivos para ir a essas feiras são diversos, mas é nessa diversidade e reciprocidade que se constrói a confiança.

Os agricultores são parte fundamental nesse processo de reciprocidade, pois eles trazem o produto, o conhecimento e as experiências para partilhar. E recebem em retorno, o apurado, novos conhecimentos, relações e outras experiências, que foram trocadas nas feiras, e retornam com elas de volta às suas comunidades.

No mundo, a área utilizada para produção de orgânicos em 2000 era de cerca de 15 milhões de ha. Em 2017 esse número se aproximou de 70 milhões de hectares (ha). Uma variação de 367% ou uma média de 9% ao ano de crescimento. No Brasil essa variou cerca de

---

<sup>35</sup> Quando uma informação é compartilhada para um grande número de pessoas de maneira rápida, por meio de redes sociais e outros canais de divulgação da internet.

40% no mesmo período (FiBL, 2019). Em 2017 foram exportados mais de 7 bilhões de euros em orgânicos, sendo 126 mil euros foram do Brasil (ou aproximadamente 2% desse volume de comércio).

#### **4.5 As feiras agroecológicas no Brasil**

Abordamos até aqui questões referentes às mudanças na produção e ocupação no meio rural, o significado da categoria agricultura familiar, a discussão sobre a modernização agropecuária e alguns dos seus efeitos; e por fim, a expansão da produção e do consumo de alimentos orgânicos. Esses pontos são importantes para explicar mais adiante a formação de feiras agroecológicas no meio urbano. Mas, se formos analisar a origem e o desenvolvimento de feiras agroecológicas ou mesmo livres em outras regiões e localidades do Brasil, haverá aspectos e questões diferentes a serem considerados e debatidos.

Desse modo, há outros pontos que não podemos deixar de abordar, pois a conjuntura e/ou cenários contribuíram também para favorecer de algum modo o desenvolvimento da agricultura familiar e comercialização de produtos agroecológicos. Iremos brevemente mostrar alguns desses tópicos.

Um tópico importante foi a conjuntura econômica e social no país, nos anos 1990. Nesse período, as primeiras feiras agroecológicas surgiram dentro de um contexto socioeconômico de relativa<sup>36</sup> estabilização econômica (moeda e comércio aberto<sup>37</sup>), abertura política e social (expansão das ações, movimentos e grupos que reivindicam por mudanças sociais) e uma importante trajetória histórica de percalços e avanços que podem ser traçados desde os 1970.

O cenário de redemocratização (pós-1985) reavivou ou criou nos anos 1980 e 1990 diversas ações articuladas por movimentos sociais, ONGs e outras instituições públicas e privadas de fomento ao desenvolvimento social, que buscaram principalmente a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 retomar o espaço temporal e social perdidos durante o Governo Militar (1964-1985).

Foi no cenário do Governo Militar, ainda nos 1970, que foram realizadas ações por parte da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) que

---

<sup>36</sup> Relativa porque ainda que em comparação a década anterior tenha havia melhorias sociais e econômicas significativas, ainda havia baixos níveis de igualdade e a economia passou por dificuldades no final dos anos 1990.

<sup>37</sup> Não devemos limitar o Plano Real a apenas troca da moeda, mas um conjunto de políticas visando a estabilidade da moeda, como controle dos juros e câmbio.

contribuíram com a mobilização do campesinato brasileiro, e por sua vez, semeou algumas bases para o movimento agroecológico. Nos anos 1980, após analisar experiências alternativas bem-sucedidas, surgiram em contraponto a Revolução Verde, movimentos de técnicos, agricultores, estudantes, entre outros autores, avançando na realização de ações para promover a chamada agricultura alternativa.

O Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), coordenado pela Federação para Assistência Social e Educacional (Fase), foi um ponto fundamental nesse processo. Neste projeto encontram-se as primeiras bases que influenciaram criação de várias organizações e formação de muitos técnicos e agricultores. Por exemplo, o Serviço de Tecnologia Alternativa (Serta), sediado em Ibimirim-PE, é remanescente do PTA, e foi umas das principais entidades articuladoras das primeiras feiras e expansão delas em Recife e Pernambuco.

Nos 1990 surgiram outros movimentos, instituições e projetos alinhados à proposta agricultura ecológica, em contraponto aos métodos difusionistas. Mas a articulação delas e a organização de redes promoveram ações para que o Estado compusesse em suas agendas projetos e legislação que atendesse às necessidades da agricultura familiar e agroecológica. Foi nesse bojo que surgiu ainda nessa década o Pronaf e Agroamigo.

Esses avanços nas técnicas de cultivo trouxe consequências interessantes. Os agricultores beneficiados por essas ações, tinham poucas alternativas para escoar seus produtos, nenhuma delas possibilitando uma renda maior e/ou que valorizasse o produto orgânico e o trabalho dos mesmos. Porque no tipo de mercado existente, com intermediários ou em feiras livres, os atravessadores pagam baixo e variam conforme a oscilação de preços, logo, o agricultor fica com uma parcela pequena do seu próprio trabalho. Vale lembrar que nesse tipo de mercado, como também nas feiras livres, os produtos não eram diferenciados, se orgânico ou convencional, para os compradores.

#### **4.6 Marco legal e políticas para os produtores e feiras agroecológicas**

Os impactos de dois séculos de industrialização e agronegócio no meio ambiente são nítidos nos principais elementos para a produção de alimentos: terra, água e ar (SHIVA, 2003). Os níveis de poluição geraram danos ambientais e sociais nas áreas rurais que foram acelerados pelos pacotes agroquímicos e maquinários da “Revolução Verde”, desde os anos 1960 no Brasil. Produz-se mais alimentos, com safras recordes, ano a ano, no entanto, dependem de agentes químicos, máquinas e métodos de manejo que geram mais lucros e produtividade, em detrimento da biodiversidade e aumento de riscos à saúde da população.

Um dos atores que se contrapõem a esse processo são os agricultores familiares de base agroecológica<sup>38</sup>, que são constituídos historicamente por uma emaranhada rede de relações sociais (famílias, consumidores e amigos), institucionais (públicas e privadas), normativas (formais, informais e afetivas) e espaciais (rural e urbano), que convergem e divergem sobre sua atuação na sociedade. Nesse capítulo iremos analisar algumas dessas relações de interdependência que contribuíram para compreendermos o que é atualmente esse grupo social. Focaremos primeiro nas regras formais (marco legal) e depois nas interações institucionais.

Essa contraposição dos agricultores como figurações de resistências e suas relações com o meio ambiente podem ocorrer de seis maneiras:

- i. Praticam técnicas de manejo de vegetais e animais para evitar (ou minimizar) os impactos ambientais e na saúde;
- ii. Produzem alimentos limpos e sustentáveis;
- iii. Comercializam em mercados ecológicos e solidários;
- iv. Se organizam coletivamente em associações e/ou cooperativas;
- v. Promovem ascensão econômica e política, inclusive de mulheres e jovens;
- vi. Suas famílias produzem alimentos para outras famílias.

As feiras de produtos orgânicos são momentos de encontros que consolidam e congregam todos esses fatores acima. Os agricultores podem valorizar seus esforços e conhecimento de um cultivo ou criação ecológico e sustentável. O que é melhor para sua saúde, pois não se colocam em risco direto por aplicarem agrotóxicos sem (ou pouca) proteção e nem aos consumidores dos seus produtos, que podem adquirir um alimento limpo de agrotóxicos com várias vantagens, como sabor, qualidade e durabilidade. Promovem seus produtos como diferenciados dos convencionais diretamente ao consumidor. Estimulam uma relação mútua de confiança com consumidores e agricultores de outras associações, fortalecendo vínculos recíprocos.

Nessas feiras, os produtos orgânicos não são o único aspecto de diferenciação; elas buscam fortalecer o associativismo e práticas de cooperação para desenvolver a produção, a comercialização e as aprendizagens.

---

<sup>38</sup> Podemos considerar também as comunidades de povos tradicionais e quilombolas que buscam manter a biodiversidade dos seus territórios e os movimentos socioambientais que há décadas tem uma intensiva agenda para informar e atuar no combate a redução dos efeitos nocivos para a sociedade e para a natureza.

O associativismo e os princípios da agroecologia possibilitam maior ascensão dos atores envolvidos em suas práticas. As mulheres, por exemplo, estão mais presentes na composição das feiras, na negociação e liderança desses espaços. Os jovens também têm uma oportunidade de ascender nos estudos, pois a situação econômica da família é mais estável e os rendimentos compensam. As políticas educacionais de inclusão nas universidades e nos institutos técnicos têm garantido esse acesso<sup>39</sup>. Por fim, é importante destacar que não são empresas que focam na maximização dos lucros que produzem esses produtos; são famílias que buscam garantir seu sustento e para isso vendem para outras famílias que buscam garantir um estilo de vida de consumo mais saudável e alinhando com outras perspectivas.

As externalidades causadas pelo modelo do agronegócio no Brasil provocaram a necessidade de planejamento (econômico e político) e regulação (jurídica) de propostas alternativas e práticas que atenuassem esses efeitos nos biomas, saúde humana e desigualdades sociais. Com um tempo, depois de alertas de relatórios que mostravam esses danos<sup>40</sup>, foram criadas diversas instituições, públicas e privadas, como ONGs, movimentos sociais, grupos de pesquisa e órgãos governamentais, com o propósito de desenvolver planos e projetos para propor mudanças nas práticas de produção, comercialização, aprendizagens e informações sobre desenvolvimento sustentável e meio-ambiente.

Essa ampliação do ambiente institucional surgiu em reação a esses desígnios da industrialização e modernização do campo, assim como na ausência ou falhas dos gestores públicos em buscar soluções e medidas para atuar em questões que vão desde o desmatamento até novos métodos alternativos sustentáveis de produção.

Entre as medidas estavam a criação de políticas e ações, por meio de agências e órgãos governamentais das áreas de meio ambiente e rural, propondo novos marcos regulatórios em substituição aos que favoreciam o uso indiscriminado dos recursos do solo, da água e do ar em diversos territórios, em promoção do progresso industrial e do agronegócio.

As preocupações e discussões sobre os efeitos da agricultura moderna e industrialização no meio-ambiente acontecem desde os anos 1960, mas foi o ano de 1972 que criou um marco de mudanças nesses debates. Primeiro, porque foram realizadas discussões sobre

---

<sup>39</sup> Muitos fizeram cursos técnicos ou de graduação nos Institutos Federais, Sertão e faculdades particulares (por meio do Prouni).

<sup>40</sup> Em 1972 o Clube de Roma, organização que reúne pessoas ilustres das mais variadas áreas da comunidade internacional, apresentou o relatório “Os Limites do Crescimento” que trata sobre a relação do uso de recursos naturais e crescimento, cujo uso indiscriminado poderia trazer consequências à sociedade. Depois desse estudo se sucedeu vários outros trabalhos e eventos para discutir sobre o meio ambiente e o clima por diversas organizações, universidades e pensadores.

desenvolvimento e meio ambiente, na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente Humano, organizada pela ONU em Estocolmo, Suécia. Os temas recorrentes nesses debates enfatizavam os efeitos das mudanças climáticas e da intervenção humana sobre a natureza. O relatório síntese da conferência teve pouco avanço e consenso, embora pudesse ser um caminho que norteasse os governos e suas agências para iniciar políticas e projetos com foco nessas temáticas. Outro evento como esse só foi realizado vinte anos depois, no Rio de Janeiro, Brasil, a Eco Rio 92 (NOVAES, 1992). Essas reuniões e conferências organizadas pela ONU ocorreram com mais frequência, com novos dados das mudanças climáticas e também acordos, documentos e orientações para que os países pudessem planejar suas políticas.

O segundo motivo foi a fundação da Federação Internacional de Movimento pela Agricultura Orgânica (IFOAM)<sup>41</sup>, instituição que determina os delineamentos básicos para agricultura orgânica no mundo. Também é uma das articuladoras do movimento mundial agroecológico, elaborando estudos e documentos norteadores para mediar os diversos setores da sociedade e da cadeia produtiva de orgânicos (MEDAETS; FONSECA, 2005).

O IFOAM reconhece que a produção orgânica é importante no desenvolvimento da base produtiva primária de um território. Uma regulamentação dos tipos de manejo e culturas para agropecuária orgânica deve acompanhar a evolução do contexto em que se aplica a produção e comercialização internacional. Busca, assim, garantir segurança alimentar e nutricional, trabalho e produção sustentável, sem desvios e procedência duvidosa dos produtos da agricultura familiar para as famílias consumidoras.

Desse modo, os avanços nos debates e diálogos sobre a degradação do meio-ambiente e efeitos na agricultura ampliaram-se rapidamente. No Brasil foram criadas várias instituições sociais e órgãos públicos desde os anos 1970 para atuar nesse campo, mas só depois de 2002 que foram órgãos e pastas direcionados para políticas públicas de agricultura familiar e agroecologia. Também se elaboraram políticas e leis que reconhecem a agricultura de base ecológica como importante para desenvolvimento do país no setor rural. Nas duas próximas seções iremos compreender o histórico das normas legais e políticas criadas e depois vamos compreender o arranjo institucional no Brasil e em Pernambuco.

Nas duas próximas seções iremos utilizar uma abordagem sociohistórica, a partir da apresentação do marco legal e das políticas públicas relacionadas as questões sobre agricultura familiar, sustentabilidade ambiental, agroecologia e outros temas correlatos. A proposta é abrir

---

<sup>41</sup> International Federation of Organic Agricultural Movements ([www.ifoam.org](http://www.ifoam.org)): instituição mundial que congrega diferentes setores da sociedade envolvidos com a produção, o processamento, o transporte, a comercialização e o consumo dos produtos orgânicos.

alguns pontos do cenário dessas políticas sobre a questão social dos agricultores familiares de base agroecológica, e de certo modo, contextualizar esse grupo social na composição dessas políticas ao longo da história brasileira. Na seção seguinte iremos apresentar a composição do ambiente institucional, das ONGs ao Estado, e como estas se inter cruzam com seus papéis no fomento ao desenvolvimento da produção familiar, especialmente o caso das feiras.

#### 4.7.1 As políticas e o marco legal para o desenvolvimento agroecológico

Esta seção buscou inicialmente descrever historicamente os principais marcos legais e políticas, do período colonial a atualidade, e relacionar as questões sobre agricultura, recursos naturais e sustentabilidade. O número de normas, leis, políticas e princípios que buscamos nos sites dos poderes legislativo ([camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao](http://camara.leg.br/atividade-legislativa/legislacao)) e executivo ([planalto.gov.br/legislacao](http://planalto.gov.br/legislacao)) é amplo na história brasileira, mas para fins de atender ao objeto e objetivo desse estudo, organizamos aqueles que consideramos fundamentais para que possamos analisar o contexto, ações e legislações que consideramos mais relevantes – sustentabilidade, biodiversidade, agricultura, reforma agrária, recursos naturais – para compreender as ações criadas sobre produtos orgânicos, agroecologia e agricultura familiar no Brasil.

##### 4.7.1.1 *Dos primeiros desmatamentos aos latifúndios do agronegócio*

A normatização jurídica sobre o uso de recursos naturais no Brasil existem desde o período colonial, mas eram sempre interessadas nos aspectos econômicos e retornos que poderiam fornecer a Coroa Portuguesa, e posteriormente a outras nações nas trocas comerciais. Durante a colonização, normas e éditos eram elaborados sobre o uso das florestas e do solo. Por exemplo, no período colonial, não se podia, sob penalidades, expandir as fronteiras agrícolas e desmatar florestas, pois a madeira era importante para construção de navios (CÂMARA, 2013). Mas o período da chegada da família portuguesa em 1808 e a constituição do Império do Brasil em 1822 reconfiguraram esses aspectos e as prioridades de uso da natureza, pois havia uma importância no aumento da produção agrícola em favor do desenvolvimento econômico e do Estado.

Durante o período imperial foram criadas outras regulações, como a que exigia licença para extrair determinados tipos de madeira da floresta<sup>42</sup> (1825) e a chamada Lei das Terras

---

<sup>42</sup> A chamada “madeira de lei”

(Lei n. 601, 18.09.1850<sup>43</sup>) que buscou tratar sobre a questão fundiária. Essa lei tentou resolver a questão de ocupação de terras via compra e venda ou autorização do Imperador. Aquelas ocupadas antes por possuidores de terras receberam títulos mediante comprovação de produtividade. Foi uma lei que beneficiou mais os senhores de terras, grandes proprietários de café, por exemplo (SILVA, 2015).

Florestas, mineração e agropecuária eram/são as fontes de riqueza de maior procura para atender um modelo agrário-exportador, mesmo nos períodos do império brasileiro e depois república, porque se convencionou que o território brasileiro teria menor custo de oportunidade se focasse nesse tipo de produção<sup>44</sup>. O bioma Mata Atlântica foi o primeiro a ser afetado por estar distribuído por quase todo território litorâneo brasileiro, área ocupada principalmente pelos empreendimentos agrícolas e urbanização/povoação.

A partir do Governo de Getúlio Vargas, os governos republicanos, visaram o setor rural como suporte para o desenvolvimento industrial. As políticas desenvolvimentistas buscavam atender a uma orientação para que o país pudesse crescer, deveriam investir na industrialização. Como não havia desenvolvimento tecnológico e domínio técnico nesse setor, o Brasil precisava acelerar, para isso implementou-se o modelo de industrialização por substituição de importações (ISI). O setor agropecuário ajudaria fornecendo alimentos para a população que migrava do campo e se adensava nas áreas urbano-industrializadas, matérias-primas para as fábricas, assim como geração e divisas a partir das exportações de produtos agrícolas (ACCARINI, 1987; CAMINHA, 2016). O setor rural tinha várias funções, mas era relegado nas políticas desenvolvimentistas, inclusive no Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubistchek.

Os trabalhadores rurais tinham poucas ações que voltassem para seus interesses necessidades. A concentração de terras e posteriormente a mecanização e química (substituição de trabalho vivo por morto) estimulou um dos maiores fluxos migratórios de pessoas de uma região para outra. Milhões de nordestinos migraram para o Sudeste entre os anos 1950 e 1980. No início dos anos 2000 correspondiam a aproximadamente 21% (3,6 milhões) dos residentes de Região Metropolitana de São Paulo, nascidos no Nordeste (FUSCO; OJIMA, 2015). Os que ficavam tinham que se submeter aos ditames da elite agrária e escassas oportunidades de renda e trabalho no campo.

---

<sup>43</sup> Vigorou até 1889, ano da Proclamação da República.

<sup>44</sup> Modelo ricardiano de vantagens comparativas relativas.

Reiteramos o argumento de que havia ações incipientes, porque ainda que houvesse tentativas legislativas de criar regulações que visassem suprimir ou mitigar algum problema, muitas não tinha efeito prático ou tinham muitas resistências de grupos de interesses. O caso do decreto 979 (06.Jan.1906)<sup>45</sup>, durante o Governo Afonso Pena, criou normas para organização de sindicatos agrícolas mistos, ou seja, com trabalhadores e proprietários, mas que não foi formado nenhum. As outras tentativas de elaborar leis trabalhistas para o trabalhador rural só aparecerem na Congresso Nacional a partir dos anos 1940.

O Estatuto da Lavoura Canavieira (Decreto-Lei n. 3855, 21.Nov.1941), elaborada no Governo Getúlio Vargas, visava atender alguns direitos dos fornecedores de cana, desde os assistenciais até garantias sobre a venda da cana as usinas. Entrou em vigor, mas abrangeu uma determinada categoria, a dos fornecedores, e negligenciou trabalhadores de usinas e de outros tipos que não detinham propriedades. Embora atendesse vários fornecedores com pequenas propriedades de terra.

Ainda nesse período, o Ministério do Trabalho também tentou propor regulamentação para a sindicalização rural (Decreto-lei n. 7.038, 10.Nov.1944), mas esta sequer teve seguimento para ser aprovada. O mundo agrário tinha muitos conflitos, principalmente entre as classes de trabalhadores e patronato. A legislação não avançou o suficiente para que se atenuasse as contendas, ainda que a produção agropecuária continuasse importante para o processo de industrialização brasileira. Prevalecia o poder das elites agrárias, com mais capital e acesso ao poder político e jurídico frente aos trabalhadores, sem garantias ou recursos que lhes proveesse uma defesa as demandas.

#### *4.7.1.2 Mudanças no campo e modernização conservadora na agropecuária*

Nos anos 1950, houve alguns avanços para atender as questões sociais no campo, como a reforma agrária, leis sociais para os trabalhadores do campo, estabilidade, aposentadoria e a possibilidade de se constituir sindicatos rurais. Mas todas as iniciativas sofreram forte pressão de partidos e grupos ligados aos grandes latifundiários de terra. Mas o ponto de mudança para que algumas iniciativas legislativas viessem a se concretizar, partiu de movimentos de trabalhadores do campo, como as ligas camponesas e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A primeira foi criada no Nordeste, estado de Pernambuco, a segunda teve sua atuação no Centro-Sul do Brasil. A organização de trabalhadores ou

---

<sup>45</sup> Aprovado pelo decreto 6.532 (20.Jul.1907)

lavradores ou posseiros foi importante para ser um importante contraponto as iniciativas incipientes de políticas e ações para a agricultura campestre.

Os maiores avanços viriam somente no início dos anos 1960, com os Estatutos do Trabalhador Rural (Lei 4214, 02.Mar.1963) e o da Terra (Lei 4.504, 30.Nov.1964). Um fato que precisamos considerar são os períodos que foram aprovados. Enquanto o primeiro foi elaborado no Governo João Goulart, uma gestão considerada reformista e com pautas direcionadas aos trabalhadores, o segundo foi desenvolvido na Ditadura Militar, no Governo do General Castello Branco, que tinha influências de setores ruralistas e empresariais e perseguia organizações sociais.

O Estatuto do Trabalhador Rural atendia e organizava a questão dos direitos trabalhistas no setor rural. Ainda que pudesse considerar que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1º de Maio de 1943 deveria abranger essa área. Mas há situações e contendas, específicas desse tipo de trabalho que poderiam não ser resolvidas pela CLT. Desse modo, com respaldo nesta, que o Estatuto do Trabalhador Rural foi instituído.

Essa lei no seu artigo 11 instituiu a obrigatoriedade de Carteira Profissional de Trabalhador Rural para que os trabalhadores pudesse assim exercer a função e garantir direitos trabalhistas, como aposentadorias, pensão, salário mínimo, repouso e férias, saúde, segurança do trabalho, moradia, e também normas especiais sobre trabalho da mulher e de menores de 18 anos. Foi revogada posteriormente, pela Lei 5.889 de 09 de Junho de 1973, que manteve garantias importantes<sup>46</sup> e confirmou as disposições da CLT ao trabalhador rural. No entanto, uma mudança significativa no conceito de trabalhador rural excluiu aqueles temporários denominados como volantes, boias-frias, peões, diaristas, tarefeiro, safristas, entre outros, a mudança foi o acréscimo do trecho “[...] presta serviços de natureza **não eventual** [...] (grifo nosso)”. Desse modo, ficaram de fora de quaisquer direitos trabalhistas<sup>47</sup>.

Precisamos nesse contexto, perceber dois pontos. O primeiro corresponde ao período de aceleração da modernização agrícola, e, logo, houve o aumento do trabalho tido como temporário, geralmente oriundo das migrações nas lavouras monocultoras do Sudeste. O outro é a presença maior do sindicalismo rural reivindicando pautas para os trabalhadores rurais, em

---

<sup>46</sup> Inclusive retornava a garantia a estabilidade, que havia sido retirada pela Ditadura Militar nos primeiros anos.

<sup>47</sup> No artigo 2 da Lei 4.214, 02.Mar. 1963 definia trabalhador rural como “Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro” e no artigo 2 da Lei 5.889 de 08.Jun.1973 que “Empregado rural é toda pessoa física que, em propriedade rural ou prédio rústico, presta serviços de natureza não eventual a empregador rural, sob a dependência deste e mediante salário”.

particular a Contag e sindicatos de trabalhadores rurais (STRs)<sup>48</sup>, que apesar de derrotas como o caso acima, conseguiu pressionar para garantir outros direitos<sup>49</sup>.

Depois de mais de um século da Lei das Terras, nos primeiros meses do governo militar foi promulgada uma nova regulação sobre o uso e direitos sobre as propriedades rurais. O Estatuto da Terra tinha como proposta geral orientar a política agrária no país, visando criar caminhos para uma reforma agrária com princípios de justiça social e aumento da produtividade. Um dispositivo que assegurava, em princípio, que o Governo pudesse intervir para determinar as condições econômicas e sociais do uso dos imóveis rurais, tanto para trabalhadores rurais e suas famílias, como proprietários de terras.

A redação do estatuto, que foi aprovada com modificações no Congresso Nacional, teve como base o trabalho coordenado pelo Ministro do Planejamento, o economista Roberto de Oliveira Campos. O texto seguiu os estudos da equipe responsável dentro do ministério, mas também considerou as discussões com vários segmentos da sociedade civil, como sindicatos de trabalhadores, sindicatos patronais e ligas camponesas, inclusive setores da Igreja Católica e da União Democrática Nacional (UDN) (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014).

A proposta do estatuto buscou ser abrangente, visto as complexidades dos conflitos nas áreas rurais em muitos estados, e aumentavam em decorrência, principalmente, a partir das lutas sobre os direitos de propriedade ou reivindicações de movimentos camponeses. Os confrontos entre trabalhadores rurais e proprietários de terras eram constantes sobre os temas da propriedade ou direitos/condições no trabalho.

Vários setores da elite agrária, que apoiaram a intervenção militar como forma de neutralizar as medidas que reforçassem os direitos dos trabalhadores rurais no Governo João Goulart, reagiram negativamente ao Estatuto da Terra; em princípio, porque consideraram que vários pontos ainda eram reformistas. O Estatuto da Terra foi debatido a exaustão desde colocação de termos e vírgulas até pontos e artigos. Esses setores insatisfeitos, impedidos de “lutar” contra o regime instalado, focaram em fazer pressão para mudar vários aspectos da lei, bem como até boicotarem as articulações do Governo Militar (BRUNO, 1995; SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014).

---

<sup>48</sup> Mesmo perseguidos e reprimidos, a Ditadura Militar não podia ignorar os avanços dos conflitos e tensões no campo. Grande parte da repressão era gerada por latifundiários que contratavam pistoleiros e jagunços para fazer valer seu poder na região.

<sup>49</sup> Uma das ações do Governo João Goulart para beneficiar trabalhadores rurais sem propriedade foi desapropriação de terras para reforma agrária, em 13 de Março de 1964, pouco mais de duas semanas depois o presidente sofreu um golpe por parte dos militares, instaurando um Regime Militar no Governo, apoiado pelos setores ruralistas do Sudeste e Sul descontentes com as ações do Presidente João Goulart (SCHMITZ; BITTENCOURT, 2014).

O Estatuto da Terra foi uma forma do Governo Castelo Branco de criar concessões sociais, mas também de organizar o regimento sobre a propriedade da terra para que houvesse avanços na modernização agrícola, que a organização do trabalho e da produção saíssem do espectro de latifúndio atrasado e de conflitos no campo para um que visasse a terra como importante para o desenvolvimento econômico, por meio de organização de empresas agrícolas (BRUNO, 1995).

#### *4.7.1.3 Florestas, biodiversidade, sustentabilidade e agricultura familiar*

O Brasil tem uma grande biodiversidade, mas esta foi por muito tempo vista como recurso abundante para extrair, cultivar ou manejar. Desde os anos 1990 a preocupação com o desmatamento para tirar madeira e expandir a mineração, agricultura e pecuária se tornou mais evidente depois da Eco Rio 92. A visão de uma árvore ou pedaço de terra ser considerado como mercadoria ou capital passou a ser mais criticada e evidenciada em debates e estudos, científicos ou não.

Legislações e políticas foram criadas para preservar ou explorar os biomas e vegetação existentes. A expansão e concentração da população, indústrias e agricultura monocultora pela faixa litorânea desmatou mais de 85% da Mata Atlântica original. As migrações e novas fronteiras agrícolas para soja no Cerrado “limpou” 51% da mata nativa. A floresta amazônica também perdeu cerca de 18% de suas florestas originais com o crescimento das madeireiras, mineração e pecuária (MAPBIOMAS, 2019).

A dicotomia entre crescimento econômico e conservação do meio ambiente revela uma disputa que gera diversos conflitos sociais, os primeiros alegando que é necessário proporcionar riqueza e empregos, pelo bem-estar do país. No entanto, os ambientalistas procuram demonstrar a importância de que a conservação e preservação são fundamentais para saúde, sobrevivência e também para a economia. Pois problemas climáticos como enchentes ou aquecimento estão relacionados à diminuição da flora e fauna dos biomas (SILVA, 2018). Na economia elas são importantes para o que se denomina de serviços ecossistêmicos<sup>50</sup>, considerando que a biodiversidade é a verdadeira riqueza porque permite que possamos com modelos sustentáveis, usufruir dos recursos que necessariamente não precisam ser apenas o de retirar algo. De fato, a preservação pode permitir a diminuição do risco de perda da biodiversidade, mananciais e

---

<sup>50</sup> É o conjunto de benefícios que todos os organismos vivos e não-vivos. A água, o ar, a terra, os animais e vegetação compõem de diferentes maneiras o suporte fundamental a vida e desenvolvimento humano (MMA, S/A).

nascentes de rios ou valorizar a importância das árvores para controle do clima e diminuição da poluição.

Com os recursos ecossistêmicos, é possível encontrar respostas a pesquisas de remédios e tratamentos a saúde e a conservação é exigência de muitos mercados estrangeiros para comprar de nossas commodities e outros produtos. Economia verde, economia solidária ou o desenvolvimento sustentável são termos que buscam designar um outro mercado em que o meio-ambiente e as questões sociais sejam consideradas não como recursos ou mercadorias, mas como partes intrínsecas de um bem viver<sup>51</sup>.

Frente a essas dicotomias é necessário existir um arcabouço jurídico que instrumentalize e normatize os conflitos, limites e moralidades. Dentro desse conjunto de regras e leis, é necessário considerar aqueles atores considerados mais suscetíveis nessas disputas, como os agricultores familiares, quilombolas e indígenas, inclusive porque parte dos seus modos de vida se contrapõe aos avanços dos modelos desenvolvimentistas.

No que concerne aos biomas, florestas e matas nativas, foram elaboradas várias legislações que visam suas conservações ou usos como recursos econômicos. Não vamos apresentar todas pois nos interessa nesse tópico apresentar aqueles marcos legais importantes para construirmos um histórico que nos permita compreender parte da situação atual da agricultura familiar e sustentabilidade.

Nos Brasis Colonial, Imperial ou República, as florestas eram vistas como recursos importantes, desde construir navios até a construção civil; algumas ações foram feitas para tentar preservar determinadas espécies de árvores (madeira de lei), mas o crescimento prevaleceu sobre qualquer forma de conservação. Na Constituição de 1934<sup>52</sup> houve um avanço legal frente ao proposto em instrumentos anteriores, pois considerava a importância dos recursos naturais e sua preservação. Mas isto dentro de um modelo econômico visto como necessário para o Brasil, para tentar alavancar sua indústria nascente, naquele momento. As preocupações ecológicas foram surgir no mundo somente a partir dos anos 1950, nas

---

<sup>51</sup> Aqui nos referimos ao conceito de bem viver, desenvolvido por povos originários da atual América Latina, que surge como contraponto ao de bem estar, bastante usado nas teorias e modelos de economia. O bem viver podemos considerar como um princípio, pensado como um modo de vida que está em diversas culturas e povos, em que a solidariedade, pluralidade, reciprocidade, harmonia com a natureza e relacionalidade se opõe ao racionalismo, individualismo, acumulação de bens e utilitarismo (ACOSTA, 2016).

<sup>52</sup> Nesse mesmo período, foram criados dois códigos o Brasil criou dois códigos importantes, o das Águas (Decreto 24.643, 10.Jul.1934) e o Florestal (Decreto 23.793, 23.Jan.1934). O primeiro ainda em vigor, com modificações. O segundo foi revogado em 1965. O Código das Águas, por exemplo, foi criado para atender a demanda crescente por energia gerada por hidrelétricas. O Código Florestal por sua vez previa proteger os solos para agricultura. Os órgãos federais que foram criados para cuidar das florestas eram subordinados ao Ministério da Agricultura (MOURA, 2016).

universidades e instituições científicas, com movimentos sociais nos anos 1960 e movimentos ecologistas e alarmistas a partir dos anos 1970.

Na década de 1960 o Brasil sancionou o chamado Código Florestal (Lei 4.771, 15. Set. 1965), que revogava o anterior, de 1934. Seu caráter ambiental foi ampliado, passando a incluir instrumentos para garantir o mínimo dos recursos ecossistêmicos preservados, inclusive o aumento vegetação nativa em áreas degradadas pelo agronegócio. Pois se compreendeu nesse período, que o uso excessivo desses recursos naturais afetava a produção agrícola. A modernização agrícola e a poluição das indústrias e veículos automotores impactou direto o meio ambiente e a situação era nítida tanto para sociedade quanto para a economia. A execução dos direitos e instrumentos desse código eram acompanhados pelo Ministério da Agricultura, pois havia o entendimento que essas questões eram relativas a essa pasta. Até porque, somente em 1973 foi criada uma secretaria de Meio Ambiente, ligada ao antigo Ministério do Interior. Um Ministério próprio para esta política ambiental só viria a ser criado em 1985, no Governo de José Sarney.

Depois disso, os anos 1980 teve avanços significativos ao criar a Política Nacional de Meio Ambiente (Lei 6.891, 1981) que deu poderes ao Ministério Público para propor ações civis e criminais para aqueles que causassem danos ao meio-ambiente. Áreas de Proteção Ambiental (APA), Florestas Nacionais, Reservas Extrativistas e Faunas também foram criadas nessa década.

Medidas provisórias, decretos, leis, portarias e outros dispositivos legais foram criadas para complementar, alterar ou atualizar a legislação ambiental. Essas modificações visavam tanto atender os interesses dos movimentos ambientalistas quanto os ruralistas e empresários do agronegócio buscando atenuar a fiscalização ou multas geradas pelos descumprimentos. O desmatamento continuou mesmo com toda legislação vigente. Pois a parte de execução da legislação era incipiente ou inexistente em muitas áreas, por demandas muitos recursos financeiros e humanos para desenvolver uma atividade de fiscalização e monitoramento. Inclusive, num relatório (*Environmental Rule of Law*) da ONU o Brasil é considerado como um dos lugares com mais ativistas e defensores do meio-ambiente assassinados, entre 2000 e 2015 foram registrados 527 (UNEP, 2018). Cenário que levanta questões sobre o riscos, tanto para agentes públicos quanto para ativistas na tentativa de defender e valorizar o meio-ambiente.

Na Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 05 de Outubro de 1988, o meio ambiente foi colocado como tema constitucional, seguindo a tendência das chamadas constituições verdes elaboradas por alguns países nos anos 1970 e 1980. Diversos aspectos são

abordados ao longo do texto e segue alguns selecionados (CF, 1988; ROLIM; JATOBÁ; BARACHO, 2014):

- Proteger o meio ambiente e Preservar as florestas, fauna e flora (Art. 23, VI e VII);
- Cumprimento da função social da propriedade rural, quando utilizada de forma adequada os recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente (Art. 186, II; Art. 5º, XXIII);
- Direito de todos a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, de uso comum e essencial a saúde e qualidade de vida (Capítulo VI, Art. 225);
- Divisão de competências entre os entes federativos (Arts. 21, XIX, 23, III, VI e VII, e 24, VI, VII e VIII);
- Regulamentação da ordem econômica (Art. 170, VI);
- Possibilidade de instauração de inquérito civil e ação civil pública em defesa do meio ambiente (Art. 129, III);
- Atribuição do sistema único de saúde de colaborar com a proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho (Art. 200, VIII);

O avanço foi considerar que o meio ambiente é um direito de todos atribuindo a diversos indivíduos, poderes (executivo, legislativo e judiciário) e entes (federativo, estaduais e públicos) o dever de promover ações e políticas para defender e preservar o meio ambiente para a coletividade presente e futura. A diversidade biológica e genética, o uso econômico e social dos recursos naturais, as formas de defesa e proteção, a criação e demarcação de espaços territoriais e reservas protegidas, os estudos de impacto ambiental e exigências para intervir em projetos que causem danos efetivos, a educação ambiental, todos esses aspectos são contemplados para que fossem utilizados para construir normas mais específicas. Contudo, questiona-se, depois de mais de 30 anos, se houve efetividade nos resultados de suas aplicações (VARELLA; LEUZINGER, 2008).

O termo ou conceito de agricultura familiar, como categoria ou grupo social não é contemplado no texto original da CF 1988, devido ao debate ainda não ser de uso amplo e convencional naquele período. Naquele momento o conceito de pequena propriedade rural ou pequenos produtores eram mais usuais. Mas ele é contemplado com outras expressões e conceitos nesse texto e em vários outros subsequentes que foram embasados na constituição.

O próprio artigo 1º, parágrafo III, define que a República Federativa do Brasil é fundamentada na “dignidade da pessoa humana”, o que nos levanta a questão da função social do Estado prover e garantir direitos e políticas que atendam a qualidade de vida da população. Nesse bojo, estão os agricultores familiares e famílias urbanas que se alimentam do que é produzido por elas.

O artigo 5º, parágrafo XXVI, definia a pequena propriedade rural, como aquela trabalhada pela família que esta estaria protegida de penhora por dívidas. No capítulo III, sobre Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, a Carta apresenta as competências dos Governos em promover a reforma agrária a partir da desapropriação por interesse social, o que beneficia os trabalhadores rurais sem propriedade, como diaristas, temporários, boias-frias entre outros casos. Esse é um ponto que contempla décadas de pressão e reivindicações de movimentos rurais e sindicalismo.

Retomando o tema da biodiversidade e sustentabilidade, embora tenha havido outras normas jurídicas apresentadas, gostaríamos de destacar por último, nesse tema, o atual Código Florestal (Lei 12.651, 2012). Suas alterações trouxeram um novo cenário jurídico-político sobre questões de preservação e controle de danos ao meio ambiente. Foram vários os questionamentos e críticas, por partidos políticos, Ministério Público Federal e movimentos sociais. Não vamos aqui destrinchar sobre o atual Código, mas destacar alguns pontos que são importantes para nosso estudo. Embora beneficie os interesses dos grandes proprietários rurais, desde a flexibilização das exigências de formas de preservação e fiscalização até a anistia de multas e crimes aplicados pelo agora revogado Código de 1965. Em síntese, essa anistia retirou a obrigação de restaurar 41 milhões de hectares de vegetação nativa, que agora foram consideradas áreas rurais consolidadas.

O atual Código Florestal<sup>53</sup> destacou a importância da agricultura familiar, que não era considerada na primeira versão do antigo. Apenas em 2001, por medida provisória (2.166-67, 24.Ago.2001) incluíram parágrafos, incisos e alíneas, para sua atualização.

O Código Florestal atual aproveitou parte dessas atualizações e avançou em outros pontos como a definição do conceito de propriedade e produção familiar (definido na Lei 11.326, 24. Jul.2006); este destaque é importante porque demonstra o reconhecimento do agricultor familiar como um grupo social e produtor de alimentos. Esse código trouxe um capítulo sobre agricultura familiar a fim de apresentar a normas sobre o Cadastro Ambiental

---

<sup>53</sup> O Código Florestal está novamente em discussão a partir da Medida Provisória (MP) 867/2018 que visa alterações no atual código que já tinha sido amplamente discutido e está em fase de implementação.

Rural (CAR), licenciamentos, reservas legais e programas de apoio técnico. Guimarães, Lopes e Pinto (2018) reforçam que embora seja um código controverso, com muitas críticas, ele trouxe um regime jurídico definindo as peculiaridades das áreas ambientais em propriedades rurais familiares.

#### 4.7.1.4 Agrotóxicos e transgênicos – controvérsias

Antes de alcançarmos propriamente a discussão sobre a legislação dos produtos orgânicos e agricultura de base familiar, temos que lembrar duas leis que são importantes como contraponto para pensarmos o lugar da agroecologia no cenário atual. Os produtos comercializados nas feiras de orgânicos são o oposto dos agrotóxicos e alimentos transgênicos. Os consumidores geralmente procuram produtos livres dessas características e os produtores buscam trabalhar num modelo que contribua com diversidade biológica e saúde dos alimentos. E também a melhoria da sua própria saúde, pois nem consume e nem trabalhará com algo que lhe seja nocivo.

No quadro 6 são apresentados as principais leis sobre agrotóxicos e transgênicos. Listamos por ordem cronológica para compreender a evolução e mudanças ocorridas nessa área.

**Quadro 6 - Principais leis e decretos para regulação dos agrotóxicos e transgênicos**

Leis e Decretos	Descrição
<p><i>Lei dos Agrotóxicos</i></p> <p>Lei 7.802, 11.Jul.1989 (Regulamentada pelo Decreto 4.074, 04.Jan. 2002)</p>	<p>Dispõe sobre a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem e rotulagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, o destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências</p>
<p><i>Lei de Biossegurança</i></p> <p>(Lei 11.105, 24.Mar.2005)</p>	<p>Regulamenta os incisos II, IV e V do § 1º do art. 225 da Constituição Federal, estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam organismos geneticamente modificados – OGM e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança – CNBS, reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança – CTNBio, dispõe sobre a Política Nacional de Biossegurança – PNB, revoga a Lei nº 8.974, de 5 de janeiro de 1995, e a Medida Provisória nº 2.191-9, de 23 de agosto de 2001, e os arts. 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10 e 16 da Lei nº 10.814, de 15 de dezembro de 2003, e dá outras providências.</p>

Fonte: Elaboração própria.

A primeira é a chamada Lei dos Agrotóxicos, que é de 1989, mas só foi regulamentada mais de uma década depois, e ainda assim, atualmente está em debate um projeto de lei (6.922/2002 ou 3.200/2015), que substituiria esta, denominada de PL do Veneno. A relevância de apresentarmos essa primeira lei é porque sua regulamentação foi fundamental para criar limites e critérios para a aplicação de agrotóxicos. Ela abrange pontos sobre meio ambiente, saúde pública, desenvolvimento econômico e processo de registro de controle para seu uso na agricultura.

O debate sobre o conceito e uso de produtos com determinada toxicidade é importante para nosso estudo, porque toda discussão sobre as regulamentações de orgânicos e agroecologia se contrapõe a sua disseminação, em qualquer medida e tempo. Na Lei 7.802/1989 a definição do termo é bastante abrangente, pois caracteriza os elementos físicos, químicos ou biológicos como agentes para aplicar na produção, armazenagem e beneficiamento dos produtos agrícolas. Este conceito considera que esse tipo de agente pode alterar a composição da flora e fauna para “preservar” os seres humanos da ação nociva do ambiente. Mas ele que desconsidera a exposição prejudicial da parte de quem aplica ou de quem consome os produtos. A depender da dosagem, tais produtos podem gerar danos à saúde humana, havendo muitos caso subnotificados porque o registro médico pode identificar como doenças com outras origens<sup>54</sup>.

No entanto, ainda que essa legislação tenha seus aspectos positivos quanto ao controle, diversos projetos de lei ou emendas foram apresentados visando alterar seu conteúdo e proposições. Entre essas alterações, destacada por Almeida et al. (2017), está na PL do Veneno, ou 3.200/2015<sup>55</sup>, que visa alterar conceitos e definições usuais. Uma delas é a do próprio termo agrotóxico, que seria substituído por outros dois termos “produto defensivo fitossanitário” e “produto de controle ambiental”, com suas definições sendo um desdobramento da lei anterior. Mas o fato principal é a exclusão dessa expressão “agrotóxico”, que os próprios atores das elites rurais e bancada legislativa ruralista evitam atualmente ao substituir por “agroquímicos”. Uma forma de evitar a carga negativa que a expressão “tóxico” gerou; assim como tentam retirar a palavra “transgênicos” (PLC 34/2015) e o símbolo obrigado por lei (Lei de Biossegurança 11.105, 24.Mar.2005) a constar nas embalagens que levam esses ingredientes.

---

<sup>54</sup> Ver World Health Organization. Exposure to high - ly hazardous pesticides: a major public health concern. Geneva: World Health Organization; 2010. / Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários (Agrofit) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Entre os anos de 2007 e 2015, foram notificados 84.206 casos de intoxicação por agrotóxicos no Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan), sendo que em 2014 foi identificada a maior incidência de casos, de 6,26 por 100 mil habitantes (<http://portalsinan.saude.gov.br/>).

<sup>55</sup> O relatório da PL 3200/2015 foi aprovado em 2018. Mas ainda está em tramitação.

Ainda que não tenha sido aprovada, os Governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-atual) aprovaram centenas de novos agrotóxicos (39 em 2016, 95 em 2017; 11 em 2018; 152 em 2019), entre 2010 e 2015 foram 174<sup>56</sup>, menos do que o dobro da soma dos últimos dois governos. Muitos desses produtos são derivados do polêmico glifosato, que tem gerado milhares de processos, com algumas vitórias, por ser considerado a causa de muitos cânceres de pessoas.

Os transgênicos ou Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) são um outro ponto controverso na agricultura moderna pois muitos setores do agronegócio defendem seu uso e consideram que não haveria riscos a saúde; pois as recombinações feitas seriam para melhorar a resistência da espécie a certas condições edafoclimáticas ou tipos de pragas, além de um aumento da produtividade e nível nutricional.

Contudo, muitos desses discursos mascaram ou ignoram que pode haver vários riscos das OGMs a saúde humana e a biodiversidade. Costa et al. (2011) apresentam uma análise sobre os tipos de riscos, classificados em “alimentares, ecológicos e agrotecnológicos” (p. 329). Em síntese, demonstram que alterações para suprimir um problema podem gerar de outros, além de que geram um processo de efeitos adversos nas sementes originárias (crioulas) e na diversidade da fauna e flora. À medida que os campos de soja avançam sobre o Cerrado, ele “limpa” as plantas nativas e afasta os animais que ali viviam, alterando todo o ecossistema. Concentram a plantação numa única espécie, que é modificada por pesticidas, defensivos e fertilizantes químicos, que podem também alterar a terra e o clima da região.

Muitos consumidores desconhecem (ou nunca consumiram) outra variedade de determinadas espécies de alimentos, como milho ou soja, que são OGMs amplamente usadas na agricultura brasileira, em quase toda cadeia alimentar, de um óleo a um cuscuz. Uma questão que precisamos considerar é que muitos agricultores familiares são submetidos a imposição de adquirir esses tipos de sementes, por compra ou doação da CONAB, sem ter acesso a outras alternativas.

Os agricultores agroecológicos buscam não usar esse tipo de semente. Mas muitos tem dificuldade para encontrar alternativas para alguns tipos de alimentos que produzem, de adquirir outro tipo de espécie sem ser OGM. Embora atualmente seja muito difundida a prática de sementes crioulas, bancos de sementes e trocas, os agricultores das feiras que pesquisamos,

---

<sup>56</sup> Ver mais em Greenpeace (2019). Liberação de agrotóxicos nos primeiros 100 dias de Governo Bolsonaro Disponível em: <https://www.greenpeace.org.br/hubfs/agrotoxicos-bolsonaro-100dias.pdf>

trocam entre si mudas e espécies, e buscam evitar as OGMs. Mas não é garantido, pois nos períodos de dificuldade para alimentar os animais, acabam por se submeter ao seu uso.

Em Pernambuco existem iniciativas importantes para discussão e incentivo a redução de agrotóxicos. Desde 2015 foi criado o Fórum Estadual de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos de Pernambuco (FECIAT/PE), coordenador pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) que realizam discussões e articulações para compartilhar experiências, a fim de melhorar as ações de redução do uso de agrotóxicos e transgênicos. Essa seção estadual é ligada ao Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos. Vários Ministérios Públicos estaduais organizam estes fóruns em conjunto com organizações da sociedade civil e instituições governamentais.

A Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária do Estado de Pernambuco (Adagro) também realiza uma importante ação no Estado. Criaram o Programa de Monitoramento de Resíduos Agrotóxicos, que a princípio realizava ações na Ceasa para monitorar os produtos comercializados nessa central. Desde 2017 ampliaram a cobertura ao incluir as feiras orgânicas. Atualmente coletam dessas feiras, somente em Recife, para aplicação de cerca de 100 amostras anuais. Todos os resultados são publicados no site da instituição mensalmente<sup>57</sup>.

Na esfera nacional existem ações como o Programa Nacional para Redução do Uso de Agrotóxicos (Pronara), derivado de uma demanda do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo). Aliada a essas políticas e existe a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos<sup>58</sup>, uma ação nacional articulada por movimentos e redes sociais nas áreas de agroecologia, trabalhadores rurais, fóruns, movimentos de mulheres, pastorais, entre outros, que buscam alertar sobre os riscos à saúde humana e natureza, para a população.

#### *4.7.1.5 A ascensão da agricultura familiar e dos alimentos orgânicos*

Apresentamos até aqui o histórico de uma parte significativa desse conjunto de marcos legais que avançam e retrocedem sobre questões do desenvolvimento agrícola e agrário brasileiro, ao longo de mais de um século. A elaboração dessas normatizações tiveram profundadas implicações na figuração da pequena propriedade rural e agricultura de base familiar como delineamos ao longo desse capítulo.

---

<sup>57</sup> Ver mais em: <http://www.adagro.pe.gov.br/web/adagro/analise-de-residuo-de-agrotoxicos>

<sup>58</sup> Ver mais em: <https://contraosagrotoxicos.org/>

Nos anos 1990, os movimentos sociais, que algum tempo antes atuavam na promoção de projetos de agricultura alternativa e sustentabilidade ambiental, e aproveitando a restauração da democracia pós-Ditadura Militar e os direitos de justiça social que estavam na CF 1988, articularam a criação de políticas direcionadas para a agricultura familiar. Por décadas, esta foi bastante desconsiderada dos arcabouços legais criados, assim como de políticas federais e estaduais que davam tratamento diferenciado para as médias e grandes propriedades, inclusive de assistência técnica, seguindo o modelos dos pacotes de modernização.

As primeiras ações foram principalmente de financiamento<sup>59</sup>, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) (1995). Depois desse, vários outros projetos e iniciativas de crédito, assistência e formação foram criados, sendo reconhecidos como fundamentais para estimular a produção de alimentos da agricultura familiar. As duas iniciativas ainda existem e contribuíram para o desenvolvimento local rural.

No final do Século XX o Ministério da Agricultura publicou a primeira norma regulamentando (IN 007, 17.Mai.1999) e criando diretrizes para a produção orgânica, tanto do cultivo quanto da industrialização. Essa norma se tornou um passo importante por tratar de aspectos referentes a saúde ambiental e humana, e alimentos com transgênicos. Essa regulação atendia apenas os casos de empreendimentos formais, desconsiderando muitos agricultores e produtores que naquele momento comercializam em feiras ou outros mercados de maneira informal.

Outras medidas atualizaram esta instrução e atenderam os desafios e demandas dessa área. A maioria foram criadas por agências e órgãos como IBAMA, MMA, ANVISA, SDA e SDC, geralmente com base nas lei e decretos elaborado para orientar o segmento de produtos orgânicos produzidos, processados, comercializados por empresas e agricultores familiares.

No Quadro 7 vamos apresentar algumas das medidas legais criadas para definir, orientar e instrumentalizar as instituições públicas e privadas naquilo que lhes compete, como monitoramento/fiscalização, políticas públicas, formação, assistência técnica, produção, beneficiamento e comercialização.

---

<sup>59</sup> Também podemos considerar as pesquisas produção orgânica da Embrapa Agrobiologia, que são realizadas desde 1992 (EMBRAPA, 2019)

**Quadro 7 – Evolução e comparação dos marcos legais sobre produção orgânica e agroecológica**

<b>Políticas e planos</b>	<b>Descrição</b>
<i>Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater)</i>  (Decreto 4.739, 13.07.2003)	Busca assegurar acesso a serviços gratuitos, de qualidade e em quantidade, além de promover o desenvolvimento rural sustentável numa abordagem multidisciplinar e interdisciplinar baseados nos princípios da agroecologia. [antigo <sup>60</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)/Secretaria de Agricultura Familiar]
<i>Lei da Agricultura Orgânica</i>  Lei 10.831, 23.Dez.2003 (Regulamentada pelo Decreto 6.323 de 27.Dez.2007)	Regulamenta produção, comercialização, certificação, fiscalização de agricultura orgânica.
<i>Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – Pronater</i>  (Lei 12.188, 11.01.2010)	Regulamenta a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e institui o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – Pronater. [antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)]
<i>Lei da Agricultura Familiar ou Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.</i>  (Lei 11.326, 24.Jul.2006, regulamentada Decreto 9.064, 31.Mai.2017)	Estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.
<i>Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO</i> (Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012)	Tem o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.
<i>Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – Planapo</i>	

Fonte: Elaboração própria.

A Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) de 2003 foi um marco importante para reconhecer a agricultura familiar de base ecológica no Brasil, bem como promover políticas públicas que atendam as especificidades desse tipo de agricultor; políticas anteriores, como as de financiamento, eram bem abrangentes, independentemente de se trabalhar com sistemas agroecológicos ou não. Ainda assim, todas tocavam na importância de

<sup>60</sup> Indicaremos como antigo, para nos referir como era na estrutura dos Governos Lula e Dilma. Porque no Governo de Jair Bolsonaro (e o anterior de Michel Temer) modificou e/ou se extinguiu muitas das iniciativas e organograma institucional de várias áreas, inclusive de agricultura familiar e meio ambiente. A Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, como ficou denominada a pasta, agregada algumas das políticas e programas que estamos mencionando nesse estudo. Como são poucos meses, e não sendo uma prioridade nas políticas da atual gestão federal, tivemos dificuldades de determinar sua situação, ou seja, como está o funcionamento. Embora apareceram informações no portal da transparência, LOA e PPA, não sabemos como estão sendo executados. Por isso, teremos que considerar essa análise como uma situação de transição ou de análise dos períodos anteriores.

fortalecer as famílias e a pequena propriedade rural na promoção da segurança alimentar e nutricional.

Na Pnater, as Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ematers), ou agências e institutos equivalentes, também tiveram um ganho importante, dispondo de arcabouço jurídico-político para direcionar sua atuação junto aos agricultores familiares, instrumento que não havia antes. Os médios e grandes proprietários geralmente possuem mais condições para contratar assistência técnica, os pequenos não.

Caporal (1991)<sup>61</sup> nos relata que antes, o processo educativo das Ematers era de indução (transferência de técnicas e tecnologias), influenciado pelas diretrizes da modernização agrícola. Depois esse modelo de atuação foi sendo questionado e substituído por outro, dialógico e participativo, considerando o agricultor como protagonista do desenvolvimento rural local. Essa mudança ocorreu gradualmente nas Ematers influenciando nas políticas agrícolas estaduais por iniciativa de técnicos ou até mesmo na redefinição das agendas. A Pnater surge de um amplo debate e experiências que surgiram por todo o Brasil, logo essa política é uma convergência dessa jornada.

Essa nova Política de Ater foi construída conjuntamente pelas instituições públicas e organizações sociais, mudando os objetivos e práticas que extensionistas rurais deveriam realizar junto aos agricultores familiares. Essa política buscava romper com a prática de extensão rural difusionista e indutora, para gerar um tipo de formação alinhado as especificidades necessidades dos agricultores. Entre os avanços destacados no texto está a importância que essa assistência e formação devem focar em abordagens plurais e interdisciplinares, com base nos princípios da agroecologia. O processo foi complicado pois a proposta rompia com décadas de um modelo instituído como moderno, e que tanto técnicos quanto agricultores estavam acostumados (CAPORAL, 2006).

Em 2010, a Pnater tornou-se lei e para fomentar sua implementação como política pública foi criado o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (Pronater). Esse programa, teve sua formulação e supervisão pelo antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>62</sup>, orientando as ações dos Governos Federal e Estaduais. Visava atender tanto agricultores familiares, quanto

---

<sup>61</sup> Esse estudo de Caporal (1991) relatava o caso da Emater-RS, que no final dos anos 1980 começou a mudar seus objetivos de atuação depois de reuniões e seminários com ideias que foram incluídas no Plano Diretor da entidade.

<sup>62</sup> Desde 2019 foi substituído pela Secretaria de Agricultura Familiar e Cooperativismo, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

assentados da reforma agrária, povos indígenas, remanescentes de quilombos e as demais categorias sociais, como gênero e geração.

Nos primeiros anos do Governo Lula, a agricultura orgânica e agricultura familiar foi regulamentada no País, respectivamente pelas Leis 10.831/2003 e 11.326/2006. Ambas organizam desde os procedimentos para produção, comercialização, certificação e fiscalização dos produtos *in natura* e beneficiados, bem como o reconhecimento dessa categoria como um empreendimento familiar rural.

A lei da agricultura orgânica estabeleceu que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) criasse selo único oficial para produtos orgânicos, mas que beneficiava agricultores familiares ou qualquer outra empresa interessada nesse nicho de mercado. Esse selo, como outras regulamentações sobre comercialização, buscou fortalecer a identidade dos produtos no comércio internacional, adequando aos padrões de qualidade; como também regula e credencia os organismos de avaliação, evitando a pulverização de certificadoras pelo País, que muitas vezes não atendem a todas as exigências de países importadores como os da Europa. No caso da lei da agricultura familiar ela instituiu que o antigo MDA, criasse um registro dos agricultores familiares no chamado Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF).

Para atender as especificidades da agroecologia e agricultura orgânica foi criada a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Pnapo) (Decreto 7.794, 20.Ago.2012). A proposta central dessa política pode ser dividida em três bases: a) organizar as várias ações e políticas públicas existentes nessa área, fazendo com que dialogassem, b) orientar e direcionar essas várias ações, no nível nacional, estadual e local; c) reconhecer a agroecologia e produção orgânica como agenda oficial do Governo. Como as outras legislações e políticas, toda sua construção é parte de intenso e longo processo de diálogo com os vários atores sociais.

Para fomentar e alinhar essas discussões e ações essa política foi instrumentalizada pelo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo), que também, no mesmo Decreto criou a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Cnapo), representada nos Estados pelas Comissões de Produção Orgânica (CPOrg). Também criou a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica (Ciapo), que reúne instituições participativas da sociedade civil junto com o governo. Entende-se que por intermédio dos Ministérios e Instituições Públicas, o Governo Federal opera diversas políticas de fomento a agricultura familiar. Essas ações partem dos pressupostos legais estabelecidos pela Pnater/Pronater e Lei da Agricultura Orgânica. Com esses parâmetros, o Planapo atua definindo os objetivos, metas, estratégias e atividades para orientar as políticas públicas dos gestores das

entidades federais, e estaduais, bem como subsidiar a sociedade civil (SAMBUICHI et al., 2017).

Nos quadros 8 e 9 são levantados os principais programas executados que beneficiam os agricultores familiares de base agroecológica. Estas políticas buscaram atender inicialmente as reivindicações das organizações de agricultores familiares, pois eles não se sentiam devidamente contemplados pela Política Agrícola (Lei 8.171/1991) da liberação dos mercados.

Mencionamos anteriormente que uma das primeiras políticas direcionadas aos interesses dos agricultores familiares surgiram nos anos 1990, sendo os programas de financiamento um dos principais gargalos para a produção familiar. No quadro 8 estão dois dos principais. Mas não podemos deixar de considerar a fundamental transformação gerada pelos vários projetos estaduais, municipais, das ONGs, Cooperativas de Crédito, Bancos Comunitários, Fundos Rotativos Solidários, entre outros que difundiram a prática do microfinanciamento solidário para aqueles que passaram décadas fora do sistema de financiamento bancário. Vamos discutir mais em detalhes esses dois pontos porque na pesquisa de campo foram os mais mencionados por aqueles feirantes que em algum momento contrataram crédito.

**Quadro 8 – Programas e ações de microfinanciamento para a Agricultura de Base Ecológica e Orgânica e Agricultura Familiar**

<b>Políticas públicas</b>	<b>Descrição</b>
<i>Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)</i>  (Decreto 1.946, 28.06.1996)	Atende aos agricultores familiares de grupos associativos, comunidades, para atividades produtivas agrícolas e não agrícolas, possibilitando o acesso ao crédito, de acordo com os produtores rurais. Há também as políticas de crédito que atendem especificamente jovens, mulheres, produções agroecológicas.  [Banco do Nordeste do Brasil, Banco do Brasil, antigo Ministério do Desenvolvimento Agrário]
<i>Agroamigo</i>	É o Programa de Microcrédito Rural do Banco do Nordeste, idealizado em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).  O programa destina-se a agricultores familiares com enquadramento no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), classificados no Grupo B.  [Banco do Nordeste do Brasil]

Fonte: elaboração do autor.

O Pronaf atende todos os produtores familiares que explorem uma propriedade na condição de proprietário, meeiro, parceiro ou arrendatário e cujos rendimentos gerados sejam

oriundo de mão-de-obra de maioria familiar. Os pescadores artesanais, pequenos extrativistas e outros tipos de empreendedores agrícolas de composição familiar são contemplados por algumas das linhas de financiamento. Este programa não promove apenas uma política de microfinanciamento. Ele possibilita também o acompanhamento e assessoria, que pode ser feito pela própria instituição (Banco do Brasil, Banco do Nordeste) ou por outras entidades (como associações, cooperativas e organizações da sociedade civil). Desde sua criação diversificou as linhas de financiamento para atender e fomentar os diferentes perfis de agricultores familiares, desde aspectos de gênero e geração, até especificidades territoriais.

O outro programa foi criado institucionalmente pelo Banco do Nordeste em 2005, visto os resultados positivos do Credamigo (1998), que atende mais empreendimentos urbanos. O Agroamigo<sup>63</sup> é outra linha de financiamento, que se destina aos agricultores familiares no Nordeste, enquadrados no perfil do Pronaf<sup>64</sup>. Sua operacionalização é realizada em conjunto com o Instituto Nordeste de Cidadania (INEC) e Secretaria de Agricultura Familiar do Governo Federal. As diretrizes e bases para atuação seguem atualmente a Lei 13.636, 20.Mar.2018, que institui o Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO).

**Quadro 9 – Programas e ações de mercados institucionais para a Agricultura de Base Ecológica e Orgânica e Agricultura Familiar**

<b>Políticas públicas</b>	<b>Descrição</b>
<p><i>Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)</i></p> <p>(Instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, e regulamentado pelo Decreto nº 4.772, ambos de julho de 2003)</p>	<p>Busca garantir às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional, o acesso aos alimentos, em quantidade, qualidade e regularidade necessárias, além da promover a inclusão social no campo, por meio do fortalecimento da agricultura familiar.</p> <p>[Antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e Campanha Nacional de Abastecimento (CONAB)]</p>
<p><i>Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)</i></p> <p>(Lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009)</p>	<p>Beneficia diversos agricultores familiares, assentados de reforma agrária, agroextrativistas, indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais, pois define ser obrigatória a destinação de no mínimo 30% dos recursos do Programa para a compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar</p> <p>[Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar]</p>

Fonte: Elaboração do autor.

Além desses programas de financiamento existe no Governo Federal ações para compra de produtos da agricultura familiar, criando um mercado institucional, por meio do Programa

<sup>63</sup> O fundo desses programas de microcrédito do BNB são oriundos tanto de fontes federais quanto de parcerias nacionais e internacionais, por exemplo, o Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

<sup>64</sup> Exceto aqueles dos chamados grupos A e A/C. Mais informações: <https://www.bnb.gov.br/respostas>

de Aquisição de Alimentos (PAA) e Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Ambos tem por objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional de pessoas em situação de vulnerabilidade social e estudantes da rede pública de ensino, além de prover uma segurança de renda aos agricultores familiares.

Essas iniciativas estimulam os agricultores a se organizarem em cooperativas e associações como meio de acessar esse mercado. Atualmente um agricultor pode vender por ano o mínimo de R\$ 6.500,00 em produtos numa das modalidades do PAA. No caso do PNAE, esses valores podem variar de R\$ 8.000,00 a R\$ 20.000,00. Ou seja, se considerarmos o mínimo desses valores o agricultor poderia adquirir mais de 500 reais mensais. A própria associação é a intermediária para entregar os produtos ao órgão gestor no município. O que caracteriza nesse processo uma cadeia curta de comercialização pois as negociações e logística ocorrem a nível local, passando por poucas etapas.

A experiência do PAA levou a criação do PNAE alguns anos depois. Contudo, a ideia de compra direta já existe há mais de 60 anos, quando era chamado de Campanha Nacional de Merenda Escolar<sup>65</sup>, tendo várias formatos e modificações nesse tempo. Além disso, as escolas já tinham a experiência de receber recursos do FNDE direto na escola, sendo elas gestoras da compra de merenda e materiais para manutenção escolar. Logo, o PNAE é uma adaptação que vincula a estratégia de segurança alimentar e nutricional junto ao fortalecimento da produção e renda dos agricultores familiares.

Os programas têm exigências que podem beneficiar agricultura familiar, como o caso de alimentos adquiridos seja de origem agroecológica e orgânica, e o mínimo de 30% de mulheres agricultoras. Mas também existem gargalos que podem dificultar o acesso e, assim, beneficiar mais agricultores. Por exemplo, considerando as associações dos entrevistados, observamos que apenas a Agrofior tinha agricultores comercializando para vender para o PNAE.

A burocracia e exigências são um limite para muitas associações que ainda estão se estruturando ou são pequenas para atender a demanda solicitada de produtos. Uma vez que o projeto tenha sido aprovado, o PNAE tem uma necessidade de 10 meses e o PAA de 12 meses. Ou seja, o agricultor tem uma demanda constante durante o ano todo para atender.

Existem outros programas importantes para o desenvolvimento sustentável ou agroecológico que são baseados nas lei da agricultura familiar, lei da agricultura orgânica, Planapo, entre outras normas chaves Esses programas e projetos foram criados visando aplicar

---

<sup>65</sup> Por meio do Decreto n. 37.106/1955.

as diretrizes estabelecidas, e desse modo, foram autorizados a desenvolver ações que visem melhorar as condições das famílias de agricultoras e de consumidores.

O Governo Federal teve muitos programas e projetos com temas sobre agroecologia e produção orgânica que financiaram ou foram executados diretamente nos estados e municípios de todo o Brasil. Estes programas foram executados por meio de vários ministérios e órgãos realizados principalmente nos Governos Lula e Dilma, como: a Secretaria Nacional de Economia Solidária/Ministério do Trabalho, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Educação<sup>66</sup>, Ministério da Ciência e Tecnologia<sup>67</sup>, Ministério do Turismo<sup>68</sup>, Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior<sup>69</sup>, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração Regional<sup>70</sup>, Fundação Banco do Brasil<sup>71</sup>, Sebrae, entre outros.

Para estabelecer os mecanismos de apoio e fortalecimento da agricultura e pecuária familiar de base ecológica, a Secretaria de Agricultura Familiar do MDA lançou em 2005, no Governo Lula, o Programa Nacional de Apoio à Agricultura de Base Ecológica nas Unidades Familiares de Produção, que visou estimular experiências exitosas e iniciativas ecologicamente sustentáveis. Foi um programa que seguiu as diretrizes da Lei 10.831/2003 e fomentou muitos projetos de organizações sociais junto aos agricultores.

Em 2014<sup>72</sup>, o então Ministério do Desenvolvimento Agrário, dentro das iniciativas do Planapo, publicou um edital chamado Programa Ecoforte Redes, que financiou projetos de redes de agroecologia, produção orgânica e manejo sustentável e de produtos da biodiversidade. Um dos projetos contemplados foi a Rede Espaço Agroecológico de Pernambuco, que reúne o Centro Sabiá e associações que fazem parte da rede e feiras realizadas. A Fundação Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social apoiaram o programa, que ainda contou com o envolvimento do MAPA, MMA, MDS, MTE, Conab e Embrapa.

Como apontamos antes, nos focamos em apresentar e discutir brevemente, as iniciativas que foram mencionadas e/ou destacadas nas entrevistas com agricultores e instituições. Existem

---

<sup>66</sup> Editais de projetos de extensão, bolsas, financiamento de eventos, aprovação de cursos de graduação e pós-graduação alinhados a proposta

<sup>67</sup> Financiamento de pesquisas, bolsas e formação de núcleos.

<sup>68</sup> Turismo de Base Comunitária/Turismo Rural

<sup>69</sup> Exportações de produtos orgânicos com selo/certificação

<sup>70</sup> Apoio aos projetos de cisternas de placas;

<sup>71</sup> Tecnologia Social PAIS (Produção Agroecológica Integrada e Sustentável) e financiamento de editais de projetos nos ministérios e órgãos governamentais.

<sup>72</sup> Teve uma segunda edição em 2017.

dezenas de ações que foram realizadas a nível federal, estadual e municipal quando realizamos o levantamento por meio de ferramentas como as bases de informações nos sites dos ministérios, secretarias, órgãos, além de portais de dados abertos (transparência).

Na seção seguinte abordaremos as relações institucionais que colaboram com o desenvolvimento da agricultura familiar e as feiras agroecológicas. Destacaremos aquelas que fazem parte desse processo em Recife.

## 5 AMBIENTE DAS FEIRAS E PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

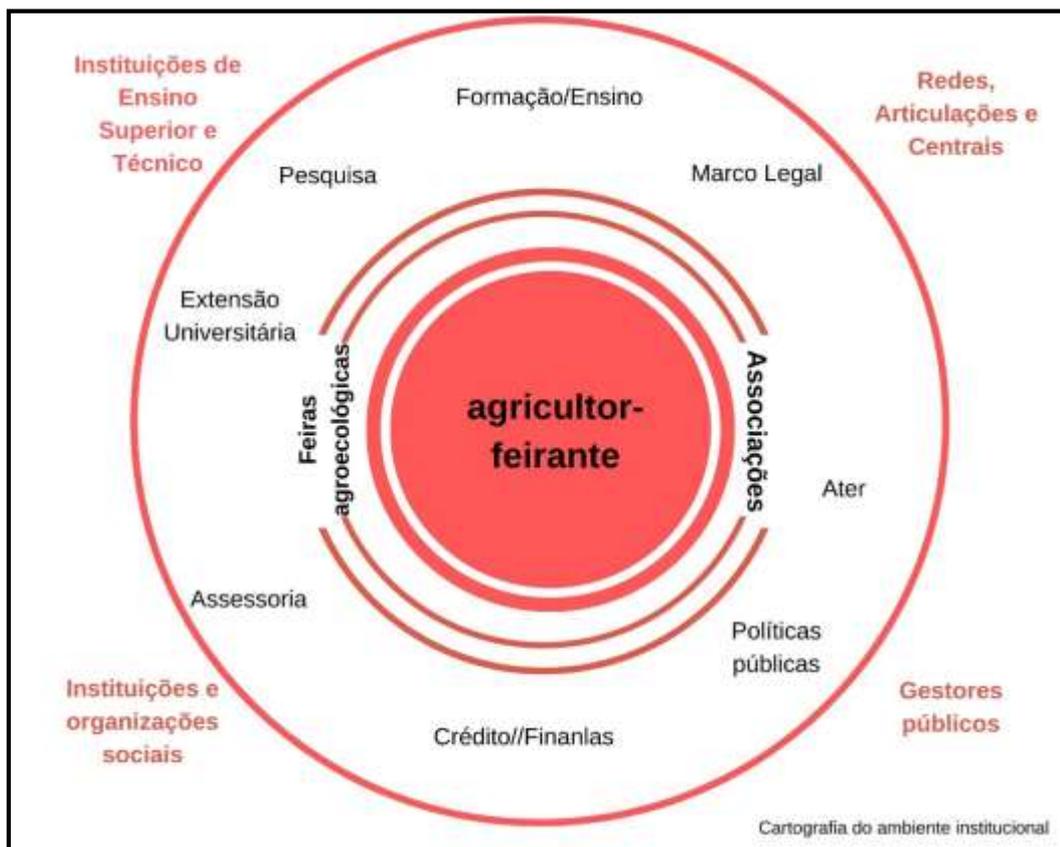
No período que as políticas eram incipientes ou ausentes para atender as especificidades dos agricultores familiares, o apoio e fomento vieram principalmente por meio das organizações sociais, ONGs, movimentos sociais e igreja. A maioria dos financiamentos para os projetos e experiências era de origem estrangeira e realizados principalmente nos territórios de baixa renda. Os movimentos sociais rurais atuavam dentro de uma pauta de reivindicações por direitos e reconhecimento do trabalhador rural. As ONGs trabalhavam assessorando da produção a organização associativa. Na igreja, a Cáritas Brasileira e suas regionais, por meio dos Projetos Alternativos Comunitários (PACs).

O agricultor familiar sempre teve que lidar com desafios que vão além de semear ou obter água para cultivar. Precisam lidar com demandas como:

- Formação e Ater para ampliar seus conhecimentos e melhorar o manejo;
- Financiamento de baixo juros e orientado as singularidades desse grupo social.
- Pesquisas e dados que conheçam a realidade e desenvolvam a inovação científica e tecnológica adaptar a sua realidade
- Monitoramento para que seus produtos ganhem credibilidade e tenham qualidade;
- Articulação para que juntos possam desenvolver ações associativas e cooperativistas.
- Registro do seu perfil singular para serem atendidos pelas políticas públicas e que se reconheça o tamanho e característica deste grupo social;
- Marco legal para regular e estimular a produção familiar e principalmente agroecológica;

Os vários vínculos institucionais criados para responder essas demandas foram importantes para compor dois aspectos na figuração dos agricultores familiares, principalmente aqueles que trabalham com agroecologia. Essas relações institucionais criam uma interdependência com características de solidariedade e associativismo entre os agricultores, pois se observa uma reciprocidade nas ações realizadas por essas instituições e agricultores em ações como de segurança alimentar e nutricional, protagonismo de gênero e geração, produção com princípios agroecológicos, comercialização em feiras, entre outras.

**Figura 1 – Cartografia do ambiente institucional do agricultor familiar de base agroecológica que comercializa nas feiras orgânicas.**



Fonte: elaboração própria.

Para que possamos compreender como os atores contribuem com cada um desses desafios acima para o agricultor familiar de base agroecológica (Figura 1), iremos organizá-los por tópicos temáticos. Assim facilita identificar quem são as instituições, o que fazem e quais desafios que elas enfrentam para cumprir essa agenda. No primeiro tópico dessa seção, iremos discutir um dos principais gargalos dos agricultores e feiras: a autorização e certificação para comercializar seus produtos como orgânicos. A certificação e o selo tem um custo alto para o padrão de renda de muitos dos feirantes. Existem propostas alternativas, algumas em execução, como é o caso da declaração de OCS.

### **5.1 Como confiar nos produtos agroecológicos? – monitoramento das feiras e institucionalidade do selo, certificação e declaração de OCS**

O elemento não-monetário da confiança é fundamental nas trocas comerciais das feiras agroecológicas. Precisamos considerar que os consumidores e suas famílias e amigos tem mais

facilidade, na atualidade, de acessar informações navegando na internet, - acompanhando postagens ou compartilhando e recebendo informações por meio de redes sociais – que podem lhes influenciar na percepção sobre uma determinada situação ou escolhas (SANTOS; SANTOS, 2014).

Por exemplo, no dia 31 de Janeiro de 2016<sup>73</sup>, o programa de TV Fantástico, da Rede Globo, apresentou uma reportagem denunciando que havia agricultores de feiras de agroecológicas vendendo produtos com agrotóxicos como se fossem orgânicos. Uma das feiras apresentadas era de Recife, na Praça de Casa Forte. Imediatamente houve uma grande repercussão tanto por parte de consumidores e não consumidores de feiras, como entre feirantes que não realizam este tipo de prática<sup>74</sup>. Independente das opiniões ou percepções sobre o caso, a notícia trouxe naquele momento uma informação que poderia repercutir negativamente, pois apresentava dúvidas sobre os méritos de uma relação que tem a confiança como uma das bases.

Depois desse episódio, tive a experiência de receber diversos questionamentos se as feiras vendiam ou não orgânicos ou como o consumidor poderia saber se era ou não orgânico. Antes de explicar, geralmente perguntava o motivo dessa dúvida ou desconfiança. Alguns respondiam lembrando essa reportagem e outros divagavam explicando que alguém tinha lhes dito ou lido alguma informação em algum site ou rede social. Ainda assim, o número de feiras e feirantes não diminuiu, e provavelmente o de consumidores também não, visto o aumento de feiras depois de 2016.

O monitoramento e fiscalização ainda são insuficientes nessas feiras e propriedades que produzem orgânicos. No Estado de Pernambuco existem iniciativas realizadas pela Adagro para coletar cerca de 100 amostras por ano e verificar se existem agrotóxicos. Na reportagem mencionada acima, foi a Adagro que fez o monitoramento depois de denúncias, e levou para o Laboratório do Itep fazer a verificação. Todos os meses fazem coletas nas feiras e divulgam os resultados no site da Adagro.

O Csurb/PCR também contribui ao fazer o controle do ordenamento dessas feiras em logradouros públicos. O Instituto de Pesos e Medidas de Pernambuco (IPEM) verifica as balanças e a Superintendência Regional do MAPA faz o processo de cadastro dos agricultores

---

<sup>73</sup> Ler e assistir aqui: <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2016/01/feirantes-vendem-produtos-com-agrotoxico-como-organicos.html>

<sup>74</sup> Os agricultores que foram denunciados saíram dessa feira e também perderam a declaração de OCS. Mas ainda assim comercializam na Praça de Casa Forte, sendo que na outra parte da praça, junto a outros produtores que não são orgânicos, mas vendem produtos naturais e artesanais, aproveitando a clientela interessada nesses tipos de produtos que vão a Feira Agroecológica de Casa Forte. Inclusive, depois de um tempo essa outra feira ficou conhecida como Feira Paralela, são organizados e tem feito reivindicações para continuarem atuando.

que buscam comercializar orgânicos no Estado. Um dos gargalos é o número de feiras que chega na contagem atual a 46, apenas em Recife, embora provavelmente existam mais. No entanto, nem metade dessas são alcançadas pelo monitoramento Csub/PCR. Há vários motivos. Um não ficam nas ruas (mas em praças e estacionamentos), ou a equipe responsável tem poucos membros. No caso da Adagro, embora o número de amostras seja pequeno, cerca de 100 amostras para o ano todo, devemos reconhecer que tem sido uma iniciativa de grande importância para o desenvolvimento e reconhecimento da produção orgânica na capital.

O monitoramento e fiscalização são fundamentais, mas existem normas que estabelecem e regulam se um determinado feirante/produtor pode se dizer produzindo orgânicos. Selos, certificados, declarações e sistema de certificação participativa são algumas dessas iniciativas. No caso dos selos ou certificação o custo para um agricultor é bastante alto. Conhecemos casos de produtores que tem certificação, mas que pagam cerca de 6 mil reais para uma empresa auditar e certificar, a validade durando aproximadamente três anos.

Existem também os selos de orgânicos ou agricultura familiar. O primeiro geralmente é acessado por empresas que têm mais recursos e que necessitam do documento para vender seus produtos nas prateleiras de lojas e gondolas de supermercados, assim como exportar. No segundo caso, o selo é gratuito mas exige muito esforço para vencer a burocracia. Ainda que este selo não qualifique como orgânico, ele cria uma identificação importante que agrega valor ao produto e lhe permite vender em estabelecimentos comerciais (MAPA, 2019).

Os custos e/ou burocracia são gargalos que muitos dos agricultores familiares enfrentam, e foi pensando nisso que se criou um método que permite os agricultores venderem seus produtos. Basta a associação ou cooperativa e seu associados se cadastrarem na Superintendência Regional do MAPA. Depois de atender os critérios e exigência, o agricultor recebe uma declaração que está vinculado a uma Organização de Controle Social (OCS), que pode ser a própria associação que está vinculado.

Essa declaração permite ao agricultor familiar cadastrado ou familiar próximo, comercializar diretamente aos consumidores, em feiras e outros tipos de espaços. Também pode vender para o Governo (PAA e PNAE). Mas não podem vender em supermercados, por exemplo, pois precisariam de certificação. A declaração de OCS deve ser exibida na barraca sempre que estiver numa feira. É uma forma transparente de informar o consumidor que seus produtos são orgânicos e que tem origem e uma organização que respalda seu produto (MAPA, 2019).

O feirante *Francisco* nos relatou que antes de conseguir essa Declaração de Cadastro de OCS, divulgava que seus produtos eram agroecológicos e não orgânicos, pois as legislações

focam na conformidade do produto orgânico, e não agroecológico. A agroecologia é uma abordagem científica utilizada no nome de feiras, associações e para também identificar os produtos orgânicos. A estratégia do agricultor pode ser interessante mas a legislação vigente (10.831/2003) reconhece que aqueles produtos identificados como agroecológicos, biológicos, biodinâmicos, entre outros, são orgânicos.

Destacamos esse caso porque demonstra que por alguns anos, mesmo depois de regulamentação da legislação e o desenvolvimento de políticas, os feirantes estavam inseguros sobre sua condição. Mas esse é um ponto que mudou significativamente desde 2012, quando Araújo, Lima e Macambira (2015) identificaram um percentual baixo de agricultores com essas certificações nesse ano, mas atualmente o registro é bastante amplo, embora ainda haja produtores comercializando sem esse tipo de cadastro, mesmo que tenha solicitado.

Algumas feiras, como o Espaço Agroecológico da Várzea, tem desenvolvido outras referências para apresentar maior credibilidade dos seus produtos, e divulga-los aos consumidores. Além de sempre estarem atualizando as redes sociais (instagram e facebook) para divulgar sua experiência semanalmente, também criaram um cartaz com um mapa do local de produção desses agricultores e organizam missões de intercâmbio entre produtores e consumidores para conhecer as propriedades dos agricultores.

Uma outra modalidade que ainda não é praticada em Pernambuco, mas que foi discutida em algumas entrevistas com o assessor de Construção Social de Mercados do Centro Sabiá, Davi Fantuzzi, é o Sistema de Certificação Participativa. Esse tipo de modalidade vai além da declaração, ela cria mecanismos mais simples (e com menos custos) que os próprios feirantes de uma mesma rede, de maneira cooperada e coordenada, certifiquem de maneira participativa e conjunta os próprios agricultores da rede. Essa proposta poderia abrir horizontes para alcançar outros mercados, além das feiras, parcerias com restaurantes e outros empreendimentos.

O monitoramento e regularização tem efeitos práticos, pois sua publicidade cria uma referência para argumentar se os produtos são ou não orgânicos. Mas ele ainda precisa ampliar as duas ações pois nem todas as feiras são monitoradas e ainda há agricultores sem a regularização. Nesse processo de adaptação e evolução das normas e políticas o que de fato cria maior confiança no produto e produtor de orgânicos, é a interação agricultor e consumidor, esse vínculo de proximidade, conversas, frequência, trocas de informações, aprendizado, ou seja, ambos voltam para suas casas com mais aprendizado e interações, ainda que nem percebam. No próximo capítulo nos debruçamos mais sobre essas questões.

## 5.2 A crítica e a ciência, Universidades e grupos de pesquisa

O saber popular é uma das bases para o desenvolvimento da agricultura familiar e realização das feiras orgânicas. Mas este não está isolado ou distante do campo científico, as universidades, por meio de estudantes, técnicos e professores tem desenvolvido diversos projetos de pesquisa e extensão para estudar ou apoiar o movimento agroecológico.

No Brasil, a agricultura familiar é objeto de pesquisa e extensão há muitas décadas, contudo, desde o final dos anos 1980 ganhou maior importância e interesse depois de importantes trabalhos científicos, especialmente aqueles realizados pelo grupo participante do Projeto Rurbano da Unicamp. Trouxe resultados não só do reconhecimento do agricultor familiar com categoria social, política e econômica, como também caracterizou os aspectos sobre sua composição de trabalho e renda.

As universidades e seus grupos de pesquisas tiveram um papel muito próximo no desenvolvimento da agricultura familiar de base agroecológica no Brasil e também em Pernambuco, estando ora como observadores dos fenômenos sociais oriundos dessa área, ora como participantes das mudanças e incentivos.

Depois de 2004, com a ampliação de universidades, campi, vagas de professores e estudantes, por diversas regiões, centenas de grupos de pesquisas cadastrados no CNPq foram criados com foco ou tendo uma linha de pesquisa sobre a agricultura familiar, agroecologia ou produção orgânica ou outros temas afins. Segundo a antiga Secretaria de Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário (Sead/MDA) havia mais 100 núcleos de pesquisa e extensão em agroecologia e produção orgânica. Houve incentivos do CNPq com chamadas públicas para criação ou fortalecer a organização desses núcleos de estudos em agroecologia e produção orgânica. De 2010 a 2017 haviam sido lançadas oito chamadas que beneficiaram aproximadamente 300 projetos, 190 campi e cerca de 100 instituições de ensino superior (MDA, 2017).

Por exemplo, muitas feiras orgânicas no Brasil foram criadas dentro ou próximas de universidades e faculdades, e outras tiveram apoio no início ou depois de consolidadas. Uma das primeiras em Recife foi a Feira de Economia Solidária e Agroecologia, criada em 13 de Dezembro de 2006, depois que agricultores da ASSIM propuseram num seminário acadêmico. Sua criação foi articulada junto ao Núcleo de Economia Solidária da UFPE (NECSO), grupo de pesquisa e extensão formado por professores e estudantes de ciências econômicas e serviço social. A feira existe até hoje, todas às quartas, em frente ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA).

O apoio e assessoria a associações e feiras já existia antes. A Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da UFRPE (Incubacoop) [1997] desenvolvia trabalhos com a mesma ASSIM, com capacitações na área de beneficiamento de alimentos, principalmente. Na organização dos Espaços Agroecológicos das Graças e Boa Viagem, havia pesquisadores da UFRPE participando de sua construção.

Na UFRPE foi criado o Núcleo de Agroecologia e Campesinato (NAC) [2009] que desenvolve diversos estudos e extensão universitária e acompanham o desenvolvimento de feiras, como a de Camaragibe<sup>75</sup>, valendo lembrar principalmente o Espaço Agroecológico da Várzea, onde alguns dos seus membros são importantes articuladores desde sua concepção. Também organizaram ou foram parceiros de diversos eventos científicos no Estado, destacando-se os Seminários de Agroecologia de Pernambuco, Seminário sobre Criação Animal de Base Agroecológica do Nordeste, os Colóquios Internacional Feminismo e Agroecologia. Duas recentes colaborações foram os cursos de graduação em Agroecologia, que teve seu primeiro vestibular este ano e a criação do Doutorado Profissional em Agroecologia que terá sua primeira seleção em 2019; ambos iremos detalhar no próximo tópico.

Existem outros núcleos em Pernambuco, na UFRPE. Além da Incubacoop e NAC<sup>76</sup> temos o Núcleo Agrofamiliar [2009], na Unidade Acadêmica de Garanhuns (UAG), que apoia a organização da Agrofeira territorial, e o NEPPAS [2010], na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UAST).

Na Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP), o Instituto Humanitas Unicap (IHU) desenvolve um trabalho com produtores de uma assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MTRST) e organiza a Feira da Reforma Agrária dentro do campus da UNICAP.

Na UFPE, além do NECSO, existem dois grupos na Geografia: o primeiro é a Incubadora de Tecnologias Sociais (Incubatecs) [2011], que desenvolve ações na área de economia solidária e tem um projeto que envolve agricultores urbanos de fitoterápicos, integrantes de uma rede de ervas medicinais. O outro é o Núcleo de Educação, Pesquisa e Práticas em Agroecologia e Geografia (NEPPAG Ayni) que promove diversos eventos de debate, apoia a organização da feira do Espaço Agroecológico da Várzea.

Um ponto que devemos considerar importante é a introdução de temas de aulas, seminários e palestras nas atividades de ensino de muitos cursos de graduação e pós-graduação,

---

<sup>75</sup> Antes havia uma feira em frente ao Lafepe, na Praça Faria Lima,

<sup>76</sup> A Incubacoop e NAC tem vários professores do Departamento de Educação vinculados.

por professores pesquisadores e/ou extensionistas; há também aqueles que frequentam as atividades pois se interessam de se atualizar com as discussões sobre agricultura orgânica e temas correlatos.

Esse debate, por meio da extensão universitária, pesquisa científica, publicações, eventos, aulas, entre outros tipos de apoio, permitiu uma compreensão do estado da arte sobre a agroecologia em Pernambuco. Suas intervenções foram importantes para o fomento de vários grupos de produtores e feiras. Foram pesquisadores de universidades que ajudaram a redefinir tanto o trabalhador rural das pequenas propriedades, como reconhecer a agricultura familiar, conforme vimos no debate do Capítulo 4.

No campo da pesquisa em agroecologia temos o Instituto Agrônomo de Pernambuco que tem tido um papel na elaboração de pesquisas de melhoramento de processos de cultivo, manejo, entre outros.

As ONGs também tem procurado realizar registros das suas experiências e comumente fazem parcerias com universidades e pesquisadores. A Casa da Mulher do Nordeste tem trabalhos destacando a relação do feminismo e a agroecologia ou economia solidária. O Centro Sabiá também, alguns até citados nesse estudo.

### **5.3 O ensino da agroecologia**

A educação tem sido um dos pilares para expandir e compartilhar os conhecimentos sobre agroecologia. As universidades, institutos de tecnologia, ONGs, movimentos, sindicatos, têm ações dedicadas a formação e capacitação tanto de agricultores quanto de pesquisadores e estudantes sobre a agroecologia, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade e temas afins.

Cursos universitários criaram novas graduações/pós-graduações ou modificaram/adaptaram currículos e ementas de disciplinas para atender as demandas dessa área para formar um corpo de profissionais, técnicos e cientistas com esse tipo de conhecimento. A chamada para criação e fortalecimento dos núcleos de agroecologia que mencionamos na seção anterior, também teve esse propósito, pois o ambiente de intercâmbio e aprendizado prático seria um campo oportuno para desenvolver habilidades e formação necessária. Os núcleos são um espaço de intercâmbio contínuo de vários saberes e áreas de conhecimento, no mesmo ambiente podemos ter economistas, sociólogos, agrônomos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros.

Percebemos que o ensino de agroecologia não é apenas para os estudantes universitários e técnicos, mas principalmente para os agricultores. O próprio conceito de agroecologia permite

a criação de um processo de formação no ensino superior e técnico que se contrapõe aos modelos tradicionais de sala de aula. O enfoque é de uma metodologia ativa onde todos constroem o processo de aprendizagem, não apenas quem ministra determina o conteúdo e o método. As práticas, vivências de campo, protagonismo, inovação pedagógica nos currículos enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. Não há um modelo padrão ou formal para ministrar essas formações, sejam elas nas universidades e institutos, como também realizado pelas organizações sociais.

Parte dessa influência vem das ONGs, movimentos sociais e outras organizações sociais que realizam diversos tipos de formações como: oficinas, minicursos, aulas práticas/de campo, intercâmbios, eventos, entre outras práticas educativas e de socialização/compartilhamento de aprendizagens. Tanto essas entidades, universidades, institutos e outros espaços de educação agroecológica defendem que na educação superior, profissional ou técnica, a agroecologia “tem forte relação com a Educação do Campo, a Educação Popular, a Educação Contextualizada, as Escolas Familiares Rurais e com a Formação em Economia Solidária e Ecológica” (ABA, 2013, p. 13).

Uma parte dos agricultores que estão nas feiras fizeram cursos de formação práticos ofertados pelas ONGs que lhes assessoraram. Participaram de intercâmbios que são uma das formas de aprendizagem mais citadas pelos feirantes; a oportunidade de conhecer ou apresentar técnicas e manejo tem sido uma das maneiras mais usadas de transmissão de conhecimento. Por diversas vezes, durante as visitas e entrevistas de campo, percebi que nas suas conversas mesmo durante as feiras (geralmente em momentos de menor fluxo de consumidores), acabam trocando informações ou inclusive trocando produtos. Uma parcela significativa de agricultores-feirantes tem formação técnica, a maioria pelo Serta, que tem um curso técnico de nível médio em agroecologia; os demais fizeram pelo Instituto Federal de Pernambuco (IFPE) no Campus de Vitória de Santo Antão, que tem uma longa tradição na formação de técnicos agropecuários.

Não identificamos diretamente quem tenha feito cursos superiores mas há relatos de filhos de agricultores, que concluíram ou cursam alguma faculdade, inclusive alguns com formação de mestrado, como o filho do Coordenador do EAG, *Isidoro*. A maioria destes jovens que estão seguindo esse caminho acadêmico não pareceram demonstrar interesse de retornar ou continuar na atividade de feirante.

No Brasil, de acordo com o E-MEC, existem 45 cursos de graduação em agroecologia e agricultura familiar, sendo 34 tecnólogos (com currículo de 2 anos de formação) e os demais de bacharelado. Apenas três são realizados a distância (EaD). Esses tipos de cursos começaram

a partir de 2008 mas, como pontuamos antes, muitos dos currículos de cursos de graduação, das Ciências Agrárias, Animal e Ambiental, entre outros, tem incorporado as discussões e até mesmo mudando as ementas de disciplinas. Essas inclusões, mudanças e criações são um processo mais recente, pois foi estimulado principalmente pelas políticas, programas e financiamentos de projetos que incentivaram o ensino, pesquisa e extensão em agroecologia, agricultura familiar e áreas afins, nas duas últimas décadas.

Desse total, 11 são realizado no Nordeste, e dois em Pernambuco, um deles em outros Campus do IFPE, em Barreiros, na Mata Sul de Pernambuco. Este também tem um curso de Qualificação Profissional em Agricultor Familiar, com base nos princípios agroecológicos e técnicas de sistemas orgânicos.

O outro curso de graduação é o Bacharelado em Agroecologia, Campesinato e Educação Popular fica no Campus Recife da Universidade Federal Rural de Pernambuco, e é mais recente, seu primeiro vestibular tendo ocorrido esse ano. O público alvo são agricultores, camponeses, assentados e pescadores de base familiar, como também quilombolas, indígenas, todos que sejam identificados pelo artigo 3º da Lei da Agricultura Familiar (11.326/2006). Os professores do Departamento de Educação da UFRPE e pesquisadores do NAC foram os articuladores da criação desse curso, que tem uma grande demanda para formação profissional nessa área. O curso terá uma abordagem interdisciplinar e de alternância, parte dos estudos serão na Universidade e outra nas comunidades.

Os cursos de pós-graduação em agroecologia também se expandiram nas faculdades particulares e instituições de ensino público. Atualmente existem 35 cursos de especialização lato-sensu, seis no Nordeste. Em Pernambuco existe apenas o curso de Zootecnia Orgânica e Agroecologia na Faculdade Osman Lins, em Vitória de Santo Antão.

Muitas linhas de pesquisa e disciplinas foram incluídas em programas de mestrado e doutorado. Dissertações e teses foram defendidas abordando os temas de agroecologia, agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável. Existem cerca de 15 programas de pós-graduações stricto sensu de agroecologia, agroecossistemas, agricultura orgânica e agricultura sustentável (GEOCAPES, 2019). Apenas cinco deles com Doutorado. O Nordeste tem apenas dois programas de mestrado, um na Universidade Estadual do Maranhão e outro na Universidade Federal da Paraíba. Existem também um curso de Doutorado Profissional aprovado em consórcio com Universidade Federal do Vale do São Francisco (Univasf), UFRPE e Universidade do Estado da Bahia. O Doutorado Profissional em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial teve sua primeira seleção em 2019 e tem uma proposta interdisciplinar e será o primeiro a funcionar no Semiárido.

A maioria desses cursos, tanto de graduação quanto de pós-graduação são mais direcionais para as áreas de agrárias (agronomia, florestal), ciência animal (zootecnia, medicina veterinária, engenharia de pesca) e ambiental. Existem também aqueles que são interdisciplinares, que trazem um perfil mais eclético do processo de formação.

#### **5.4 O contexto nacional e local: as Articulações, Redes e Órgãos públicos**

A Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e Associação Brasileira de Agroecologia (ABA) são algumas das instituições de abrangência nacional e regional que tem importância no debate e movimento agroecológico no País, ao lado de importantes movimentos e sindicatos rurais, como MST, ASA, Fetraf, Contag e Unicafe, para citar alguns. A ANA reúne vários movimentos e redes de agroecologia entorno de ações de para o desenvolvimento territorial, intercâmbio de saberes e compartilhamento de informações para dar visibilidade das práticas agroecológicas para a sociedade. No caso da ABA tem um perfil mais acadêmico e profissional, pois reúne profissionais, pesquisadores e estudantes sobre agroecologia ou áreas correlatas. Suas ações visam estimular estudos, divulgação científica e diálogos para promover ações que orientem melhor as políticas que envolvam o fomento agroecológico.

Várias as ONGs e outras organizações, universidades e núcleos de pesquisas participam de um ou mais articulações, redes e movimentos, inclusive além destes citados, pois existem outros a nível regional, estadual e local reunindo-se para desenvolver ações coletivas e promover políticas, estudos e práticas agroecológicas.

Também existem organizações e comissões na gestão pública, ligadas a uma das esferas. Que podem funcionar como fóruns de discussões ou ter funções para realizações ações e projetos. Como é o caso das Comissões da Produção Orgânica das Unidades da Federação (CPOrgs) e pela Câmara Temática de Agricultura Orgânica (CTAO) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). No caso das CPOrgs, criadas pela Instrução Normativa n. 13 (28.Mai.2015), tinham como responsabilidade coordenar as atividades e projetos de produção orgânica dos respectivos Estados, bem como auxiliar no monitoramento e autorização das declarações de OCS, discutir e propor políticas públicas, com o intuito de estimular a produção orgânica. Essas comissões são formadas por instituições de vários segmentos, como representações dos Governos Federal, Estadual e Municipal, ONGs e Associações e representações de trabalhadores rurais que estejam envolvidos com a agroecologia no seu Estado.

Em Pernambuco estão representados as seguintes organizações:

**Quadro 10 – Lista de instituições membro da CPOrg-PE**

<b>Instituições públicas Estaduais</b>
Secretaria de Saúde do Estado de Pernambuco
Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco
Agência de Defesa e Fiscalização Agropecuária de Pernambuco – ADAGRO
Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP
Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco
Instituto Agrônômico de Pernambuco – IPA
Secretaria de Desenvolvimento Agrário
Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural – PRORURAL
<b>Instituições públicas Federais</b>
Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco – SFA/MAPA
<b>Instituições públicas municipais</b>
Companhia de Serviços Urbanos do Recife – CSURB
<b>Universidades</b>
Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE
Universidade Federal de Pernambuco – UFPE
<b>ONGs</b>
Instituto de Desenvolvimento Econômico Social Ambiental Sustentável - IDESS
Serviço de Tecnologia Alternativa – SERTA
Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá – CENTRO SABIÁ
<b>Movimentos e Redes</b>
Federação dos Trabalhadores Na Agricultura do Estado de Pernambuco – FETAPE
União das Cooperativas da Agricultura Familiar e de Economia Solidária de Pernambuco – UNICAFES
<b>Associações e Cooperativas</b>
Associação Terra e Vida – TERRA E VIDA
Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicos de Bom Jardim – AGROFLOR
Associação Ama Terra Gravatá – AMATERRA
Cooperativa de Profissionais Especializados em Serviços para a Agricultura Familiar – ECOTERRA
Associação dos Produtores Orgânicos do P.A Ronda – Chico Mendes
Associação dos Produtores Orgânicos de Brejo da Madre de Deus – TERRA FÉRTIL
Associação Orgânica de Base Familiar e Cultivo Orgânico da Região de Mocotó – AABCORM

Fonte: Elaboração própria.

Estivemos presentes em duas reuniões (12.Fevereiro e 06.Mai.2019), a convite, para observação, notamos que as ONGs, Universidades e instituições públicas conseguem estar na maioria presentes, entre as representações de agricultores, tinham duas associações representadas. Essa baixa participação se deve ao tempo (pois requer parar de produzir, pois se deslocam da Zona da Mata ou Agreste, além de já participarem de outras várias reuniões das próprias associações e redes) e aos custos financeiros, pois como as reuniões são realizadas na Sede do IPA, embora tenham ocorrido em 2018 ações itinerantes, afim de permitir maior presença nas regiões do Estado.

No momento de nossa participação havia várias discussões, mas podemos destacar duas, a primeira era sobre a regulamentação da Lei n. 16.320/2018, que tinha sido aprovada, mas falta o instrumento que a faça ser aplicada. A outra discussão foi sobre a extinção dessas comissões, entre outras, em todo o país pelo Decreto n. 9.759, 11.Abril.2019 que extinguiu e estabeleceu nos regras para colegiados da administração pública federal.

## **5.5 Proximidades e distâncias entre bairros e sítios**

### **5.5.1 Onde as trajetórias começam: caracterização dos municípios de vida e trabalho dos feirantes**

Os agricultores-feirantes não são definidos apenas pelo tempo e trabalho nas feiras que participam na capital ou de outros municípios da RMR. Para compreendermos mais quem são, precisamos também saber algumas características do lugar de produção e vida deles.

Desse modo, conforme observado nas seções sobre as origens e trajetórias da feiras desse estudo, esses feirantes são oriundos de quatro regiões de Pernambuco: Região Metropolitana do Recife (Abreu e Lima, Igarassu, Jaboatão dos Guararapes e Recife), da Mata Sul (Amaraji, Chã Grande, Pombos e Vitória de Santa Antão), Mata Norte (Glória do Goitá e Lagoa do Itaenga) e Agreste (Bom Jardim, Feira Nova e Gravatá). Outros municípios<sup>77</sup> também compõem as feiras realizadas em Recife, Olinda, Jaboatão, Camaragibe e demais municípios da RMR. Mas como não havia agricultores presentes entre as feiras selecionadas para o estudo, não consideramos na análise dos indicadores socioeconômicos desses outros municípios.

A região que tem mais feirantes é a Zona da Mata com cerca de 57%, seguido do Agreste com aproximadamente 33% e da Região Metropolitana do Recife com pouco mais de 10% (ver

---

<sup>77</sup> Goiana, Rio Formoso e Paudalho.

Tabela 2). Essa diferença pode ser explicada por alguns fatores. O primeiro são as distâncias visto que para os municípios do Agreste e alguns da Zona da Mata, o custo de combustível e tempo para ir e voltar são maiores. No caso da RMR, são casos particulares de produtores que desenvolveram sistemas agroflorestais (SAF), plantas medicinais ou agricultura biodinâmica em suas propriedades, que possuem origens e características singulares comparado aos casos dos agricultores do Agreste e Zona da Mata, conforme observamos no histórico das feiras.

Uma terceira observação, está na importância de atuação das organizações sociais nessas localidades. Ainda que outras entidades atuem em outros municípios, orientadas para o desenvolvimento agroecológico nas comunidades rurais, nem todas desenvolveram ações direcionadas a comercialização. O Centro Sabiá, AMA Gravatá e Serta tiveram papéis importantes, na assessoria e captação de recursos que viabilizaram essas ações.

**Tabela 2 – Quantidade feirantes pesquisados por feira e por município.**

<b>Município</b>	<b>Total</b>	<b>%</b>
<b>Abreu e Lima</b>	2	3,6
<b>Amaraji</b>	3	5,4
<b>Bom Jardim</b>	13	21,4
<b>Chã Grande</b>	4	7,1
<b>Feira Nova</b>	3	5,4
<b>Glória do Goitá</b>	10	17,9
<b>Gravatá</b>	7	12,5
<b>Igarassu</b>	1	1,8
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	1	1,8
<b>Lagoa de Itaenga</b>	5	8,9
<b>Pombos</b>	3	5,4
<b>Recife</b>	1	1,8
<b>Vitória de Santo Antão</b>	4	7,1
<b>Total</b>	<b>56</b>	<b>100</b>

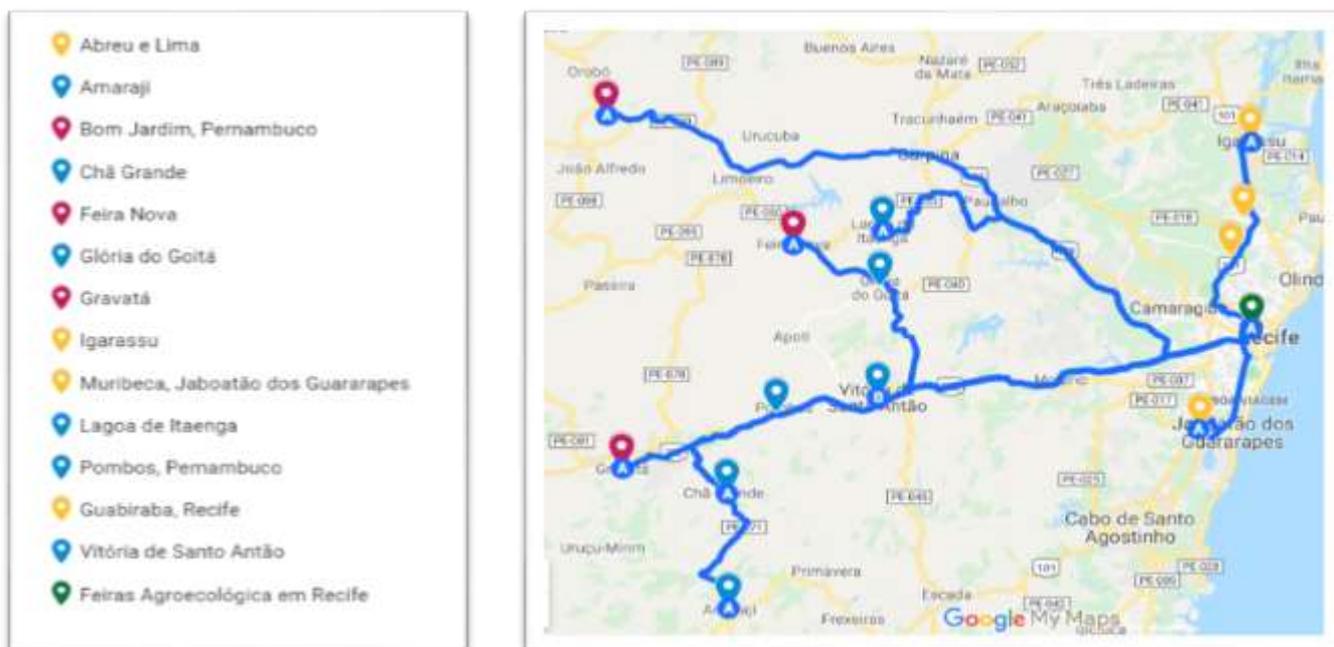
Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Na tabela 2, os municípios de Bom Jardim e Glória do Goitá se destacam por compor cerca de 21,4% e 17,14% dos agricultores familiares do estudo, respectivamente. No primeiro, a Agroflor é uma associação com mais 70 sócios e com 20 anos de existência. Participa de seis feiras em Recife. No caso de Glória, a maior participação se dá por haver duas associações que participam das feiras: Amoras e APRP. Essa última, como já observamos, tem uma estratégia voltada para colocar pontos de comercialização orgânica com até duas barracas/agricultores familiares em várias localidades de Recife e RMR.

O município de Gravatá (AMA Terra) é o terceiro município com mais representantes nas feiras da amostra: cerca de 12,5%, participa de quatro feiras na capital. Tanto a Agroflor quanto a AMA Terra são referências pelo pioneirismo de seus produtores familiares, estando presentes na formação das duas primeiras feiras de Recife, os Espaços Agroecológicos das Graças e Boa Viagem, e que entraram na amostra desse estudo.

Sobre Lagoa do Itaenga, Vitória de Santo Antão e Chã Grande, com 23% dos agricultores entrevistados, também tem entre seus feirantes, fundadores e iniciantes das primeiras feiras, além de terem sido assessorados/apoiados pelo Centro Sabiá, AMA Gravatá ou Serta<sup>78</sup>.

**Figura 2 – Localização e trajetória de deslocamentos dos municípios dos agricultores familiares para as feiras agroecológicas em Recife-PE.**



Fonte: Elaborado com Google My Maps, 2019

<sup>78</sup> Possivelmente Chã Grande e Glória tem mais agricultores em pontos de feira.

Na figura 2, observamos a localização no mapa de Pernambuco e as trajetórias de deslocamentos diários pelas rodovias principais dos agricultores de cada município. No caso dos municípios da Mata e Agreste, o tempo do percurso geralmente varia de 50 minutos a 1h40 para ir (as distâncias variam de 45 km a 120 km). Essas viagens iniciam entre o fim da noite (anterior a feira) ou pela madrugada, períodos que as estradas estão mais livres. Contudo, nem sempre as condições de conservação das estradas vicinais e rodovias, e também a visibilidade (noturna), estão adequadas. Quando chove dificulta mais, pois as áreas rurais ficam mais difíceis de se deslocar com os carros pesados de mercadorias. O retorno também tem percalços, principalmente para as feiras realizadas em dias de semana, como as saídas são mais tarde, entre 10h e 12h, quando o trânsito na Grande Recife-PE pode estar complicado em vários trajetos.

A maioria dos municípios do Agreste e Mata são considerados de pequeno porte, com populações com aproximadamente de 20 ou 30 mil habitantes, com exceção de Bom Jardim, que está mais próximo dos 40 mil. A exceção está em Vitória de Santo Antão com uma população que passa dos 100 mil habitantes, tendo uma posição econômica estratégica – por estar bem mais próxima (45 km) da capital e ter uma vocação para instalação de indústrias (IBGE, 2018). Também Gravatá é um importante município turístico. Ambos municípios têm em comum a característica de serem cortados pela BR-232, principal rodovia que liga RMR, Mata, Agreste e Sertão do Estado, sendo imprescindível para a economia de Pernambuco. Esse pode ser um fator para compreender o tamanho da população e desenvolvimento econômico.

Os municípios da RMR possuem populações urbanas maiores e estão mais integrados a dinâmica comercial, sistema de transporte de passageiros e tem mais empregos e ocupações não-rurais com maiores rendimentos. Ainda assim, em alguns desses municípios, surgiram empreendedores que fazem parte dessas feiras. Nem todos podem ser considerados como localizados em áreas rurais. Em Recife, que não tem área rural, os produtores de agricultura biodinâmica estão na Guabiraba, que margeia a BR-101, embora seja uma área de mata densa.

No caso de Jaboatão dos Guararapes, o grupo de mulheres produtoras<sup>79</sup> de fitoterápicos produzem e vivem no bairro da Muribeca, que é uma grande adensamento popular. E sua plantação de ervas medicinais, a farmácia viva<sup>80</sup>, fica num quintal de um dos residenciais. Mas

---

<sup>79</sup> Centro Saúde Alternativa da Muribeca - CESAM

<sup>80</sup> Pode ser um quintal ou mesmo um jarro, mas que disponha de um conjunto de plantas medicinais que estejam ao alcance das pessoas. No caso do CESAM, é uma grande área no entorno do condomínio, com muitas variações de plantas medicinais e um laboratório.

ambos podemos considerar como agricultores urbanos, há outras iniciativas em Recife, convencional ou orgânicos, em comunidades ou mesmo terraços de prédios.

Em Abreu e Lima, no Sítio São João, há um SAF, cuja localização fica muito próxima de adensamentos urbanos (Inhamã e Matinha). Por fim, o Sítio Sete Estrelas, em Igarassu, também tem um SAF, contudo, sua situação é considerada como endereço rural, embora fique no distrito de Cruz de Rebouças.

**Tabela 3 – Distribuição da população total e população rural.  
Distribuição relativa da população rural, 2010<sup>81</sup>**

Municípios	População		
	Total	Rural	
		nº	%
<b>Pernambuco</b>	8.796.448	1.744.238	19,83
<b>Recife</b>	1.537.704	-	-
<b>Abreu e Lima</b>	94.429	7.804	8,26
<b>Amaraji</b>	21.939	5.894	26,87
<b>Bom Jardim</b>	37.826	22.631	59,83
<b>Chã Grande</b>	20.137	6.445	32,01
<b>Feira Nova</b>	20.571	4.258	20,70
<b>Glória do Goitá</b>	29.019	13.585	46,81
<b>Gravatá</b>	76.458	8.073	10,56
<b>Igarassu</b>	102.021	8.090	7,93
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	644.620	14.025	2,18
<b>Lagoa de Itaenga</b>	20.659	3.541	17,14
<b>Pombos</b>	24.046	8.035	33,42
<b>Vitória de Santo Antão</b>	129.974	16.545	12,73

Fonte: Censo Demográfico IBGE, 2010.

Os municípios do Agreste e da Mata tem proporções significativas de sua população vivendo em áreas rurais. Os municípios com maiores proporções são Bom Jardim (59,8%), que também é único dentre esses que supera a população urbana, Glória do Goitá (46,8%), Pombos

<sup>81</sup> Embora haja dados da população estimada de 2018 desses municípios, ainda assim, não são calculados a população rural, por isso, preferimos optar pelo Censo Demográfico de 2010. Afora que o aumento da população total estimada não seja mais do que 5% em cada município nesses últimos 8 anos.

(33,4%), Chã Grande (32,01) e Amaraji (26,9%). Os demais municípios estão com valores próximos de 10% e 20% (Tabela 3).

Os municípios da RMR estão com proporções abaixo de 9%, exceto Recife, que não tem população rural. Os valores mais baixos se justificam porque esses municípios estão em áreas com maior grau de urbanização. Embora, sejam identificadas áreas com produção agrícola familiar, inclusive Recife, conforme os Censos Agropecuários de 2006 e 2017. Mas como mencionamos antes, há os casos de agricultores urbanos que aproveitam do quintal, terraço ou qualquer outra disponível para cultivar hortas, ervas e pequenos pomares.

De acordo com o PNUD, por meio do seu Atlas Brasil, nenhum dos municípios selecionados da Mata e Agreste tem IDHM (2010) maior que 0,699, o que caracteriza os mesmos como de médio desenvolvimento, exceto Pombos e Amaraji considerados como de baixo desenvolvimento, por estarem com 0,598 e 0,580.

O indicador que mais puxa para baixo esses valores é a educação. Todos têm baixo IDHM Educação, nenhum com valor acima de 0,599. No item de Renda, a maioria dos municípios da Mata e Agreste, exceto Vitória de Santo Antão, Gravatá e Chã Grande, tem IDHM Renda baixo. Vitória de Santo Antão também é um município localizado na Mata Sul. Mas sua proximidade com a capital e os avanços econômicos na indústria e comércio favorecem maiores oportunidades de trabalho e renda. Gravatá é uma cidade turística mas também tem uma atividade comercial importante, por ser cortada pela BR-232, principal estrada que liga o Litoral ao Sertão.

Dos 5,4 milhões de hectares de área dos estabelecimentos agropecuários de Pernambuco identificados no Censo Agropecuário de 2006<sup>82</sup>, cerca de 47,2% (ou 2,57 milhões de hectares) tinham atividade produtiva da agricultura familiar, em propriedades próprias, arrendadas ou assentadas. As propriedades da agricultura familiar correspondem a aproximadamente 28,2% da área total nos municípios do estudo ou 2,4% comparada com a área da agricultura familiar do Estado de Pernambuco.

Na tabela 4, os municípios que têm agricultores familiares de base ecológica abastecendo mais de 60 barracas em seis feiras<sup>83</sup> de Recife, cerca de 61 mil hectares são identificados como de produção da agricultura familiar. Mas nem toda essa área é destinada a

---

<sup>82</sup> O Censo Agropecuário de 2017 não trouxe os vários recortes que haviam sido registrados na versão de 2006. Isso dificultou perceber mudanças e analisar com maior detalhamento as nuances sobre as características dos municípios que estão sendo analisados. Decidimos considerar a versão dos dados de 2006 da área dos estabelecimentos agropecuário por serem os dados mais próximos que temos e porque verificamos nesse e outros estudos houve pouca variação nas áreas dos agricultores das feiras.

<sup>83</sup> E ainda existem as outras feiras que os agricultores participam.

produção de produtos orgânicos. O número de agricultores e a área que de fato atende essas feiras é bem menor.

**Tabela 4 – Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares), Brasil, Pernambuco e municípios, 2006**

Região/Municípios	Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares), 2006		
	Área Total	Agricultura Familiar (Lei 11.326)	
		Área	%
<b>Brasil</b>	333.680.037	80.102.694	24,01
<b>Pernambuco</b>	5.434.076	2.566.324	47,23
<b>Abreu e Lima</b>	1.801	1.594	88,51
<b>Amaraji</b>	25.314	8.567	33,84
<b>Bom Jardim</b>	12.473	8.983	72,02
<b>Chã Grande</b>	6.569	3.420	52,06
<b>Feira Nova</b>	9.038	3.373	37,32
<b>Glória do Goitá</b>	15.717	7.572	48,18
<b>Gravatá (PE)</b>	44.896	9.743	21,70
<b>Igarassu (PE)</b>	31.303	2.071	6,62
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	4.752	1.334	28,07
<b>Lagoa de Itaenga</b>	36.825	1.400	3,80
<b>Pombos</b>	9.778	4.823	49,33
<b>Recife</b>	725	190	26,21
<b>Vitória de Santo Antão</b>	16.775	7.912	47,17
<b>Total municípios</b>	215.966	60.982	28,24

Fonte: IBGE, 2006 – Elaborado pelo autor.

A maioria dos municípios possuem áreas com mais de 25% ocupada pelo trabalho da agricultura familiar. Alguns como Abreu e Lima, alcançam aproximadamente 90%, mas sua

área é pequena, 1,5 mil hectares, o mesmo ocorre com os demais municípios da Região Metropolitana. A intensa urbanização dispõe de poucos espaços para essas propriedades rurais. Nos casos de Igarassu, São Lourenço da Mata e Jaboatão dos Guararapes, há outro fator que diminui ainda mais as áreas para agricultura familiar, a produção de cana-de-açúcar. Um cenário semelhante ocorre em Lagoa de Itaenga, na Zona da Mata. A intensa produção canavieira é evidente nesse município que parece incrustado no meio da vasta plantação de cana da Usina Petribú, agricultura que ocupa essas terras há mais de três séculos. Por isso, observamos uma taxa de 3,8% de suas terras com agricultura de base familiar. Ainda há muitos agricultores em pequenas propriedades nesse município que produzem cana para fornecer aos engenhos todos os anos.

A dificuldade de conseguir dados do número de agricultores familiares e entre estes os que produzem orgânicos é evidente, mas existem outras bases que podemos reunir informações que podem nos trazer uma parte dessa realidade. Uma delas é o cadastro que os agricultores familiares precisam fazer para participar de políticas públicas. A Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) é um documento que serve como ferramenta para registrar e caracterizar as unidades de produção da agricultura familiar, desde as formas associativas que estão vinculados até tipo de produtor: familiar, artesanal, aquicultor, silvicultor, indígena, quilombola, assentados, entre outros.

Os registros podem ser realizados por atividades agrárias que são desenvolvidas no rural ou urbano, e sua composição atende uma forma de produção com o mínimo de sua força produtiva sendo familiar. As entidades que participam do registro dos agricultores na DAP são os Sindicatos e Associações de Trabalhadores Rurais, Escritórios regionais do INCRA e órgãos de Assistência Técnica e Extensão. Para esse último, temos o Instituto Agrônômico de Pernambuco (IPA).

Na Tabela 5, o Estado de Pernambuco possui cerca 266 mil de agricultores com DAP. Não desconsideramos os dados de inativos porque podem ser documentos expirados ou em alguns casos cancelados. A renovação pode ser feita caso o agricultor precise da declaração para poder participar de alguma política pública rural.

**Tabela 5 – Distribuição do número de DAPs e declarações de OCS emitidas – Brasil, Pernambuco e municípios, Jan/2019.**

Região/Municípios	DAP			OCS
	Ativa	Inativa	Total	Ativo
<b>Brasil</b>	3.234.802	-	-	4.905
<b>Pernambuco</b>	266.568	-	-	620
<b>Abreu e Lima</b>	351	598	949	-
<b>Amaraji</b>	921	1.610	2.531	40
<b>Bom Jardim</b>	1.238	2.080	3.318	78
<b>Chã Grande</b>	1.567	1.307	2.874	12
<b>Feira Nova</b>	407	621	1.028	8
<b>Glória do Goitá</b>	1.224	3.463	4.687	22
<b>Gravatá</b>	2.654	3.632	6.286	32
<b>Igarassu (PE)</b>	581	2.022	2.603	?
<b>Jaboatão dos Guararapes</b>	211	637	848	-
<b>Lagoa de Itaenga</b>	340	712	1.052	7
<b>Pombos</b>	872	2.182	3.054	21
<b>Recife</b>	73	112	185	-
<b>Vitória de Santo Antão</b>	997	6.442	7.439	8
<b>Total municípios</b>	11.436	25.418	36.854	228

Fonte: SAF/CGMA<sup>84</sup>, 2019. Elaborado pelo autor.

Os municípios do estudo contêm cerca de 36,8 mil agricultores registrados, sendo que 11,4 mil ativos no momento desse levantamento. Os municípios de Vitória de Santo Antão, Gravatá, Bom Jardim e Glória de Goitá correspondem a aproximadamente 60% dos agricultores com DAP entre esses municípios (e também cerca de 70% da área).

<sup>84</sup> Mais informações: [map14.mda.gov.br/extratodap/](http://map14.mda.gov.br/extratodap/)

Não há dados de quantos agricultores familiares praticam manejo com técnicas orgânicas. Existe uma informação do Censo Agropecuário de 2017 que identifica que apenas 2,6% (ou 7,2 mil) dos estabelecimentos agropecuários de Pernambuco usam agricultura orgânica. Mas como informamos antes, não há outros recortes sobre essa produção como ocorreu no censo anterior.

Podemos ter uma noção mais aproximada ao levantar os dados do número de OCSs emitidas. Esse documento identifica quem pratica agricultura orgânica e está vinculado a uma associação. Com ela, o agricultor pode comercializar em feiras orgânicas ou outros tipos de mercados institucionais e públicos como produtor orgânico. Identificamos 228 OCS emitidas e ativas até janeiro de 2019. Ou seja, 37% do total de Pernambuco. E esse número poderia ser um pouco maior, porque ainda existem outras associações e municípios que não entraram no nosso escopo de estudo. Nem todos que estão identificados nessa lista comercializam em feiras. Existe aqueles agricultores que repassam seus produtos para serem vendidos nas feiras pelo agricultor-feirante.

Por exemplo, em Bom Jardim, são 78 agricultores com OCS. Na Agroflor existem 75 com DAP ativa, logo podemos relacionar a grande maioria dos associados tem OCS. Mas não estão todos participando de feiras, eles são fornecedores, que garantem a diversidade e quantidade da produção daqueles que estão nas feiras.

### 5.5.2 Para onde vão? bairros e feiras, vizinhança e vínculos

Precisamos trazer novamente a questão do deslocamento dos agricultores do campo para a cidade. Nas viagens para comercializar em Recife eles visualizam uma mudança de paisagem, do rural para o urbano ou dos sítios para os bairros. A maioria dos entrevistados vivem em Sítios nas áreas rurais dos municípios. Geralmente comunidades pequenas, com algumas dezenas, centenas e talvez uns poucos milhares de moradores. Alguns podem ter pequenas aglomerações de residências próximas, criando um aspecto de vila, mas em outros, as residências se distanciam entre os hectares das propriedades. Suas áreas de produção – desde algumas contas<sup>85</sup> ou até vários hectares<sup>86</sup> - são o seu meio de renda, de autossuficiência e parte de suas histórias de vida e identidades. Então, o que significa para eles o bairro, nas zonas urbanas, especialmente o caso de Recife?

---

<sup>85</sup> Termo usado para uma medida de terra de 10x10 m.

<sup>86</sup> Pelo art. 3º, inciso I da Lei 11326 de 24/07/2006, o agricultor familiar é caracterizado como tendo até 4 módulos fiscais.

Não vamos aqui desdobrar nosso raciocínio sobre as origens do termo bairro, pois nos aprofundaríamos nas várias etimologias e significados que estes podem representar em diferentes regiões e sociedades. Também não iremos discutir o conceito de bairro rural, como apresentado por Brandão (1995) e Cândido (1964), pois de certo modo, se confunde com a conceituação de Sítio que destacamos a pouco. Além de que os chamados bairros rurais têm características de rurbanização. Nosso foco é o bairro urbano de cidades como Recife. Nos limitaremos no caso das zonas rurais, a chamar de Sítios, pois a maioria dos entrevistados identificou que moram nesse tipo de localidade. E geralmente quando identificam a área urbana dos municípios, chamam de “rua”, ou seja, o ir ou morar na “rua”, significa viver fora da área rural e ir para o centro ou área de urbanização dos municípios.

Em nossa discussão sobre bairros, utilizaremos como base de literatura de Souza (1989), Bezerra (2011), Lefebvre (1975), entre outros. Na síntese, podemos identificar o bairro como uma parte ou divisão urbana de uma cidade. Não possuem um tamanho ou formato definidos. Ele pode se estender por algumas ruas ou por vários quarteirões, pode ter muitos prédios ou ser constituído de mais de casas. Também não tem uma modelo ou roteiro específico de criar um. Pode existir a tanto tempo que algumas memórias se perderam ou se fragmentaram. Ou pode ter surgido agora, por algum investimento econômico ou expansão demográfica nas cidades.

O bairro pode ser um aglomerado de habitações e ruas próximas e unidas por fatores histórico-culturais (tradições e identidades locais), políticos (Gestão Pública Municipal), geográficos (paisagem), econômicos (diferentes classes sociais) e sociabilidades (reconhecimento e pertencimento das pessoas).

O bairro é essa pequena porção urbana de pertencimento e construções sociais. Nele vivemos, trabalhamos, estudamos ou apenas passamos por ele algumas vezes para cumprir objetivos particulares. De algum modo quem cruza suas ruas e edificações tem uma forma de compreensão diferente daquele que vive no bairro. O sítio na área rural tem também esses elementos, mas, no geral, é o local que reúne várias dessas noções que destacamos; é onde os agricultores moram, se sentem pertencidos, compartilham, trabalham e interagem.

Em Recife, os bairros que ficam localizados próximos às feiras tem diferentes trajetórias de formação e composição da sua estrutura urbana e vizinhança. Percebemos isso quando visitamos as feiras e seu entorno. Também quando observamos/conversamos com os consumidores. A composição do bairro influencia a dinâmica e desenvolvimento das feiras.

As informações socioeconômicas podem nos explicar algumas características desses bairros. Mas para compreender e perceber como as feiras se encaixam, e mais ainda, como os agricultores percebem sobre o local que comercializam e fazem outros tipos de trocas não

comerciais precisamos de outras variáveis. As famílias-feirantes trabalham toda a semana nos seus sítios para cultivar as hortaliças, legumes, tubérculos, entre outros produtos, resultados da dedicação e esforço, para trazer para outras pessoas/famílias consumirem num bairro que eles passam algumas horas por semana. E antes de configurarem esse tipo de rotina, muitos agricultores familiares não conheciam ou pouco frequentavam a capital, especialmente os bairros que agora montam suas barracas.

O que pretendemos apontar com esses elementos e caracterizações é compreender o agricultor e a feira nesses bairros. Algumas dessas feiras tem suas histórias e fazem parte do cotidiano e rotina dessas vizinhanças. Os espaços de comercialização viraram um tipo de referência temporal (o dia da feira) e de paisagem (compõem a forma de compreensão daquele espaço) naquela rua, estacionamento ou praça. Muitos que moram ou não, mas frequentam a feira, sabem o dia e onde a feira acontece.

Também de certo modo, a feira é uma valorização da vizinhança, de trocas simbólicas dos cumprimentos e “bom dia”, conversas rápidas ou longas, encontrar o outro conhecido ou encontrar vizinhos e pessoas que nunca tinham conhecido antes, mesmo morando próximos. A feira é um momento e um lugar de várias gratificações e obrigações, laços e trocas, mas também conecta diferentes indivíduos de lugares pertos ou distantes para constituir e compartilhar interesses comuns por produtos saudáveis, orgânicos e sustentáveis.

Nas entrevistas e conversas aleatórias com os feirantes, podemos perceber uma ideia de pertencimento deles naquele bairro, tanto daqueles que são de feiras mais antigas, como Graças e Boa Viagem, quanto algumas das mais novas, Santo Amaro e Várzea. Por coincidência todas são denominadas de “espaço agroecológico”. O propósito do nome veio com a ideia de construção de um local que fosse mais do que ponto ou dia de comércio de produtos orgânicos, um local de encontros e de compartilhamentos sobre os princípios agroecológicos as práticas do nosso cotidiano.

No caso das Graças e Boa Viagem, como são feiras com cerca de duas décadas de existência, os feirantes sabem da importância da feira para o bairro, além de terem visto mudanças na urbanização<sup>87</sup>, de terem criados laços com os consumidores e ter o lugar, a rua ou praça como resultado das sua jornada semanal de trabalho. O local da feira é um espaço de mudança para muitos. Nelas aumentaram suas rendas, tiveram mais conhecimento, como vários mencionaram nas entrevistas, com os intercâmbios/interações entre os próprios agricultores e

---

<sup>87</sup> Como descrito na seção sobre o Espaço Agroecológico de Boa Viagem, o processo de urbanização da expansão imobiliária foi bastante intenso. A paisagem tanto da praça como do entorno mudou muito. Foram construídos 7 prédios de 10 a 25 andares durante os 18 anos dessa feira.

com os consumidores, além de perceberem as mudanças geracionais, de jovens crescerem e adultos amadurecerem. Também são lugar de resistência, pois por vários anos buscaram reconhecimento e consolidação da feira naquela área.

Em Santo Amaro, percebemos que a construção é mais lenta, pois é um bairro mais popular. As residências mais próximas ficam um pouco distantes da feira e são principalmente rodeados por uma grande praça, um cemitério, uma delegacia e uma unidade do Senac, afora os órgãos públicos e empresas próximos. A feira acontece num dia de semana com mais movimento, mas mesmo assim as pessoas ficam em menos tempo na feira. Nos diálogos eles demonstram nesse pouco tempo de existência da feira, terem construídos laços com consumidores. Destacaram que se sentem identificados por ser um bairro mais popular.

Na Várzea, a construção coletiva, pelos moradores-consumidores e pelos vários movimentos socioculturais do bairro, contribui com o desenvolvimento da feira. Realizam encontros/reuniões na casa de algum morador (geralmente alguém envolvido na organização). Além disso, as várias ações políticas e culturas, de palestras e apresentações artísticas, são muitas realizadas por moradores do próprio bairro. Essa relação aproximou mais os feirantes das mudanças e cultura do bairro.

Em todas essas feiras a maioria dos feirantes conhece apenas aquele trecho do bairro, embora isto não queira dizer que não tenham transitado ou passado em outros locais. Nos referimos a ideia de vivenciar o entorno, de realizar outras atividades e desenvolver novos vínculos. Quando alguns se deslocam pela vizinhança em dia de feira é para fazer entregas das compras nos condomínios próximos ou nos grupos de consumo. Em todas as feiras que fomos, os feirantes ficam grande parte do tempo apenas no local da feira. Se não estão comercializando, estão buscando descansar debaixo das barracas ou dentro dos veículos. As saídas observadas para outros locais são mais para ir ao banheiro ou resolver algo próximo, se der tempo.

Não mencionamos logo as feiras da PCR e CEASA porque elas têm outro processo de ligação com os bairros em que estão localizadas. No caso da PCR, a referência não é bairro, mas sim a sede da Prefeitura do Recife, pois é ali que transitam e interagem. Como praticamente não existem moradores no entorno (a exceção da Comunidade do Pilar), a vizinhança são os próprios corpos de funcionários e trabalhadores das repartições públicas e empresas, e aqueles que estão passando pelo bairro para realizar alguma atividade particular nesses órgãos e empresas. Afora que parece haver pouca predisposição de indivíduos saírem de outras partes do Bairro do Recife para irem a PCR fazer feira. Os próprios servidores solicitaram a criação da feira para não terem que caminhar cerca de 250 metros até o TRT.

Sobre a CEASA, ocorre um processo semelhante, as áreas com residências são distantes, sendo um trajeto longo para ir caminhando. Os clientes são formados por moradores de outros bairros, que passam pela feira como caminho ou porque preferem fazer compras nela, e daqueles que transitam na própria CEASA. Mas o fato de a feira ser num espaço distante da parte mais central e de maior movimentação do centro de distribuição, faz com que não se criem vínculos comunitários. Também não são os próprios agricultores que organizam a feira, e sim a administração da CEASA. Assim, eles não criam um associativismo que é percebido em outras feiras.

Todas as zonas – Sul, Leste, Oeste e Norte – de Recife tem feiras. No bairro das Graças, a Zona Norte, foi a primeira. A região contém uma concentração e vizinhança com outros bairros com nível renda per capita acima de Recife (Quadro 11). Essa renda maior foi um dos fatores que incentivaram a criação de outras feiras: Casa Forte, Rosarinho, Espinheiro e Sítio da Trindade. A Zona Sul foi a segunda região contemplada. Em Boa Viagem inaugurou-se a segunda, acrescidas pelas de Setúbal, Shopping Recife, e alguns pontos com uma ou duas barracas em Boa Viagem, Imbiribeira, Ipsep, Jardim São Paulo, Areias<sup>88</sup>. A Zona Leste concentra mais feiras em órgãos públicos. Alguns como no caso do EASA ficam em espaços mais abertos, mas ainda assim, num espaço cedido por uma delegacia. A Zona Oeste é umas das regiões com maior diversificação no perfil dos locais. Há feiras em universidades/institutos federais, órgãos públicos, centro de distribuição, praças, ruas, academias.

No quadro 11, utilizamos a divisão territorial de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), usada pelo PNUD/AtlasBrasil<sup>89</sup> que aproxima os microdados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE das diversas áreas de um bairro. Boa Viagem, por exemplo, tem 12 UDHs, a Várzea 14 UDHs. Mas Graças e Aflitos formam uma única UDH. Para não colocar todas, buscamos nos casos dos bairros com mais de uma, apresentar apenas as mais próximas, do entorno da feira ou que tenhamos percebido um fluxo de moradores dessa UDH para a feira.

---

<sup>88</sup> O Pina e Setúbal já tiveram outras feiras. Mas por razões que desconhecemos, não foram continuadas. Na rua lateral da Igreja do Pina conhecemos em 2012, e eram agricultores da APRP.

<sup>89</sup> A metodologia usada para criar as UDHs encontra-se nesse link: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o\\_atlas/metodologia/construcao-das-unidades-de-desenvolvimento-humano/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/metodologia/construcao-das-unidades-de-desenvolvimento-humano/)

**Quadro 11 – População total e nível de renda per capita (média) das UDHs onde estão localizadas as feiras, 2010**

Zona	Bairros (UDHs)	Feiras de referência	População total (nº)	Renda per capita <sup>1</sup> (R\$)
SUL	Boa Viagem (Shopping Recife / Rua Artur Muniz / Pina: Orla)	Espaço Agroecológico de Boa Viagem,	59.094	3.673,43 – 7.669,31
NORTE	Graças / Aflitos	Espaço Agroecológico das Graças	26.311	4.771,99
LESTE	Recife / Santo Amaro: Av. Cruz Cabugá / Vila Naval	Espaço Agroecológico de Santo Amaro; Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife	7.291	859,88
OESTE	Curado: Jardim Botânico / BR 232 / Ceasa	Feira de Orgânicos da Ceasa	10.056	356,1
	Várzea / Cidade Universitária: Terminal Integrado de Passageiros – TIP / Jardim Petrópolis / Av. Afonso Olindense	Espaço Agroecológico da Várzea	21.631	711,84 – 930,13
	Várzea: Rua Francisco Lisboa / Praça Quitéria		2.631	1.784,05
	Várzea: Av. General Polidoro		4.912	1.871,47

Fonte: IBGE, 2010 – elaborado pelo autor.

<sup>1</sup>A Renda per capita de Recife era de R\$ 1.144,26 e o Salário Mínimo era de R\$ 510,00.

O quadro revela que as feiras não se restringem a locais de nível de renda acima da média, como Boa Viagem e Graças, mas também de locais de renda abaixo ou pouco acima da média de Recife. As feiras alcançam diferentes classes e padrões de condições de vida. Essa observação demonstra também que os alimentos comercializados não são mais caros que aqueles vendidos em Supermercados ou feiras livres. Logo, consumidores de diferentes composições de renda podem consumir e acessar um tipo diferenciado de alimento.

Num mesmo bairro, como Várzea, há uma pluralidade na população que frequenta a feira, corroborada por esses dados. Em todas as visitas notamos que havia consumidores com diferentes contextos socioeconômicos e também de localizações diferentes do bairro. Por isso incluímos outras UDHs, que embora distantes, revelam maior número de consumidores

frequentando as feiras. A Várzea é um bairro que mistura esses extratos sociais e interesses variados.

Notamos também esses diferentes perfis no EAG, mas por ser uma feira mais antiga, há muitos consumidores de bairros mais distantes. Mas assim como no EABV sua vizinhança não é tão plural, exceto pelas comunidades e ZEIS próximas<sup>90</sup>.

A feira é portanto, um espaço microssocial de um bairro, um local de práticas sociais, como trocas econômicas, trocas simbólicas de cumprimentos e palavras, que se reconhecem e se sentem pertencentes. Embora os agricultores não sejam moradores, podemos perceber, nas feiras do EAG, EABV, EASA e EAV um sentimento de pertencimento, ao local da feira, a essa fração do bairro. Ainda que não fiquem mais do que 1/3 do dia, estão ali presentes toda a semana e interagem com vários moradores, criando vínculos de amizade e proximidade como se fossem vizinhos.

Vários feirantes relatam histórias e casos sobre a vida dos consumidores. Se preocupam se irão ou não a feira naquele dia. Um caso relatado por um feirante do Sítio Mocotó, de Vitória de Santo Antão, que há 19 anos comercializa em Boa Viagem e 13 anos no Espinheiro, é curioso. Ele nos contou sobre uma consumidora que tinha o hábito de ir com assiduidade a feira, mas que depois de muitos anos ficou debilitada da saúde para poder continuar descendo e caminhar até a feira. O filho atualmente faz as compras por ela. Mas esse agricultor já foi visitá-la algumas vezes como gesto de reconhecimento e proximidade. E há agricultores que mesmo depois de terem deixado de ir comercializar na feira, por vezes buscam ir, para rever os amigos feirantes e consumidores. E há aqueles que quando precisam se ausentar um dia de feira, ficam ansiosos para retornar.

---

<sup>90</sup> No caso do EABV, há moradores da Comunidade do Bode, que fica em Boa Viagem, antes da Av. Domingos Ferreira que tem o hábito de ir no final da feira, geralmente para pedir uma doação dos produtos que estão sobrando. Até pouco tempo era feito com mais frequência, mas devido a alguns problemas nesse processo, os feirantes em reunião decidiram coibir as doações para evitar mais transtornos. Ainda assim, há aqueles feirantes que ainda fazem, mas entregam num lugar mais reservado. Nas outras feiras, como Várzea e Graças notamos alguns pessoas também pedindo. Na Várzea há até uma troca, alguns ganham produtos ao ajudar a desmontar as barracas ou carregar pesos para os veículos ou guardar materiais da Barraca Paulo Freire.

## 6 FEIRAS AGROECOLÓGICAS DE RECIFE E OS AGRICULTORES FAMILIARES

### 6.1 Uma breve história das feiras agroecológicas de Recife

Nesta seção iremos analisar o histórico e os elementos da constituição das feiras agroecológicas que compõem nosso estudo. Utilizaremos parte das entrevistas com coordenadores, ex-coordenadores e outras lideranças de cada feira, literatura científica que tenha essas feiras do Recife como objeto, bem como os dados e as respostas dos questionários aplicados com todos (46) os agricultores feirantes presentes no período de aplicação da pesquisa.

As feiras que iremos analisar são: Espaço Agroecológico das Graças, Espaço Agroecológico de Boa Viagem, Feira de Orgânicos da Ceasa, Feira de Orgânicos da PCR Espaço Agroecológico de Santo Amaro e Espaço Agroecológico da Várzea, localizadas em diferentes zonas geopolíticas de Recife.

Abordaremos as origens e os caminhos que possibilitaram a organização e consolidação de cada feira. Analisaremos o perfil dos agricultores e as associações aos quais são vinculados, bem como o local de feira que ocupam nos bairros e as características dos municípios de origem.

#### 6.1.1 Espaço Agroecológico das Graças (EAG) – 12 Out. 1997

*[Rua Souza de Andrade, por trás do Colégio São Luís | Zona Norte de Recife]*

**Figura 3 - EAG de madrugada e manhã.**



Fonte: Acervo da pesquisa. Abr. 2019.

### *Os primeiros passos*

A história das feiras agroecológicas em Recife inicia bem distante da cidade, ainda no início dos anos 1990, na Comunidade de Umari, em Bom Jardim. Após articulações do Censo Sabiá junto ao Sindicatos dos Trabalhadores Rurais desta localidade, foram diagnosticados problemas de baixa produtividade nas terras dos agricultores e ausência de políticas para os agricultores familiares. Em consequência, o Centro Sabiá entre 1995 e 1997 assessorou essa comunidade nas práticas agroecológicas. Contudo, a produção precisava ser escoada (CENTRO SABIÁ, 2006).

A primeira experiência foi utilizar o espaço e barracas emprestadas de uma feira livre, que durou por quatro meses, em 1997. Alguns dos motivos apontados foram que os produtos agroecológicos não eram diferenciados pelos clientes do convencional, vendido aos domingos, além do que, muitos agricultores não tinham experiência de estar diretamente na venda direta, explicando o que eram aqueles produtos e negociando os preços, pois muitos estavam acostumados com o processo de vender para atravessadores (CENTRO SABIÁ, 2006).

Também no Agreste, no mesmo ano, havia outra experiência de feira agroecológica, em Gravatá, que foi realizada pela AMA Gravatá e reunia agricultores assessorados pelo Centro Sabiá e Associação Menonitas de Assistência Social (AMAS).

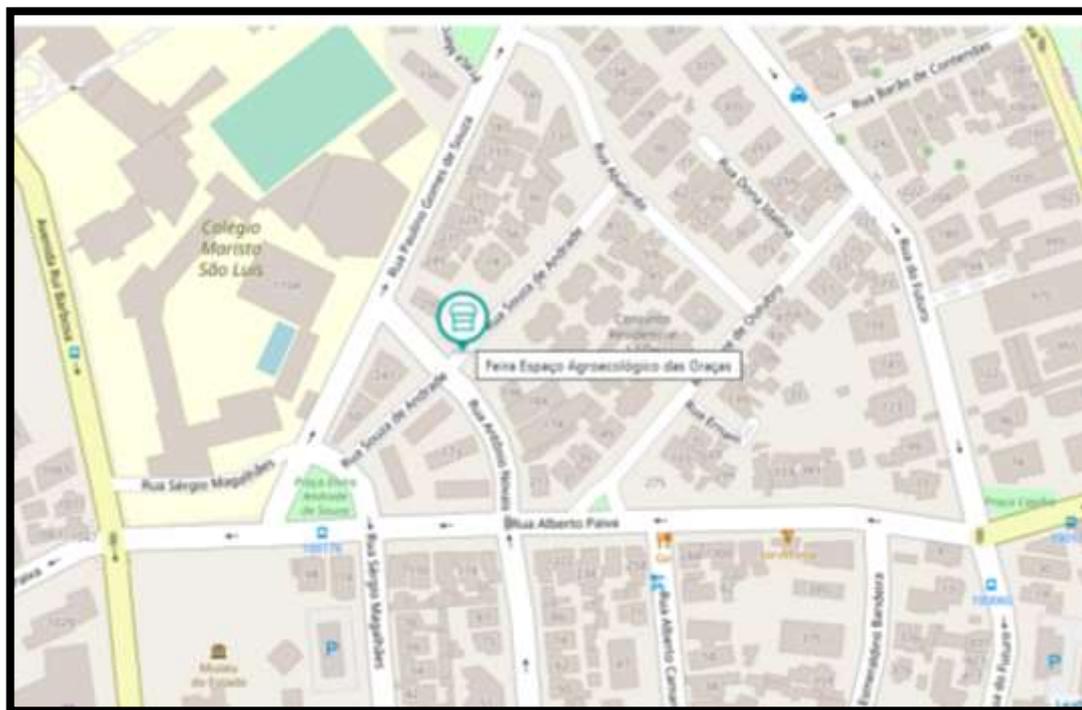
As experiências tiveram sucesso por terem sido um teste importante para visualizar a dinâmica de uma feira e repensar novas estratégias que melhorassem as vendas, renda e visibilidade do produto e os trabalhadores agroecológicos. Uma das estratégias foi realizar a experiência de comercialização e exibição de produtos da agricultura familiar de base agroecológica em Recife.

O marco histórico foi iniciado naquele mesmo ano, 12 outubro de 1997, um domingo, com a pioneira experiência do Espaço Agroecológico das Graças. Essa feira foi uma articulação conjunta de organizações sociais – Centro Sabiá e AMA Gravatá – e agricultores familiares assessorados por eles, oriundos de municípios de 3 regiões diferentes, Chã Grande (Mata Norte), Gravatá e Bom Jardim (Agreste) e Abreu e Lima (Região Metropolitana de Recife). Desde então, este quadro se manteve assim, ampliando apenas o número de barracas.

Inicialmente surgiu como uma tentativa no Parque da Jaqueira, após a realização de um evento em comemoração ao Dia Mundial da Alimentação (16 de Outubro). Uma forma de expor e testar a receptividade dos produtos agroecológicos pelos consumidores de uma cidade, mas também de testarem a si mesmos, pois muitos não haviam realizado esse processo de sair do local de produção para onde estava o consumidor (CENTRO SABIÁ, 2006). No final, o evento

teve uma avaliação positiva dos feirantes, estimulando os mesmos a retornarem, visto que precisavam de uma alternativa que valorizasse o trabalho, pela qualidade e também pela renda.

**Figura 4 – Localização do EAG no mapa de Recife**



Fonte: Idec – Feiras Orgânicas

O Parque da Jaqueira (inaugurado em 1985) também foi escolhido para continuar a experiência, segundo relatos dos primeiros agricultores e consumidores entrevistados, por ser um dos maiores (com 70 mil m<sup>2</sup>) e mais arborizados locais públicos de Recife. Também observamos ao caminhar no entorno do parque e verificar o mapa, que a localização era estratégica, pois é um espaço de grande atrativo para pessoas passearem, exercitarem ou realizar outros tipos de atividades culturais e sociais. Além disso, há uma grande vizinhança de bairros, como Espinheiro, Aflitos, Jaqueira, Graças, Rosarinho, Parnamirim, Tamarineira, Madalena e Torre, ou seja, é um dos parques mais frequentados da capital.

#### *As dificuldades da localização*

Esses bairros mencionados têm um perfil de população com renda *per capita* acima da média de Recife, o que possibilitaria garantir retornos nas vendas. E seria um público mais

aberto a esse nicho de mercado, pois, inclusive, o parque e seu entorno sempre têm atividades promovidas por instituições governamentais e instituições sociais, dentro da linha ambiental, melhoria da saúde e do corpo, alimentação, voluntariado, entre outras. Também é próxima de vários colégios (Colégio Marista São Luís, Colégio Agnes, Colégio Damas), Museu do Estado, Academia Pernambucana de Letras, AABB Recife, clínicas e hospitais, entre outros locais de referência.

No entanto, quando retornaram à Jaqueira não puderam ficar por muito tempo, sendo retirados do local pela Prefeitura do Recife<sup>91</sup> que argumentou ser proibido o comércio dentro deste parque. Ficaram até o final do horário da feira por intervenção dos consumidores, mas na outra semana teriam que encontrar outro local.

Esse novo ponto foi a Praça das Corticeiras (que fica atrás do Colégio Marista São Luís), mas depois de um tempo foram retirados. Por sugestão de um dos fiscais da Prefeitura do Recife deslocaram-se para a rua que seria seu endereço permanente, que praticamente fica numa localização privilegiada, calmo e sem muito trânsito de veículos. O novo local era próximo de muitas residências e comércio e ao lado dessa praça. Assim, eles continuariam no mesmo bairro de antes, com todos os equipamentos públicos e vizinhança próximos. Em termos de fixação da feira, vale lembrar que eles alugaram o espaço de uma loja para deixarem as barracas e outros materiais guardados, evitando o peso de levar e trazer toda semana.

No entanto<sup>92</sup>, esses episódios demonstraram que havia um certo desconhecimento sobre uso e autorização de espaços públicos. Conforme indagamos nas entrevistas e colhemos depoimentos, desta e outras feiras, isso em parte persiste, pois nem todas são cadastradas e/ou monitoradas por órgãos da Prefeitura do Recife ou mesmo da Agência de Defesa Agropecuária (Adagro). Mas há avanços, pois ambos estão representados atualmente na Comissão de Produção Orgânica de Pernambuco (CPORG-PE)<sup>93</sup>, que é composta por outras entidades governamentais, ONGs e associações de agricultores familiares, o que demonstra a existência de um diálogo em construção. A Lei nº 16.320 de 26/03/2018<sup>94</sup>, que orienta o comércio de

---

<sup>91</sup> De acordo com Centro Sabiá (2006), a autorização do uso de espaço no Parque da Jaqueira era apenas para o mês de outubro, tão logo expirou tiveram que ser retirados.

<sup>92</sup> No processo, quando os funcionários da Prefeitura do Recife, que haviam ido com objetivo de lhes retirar novamente, pois estariam irregulares, ocorreu novamente a intervenção dos consumidores, inclusive um deles era juiz e morador local, que ajudou a sanar a questão, pois não haviam trazido documentação para referendar a retirada. E depois disso não houve maiores dificuldades sobre ficar neste endereço. Pois foram bem acolhidos pela comunidade local.

<sup>93</sup> Para maiores informações: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/arquivos-organicos/cporg-pe.pdf>

<sup>94</sup> Para maiores informações: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=358147>

feiras de produtos orgânicos ou agroecológicos, é oriunda, inclusive, dessas articulações; contudo, conforme analisamos no capítulo 4, essa lei ainda não está regulamentada.

As experiências dessa e outras feiras demonstram também ter ocorrido alguns reveses, revelados pelas tentativas de retirar os mesmos local, apreensão de veículos<sup>95</sup> (geralmente os do tipo Gipão Toyota bandeirante) e até dificuldades de vender e gerar renda<sup>96</sup>. Isto demonstra que naquele período a sociedade e o Estado não conheciam ou compreendiam essa agricultura familiar que surgia nos espaços públicos. Talvez, na visão deles, seria mais um comércio informal e ambulante.

Havia por parte dos feirantes uma preocupação em evitar o poder público. *Isidoro* (Coordenador e agricultor do EAG) diz que, naquele momento, os agricultores queriam um lugar que “não incomodasse as autoridades”.

No início, também foi notada uma outra preocupação deles que seria evitar perturbar os moradores, que no caso da Rua Souza de Andrade, por exemplo, é formada por vários residenciais. A estrutura da feira é montada ainda de madrugada, com o descarregamento das galeias, montagem de barracas (que tem a estrutura de ferro) e pessoas transitando (consumidores e feirantes) no local. Porém, este receio tem se atenuado. Nas madrugadas de pesquisa de campo, observamos que o barulho gerado é incipiente para causar alguma perturbação, e até mesmo a limpeza após concluir a feira, é realizada pelos próprios agricultores.

No roteiro do monitoramento realizado pela Csurb, eles geralmente conferem a limpeza do local após a conclusão da feira. Muitos fregueses são dessas mesmas residências do entorno. Uma delas, a que tem todo o muro de costas para a rua<sup>97</sup>, serviu solidariamente por um tempo como abrigo para as barracas, num período que eles perderam o contrato do aluguel da loja, onde guardavam seus materiais.

Um ponto que precisamos destacar também nesse deslocamento dos agricultores por vários locais para comercializar é que no período de início dessa feira, entre 1997 e 2000, que coincide com a gestão do Prefeito Roberto Magalhães, não havia noções voltadas para integrar esse tipo de atividade. Mas na gestão seguinte, do Prefeito João Paulo<sup>98</sup>, entre Janeiro de 2001

---

<sup>95</sup> Tiveram que negociar a permissão para que esses veículos pudessem entrar

<sup>96</sup> Há relatos de agricultores que tinha retornado com toda produção, pois não tinha conseguido vender nenhuma.

<sup>97</sup> O muro está todo pintado com desenhos e textos sobre o Espaço Agroecológico das Graças. A pintura foi realizada para a comemoração dos 18 anos.

<sup>98</sup> O ex-prefeito João Paulo era morador local. Vivia num prédio muito próximo. E como ele é vegetariano, era frequentador dessa feira.

e 2008, houve uma mudança importante, pois era um governo com pautas e ações direcionadas aos trabalhadores. O reconhecimento da feira pelas autoridades governamentais se revela pelo fato que o prefeito criou durante toda a gestão uma diretoria específica para tratar de políticas de economia solidária. As gestões seguintes – João da Costa (2009-2012) e Geraldo Júlio (2013-2016; 2017- atual) - continuaram apoiando a existência das feiras.

### *A consolidação do espaço*

É importante notar que esses agricultores estavam distantes de suas localidades de origem, e que, logo, não eram eleitores recifenses. Eram trabalhadores tateando o lugar para comercializar e a forma como atuar, não apenas com as instituições, mas com os próprios consumidores. E a trajetória de cada feira demonstra que a realização delas em Recife, como também em outros municípios e Estados, é um processo contínuo de construção de relações sociais e instituições

Por exemplo, nesse período inicial da feira das Graças, havia cerca de 5 barracas<sup>99</sup>, com agricultores familiares sem muita experiência na dinâmica de uma feira orgânica num espaço urbano de uma região metropolitana. Atendiam e vendiam um produto diferenciado que possuía uma carga de conceitos, narrativas e mudanças. Ou seja, ainda era uma novidade para os consumidores, a existência dessas feiras, desse tipo de alimento e também das práticas e manejo envolvidas. E ainda em parte é, pois observamos casos de pessoas que não conheciam ou não tinham ido a uma dessas feiras antes, ou nem sabiam que havia alguma por perto delas. Mas há aqueles que frequentam e ainda questionam se o produto é ou não orgânico, de onde veio ou que comentam algo sobre a aparência.

Os agricultores dependiam, no início, da logística realizada pelas entidades de apoio. Lembramos em particular o Centro Sabiá e AMA Gravatá, que inclusive iam buscar o agricultor em sua propriedade, levavam e traziam da feira. Mas, com um tempo, com o desenvolvimento da feira, ampliação das vendas e faturamento maior, os próprios agricultores puderam se organizar para comprar e/ou fretar veículos. No período de 2012, em outra pesquisa<sup>100</sup>, observamos que muitos dependiam de frete ou dividiam o custo do combustível. Atualmente muitos já têm veículos próprios, embora uma parte significativa divide os custos do

---

<sup>99</sup> Atualmente são 22 barracas de 4 associações diferentes de 4 municípios.

<sup>100</sup> Ver Araújo, Lima e Macambira (2015).

deslocamento. A organização da logística avançou muito, contudo, ainda é um gargalo o valor do combustível, varia de R\$ 50,00 a R\$ 120,00, por feira semanal e produtor.

Mesmo depois desses percalços, houve avanços significativos. O Espaço Agroecológico das Graças é uma das principais feiras de referência da capital, e foi um ponto de mudança junto às outras feiras no desenho de alguns espaços públicos de Recife – ruas, praças, estacionamentos, entre outros –, pois promoveu a ideia de realizar uma aproximação do rural com o urbano, por meio de feiras de produtos agrícolas orgânicos oriundos diretamente da agricultura familiar. E agora estão no mapa e rotina de muitos moradores e fregueses.

Por que se chama Espaço, ao invés de apenas Feira? De acordo com os depoimentos e uma publicação do Centro Sabiá (2006), o termo espaço possibilita compreender que o local tem uma proposta mais ampla do que apenas vender e comprar, seria uma construção coletiva, de encontros sociais e comercialização. Usar o termo “agroecológico” ao invés de “orgânico” também propõe expandir a visão de que ali não eram apenas alimentos limpos de agrotóxicos, mas que havia práticas e um modelo de uma agricultura ecológica e sustentável.

No início, as feiras buscavam algum lugar que não importunasse o poder público ou moradores que não gostassem. De 2012 em diante cresceu o número de feiras em instituições públicas federais e estaduais, contribuindo para alinhar essa ação a algum tipo de campanha ou política interna para promover o debate ambiental ou de saúde dentro desses órgãos públicos. Também há feiras que foram organizadas inicialmente pela própria articulação dos moradores, como são os casos dos Espaços Agroecológicos de Setúbal e da Várzea, que possuem uma dinâmica diferenciada por causa desse aspecto.

### *O reconhecimento e a expansão*

A sociedade começou a perceber que a existência de uma feira trazia mais benefícios e retornos à vizinhança, pois estimulava a convivência, a valorização do espaço urbano ocupado, a promoção de atividades culturais e educativas antes inexistentes. Como relatado pelo próprio agricultor *Isidoro*, a rua ocupada hoje pelo Espaço Agroecológico das Graças só tinha muita folha e raramente passava algum carro.

Outras feiras surgiram nessa região depois do sucesso das Graças, entre as principais estão as do Sítio da Trindade (Casa Amarela, criada em 2002), Casa Forte (criada em 2004), Espinheiro (criada em 2005), Rosarinho (criada em 2010), Museu do Homem do Nordeste (Casa Forte, 2016), IBAMA (Casa Forte, criada em 2017), SRTE (Espinheiro, criada em 2017), Feira Agroecológica do Baobá (Encruzilhada, criada em 2019), entre outras que surgem e nem

sempre são identificadas em alguma lista. Embora parte das primeiras feiras tenha surgido em bairros de maior nível de renda per capita, como os da Zona Norte e Zona Sul, rapidamente elas se espalharam para regiões de Recife em locais mais populares ou que atendessem a um público mais receptivo à proposta da feira. Logo, o acesso a elas é mais amplo.

Um ponto importante e que será referência para comparação mais adiante é o fato que esta feira, junto com a de Boa Viagem, tem a menor proporção de feirantes comercializando em outras feiras e locais de Recife ou Região Metropolitana. Constatamos apenas 2 (ou cerca de 12% dos feirantes), que comercializam também às quartas no Espaço Agroecológico de Santo Amaro e Feira Agroecológica do Baobá (Encruzilhada), simultaneamente. Essa percepção é importante porque nos permite refletir sobre o esforço e tempo dos trabalhadores, que seguem a semana no manejo e precisam no dia anterior à feira, colher, organizar e viajar pela madrugada, ficar de 4h a 6h vendendo e depois voltar.

#### *Associativismo e participação*

No início os agricultores não faziam parte das associações que hoje lhes representam, pois não haviam sido fundadas ainda. Elas surgiram depois: a Associação dos Agricultores/as Agroecológicos de Bom Jardim – **Agroflor**, de Bom Jardim, em 1999. A Associação **Ama Terra** das Famílias Agroecológicas da Vila São Severino e Seus Arredores (Gravatá) em 2009. A Associação **Terra Viva** de Produtores Orgânicos (Chã Grande) em 2002, Associação de Agricultores e Agricultoras Agroflorestais **Terra e Vida** (Abreu e Lima) em 2009. A Associação dos Produtores Agroecológicos e Moradores do Imbé, Marrecos e Sítios Vizinhos – **ASSIM** (Lagoa de Itaenga) já existia antes (1998), contudo, em 2006 ela modificou seu estatuto como também o nome, retirando “pequenos agricultores” e substituindo por “produtores agroecológicos”, para se adequar às normas da Rede Espaço Agroecológico.

Uma parte fundamental nos esforços de articulação, desenvolvimento e proximidade entre os agricultores familiares dessa feira, como também de outras, são as reuniões. Há aquelas realizadas pela associação ou pela Rede Espaço Agroecológico. Em princípio são momentos de debate político sobre a categoria, desenvolvimento do associativismo e organização das feiras/comercialização. Mas também são uma grande oportunidade para os agricultores de diferentes feiras e/ou municípios se encontrarem e realizarem intercâmbio. Trocam experiências, dúvidas e conhecem as propriedades uns dos outros. Esse é um dos principais momentos de formação para muitos deles.

Há também aquelas reuniões para avaliar, que ocorrem geralmente no final da feira. Tais reuniões são restritas apenas aos que participam dela, para decidir e discutir questões mais urgentes. Mas há aquelas reuniões apenas com os coordenadores dos vários espaços agroecológicos, para discutir pautas que não precisem da maioria dos agricultores-feirantes. Esses dois últimos casos são também relacionados às atividades do Rede Espaço Agroecológico, e previsto em seu regimento interno.

Para organização e orientação dos membros da feira, há um Estatuto, criado desde 2003, que funciona para todos os espaços vinculados à Rede (Graças, Boa Viagem, Santo Amaro, Setúbal e Bom Jardim).

Outra criação que permanece e tem um papel importante no desenvolvimento das feiras são os fundos<sup>101</sup> que consistem em práticas e valores de formas diferentes, dependendo do que os feirantes escolherem. Alguns geralmente usam os fundos para realizar atividades culturais e outros tipos de comemoração, mas podem servir de ajuda de custo quando necessário para participar de reuniões e encontros. E há também casos que podem ser um fundo rotativo, para pequenos empréstimos e necessidades financeiras urgentes dos agricultores.

### *Outros pontos observados*

Um fator fundamental no desenvolvimento dessa feira são seus consumidores, alguns vindo e indo de maneira breve, focados mais nas compras. Mas há aqueles que frequentam mais e também ficam mais tempo.

Esses consumidores viram personagens ou referências, como por exemplo, o grupo de amigos que se reúnem frequentemente nas madrugadas – geralmente de 1h às 5h – na banca de *Mônica*, para lanchar e conversar. Ou o *Carlos de Belo Jardim*, que sempre traz seus instrumentos de percussão (fabricados por ele) e fica tocando, cantando e conversando em frente à banca de *Rosário* pela manhã, atraindo outros interessados para também tocar, especialmente agricultores em fim de feira, que sabem tocar acordeom. Há também a *Maria de Sumé* (a Maria do Café), que frequenta a feira desde o início. Mesmo morando longe, se preocupava de solidariamente trazer garrafas de café para oferecer aos agricultores que estavam cansados, pois o café que traziam já tinha acabado ou ficado frio a certa hora. Há também

---

<sup>101</sup> É uma poupança coletiva, financiada pelo pagamento de taxas fixas semanais por barraca ou agricultor. O valor da taxa e outras regras pode variar de feira para feira.

muitas famílias ou grupos que vão juntos à feira, como se fosse uma tradição/costume estar nela aos sábados.

### 6.1.2 Espaço Agroecológico de Boa Viagem (EABV) – 22 Dez. 2001

*[Praça Industrial Miguel Santos, na altura do 1º Jardim, Boa Viagem | Zona Sul de Recife]*

**Figura 5 - EABV de manhã.**



Fonte: Acervo da pesquisa.

#### *A ampliação do Espaço Agroecológico*

Depois de quatro anos de mudanças, adaptações e avanços, o Espaço Agroecológico das Graças ampliou o número de consumidores e consolidou a experiência de Recife ter uma feira da agricultura familiar de base agroecológica. Mas o número de agricultores produzindo e assessorados pelas instituições sociais havia crescido.

O número de barracas e feirantes tinha chegado a um limite, havia cerca de 15, naquele período, num trecho de cerca de 100 metros de rua. Colocar mais barracas poderia diminuir as vendas dos demais. De certo modo, muitos já participavam dessa feira de forma indireta, ao encaminhar produtos pelos feirantes. Além disso, o Serta e agricultores de outros municípios também estavam interessados em organizar uma feira. A resposta a essas demandas foi buscar um novo local. O bairro de Boa Viagem, na Zona Sul, foi escolhido.

O Espaço Agroecológico de Boa Viagem surgiu como um desdobramento da experiência das Graças. A região também tem uma população com um nível de renda acima da renda per capita de Recife, como no EAG, além do que, dispõe de uma das maiores áreas de

lazer e práticas de esportivas da capital, a Praia de Boa Viagem, que fica cerca de 200 metros da feira.

Entre as instituições sociais que mobilizaram a criação deste novo espaço, estava o Serta, que manteve um diálogo/articulação com a AMA Gravatá e Centro Sabiá, mobilizadoras da primeira feira. Também participou dessas conversas, a Agroflor, de Bom Jardim, associação criada pelos agricultores desse município no processo de constituição do EAG. As discussões sobre a criação da nova feira ocorreram em várias reuniões. Numa delas, incluíram o Diretor da Csub/PCR, e assim definiram que iriam criar o Espaço Agroecológico de Boa Viagem.

Faltava apenas definir o local, visto que é um bairro extenso e populoso, sendo que para poder definir qual o melhor local, o Serta, optou por fazer uma pesquisa de opinião com moradores do bairro. Foram realizadas diversas sugestões de pontos para realizar a feira, mas depois que levaram as principais opções numa reunião com a Associação de Moradores e Amigos de Boa Viagem (AMABV), estas foram descartadas (CENTRO SABIÁ, 2006). Mas esta sugeriu a Praça Industrial Miguel Santos, na altura do 1º Jardim de Boa Viagem com uma opção viável.

No dia 22 de Dezembro de 2001, um fim de ano, período de férias e recesso, inauguraram a Feira com agricultores-feirantes associados à Agroflor (Bom Jardim) e assessorados pela AMA Gravatá, Serta (ASSIM, Lagoa do Itaenga) e Centro Sabiá (Abreu e Lima).

**Figura 6 – Localização do EABV no mapa de Recife**



Fonte: Idec – Feiras Orgânicas

Observamos nas várias visitas a feira e seu entorno, que é uma praça ampla, com pouco trânsito no horário de sábado, embora seja paralela a três das principais vias do bairro<sup>102</sup>. Mas com o tempo, o entorno foi tomado por diversas obras de edifícios, cerca de sete, o que implicou o aumento da circulação de veículos no local, causando mudanças no ponto original da feira, que ficava na via paralela à Avenida Boa Viagem. Por complicações geradas no acesso de moradores às garagens de dois edifícios construídos posteriormente, deslocaram-se para o estacionamento da praça, na Rua Pedro Américo Galvão.

### *Expansão urbana e resistências*

A existência da feira nem sempre tem sido bem-vinda por todos os moradores dos prédios do entorno da praça. Há reclamações do barulho de montagem que fazem de madrugada e até houve o envolvimento da Polícia para atender um pedido de uma moradora que se incomodou com uma festa com forró no aniversário. Os agricultores-feirantes relataram em conversas durante as visitas que há moradores que enxergam a feira como sendo algo “atrasado”, que “desvaloriza” seus imóveis num dos bairros mais caros de Recife.

O horário de divulgação da feira é de 5h às 9h, mas desde 2h da madrugada há agricultores com suas barracas montadas e comercializando. Há um público pequeno, que segundo o Coordenador da feira, Júlio, houve um tempo que era bem maior o fluxo, mas que agora a maioria está chegando bem depois, a partir das 5h. Mas como alguns vêm juntos, em “comboios” com outros agricultores que estão nas demais feiras de sábado, acabam tendo que continuar chegando de madrugada.

Houve um relato de que um supermercado próximo fez reclamações junto a órgãos de controle da Prefeitura do Recife para denunciar a feira, principalmente porque ela estaria prejudicando as vendas das suas hortaliças e verduras. Esses dois casos demonstram que há atores que veem a feira e os agricultores como ameaça ou problema. Não percebem os benefícios promovidos dessa feira, para gerar trabalho e renda para famílias agricultoras e nem que ela promove mais sociabilidade no bairro. Uma grande rede de supermercado apontar que há prejuízos em suas vendas também é uma observação que os consumidores estão mais críticos e valorizando qualidade do produto e os benefícios aos agricultores.

Outro elemento que podemos observar nesse bairro, diferente daqueles da Zona Norte, é a contínua e rápida expansão imobiliária da localidade, o que indicaria mudanças urbanas que

---

<sup>102</sup> Avenida Boa Viagem, Avenida Conselheiro Aguiar e Avenida Domingos Ferreira.

poderiam afetar a comercialização e outras estratégias dos feirantes, bem como as relações da feira como os moradores.

Diferente dos percalços com o poder público, como ocorreram no EAG, a construção da EAB, teve desde o início a participação da Csurb/PCR, que colocava, de acordo com relatos dos entrevistados, cones para demarcar o local da feira, para que durante a madrugada não fossem estacionados carros, o que atrapalharia a organização das barracas e galeias. Mas depois de um tempo, esse tipo de ação da Csurb/PCR não ocorreu mais.

Esse relato foi apurado durante as madrugadas e manhãs das visitas e pesquisas de campo. Constatou-se de fato que não havia qualquer atuação desse ou outro órgão público. Observamos por quatro vezes algum carro estacionado no local da feira, prejudicando a arrumação das barracas e galeias de alguns feirantes, como também a circulação de consumidores. Segundo os próprios feirantes, tratava-se de prática corriqueira. Os únicos entes públicos que os feirantes relataram ao menos uma vez por ano foi a Adagro, por causa do monitoramento do uso de agrotóxicos. Inclusive não há qualquer segurança na feira no período da madrugada, há apenas um rapaz que dá “apoio” na segurança de rua, mas apenas na parte da manhã. Já fizeram várias tentativas de solicitar à Polícia Militar que pudesse dar algum apoio.

### *Os desafios da consolidação*

Nos primeiros meses da EABV, não tiveram boas vendas. A feira havia iniciado num período de férias/recesso e antes do carnaval, o que diminui as vendas por haver um público menor. Nos depoimentos houve relatos daqueles que foram à feira e voltaram com tudo ou maior parte dos produtos. Alguns feirantes, especialmente oriundos da EAG, desistiram de continuar, pelo baixo retorno financeiro e preocupação de não “ficar com fome”. Não queriam ter dificuldades de renda ou gerar dívidas. Contudo, muitos outros persistiram, reuniram-se e discutiram novas estratégias de divulgação por meio de panfletos, cartazes e bicicleta de som. Com um tempo, os consumidores foram aparecendo e traziam outros.

Atualmente, a maioria dos agricultores-feirantes desloca-se com carro próprio; em períodos anteriores, muitos dependiam do transporte fornecido pela associação ou que conseguiam fretar. Foi uma mudança significativa percebermos o planejamento e as estratégias de logística e comercialização que eles desenvolvem, pois demonstra que os agricultores possuem uma base de renda que lhes permite autonomia financeira. Bem no início, ainda

estavam realizando empréstimos – com pagamentos em parcelas – para conseguir comprar as barracas ou algum sistema de irrigação.

A autonomia de ter um veículo não mudou o peso do custo de transporte ou dificuldades enfrentadas pelos agricultores no cotidiano do EABV. O custo de combustível é alto, o gasto médio mensal é de R\$ 400,00, pouco menos da metade de um salário mínimo, além de viajarem pela madrugada, não terem um local de apoio, ausência de segurança, falta de banheiros e o trajeto de trazer, montar, desmontar e levar as barracas, produtos e outros materiais. Há ainda muitas dificuldades em comercializar e promover a agroecologia.

Assim como nas Graças, o processo de constituição da maior parte das associações vinculadas a esta feira foi desenvolvido depois de sua criação, pois havia a necessidade do espaço ser composto por agricultores familiares representados em associações.

Atualmente o desenho do EABV conta com 17 barracas, distribuídas entre seis associações e municípios. A AMA Terra (Gravatá) tem três barracas; ASSIM (Lagoa do Itaenga) com três barracas; Associação Terra Fértil (Glória de Goitá/Lagoa de Itaenga) com uma barraca; AABCORM (Vitória de Santo Antão) com três barracas; Agrofior (Bom Jardim) com seis barracas; e Associação Terra e Vida com uma barraca.

Assim como nas Graças, poucos feirantes compõem outras feiras na RMR, mas no caso de Boa Viagem, a quantidade é um pouco maior. Esse é o caso de três agricultores de Lagoa do Itaenga, que estão presentes na Feira de Economia Solidária e Agroecologia, e outros dois, de Vitória de Santo Antão, que um está na Feira Agroecológica do Espinheiro e outro na Feira de Orgânicos da Ceasa.

Atualmente existem outras duas feiras próximas, uma no bairro de Boa Viagem, no estacionamento do Shopping Recife (com 4 barracas ligados à APRP) e uma segunda em Setúbal, que faz parte da Rede Espaço Agroecológico. Há outros pontos de comercialização de produtos orgânicos no bairro de Boa Viagem, mas identificamos apenas um, que é feirante da Feira de Orgânicos da PCR onde coloca uma banca. Diferente dos bairros das Zonas Oeste e Norte, que tem mais espaços públicos e verdes disponíveis, Boa Viagem tem poucas praças ou logradouros adequados. A forte especulação e expansão imobiliária podem ter enfraquecido novas iniciativas. Como descrevemos mais acima, há moradores insatisfeitos com esse tipo de feira. Também é uma região de conflito por pontos/áreas comerciais que são valorizados.

### 6.1.3 Feira de Orgânicos da CEASA (FOCeasa), 12 Mar. 2008

*[Galpão do Reciflor, Curado | Zona Oeste de Recife]*

**Figura 7– FOCeasa – manhã e madrugada.**



Fonte: Acervo da pesquisa. Fev. 2019.

#### *Conversas e política*

A Feira de Orgânicos da Ceasa surgiu num momento em que esses tipos de feiras estavam consolidadas como parte do cotidiano de alguns bairros de Recife. Contabilizavam-se cerca de 10. Todas criadas pela articulação entre agricultores e assessorias. O caso da Ceasa também teve esse processo de diálogo, mas houve outros fatores na sua constituição que o diferencia das experiências que discutimos.

Não foi a primeira feira realizada num espaço de uma instituição ou órgão público. Nesse período já haviam sido criadas a Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFPE (2006) ou Feira da Juventude, no Parque de Exposições do Cordeiro (2006). Mas é a primeira e única num grande espaço comercial público.

A feira nasceu por incentivo do Governo do Estado, que desejava implementar e incentivar ações socioambientais e de sustentabilidade para agricultores em Pernambuco. A Ceasa tem atributos que poderiam estimular o trabalho dos agricultores familiares orgânicos, sendo um dos maiores espaços de distribuição de alimentos do Nordeste e que atrai diversos empreendimentos (restaurantes, lanchonetes, empresas de alimentos, comércio, quitandas, mercadinhos etc.) que vão à Ceasa em busca de produtos para abastecer seus estoques.

Para a Ceasa seria uma oportunidade de ampliar sua diversidade de produtos e contribuir com ações ecológicas e a renda de trabalhadores rurais. No entanto, uma feira com essas características era também uma novidade a ser gerenciada. A Ceasa é uma grande “cidade” de distribuição de alimentos, e estava há décadas acostumada na gestão de produtos convencionais oriundos de vários estados, desde alimentos *in natura*, até processados, embalagens, entre outros.

A Ceasa gerencia a atuação de diversas empresas, trabalhadores e clientes numa área de 580 mil m<sup>2</sup>, 17 mil veículos carregados por mês e cerca de 65 mil pessoas circulando diariamente. Porém, não atuava até aquele momento com um público tão específico, quanto os agricultores familiares de base agroecológica. A questão não é haver espaço para comercializar, isso havia e foi oferecido numa área ou loja mais dentro da Ceasa<sup>103</sup>. Mas os próprios agricultores e assessorias optaram por um local mais afastado, para se diferenciar da produção convencional. O modelo de comercialização que eles desejavam seria num formato de feira, pois permitiria que eles dialogassem mais com os consumidores. Havia necessidade também de garantir que os produtos e produtores que iriam comercializar seriam familiares e de manejo agroecológico.

O diálogo com instituições sociais e públicas – como o Serta, associações de agricultores familiares e órgãos do Governo – nas reuniões iniciais entre o fim de 2007 e início de 2008 foi importante para construir uma parceria institucional que auxiliasse na gestão da feira. O IPA, como já tinha técnicos que atuavam com agroecologia, acompanha e dá suporte à gestão da Ceasa, do mesmo modo a Adagro, que tem um escritório na Ceasa e atua na coleta de amostras para testar se estão ou não com algum agrotóxico ou químicos.

A gestão da Ceasa não tem como garantir ou monitorar os agricultores fora das suas dependências, mas faz um trabalho para acompanhar o desempenho deles dentro, pois repercussões negativas de agricultores que são identificados nas amostras de produtos químicos não autorizados, pode refletir na credibilidade de toda feira e da própria Ceasa.

### *Início e localização*

A Feira de Orgânicos da Ceasa foi inaugurada no dia 12 de Março de 2008, uma quarta-feira, com a presença do Governador do Estado Eduardo Campos e do Prefeito de Recife João

---

<sup>103</sup> A gerência da Ceasa não compreendia ainda a proposta de ter produtos orgânicos, por isso ofereceu uma loja, pois acreditava que ali se concentrariam e ofertariam produtos de vários agricultores.

Paulo, entre outros gestores e representações governamentais. Inicialmente havia cerca de 50 barracas/agricultores comercializando no Galpão do Reciflor (Figura 8), o número atual é de 15 a 17 agricultores<sup>104</sup> em cerca de 20 barracas.

Há alguns aspectos estruturais e de localização que diferenciam essa feira das demais. Os agricultores têm à disposição, além do galpão coberto e amplo, um ambiente limpo, segurança em todos momentos que estão na feira, banheiros, estacionamento amplo (cerca de 240 vagas), câmeras de segurança e rede wifi. Além de carrinhos de compras, balanças eletrônicas (embora muitos trazem as suas próprias)<sup>105</sup>. Também não precisam trazer as barracas, pois alugam numa empresa, que já deixa montadas e depois desmonta.

**Figura 8 – Localização da FO Ceasa no mapa de Recife**



Fonte: Idec – Feiras Orgânicas

Sua localização também é um tópico à parte, pois as demais localidades estão em bairros com renda e demanda ou em instituições públicas com uma significativa circulação de pessoas que aproveitam a facilidade para ir comprar (UFPE, Parque de Exposições do Cordeiro, TRT,

<sup>104</sup> Isso número varia porque há agricultores que não ficam o ano todo. Alguns meses do ano suas produções são baixas e há um acordo para se ausentarem.

<sup>105</sup> A opção de pagar pelo aluguel/montagem foi dos agricultores, mesmo tendo sido ofertado espaço para eles guardarem suas barracas. Para eles é um esforço, peso e tempo dispendido para levarem os seus e montarem/desmontarem.

TCE). Algumas dessas feiras estão próximas de supermercados ou mercadinhos, mas os agricultores-feirantes da Ceasa estavam num centro abastecimento e distribuição.

Outro fator da localização é o bairro. Oficialmente está no Curado, mas a Ceasa fica estrategicamente no entroncamento das BRs 101 e 232, ou seja, duas das estradas mais importantes da logística de Pernambuco. Mas há poucas residências no entorno. Os bairros mais próximos são Jardim São Paulo, Várzea/Cidade Universitária, Engenho do Meio, distantes demais para ir apenas caminhando.

Quando participei das reuniões iniciais, no final de 2007, acreditava que essa distância dessa feira para os consumidores seria prejudicial no desempenho e consolidação desta, pois em outros espaços havia o costume da feira ser mais próxima ou estar num local mais acessível, no bairro ou órgão público. O local na Ceasa ficava também um pouco distante da área de maior circulação, num estacionamento próximo à segunda entrada. Mas a feira está em funcionamento há mais de 10 anos. Os principais clientes são tanto desses bairros mencionados acima como também de Boa Viagem, entre outros que têm a Ceasa como caminho para suas atividades ou são frequentadores dela e aproveitam para realizar também compras de produtos orgânicos.

E como é uma feira que já inicia muito cedo, com alguns agricultores chegando às 2h ou 3h da madrugada, facilita quem planeja fazer feira e seguir para seu trabalho, embora haja outra no mesmo dia, na UFPE. Mas o público desta atende mais os consumidores da Universidade e moradores do entorno e também são apenas três barracas de orgânicos.

Outra demanda de clientes são alguns restaurantes vegetarianos, um deles localizado próximo, ao lado da Chesf, o Cantina Vegetariana, e outro na Madalena, próximo ao Mercado da Madalena, o Porta a Porta. Não é a única feira onde esses restaurantes se abastecem. Observamos em outras entrevistas e também, por alguns vezes, encontramos os responsáveis por esses restaurantes comprando nas feiras. Mas como é umas das maiores, nos primeiros dias da semana, tem uma possibilidade de maior diversidade e quantidade. A política para que não haja nenhum agricultor com produtos convencionais e as condições de organização, espaço amplo, segurança e estacionamento do local são atrativos, pois a circulação é tranquila, mesmo no momento de ápice de consumidores nessa feira.

Há também alguns clientes assíduos que fazem encomendas por telefone ou whatsapp, que combinam com um agricultor para organizar sua cesta, e caso este não tenha tudo, compra de outros agricultores durante a feira. Esse processo é praticado por uma parte, que tem clientes fidelizados. Os pagamentos de um agricultor para outro são realizados na hora ou depois ao final da feira.

A feira está atualmente consolidada, depois de percalços para conseguirem clientes e manter uma frequência de agricultores-feirantes, muitos estão desde a inauguração. Outros vieram por indicação e dois casos por iniciativa própria.

### *Sobre a organização da feira*

A Feira de Orgânicos da Ceasa não possui uma coordenação de algum agricultor ou mesmo um regimento interno. A responsabilidade de gerir fica com a própria Ceasa, que além dos apoios citados, também disponibiliza um funcionário que fica de madrugada e manhã acompanhando e atendendo o que for necessário. Também não há fundo de feira, apenas a taxa de 10 reais arrecadada por barraca para o pagamento do aluguel/montagem. O funcionário da Ceasa em apoio aos feirantes recolhe essas taxas para repassar à empresa que aluga essas barracas.

Essa falta de coordenação ou liderança dos agricultores pode estar prejudicando as relações entre eles e a busca por resolver ou encontrar estratégias em conjunto. Observamos que há uma certa proximidade entre eles, em parte porque a maioria está nessa feira há 11 anos. Mas não percebemos, como em outras feiras, uma demonstração da trajetória de constituição dessa feira, da conquista de ter um espaço, de estarem nela como um momento de trocas econômicas e aprendizados entre eles. Os vínculos percebidos são maiores com os consumidores.

As associações presentes nessa feira são Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Porteiras (Pombos), Associação Santo Agostinho (Feira Nova), Associação Comunitária de Produtores Rurais de Palmeiras (Glória de Goitá), Associação dos Agricultores de Base Familiar e Cultivo Orgânico do Mocotó (Vitória de Santo Antão), Associação dos Amigos Protetores da Árvore do Mulungu (Glória de Goitá), Nova Visão (Amaraji).

A feira oficialmente é divulgada funcionando das 5h às 9h. Mas já há produtos de 2h da madrugada chegando e montando as barracas. E também já há clientes neste horário. Em mais de uma vez constatamos essa circulação, pequena, pois o ápice fica entre 4h30 e 7h.

#### 6.1.4 Espaço Agroecológico de Santo Amaro (EASA) – 04 Out. 2015

[Estacionamento da Delegacia da Mulher/Praça do Campo Santo, Santo Amaro | Zona Leste de Recife]

**Figura 9 – EASA de manhã.**



Fonte: Acervo da pesquisa. Mar. 2019.

#### *Incentivo para começar*

Essa feira surgiu após uma iniciativa do Sesc Santo Amaro que teve interesse de realizar uma feira de comercialização de produtos orgânicos da agricultura familiar durante um evento sobre meio ambiente. Convidaram o Centro Sabiá para dar esse apoio, que por sua vez articulou a vinda de alguns agricultores das associações da Rede Espaço Agroecológico. Os resultados financeiros e interação com os consumidores possibilitaram que os agricultores avaliassem como sendo uma oportunidade continuar. Desse modo, de outubro a fevereiro a feira ocorreu uma vez por mês, todas dentro do Sesc Santo Amaro.

Nessa primeira versão, ela era exclusiva para os funcionários do Sesc Santo Amaro. Os agricultores sentiram que esse modelo fechado não estimulava o potencial da proposta da feira ser um espaço de interação e trocas, além de um ponto de compra e venda. A opção era abrir ao público. Depois de uma reunião entre os membros da feira e meses atuando nessa localidade, avaliaram alguns pontos e perceberam que poderiam continuar com outro modelo, fora do Sesc, mas ainda em Santo Amaro. Nesse processo foram dialogar com a delegada da Delegacia da Mulher, em frente ao Sesc. A delegada aceitou a proposta e incentivou que fosse no

estacionamento. A localização definitiva da feira, a partir de março de 2016, ficou entre o Sesc Santo Amaro e a Delegacia da Mulher, na Praça Campo Santo.

Inicialmente havia nove barracas, mas diminuiu para seis de produtos agroecológicos. Depois somou-se uma barraca de produtos fitoterápicos e outra de artesanato de reciclagem. Um dos agricultores que saíram optou por ficar apenas no Espaço Agroecológico das Graças. Havia para este muito custo financeiro e tempo na produção dos produtos beneficiados ao ficar em dois espaços.

### *A organização da feira e do espaço*

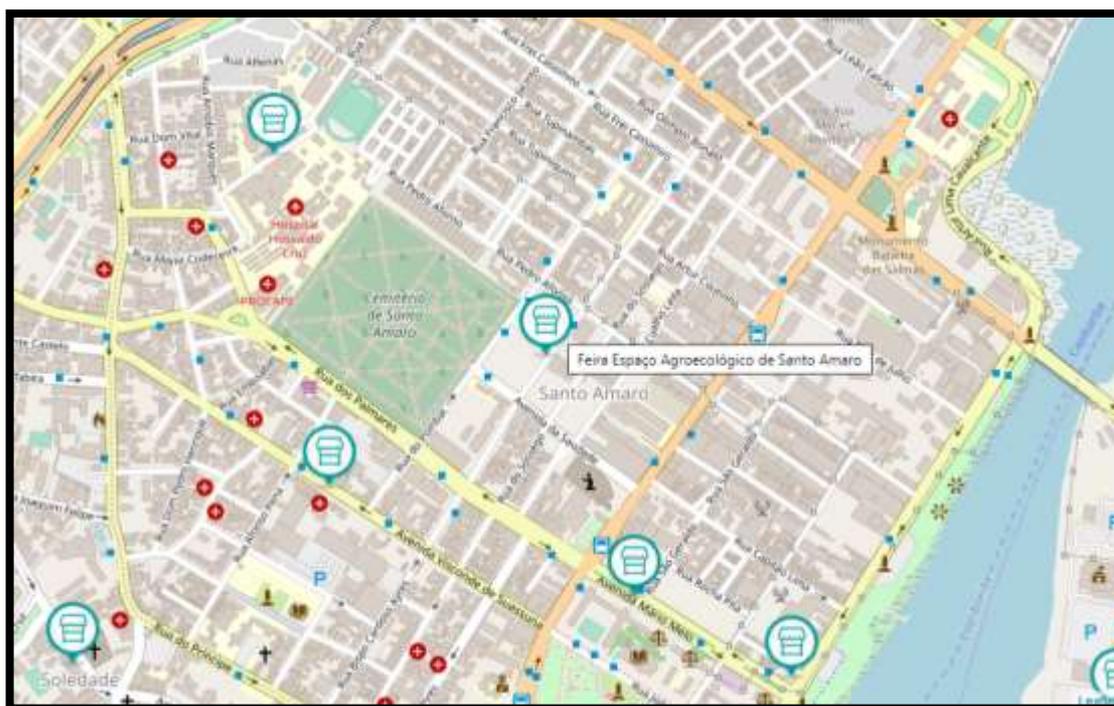
Atualmente são agricultores associados à Agroflor (Bom Jardim), ASSIM (Lagoa do Itaenga), Sítio Sete Estrelas/Terra e Vida (Igarassu), AMA Terra (Chã Grande) e CESAM/Amafitsa (Jaboatão dos Guararapes) que ficam oficialmente das 7h às 10h. O horário é diferente de outras feiras, analisadas até aqui, porque primeiro é uma feira que atende principalmente clientes oriundos de instituições públicas, escolas e empresas, que começam a transitar por volta das 6h ou 6h30, para ir ao trabalho ou deixar os filhos na escola. As famílias agricultoras chegam, montam suas barracas e iniciam as vendas antes do divulgado, para atender esse público, entre 6h30 e 7h30 é o horário de maior movimento. A maioria dos feirantes ainda fica depois das 10h, pois ainda há alguns clientes que vão pegar as encomendas ou tentar conseguir algum produto.

A região é de contexto mais popular, diferente das outras duas feiras da Rede Espaço Agroecológico, Graças e Boa Viagem, que ficam em bairros de maior nível de renda e de outros contextos urbanos. Mas a localidade dessa feira de Santo Amaro, na Praça Campo Santo<sup>106</sup>, mistura uma área popular com casas, órgãos e instituições públicos, empresas e escolas (Figura 10). Por ser uma região com empresas e instituições públicas, vários funcionários geralmente fazem encomendas de cestas para depois receberem ou pegarem ao final da feira. Uma das agricultoras, Cristina (Sítio Sete Estrelas), ex-coordenadora do EASA analisa que “tem muita encomenda aqui, as vezes o que salva o dia da feira”. A venda antecipada é uma estratégia que os feirantes dessa e outras precisam praticar, mas o público dessa feira é diferente das demais da Rede Espaço Agroecológico como percebemos acima, as demais como analisamos nas outras seções, são de moradores do bairro ou vizinhos a eles.

---

<sup>106</sup> Em frente à Praça Campo Santo está o Cemitério de Santo Amaro. Mas a proximidade não parece influenciar a feira.

**Figura 10 – Localização da EASA no mapa de Recife**



Fonte: Idec – Feiras Orgânicas

### *Percalços e novas iniciativas*

A principal dificuldade são as oscilações de vendas. Pois como parte significativa da demanda vem dos fregueses das empresas, instituições públicas e escolas, períodos de dezembro a fevereiro ou março (a depender do período de Carnaval), são de recesso/férias e feriados. Essa situação provoca uma queda no faturamento pois muitos clientes depois que se ausentam, demoram a retornar à rotina. Todas as feiras são afetadas nesse período, mas o caso da EASA parece ter um efeito maior e um dos relatos aponta que “estava sobrando muita mercadoria” ao final da feira (Cristina, Sítio Sete Estrelas).

Uma estratégia foi criar uma outra feira, num bairro diferente, para escoar esse excedente e garantir a renda necessária. Depois de uma indicação de um consumidor, para que criassem uma feira na Encruzilhada, realizaram uma reunião, discutiram se era viável e por voto da maioria decidiram tentar. O local escolhido foi Praça dos Caminhões, próximo ao Mercado da Encruzilhada e ao Baobá. A Feira Agroecológica da Encruzilhada foi inaugurada em 23 de Janeiro de 2019, no mesmo horário e com as mesmas associações. Apenas se dividem para ter membro em cada feira.

Até o momento da pesquisa de campo, alguns dos feirantes relataram que as vendas estariam fracas, tanto em Santo Amaro quanto na Encruzilhada, estando mais complicado no caso dessa última. Os possíveis motivos discutidos foi período de inauguração, de recesso/férias, além de que há casos de muitas feiras que demoram a se consolidar. Outro fator apontado seria o dia, pois como é um dia de semana, e a localização tem mais residências que empresas ou instituições públicas próximas. E próximo dela há outra feira, no Rosarinho, aos sábados, bem mais antiga e com público consolidado.

Não houve uma pesquisa do entorno da Encruzilhada ou qualquer outro levantamento de dados que pudesse subsidiar a estratégia de criar uma nova feira. O perfil socioeconômico (renda, educação, população etc.), identificação das principais vias, equipamentos, prédios residenciais ou empresariais, não foi obtido, assim como outras informações auxiliares. Grande parte das feiras foi criada de forma intuitiva (e por tentativa), ou seja, aproveitam eventos, convites/dicas ou mesmo tentam aleatoriamente escolher algum lugar propício.

A visita aos locais e realização de reuniões são importantes, pois buscam sanar dúvidas ou desenvolver estratégias para montar a feira no ponto ideal. Embora percebemos ótimos resultados, principalmente financeiros, para muitas feiras e feirantes, ainda há feiras que são criadas e depois fecham, e por vezes sem deixar muitos rastros. Em três ocasiões, durante a pesquisa de campo, fomos abordados por clientes, ao notarem que eu era pesquisador, consultando informações e contatos de feirantes para criar uma feira num determinado lugar, inclusive em residenciais. Após esses casos, indagamos alguns agricultores que relataram algum pedido ou indicação parecida.

O planejamento, organização, gestão, registro das informações das feiras, características das localizações, perfis dos clientes e seus desempenhos ainda são gargalos que muitas assessorias, pesquisadores e os próprios agricultores percebem.

O Centro da Cidade de Recife, formado pelos bairros de Santo Antônio, São José, Santo Amaro, Boa Vista e Bairro do Recife, possui 13 feiras orgânicas da agricultura familiar. Apenas o bairro de São José não tem a densidade do comércio e muitas vias ocupadas por comércio informal dificultariam qualquer tentativa.

As feiras são realizadas dentro de instituições públicas (Delegacia da Mulher, TCE, INSS, PCR, TRT, TJPE, PGR), sindicais (Sindsep e Servidores Públicos do Recife), ensino (UNICAP, Colégio Salesiano e Faculdade Senac). Apenas a feira Espaço Agroecológico de Santo Amaro funciona numa área mais aberta, sem muros ou grades, convidativa para quaisquer interessados. As demais ficam em ambientes fechados que atendem mais quem trabalha ou usa

os serviços dessas instituições. O bairro de Santo Amaro conta com seis feiras, Boa Vista com quatro, Bairro do Recife (Cais do Apolo) com duas e bairro de Santo Antônio com apenas uma.

#### 6.1.5 Feira de Orgânicos na PCR (FOPCR), 2016

*[Térreo da Prefeitura do Recife, Cais do Apolo | Zona Leste de Recife]*

**Figura 11 - FOPCR de manhã.**



Fonte: Acervo da pesquisa. Fev. 2019.

#### *Uma feira na Prefeitura do Recife*

Há muitos anos, até meados de 2012, havia uma feira de orgânicos no térreo da Prefeitura do Recife, funcionando às quartas de manhã. Contudo, por mudanças na gestão da prefeitura, houve alteração do local e a feira não prosseguiu por não haver público suficiente. De acordo com observações e relatos que obtivemos nesse ano, em um levantamento de outra pesquisa, nunca confirmamos quem eram os agricultores e de quais associações faziam parte<sup>107</sup>. Por alguns anos não houve mais feira de agricultores familiares na Prefeitura.

A nova Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife foi criada em 2016, depois que servidores da prefeitura solicitaram a criação de uma feira na instituição. A principal motivação seria a alegação de pouco tempo para irem comprar numa outra feira de orgânicos, naquela do

---

<sup>107</sup> Há relatos de feiras que foram criadas, funcionaram por algum tempo e depois deixou de existir. Mas não há confirmações em todos os casos quem eram esses agricultores e associações envolvidas. Há um caso de uma feira que ocorria na Praça Faria Lima, em Dois Irmãos, Recife, que migrou para uma Praça na entrada de Camaragibe. Esse caso foi relatado por uma agricultora do Sítio Sete Estrelas que fez parte.

Tribunal Regional do Trabalho que ocorre às quartas, embora a distância entre o tribunal e a sede da prefeitura seja de cerca de 250 metros.

A proposta foi levada à Associação dos Produtores Rurais de Palmeira (APRP), associação criada em 2001 na região do antigo Engenho Palmeira Velha, em Glória de Goitá. Em seguida houve um diálogo com a PCR para organizar a feira e ficou acordado que fosse no hall de entrada do prédio, no térreo.

### *O local da feira*

A feira tem seis barracas, sendo que cinco delas são de associados da APRP, um deles oriundo da feira no TRT. A sexta barraca é de uma família de agricultores de Pombos, da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Sítio Maracujá. Estes já estiveram em outras feiras, depois de várias migrações. Agora parecem ter se estabelecidos nesta da Prefeitura do Recife.

As barracas ficam em duas fileiras de três, constando apenas de mesa pois é um espaço coberto. Arrumam as galeias forradas com lonas para expor os produtos excedentes. Essa organização das barracas leva as pessoas a passarem pelo meio da feira, seguindo para subir pelas escadas e chegar à entrada principal. Não é um local que as pessoas possam se sentar, tomar um lanche ou comprar com mais tranquilidade. As pessoas compravam com certa brevidade, talvez porque estavam chegando para seus compromissos ou terminado de sair para ir embora. Notamos que alguns consumidores paravam um pouco mais, mas nesses casos percebe-se que consumidores mais assíduos criam proximidade depois de algum tempo.

O entorno dessa feira e do TRT contém outros órgãos públicos, secretarias de Governo, Tribunais federais, escolas e diversas empresas e startups ligadas ao Porto Digital, como o C.E.S.A.R (Figura 12). Não percebemos nas visitas que parte dos consumidores sejam oriundos desses locais. Talvez por falta de conhecimento ou divulgação delas. O público na PCR parece restrito a servidores/funcionários e outros indivíduos que buscam os serviços na prefeitura.

**Figura 12– Localização da FOPCR no mapa de Recife**



Fonte: Idec – Feiras Orgânicas

Por ser numa administração pública, essa e outras feiras dispõem de mais apoio, desde acesso a banheiros e até segurança, pois como são realizadas dentro das instituições elas são beneficiadas. Em alguns casos os agricultores-feirantes têm também local para guardar parte dos seus materiais. Na PCR eles têm um espaço numa pequena sala no próprio térreo onde podem deixar suas barracas.

#### *As associações da feira*

A barraca da Associação Sítio Maracujá era a única em que havia uma mulher. A partir desse caso, notamos que não havia mulheres acompanhando os agricultores da APRP. Nas outras, que a APRP participa, que conhecemos em outras visitas, também observamos que a maioria é de homens. Um motivo possível, que podemos apontar por hora, é a existência de outra associação, a AMERP (Associação das Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira),

fundada em 2009, que reúne cerca de 25 associadas<sup>108</sup>. Diferente da outra, essa não atua apenas com produção de orgânicos, mas artesanato.

As duas associações dividem a mesma sede, doada pela prefeitura de Glória de Goitá. Também foram beneficiadas por um tempo pela ICEI (Istituto Cooperazione Econômica Internazionale), instituição italiana que financiou projetos de produção rural sustentável em Palmeira. Desenvolveram ações como o projeto Turismo da Gente que buscou incentivar o turismo de base comunitária<sup>109</sup>. Mas essa ação não teve andamento, pois o foco ficou na comercialização da produção dos membros dessas associações. O período de 2009 a 2013 coincide com a ampliação dos pontos de feira orgânica da APRP por Recife.

De acordo com o técnico agrícola da APRP e que acompanha as feiras realizadas em Recife e Olinda, há 42 pontos de feira com agricultores dessa associação. A absoluta maioria está localizada na capital. Em Olinda há apenas um ponto, na Orla. A maioria dessas feiras é realizada em repartições públicas. Não foi possível identificar todos esses pontos e feiras, pois não foi informado pelo entrevistado. Mas pudemos identificar que estão presentes nos tribunais (TCE, TRT, TRE), Ministério Público Federal, Prefeitura do Recife, Shopping Center Recife, Canal do Cavouco, Faculdade Senac e Orla de Olinda. Existem casos de feiras que estão acontecendo dentro de condomínios residenciais, mas ainda é um cenário novo.

Algumas dessas feiras realizadas em instituições públicas têm parcerias formais (ou acordos verbais) com a instituição e muitos dos responsáveis pela parceria/articulação visitam as propriedades dos agricultores para conhecer e aumentar o vínculo. A criação delas foi a pedido/iniciativa das instituições, empresas e consumidores que procuraram a APRP, de acordo com o técnico responsável por essas articulações. Muitas das instituições possuem alguma iniciativa, projeto ou setor para ações socioambientais, que buscam promover a realização dessas feiras em suas repartições para alcançar seus objetivos.

Essas parcerias envolvem também a APORG (Associação de Profissionais Orgânicos de Pernambuco), uma instituição que congrega profissionais que prestam assistência técnica a agricultores familiares de base agroecológica em Pernambuco. O Serta também é um importante parceiro e incentivador e algumas das feiras mais antigas organizadas pela APRP tiveram a iniciativa do Serta. Além disso, ela é uma organização social que capacita técnicos e

---

<sup>108</sup> Por regra estabelecida, optaram por permitir apenas mulheres como associadas e participando das reuniões. Segundo Brito e Maciel (2015), elas sentiam que eram vulneráveis por serem mulheres. Nas reuniões, os membros da APRP saem para permitir a privacidade e espaço delas. As duas associações, além do espaço que dividem, colaboram mutuamente.

<sup>109</sup> Há algumas discussões hoje para retomarem essa iniciativa do TBC, pois recebem visitas de clientes das feiras que realizam e há aqueles que desejam fazer novas parcerias.

extensionistas em agroecologia e incentivou desde o início a criação de várias feiras em Recife e Pernambuco.

A história da APRP iniciou bem antes das primeiras feiras que participaram. Quando ela foi criada, atendia principalmente a uma iniciativa cooperativista chamada em Glória de Goitá, a EcoOrgânica. Vários agricultores desta e outras associações e municípios tinha nela uma oportunidade de incentivo ao trabalho da agricultura familiar de base agroecológica. Mas por problemas de gestão, a EcoOrgânica encerrou suas atividades.

O técnico agrícola informou que a criação das feiras é planejada para atender à demanda potencial do local em que estiver implementado. Por isso, muitas têm uma ou duas barracas. Cenário que foi constatado com os agricultores entrevistados nessa feira da PCR. A APRP tem cerca de 40 associados, alguns estão em três pontos, outros dois e alguns ainda com um ponto de feira.

O trabalho desse técnico agrícola da APRP é assistir aos agricultores em suas propriedades, fazendo visitas todos os meses. Mas a depender das demandas, uma parte pode resolver por telefone, por meio de whatsapp, com fotos e vídeos dos problemas de manejo, pragas etc, para agilizar mais o processo e atender mais demandas. Caso a situação não se resolva, ele vai até o local atender. No caso das feiras, ele seleciona o que pode visitar naquele dia ou mês. Durante a entrevista, ele relatou que estava programado para visitar seis pontos de feira neste dia.

As feiras citadas acima funcionam principalmente no horário da manhã, a partir das 7h, embora algumas podem começar cedo de 5h30 ou 6h, pois os agricultores chegam próximo desse horário. Como o público são os servidores/funcionários e outros transeuntes que vão realizar atividades no dia, não foi necessário iniciar as atividades da feira desde a madrugada como ocorrem com outras.

Nenhuma das feiras e pontos acompanhados pela APRP tem algum tipo de fundo. Geralmente os agricultores contribuem com uma taxa para associação de 10 reais mensais para custeio e manutenção de atividades dela. Também tem outra taxa paga por aqueles que participam das feiras, R\$ 12,50 por cada feira que participar, mas se estão em três pontos, pagam apenas o valor de duas. O valor serve para o custeio do técnico agrícola e outras atividades da associação.

#### 6.1.6 Espaço Agroecológico da Várzea (EAV), 03 Mar. 2018

**Figura 13 - EAV de manhã**

Fonte: Acervo da pesquisa. Dez. 2018.

### *Percepções iniciais*

Depois de 2012, o número de feiras criadas em Recife mais do que dobrou. Saltou de 21, registrados por Araújo, Lima e Macambira (2015) para cerca de 46 unidades. Esse número tende a crescer, visto que na Lei Estadual nº 16.320/2018 pode-se constituir feiras com o mínimo de duas barracas.

A expansão da comercialização foi rápida e se espalhou em diversos bairros da capital, dificultando o monitoramento e acompanhamento das feiras por parte dos órgãos como Csub/PCR e Adagro. Saber o número feiras, barracas e feirantes é fundamental para que todos os agentes sociais possam pensar melhor suas estratégias e práticas.

A oferta de produtos orgânicos atende uma demanda crescente por esse tipo de bem, mas também tem provido ao agricultor um caminho para conseguir condições de vida e renda melhores. A busca por espaços para comercializar é uma estratégia econômica, dos feirantes e associações para viabilizar a continuidade da produção e trabalho. Ocorre que o foco no aspecto econômico diminui a possibilidade de influência da feira e dos feirantes no desenvolvimento dos elementos morais necessários para interações sociais solidárias.

Na medida que, esse nicho de mercado se expande em Recife, algumas delas estão repensando suas atividades e atuando junto aos consumidores/vizinhança do bairro para construção de um tipo de espaço além do comercial de alimentos limpos, mas que tenha uma proposta de reflexão e integração aos movimentos do bairro para melhoria da comunidade. As

duas principais com essas características são Várzea e Setúbal. Como a primeira atendeu melhor os critérios para realização da pesquisa de campo, iremos relatar aqui nossas observações sobre a feira Espaço Agroecológico da Várzea.

Quando estávamos visitando algumas feiras para anotar as percepções para construção dos instrumentos de coleta (e elaboramos os critérios e fundamentos para selecionar quais feiras estudar), essa feira na Várzea ainda era uma ideia distante naquele momento. Pensávamos apenas observar seu início como curiosidade científica para alguma nota ou breve discussão. Seria uma oportunidade verificar uma feira sendo criada do início e analisar as reações dos agricultores-feirantes e consumidores. Elementos importantes que não poderíamos notar em outras sem ajuda da memória daqueles que estavam nas suas origens.

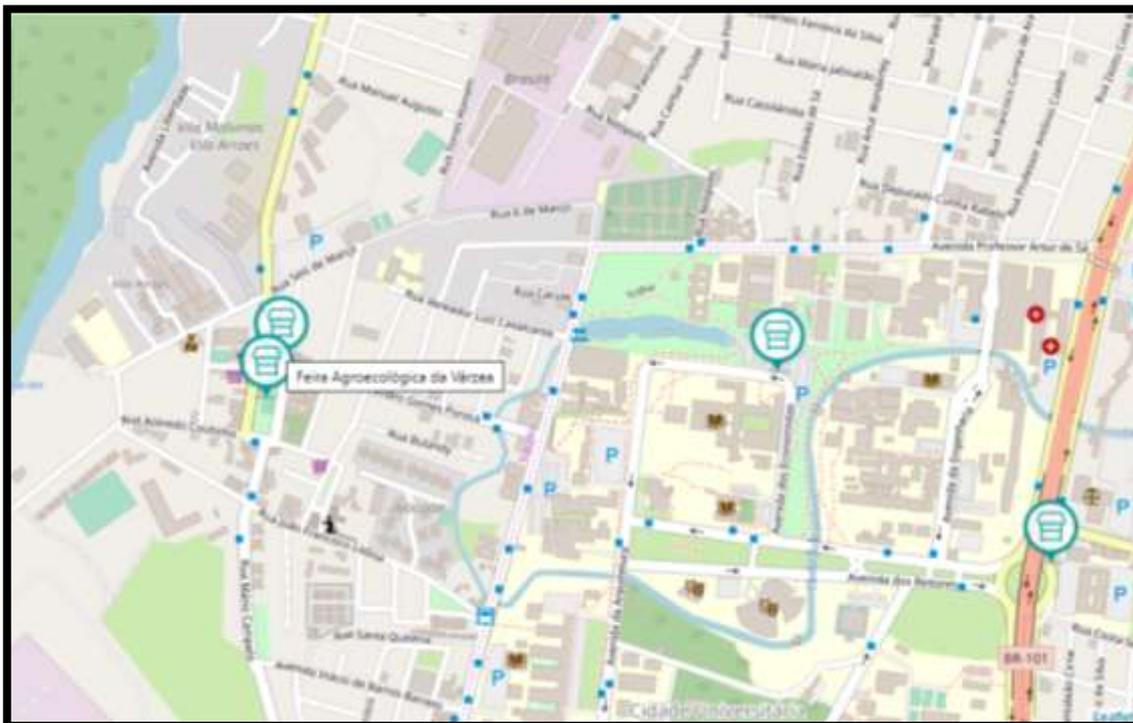
Entramos em contato com alguns dos mobilizadores locais – moradores e participantes de movimentos sociais e culturais – do bairro da Várzea no período inicial das conversas para criação dessa feira. Eles haviam convidado a comunidade pelas redes sociais interessados em participarem desse processo<sup>110</sup>.

Após meses de reuniões, articulações e construção do que seria a feira, ela foi inaugurada num sábado, 03 de Março de 2018, na praça menor da Várzea, que era pouco usada e estava distante dos equipamentos de lazer e esportes. A divulgação de sua primeira edição esteve por meses nas redes sociais, faixas e panfletos. Fomos a sua inauguração que teve mais de 200 pessoas circulando, segundo relato de alguns entrevistados. Realizamos uma breve observação nesse e em outros sábados. Após as impressões iniciais dessa feira percebemos algumas peculiaridades e nos motivamos a observar melhor o que estaria sendo criado e se seria importante incluí-la no escopo do nosso estudo.

---

<sup>110</sup> Não pude participar das reuniões, pois elas ocorreram principalmente às segundas, e nesse dia estava no trabalho na Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST). Mas conheci alguns dos mobilizadores em momentos aos sábados, principalmente na realização da feira Várzea Co.labor.ativa.

**Figura 14 – Localização da EAV no mapa de Recife**



Fonte: Idec – Feiras Orgânicas

### *Feiras orgânicas e iniciativas agroecológicas*

Na Várzea e bairros vizinhos já havia feiras orgânicas, algumas tinham mais de dez anos. Na UFPE, existem três feiras. A primeira, criada em 13 de Dezembro de 2006, denominada de Feira da Economia Solidária e Agroecologia<sup>111</sup>, em frente do CCSA, com funcionamento às quartas, seis barracas, das quais três de agroecológicos, uma de beneficiados, uma de fitoterápicos e outra de artesanato. Participam dessa feira produtores de Lagoa de Itaenga, associados na ASSIM e Associação Terra e Vida; produtoras do CESAM, da Muribeca, Jaboatão dos Guararapes. Os membros de Lagoa de Itaenga estão todos no Espaço Agroecológico de Boa Viagem, e a integrante do Cesam nos Espaços Agroecológicos de Santo Amaro e Setúbal.

<sup>111</sup> A primeira edição dela ocorreu durante o I Seminário de Economia Popular e Solidária, em Janeiro de 2006. Após um pedido de um agricultor que era palestrante, buscamos criar essa feira durante o ano. Nos asseguramos que haveria apoio e autorização por parte da UFPE. E depois de meses, inauguramos uma versão definitiva, que funcionou em duas edições de dezembro de 2006. Depois voltou semanalmente a partir da segunda quinzena de Janeiro de 2007. Durante esse intervalo, entre seminário e inauguração, havia sido criada outra feira, em frente ao Centro de Ciências Biológicas (CCB) – atual CB. Os agricultores eram envolvidos em um projeto do Programa de Desenvolvimento da Zona da Mata (Promata / Governo de Pernambuco). Mas essa feira não completado um ano de existência e foi encerrada.

Uma segunda feira foi criada em frente ao prédio do Aggeu Magalhães e funciona às quintas. Ela possui quatro barracas com agricultores de Chã Grande. Uma terceira já havia sido criada - com uma barraca - em frente ao Centro de Biociências, às sextas. Esse agricultor se integrou ao Espaço Agroecológico da Várzea.

Há uma feira na Várzea, numa Academia fitness na Rua Abatiá, com duas barracas, às quintas. Esses agricultores são da APRP. Existe outra no Clube da Sudene, no Engenho do Meio, que funciona às sextas. Mais uma no bairro do Cordeiro, no Parque de Exposições de Animais, chamada de Feira Agroecológica da Juventude, criada em 2006 e articulada/apoiada pelo Serta e com alguns membros da APRP. Outras mais recentes foram criadas na Associação de Docentes do IFPE, ITEP e Secretaria de Educação.

Em comum, todas essas feiras compartilham o fato de serem realizadas nos dias da semana. A maioria funciona dentro de espaços de instituições públicas que embora sejam de livre trânsito, ainda assim, concentram mais clientes que buscam os serviços daquela instituição. No caso da UFPE, por ser uma universidade com um bairro em todo seu entorno, estimulou uma significativa clientela de fora dos muros. O tempo disponível e localização delas pode também desestimular clientes de acessarem seus locais. Também não havia ainda uma feira aos sábados, um dia mais livre para muitos consumidores do bairro.

### *Origens de uma construção coletiva*

No entanto, a ideia de uma feira de orgânicos na Praça da Várzea não veio inicialmente com os moradores da comunidade, mas a partir de um empresário, do ramo de aluguel de barracas de feira, que estaria interessado em criar essa feira no bairro da Várzea. Outras feiras já utilizam seus serviços, entre elas a da Ceasa. Esse empresário tinha até contatado agricultores de Chã Grande Glória do Goitá e tratado com o Secretário de Infraestrutura do Recife sobre o uso do espaço.

Um morador da Várzea, o professor Marcos Figueiredo<sup>112</sup> soube dessa tentativa e conseguiu encontrar o empresário realizando medidas do espaço da praça, por volta das 22h. O professor Marcos argumentou que o processo não poderia ser daquela forma pois o bairro tinha organizações sociais e moradores engajados em atividades políticas e culturais. Durante a conversa convidou o empresário para uma reunião com moradores e instituições sociais do bairro.

---

<sup>112</sup> Professor da UFRPE, Departamento de Educação.

Foram mobilizados os grupos sociais e culturais, escolas, empreendedores, todos que tinham algum interesse na situação e tema. A reunião foi realizada no Lar Fabiano de Cristo, uma ONG que atua no bairro. O empresário apresentou sua proposta, mas os participantes apresentaram outras ideias e argumentos contrários as dele, que se retirou da reunião e desistiu da ação.

Depois dessa primeira articulação, os participantes se sentiram motivados a realmente tentar criar uma feira no local, com base nas ideias e interesses que discutiram. Mas a maioria não tinha experiência na criação de feiras orgânicas.

No entanto, um deles tinha, o professor Marcos Figueiredo, que havia participado na concepção das duas primeiras feiras de orgânicos de Recife, o EAG e EABV<sup>113</sup>. Sua experiência somada aos projetos com movimentos de trabalhadores em áreas de assentamento, permitiu contribuir e orientar as discussões para o desenvolvimento das ideias dessa feira.

Os movimentos culturais e sociais junto com outros moradores engajados da Várzea, foram umas das referências que constituiu um dos alicerces da formação dessa feira. Durante os debates nas reuniões, buscaram, por exemplo, repensar a conceituação do que seria esse espaço, porque a maioria das feiras existentes tiveram avanços na consolidação principalmente da comercialização e promoção da renda e trabalho dos agricultores. No entanto, outros aspectos surgiram mais ou menos destacados no desenvolvimento delas, como as interações rural-urbano e trocas não-econômicas.

Foram esses elementos não-econômicos – cultura, política, sociabilidade – que fizeram os organizadores do EAV se mobilizarem a propor um tipo de espaço que fortalecesse as interações sociais, bem como um momento de crítica e aprendizagem sobre alimentos e outros temas transversais. Para que pudessem ter mais subsídios - visto que vários não conheciam sobre a organização de feiras, apenas tendo contato pela ótica de serem consumidores - fizeram diversos intercâmbios para conhecer outros espaços e feiras, como a Rede Espaço Agroecológico.

Depois de alguns meses, os produtores agroecológicos que viriam a comercializar nessa feira participaram de reunião do comitê para discutir a criação do espaço. Eles definiram algumas características que seriam inerentes a esse espaço, como, por exemplo, assegurar o maior número de jovens agricultores que ainda não havia participado de uma feira e, também, assegurar alguma paridade de gênero na composição dos feirantes. Outro viés acertado é que seria um espaço multicultural, com relações socioeconômicas e ecológicas.

---

<sup>113</sup> Participou da criação do Centro Sabiá no início dos anos 1990.

### *Associações e feirantes*

Várias associações e feirantes foram convidados para participar. O Sítio Sete Estrelas (Igarassu), da Associação Terra e Vida, foi um deles. Esse grupo é representado por dois jovens, filhos de um casal de feirantes que estão nos Espaços Agroecológicos de Santo Amaro e Setúbal (EAS). Seus principais produtos são lanches, pães, bolos, doces, sucos entre outros beneficiados.

De Vitória de Santo Antão e Bom Jardim foram convidados jovens da AABCORM e Agroflor respectivamente, que ainda não tinham participado de nenhuma feira. O quarto grupo foram os agricultores da Associação Amoras, de Glória de Goitá. Todos já comercializam a pouco tempo em algumas feiras, inclusive o CB-UFPE e Tribunal de Justiça. Após a inclusão desses agricultores o regimento passou a ser construído em conjunto e a gestão do EAV partilhada, com 4 agricultores e 3 moradores/consumidores. Atualmente a coordenadora da feira é uma mulher, *Nazaré*, do Sítio Sete Estrelas/Associação Terra e Vida, que nos trouxe um relato sobre a inserção dos agricultores nessa feira:

*Ela foi meio um processo contrário do que estamos acostumados. Geralmente são os agricultores que se articulam e vão para o bairro. Aqui surgiu da necessidade dos moradores de ter uma feira do bairro da Várzea [...].*

*[...] Fomos chamados depois, por pessoas do bairro que conheciam.*

O EAV se referencia nos moldes da Rede Espaço Agroecológico, cujo regimento inspirou a elaboração daquele do EAV. Apesar do nome da feira ter Espaço Agroecológico”, como as das Graças, Boa Viagem, Santo Amaro e Setúbal, ela não é incluída como uma feira da Rede, pois uma das associações que estão presentes, a Amoras, não faz parte da rede. Mas isso não impede que articulações e parcerias sejam feitas.

### *Interações e práticas solidárias na feira*

Além dos aspectos da composição dos feirantes e conjunto de barracas, surgiram outras dinâmicas para potencializar o espaço, como a realização de debates políticos e sociais ou apresentações culturais uma vez ao mês, mas que em pouco tempo se tornou semanal, garantindo uma variabilidade de temas e ações. Tudo divulgado por suas páginas nas redes sociais no Instagram e Facebook. Também foi criada uma nona barraca, a chamada Barracada

Paulo Freire (PF) que seria o espaço do consumidor, com materiais com informações para doação ou troca com os consumidores. Caso queiram, quem vai a barraca pode doar dinheiro ou deixar produtos. Os produtos mais presentes, são cartazes, panfletos, camisas, calendários, cartões, livros, entre outros, doados por moradores, instituições sociais, instituições públicas, reforçando os debates e dinâmicas articuladas nessa feira.

Em frente a essa Barraca PF há um torno com uma mesa onde os consumidores podem se sentar consumir seus lanches ou apenas conversar um pouco. Além dessas barracas e da área central utilizadas para comercialização e interação, usa-se uma área circular para a realização das apresentações culturais e debates políticos promovidos semanalmente. Provisoriamente outras partes dessa praça menor podem ser usadas, e já observamos ONGs fazendo divulgação ou bazares.

O EAV possui um fundo de feira, 10 reais por barraca, que serve como recurso de emergência ou para custear atividades culturais e as rodas de diálogos. Agora contam com recursos do Fundo Casas Cidade<sup>114</sup>, que foi conseguido como um projeto que reúne diversas parcerias. Este projeto é coordenado pelo Núcleo de Agroecologia e Campesinato da UFRPE (NAC), junto as associações dos agricultores familiares presentes na feira, como também o Instituto Papai, Centro Sabiá, IPA, Serta, Lar Fabiano de Cristo, Kapi'Wara Agroecologia Urbana, entre outros.

### *A Praça, o bairro e os movimentos*

O grupo ainda não conseguiu uma autorização para funcionar na Praça. Uma das razões é que a Csurb, órgão municipal que monitora as feiras, não pode ainda visitar e registrar essa feira, pois como ela funciona numa praça, a responsabilidade cabe a outro órgão, a Emlurb. Inclusive funcionários ligados a ela retiraram algumas benfeitorias feitas em mutirões dos moradores, como as plantas que serviriam para arborizar e melhorar a estética local. Este problema de autorização dificulta a organização da feira em realizar melhorias na praça, como pintar e arborizar.

A Praça Pinto Damásio, ou Praça da Várzea, é dividida em duas praças, uma maior e outra menor, e separadas apenas por uma rua que antes passagem de bondes. A praça maior contém os equipamentos de lazer, quadra poliesportiva, Academia da Cidade, um Coreto (usado por grupos musicais e culturais, e também por um Clube de Dominó. Possui também um

---

<sup>114</sup> Ver <https://casacidades.casa.org.br/>

exemplo de um Baobá, e no entorno dela encontram-se um Supermercado, padarias, empórios de produtos naturais e o antigo Casarão da Várzea, também conhecido como Antigo Hospital Odontológico Magitot. Na área menor da Praça contém bares numa das laterais e algum comércio informal de comidas ao seu redor, uma escola pública estadual, o Lar Fabiano de Cristo e uma Igreja Batista. Próximo dela estão a Secretaria e Educação do Governo de Pernambuco, a Praça do Rosário, onde fica as Igrejas Matriz do Rosário e Nossa Senhora do Livramento, bem como o mosteiro dos padres e algumas edificações da Obra de Maria.

É uma dos bairros mais antigos de Recife. Ali se constituiu um povoado desde o Século XVI que evoluiu para uma urbanização com casarões que ainda podem ser observadas na sua praça principal ou nos arredores. Foi uma região de muitos engenhos com alguns resquícios que permaneceram quando foi alicerçada a UFPE. A vida do bairro é marcada por vários momentos da história de Pernambuco e por várias manifestações culturais e artísticas.

A Praça principal conserva parte das residências nos seus arredores e proximidades com casarões de moradores antigos, alguns transformados em comércio, outros em escolas ou abandonados. Mas ainda é um bairro com muitas casas, inclusive bastante antigas. Mas também é um bairro grande, com diversas localidades - Brasilit, Cidade Universitária, UFPE - e outras mais distantes, mas que ainda pertencem ao bairro, como Nova Morada e UR-7. Tem edificações históricas e que guardam empreendimentos artísticos e culturais como o Instituto Ricardo Brennand e a a Oficina de Francisco Brennand. Atualmente a Várzea tem testemunhado algumas manifestações de verticalização com edificações e conjuntos habitacionais que, aos poucos, tomam lugar. É um bairro de características mais populares, culturais e históricas.

### *O tempo de feira*

Ao iniciar nossas visitas as feiras notamos que o horário foi definido de 7h às 10h, mesmo num sábado e numa área livre. As feiras que começam nesse horário geralmente estão dentro de áreas das instituições públicas e privadas, e mesmo que seja num local fora funcionam seguindo o horário da demanda dos funcionários e em dias de semana. No decorrer da pesquisa de campo, a importância do tempo das atividades realizadas pelos agricultores apareceu de forma recorrente nas entrevistas, nas conversas e observações.

Questionamos o Professor Marcos Figueiredo o motivo de estabelecer horário começando “mais tarde” em relação ao que comumente se observa em outras feiras aos sábados. Respondeu que a proposta seria para evitar a competição, pois existe uma demanda grande e

muitos produtores nem sempre chegam em grande quantidade; logo haveria um estímulo para o consumidor chegar mais cedo e garantir o seu pedido.

Em muitas feiras que visitamos na pesquisa, algumas que estamos acompanhando há mais de uma década, percebemos que há uma procura grande de consumidores que chegam de madrugada, mas também em parte em locais como Graças e Boa Viagem. Muitos são “madrugadores” acostumados a esse horário, por hábito e talvez para caminhar/praticar exercícios nas praças ou praia. Logo os picos de consumidores iniciam depois das 4h30. No entanto, de fato há consumidores que chegam 1h, 2h ou 3h da manhã, alguns que esticam o horário da noite anterior, outros para aproveitar as saídas de festas e encontros, e aproveitam para lancha nas barracas. E alguns casos, como nas Graças, já há consumidores desde às 21h/22h da sexta<sup>115</sup>.

## **6.2 Perfil dos agricultores familiares**

### **6.2.1 Caracterização das associações nas feiras**

Apresentamos até aqui aspectos da constituição de cada feira e depois traçamos um perfil dos municípios onde vivem e trabalham os feirantes. Nessa seção mostraremos a caracterização dos feirantes a partir de cada feira. Utilizamos os dados da pesquisa de campo aplicada com 61<sup>116</sup> feirantes distribuídos pelas seis feiras da amostra desse estudo.

Para facilitar dividimos na tabela 6 o número de membros por associação identificados em cada feira. Não entrevistamos os feirantes de todas as barracas existentes por feira. Em algumas, conseguimos aplicar com todos, mas em outras, o tempo para aplicar foi um fator limitador, pois foi preciso concluir as visitas de observação e aplicação de questionários, porque havia feiras no mesmo dia, e necessitamos ir várias vezes na mesma feira, para depois passar para a seguinte. Quando íamos a feira nas Graças não conseguíamos ir no mesmo dia para a feira da Várzea ou Boa Viagem, pois as distâncias e o tempo dificultariam operacionalizar uma pesquisa de campo efetiva. O número grande de feirantes EAG, EABV e FOCeasa, com aproximadamente 70% das barracas das seis feiras estudadas, foi outro fator que não permitiu

---

<sup>115</sup> A questão do tempo de feira e dos agricultores é um ponto fundamental das nossas análises e aprofundaremos no capítulo seis do nosso estudo. Retomando inclusive os exemplos aqui mencionados.

<sup>116</sup> Em algumas tabelas colocamos os dados de 56 questionários aplicados e somamos com mais informações que obtivemos com agricultores que somente entrevistamos, mas que durante elas conseguimos informações que pudessem ser utilizadas nessas tabelas.

que completássemos todos. Ainda houve casos de agricultores não presentes durante no momento da aplicação dos questionários.

Entrevistamos os agricultores que se dispuseram ou tinham mais informações para apresentar. O número de agricultores participando diretamente das feiras é bem maior, pois em muitas barracas, existem duplas (ou até mais membros da mesma família ou parcerias<sup>117</sup>), embora haja vários outros casos que atuam sozinhos nas barracas.

Devemos considerar também que existem muitos outros agricultores, da própria família ou vizinhos que trabalham produzindo, mas não vão as feiras. Por exemplo, vizinhos ou associados, que não tem um ponto de feira ou a produção é pequena, enviam pelos agricultores-feirantes o que produziram. Essa prática solidária é comum, desde que ambos tenham a declaração da mesma OCS, porque possibilita ter diversidade e quantidade, o que uma única família de agricultores não consegue atender. Além do que, em algumas dessas feiras, o ponto não pertence ao agricultor que está ali, e sim a associação que ele representa. Desse modo, podemos estimar que o número de famílias envolvidas nas feiras é muito maior do que visualizamos ao frequentá-las.

Agroflor, por exemplo, está presente em seis feiras de Recife – Graças, Boa Viagem, Santo Amaro, Encruzilhada, Setúbal e Várzea – que são formadas por cerca de 20 barracas. Se considerarmos uma média de dois agricultores presentes por barraca, teríamos entorno de 40 feirantes. Contudo, essa associação tem 92 sócios, dos quais 78 tem a declaração de OCS, o que lhes autoriza comercializar seus produtos em feiras urbanas. Esses outros agricultores são responsáveis por atender a diversidade e quantidade nas feiras. E segundo relato do Coordenador Geral, Adeildo Barbosa Silva, “nem todos querem ir para a feira”, apenas participar de forma indireta.

---

<sup>117</sup> Há agricultores que dividem com outros a mesma barraca, da mesma família ou não.

Tabela 6 – Número de feirantes por associação e feiras.

Feiras	EAG	EABV	FOCeasa	FOPCR	EASA	EAV	Total	%
Associação	Sábados	Sábados	Quartas	Sextas	Quartas	Sábados		
<b>Agroflor (Bom Jardim)</b>	4	6			3	2	15	24,59
<b>AMA Terra (Gravatá)</b>	5	2					7	11,48
<b>Cesam/Amarfita (Jaboatão)</b>					1		1	1,64
<b>Amoras (Glória de Goitá)</b>						2	2	3,28
<b>ASSIM (Lagoa de Itaenga)</b>		2			2		4	6,56
<b>APRP (Glória de Goitá)</b>			2	5			7	11,48
<b>AABFCORM (Vitória)</b>		2	1			1	4	6,56
<b>AAPAM (Glória de Goitá)</b>			1				1	1,64
<b>APPRP (Pombos)</b>			2				2	3,28
<b>APRSM (Pombos)</b>				1			1	1,64
<b>Associação Santo Agostinho (Feira Nova)</b>			3				3	4,92
<b>Terra e Vida (Igarassu/Abreu e Lima/São Lourenço da Mata/Lagoa de Itaenga)</b>	1	2			1	1	5	8,20
<b>Nova Visão (Amaraji)</b>			4				4	6,56
<b>Terra Viva (Chã Grande)</b>	4						4	6,56

Continuação Tabela 6

<b>Sem associação (Recife)</b>	<b>1</b>							1	1,64
<b>Total</b>	14	14	<b>14</b>	<b>6</b>	7	6	61	100,00	

Fonte: Elaboração própria, 2019

Existem 14 associações envolvidas nessas feiras e 47,5% desses feirantes são sócios de três delas, Agroflor, AMA Terra e APRP (Tabela 6). As duas primeiras, conforme descrevemos anteriormente, são de membros fundadores dos dois primeiros espaços agroecológicos. A última tem uma estratégia de atender vários pontos pela capital com uma ou duas barracas. Por isso aparecem com o maior número de barracas e feirantes. Em outras associações, o número de associados é pequeno, os membros são poucos para participarem de muitas feiras. Participar de uma feira requer planejamento das rotinas de trabalho, produção e comercialização. Para muitos agricultores é um grande custo de tempo, distância e volume de produção para atender as demandas dos consumidores e manter a frequência de quase 52 semanas por ano.

Nesse processo, as associações são importantes pela representação e articulação em promover ações que beneficiem seus membros para produzir, organizar, cooperar e comercializar. Dentre essas associações, há sete delas que formam junto com o Centro Sabiá a Rede Espaço Agroecológico de Recife, organização coletiva democrática criada junto com as duas primeiras feiras e agricultores participantes. A REAgroeco tem 22 anos e conta com cinco feiras, sendo 4 delas em Recife e um loja, sua expansão veio a partir de 2015, quando as outras três feiras e loja surgiram, inclusive com a captação de recursos para desenvolver um projeto de fortalecimento dos espaços e redes agroecológicas. Também elaboraram estatutos que alinharam suas condutas com as discussões da agroecologia e gênero.

Outras associações já existiam ou também foram criadas num período mais recente, mas ainda não compõem uma rede. Encontramos um feirante, de Recife que não participa de associação, mas foi aceito para comercializar na FOCeasa por ter certificação de produtor orgânico. Nas outras feiras não seria aceito, pois a maioria delas tem como norma apenas considerar novos membros que façam parte de alguma associação. Aos sábados podemos encontra-los comercializando seus produtos paralelamente ao EAG, mas não fazem parte da feira. Os mesmos declaram não ter interesse de participar de uma associação.

### 6.2.2 Perfil socioeconômico dos feirantes nas feiras

Dos 61 entrevistados, cerca de 31% são mulheres (Tabela 7). O número de homens presentes nas feiras é maior, mas nas feiras como Ceasa, Graças e Boa Viagem, mais antigas, há uma discrepância maior. Nas feiras de Santo Amaro, a presença feminina é maior, tanto que a anterior e atual são mulheres. Na Várzea, entrevistamos duas mulheres, mas a proporção de mulheres e homens é paritária, conforme exigido pelo estatuto do EAV. Na Feira de Orgânicos da PCR, como em outras ligadas a APRP, os agricultores presentes são geralmente homens. Isso ocorre porque a associação tem esse perfil. As mulheres que empreendem e produzem são sócias de outra associação que é formada apenas por mulheres.

**Tabela 7– Distribuição do número de feirantes entrevistados – total, mulheres, estado civil e com quem moram na mesma residência, por feira - 2019**

<b>Feiras</b>	<b>Total (n°)</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Casados</b>	<b>Companheiro</b>	<b>Companheiro e filhos</b>	<b>Companheiro, filhos e e/ou familiares</b>	<b>Sozinho</b>
<b>EAV</b>	6	2	5	4	1	1	0
<b>EAG</b>	14	4	15	2	8	0	2
<b>EASA</b>	7	4	1	0	1	0	1
<b>EABV</b>	14	4	13	6	4	3	0
<b>FOCeasa</b>	14	4	11	6	4	4	0
<b>FOPCR</b>	6	1	5	0	5	1	0
<b>Abs. (n°)</b>	61	19	50	18	23	9	3
<b>Rel. (%)</b>	100	31,15	81,97	29,51	37,70	14,75	4,92

Fonte: Pesquisa campo. Elaborado pelo autor.

Ainda podemos observar nessa Tabela 7 que o número de casados é de mais de 82%. São poucos os casos de viúvos/as e solteiros. O que demonstra que os núcleos familiares parecem bem representativos. Do total de entrevistados, 29,5% moram só com o/a companheiro/a, maioria tem de 45 a 80 anos, o que identifica que muitos casais já têm filhos e netos morando em suas próprias residências. Cerca de 37,7% moram com companheiros/as e filhos (a maioria entre 24 e 45 anos) e 14,8% com companheiros/as, filhos e/ou outros parentes (pouco mais da maioria estão entre 20 e 45 anos). Apenas cerca de 5% (entre 55 e 61 anos) moram sozinhos.

O associativismo é um aspecto inerente a formação e fortalecimento das atividades dos agricultores. Duas características do associativismo, a reciprocidade e coletividade do trabalho são fundamentais nessas famílias rurais. Também as relações de proximidade e vizinhança com outras famílias rurais fortalece a construção de vínculos para desenvolver o trabalho de produção agroecológica.

Todos os membros de uma unidade familiar são importantes para o desenvolvimento da produção familiar de base ecológica. No entanto, nem todos participam da feira diretamente. Os homens tiveram esse papel de ir para fora de casa e negociar com os fregueses os preços e apresentar os produtos, num primeiro momento, porque a eles se figurava esse tipo de papel numa sociedade patriarcalista. Um dos vários casos é do agricultor *Assis*, da ASSIM, que iniciou na produção de orgânicos por causa da iniciativa da esposa, que havia assistido formações do Serto e propôs a ele que deixasse o trabalho na usina. Os dois produzem juntos, mas ele ficou com a função de ir a feira por ser mais habilidoso nas contas e troco. Notamos que ele já estava acostumado a “estar fora” para trabalhar, como fazia na usina, e a esposa a na propriedade.

As mulheres estão presentes na produção, seja dentro de casa ou no entorno (quintal) ou diretamente no roçado. Esse tipo de tradição patriarcal nos núcleos familiares delegou as mulheres um papel de invisibilidade, por ficarem mais “dentro de casa”.

Dos entrevistados, buscamos aqueles de referência na barraca, a disposição para responder e, também, por ter a maior parte das informações. Necessariamente não decidimos quem ia participar da entrevista, até porque os outros membros indicavam quem poderia responder melhor o solicitado. A maioria foi de homens conforme a tabela 8 apresenta.

Desde as primeiras feiras, ainda que minoria, a presença das mulheres na liderança das feiras é destacada, várias mulheres foram e estão coordenando as associações e/ou feiras que participam. Existe desde os primeiros anos uma busca por promover mais representação feminina na comercialização. O caso da Várzea, que buscou construir uma paridade, é uma consolidação dessa percepção e ações. Em Santo Amaro foi composta por maioria feminina. Esse debate sobre igualdade de gênero é incentivado na maioria das associações e por meio de ações de ONGs Universidades e políticas públicas nos municípios e associações. As mulheres rurais têm também ganhado mais protagonismo porque a agroecologia propõe um desenvolvimento baseado na diversidade ecológica e ascensão daqueles grupos excluídos ou submetidos as transformações da modernização agrícola, como os camponeses, indígenas e quilombolas (ALTIERI, 2004; SILIPRANDI, 2015).

A questão geração é outro ponto que buscamos compreender nas feiras porque a sucessão é importante para continuidade dessas feiras e a produção agroecológica. Nas feiras das Graças e Boa Viagem, muitos agricultores começaram jovens, com pouco mais de 20 ou 30 anos, e estariam atualmente com 40 ou 50. E há aqueles que “pararam” e/ou passaram o ponto, para um familiar ou outro agricultor, por causa do cansaço da atividade (outros infelizmente faleceram).

Na tabela 8 temos as faixas etárias dos agricultores por feira. A variação das idades vai de 20 a 80 anos. Percebemos que a faixa com mais agricultores é a de 52 a 59 anos, com cerca de 29%. Se somarmos com a faixa de 60 a 65, o percentual de agricultores com entre 52 e 65 é de 41,5%. No início da pesquisa tínhamos como hipótese que a maioria dos agricultores tinha mais de 40 anos. Contudo nessa amostra confirmamos ela, mas também descobrimos que há uma possível renovação, pois cerca 35,9% tem entre 20 e 40 anos. Nas visitas as feiras percebemos muitos jovens, filhos e netos, acompanhando seus pais e avós na comercialização.

**Tabela 8 – Distribuição do número de feirantes, por faixas etárias, média de idade, por feira – 2019**

Feiras	20-30	31-40	42-48	52-59	60-65	69-80	Média
<b>EAV</b>	2	1	1	1	1	0	40,0
<b>EAG</b>	2	3	1	2	2	2	48,6
<b>EASA</b>			1	1			51,5
<b>EABV</b>	2	2	4	2	3		47,5
<b>FOCeasa</b>	1	1	1	8	1	2	54,4
<b>FOPCR</b>	-	5	-	1	-	-	38,5
<b>Abs. (nº)</b>	7	12	8	15	7	4	47,8
<b>Rel. (%)</b>	13,2	22,6	15,1	28,3	13,2	7,55	-

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor.

Ainda não podemos afirmar que daqui a 10 anos veremos todos esses jovens. Embora haja diversas ações promovidas por Centro Sabiá, Agroflor e outras instituições como o projeto dos Jovens Multiplicadores. Mas ao mesmo tempo que observamos essas ações, também percebemos que a zona urbana é mais próxima para eles, e existem mais oportunidades que o campo. Além de que com os avanços de políticas educacionais federal e estaduais em gestões passadas para ampliar o acesso as universidades e instituições técnicas, muitos desses jovens aproveitaram esse cenário para poder alcançar uma formação escolar ou universitária que

muitos dos pais não puderam ter. Vários filhos de agricultores fizeram cursos técnicos agrícolas ou em agroecologia, cursaram ou cursam graduações nas universidades públicas e particulares.

As feiras na Várzea e PCR tem as menores médias de idade, respectivamente 40 e 38,5 anos. A primeira teve o objetivo de colocar jovens casais e que não haviam participado de outras feiras para compor a feira. No caso da PCR, todos os cinco membros da APRP estão na mesma faixa, de 31 a 40 anos. A feira das Graças e Boa Viagem tem médias altas, acima de 47 anos, e com poucos feirantes abaixo dos 30, embora possamos observar algumas barracas com jovens presentes trabalhando na comercialização também.

O conhecimento foi uma palavra bastante repetida nas entrevistas. Num primeiro momento não notamos que ela tinha um forte significado. Depois, em conversas com alguns agricultores, durante as visitas pós-entrevistas, percebemos que a palavra tinha um peso para explicar as mudanças geradas com o trabalho na agroecologia, tanto no manejo como nas feiras ao comercializarem. Mudar para eles foi importante porque é parte de um processo de aprendizagem e que trouxe vários benefícios para eles e suas famílias, como um trabalho valorizado e aumento de renda. Para esse ponto, na tabela 9, apresentamos as informações do nível educacional formal que alcançaram.

**Tabela 9 – Distribuição do número de feirantes, por nível escolaridade e feira – 2019.**

Feiras	EAV	EAG	EASA	EABV	FO Ceasa	FO PCR	Abs. (n°)	Rel. (%)
Escolaridade								
<b>Analfabeta/Não frequentou</b>	0	1	0	1	0	0	2	3,8
<b>Alfabetização/Primário</b>	0	0	0	0	2	0	2	3,8
<b>Fundamental I incompleto</b>	1	3	1	3	1	1	10	18,9
<b>Fundamental I completo</b>	0	4	1	1	2	2	10	18,9
<b>Fundamental II completo</b>	2	2	0	0	0	1	5	9,4
<b>Fundamental II incompleto</b>	0	1	0	1	2	1	5	9,4
<b>Médio completo</b>	1	1	0	4	3	1	10	18,9
<b>Técnico incompleto</b>	0	0	0	0	1	0	1	1,9

Continuação Tabela 9

<b>Técnico completo</b>	1	0	0	3	1	0	5	9,4
<b>Superior Incompleto</b>	1	0	0	0	1	0	2	3,8
<b>Superior Completo</b>	0	0	0	0	1	0	1	1,9

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor. 2019.

A maioria, 60,4%, frequentou até o ensino fundamental. Nesse perfil, estão feirantes na faixa de 44 a 80 anos, ou 37,7% do total. Os que concluírem o Ensino Médio e frequentaram o Ensino Técnico e Graduação representam 35,7% dos agricultores, a maioria entre 20 e 40 anos, ou seja, 20,7% do total de feirantes.

Os mais antigos não tiveram tanto acesso a oportunidades e incentivos para concluírem os estudos do fundamental ou alcançarem o médio. O trabalho na agricultura esteve na presença deles desde a infância. Os feirantes mais recentes já tiveram mais oportunidades, pela obrigação da frequência escola, contrapartida da participação em programas de transferência de renda como o Bolsa Família. Por terem tido muitas políticas de inclusão nas instituições de ensino superior, e claro, por buscaram incentivar os filhos e netos nas oportunidades de avançarem mais nos estudos. Uma agricultora do EABV, de Bom Jardim, nos relatou que pagou as faculdades dos dois filhos com o dinheiro que ganha vendendo na feira. Outro agricultor do EABV, de Lagoa de Itaenga, “Sêu” Assis teve as três filhas cursando o técnico agrícola no IFPE-Campus Vitória. Uma delas ainda cursou e depois trancou a graduação de enfermagem; as outras duas concluíram suas graduação em cursos na área agrícola, sendo que uma delas cursa atualmente mestrado na Universidade São Paulo (USP).

A renda é um fator determinante para que muitos agricultores, especialmente o que eles apuram na comercialização de um dia de feira. Mas não é a sua única forma de obter renda. Muitas famílias são pluriativas e tem mais de uma fonte para composição de suas rendas. O apurado líquido semana de cada feira, aposentadorias, Bolsa Família e trabalhos não-agrícolas. Para que pudéssemos ter como referência, na Tabela 10, apresentamos os questionamentos em qual faixa de renda, medida por salários mínimos de 2019, a ele e a família estariam. Orientamos que eles considerassem o faturamento líquido mensal de todas as feiras que participam e as demais formas de obter renda entre todos moradores da mesma residência. Numa mesma barraca poderiam ter agricultores que morassem em residências diferentes, portanto, suas respostas deveriam considerar essa separação. As respostas foram declaratórias do que eles conseguiram expressar como seria sua renda familiar mensal.

**Tabela 10 – Distribuição do número de feirantes, por faixas de renda declarada (R\$ em Salários Mínimos), por feira – 2019.**

<b>Feiras</b>	<b>até 1</b> (R\$ 998,00)	<b>1 e 2</b> (R\$ 998,01 até R\$ 1.996,00)	<b>2 e 3</b> (R\$ 1.996,01 até R\$ 2.994,00)	<b>3 e 5</b> (R\$ 1.996,01 e R\$ 4.990,00)	<b>5 ou mais</b> (R\$ 4.990,01)	<b>Não respondeu</b>
<b>EAV</b>	1	2	1	1	1	0
<b>EAG</b>	2	12	0	0	0	0
<b>EASA</b>	0	4	0	0	0	0
<b>EABV</b>	2	8	1	2	0	0
<b>FOCeasa</b>	5	4	2	1	1	1
<b>FOPCR</b>	2	3	1	0	0	0
<b>Abs. (nº)</b>	12	33	5	4	2	1
<b>Rel. (%)</b>	21,1	57,9	8,8	7,0	3,5	1,8

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor. 2019.

A maioria das famílias agricultoras, cerca de 58%, ganham entre 1 e 2 salários mínimos. Esse resultado é importante para demonstrar que comercializar produtos orgânicos lhes garante uma renda muito significativa, acima do que por vezes é possível ganhar num emprego rural formal, como corte de cana ou pecuária de corte, que não paga mais do que um salário mínimo. Essas atividades, quando empregam possuem bastante volatilidade e riscos à saúde.

Um número significativo de agricultores identificou que vivem com rendas de até um salário mínimo. Observando outros dados como faturamento médio mensal das feiras que participam, aposentadoria e Bolsa Família, aproximadamente metade poderia estar classificado na segunda faixa, com mais de um salário e menos de dois. Mas como a resposta foi espontânea, decidimos manter. Principalmente porque precisamos considerar que é uma atividade de vários custos. O custo de transporte (alugado ou combustível) pode variar de 300 a 600 reais mensais. Além de custos que podem ter com diaristas, estreme ou adubos, entre outros, que baixam os apurados líquidos, principalmente por ser uma atividade de produção e faturamento volátil e custos não praticamente fixos. Há meses que conseguem trazer pouca mercadoria e outros meses que têm poucos clientes. E ainda precisamos considerar que parte dos produtos podem ser de outros produtores que enviaram por eles.

Uma parcela – 21,1% – importante de famílias de agricultores conseguem alcançar rendas com mais de dois salários mínimos, alguns até acima de cinco. A variedade do produto comercializado pode ser um indicador dessa maior renda. A maioria comercializa além de hortaliças e legumes, raízes (cará, inhame, macaxeira e batata-doce) e frutas, que como tem preços mais altos, em relação aos vegetais folhosos e leguminosos, podem gerar maior faturamento. Além de que, as perdas são menores, pois podem ser guardadas de uma feira para outra.

A situação do uso de transporte para levarem suas mercadorias em galeias e as barracas para montarem nos locais de feira sempre será um ponto de destaque nas discussões sobre os agricultores familiares que comercializam em feiras de orgânicos. A logística, como já tratamos em outros momentos desse estudo, é um processo bastante cansativo, mas também tem um peso nos gastos de cada produtor. Na tabela 11 apresentamos a condição de uso de transporte por esses agricultores.

**Tabela 11 – Distribuição do número de feirantes por condição de transporte e feira – 2019.**

<b>Feiras</b>	<b>Próprio</b>	<b>Alugado / Fretado</b>	<b>Projeto / Convênio</b>	<b>Apoio Prefeitura</b>	<b>Outros</b>
<b>EAV</b>	3	2	1	0	0
<b>EAG</b>	6	8	0	0	0
<b>EASA</b>	3	1	0	0	0
<b>EABV</b>	10	1	2	0	0
<b>FOCeasa</b>	6	4	1	3	0
<b>FOPCR</b>	5	0	0	0	1
<b>Abs. (nº)</b>	16	33	4	3	1
<b>Rel. (%)</b>	28,1	57,9	7,0	5,3	1,8

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor. 2019.

A maioria, cerca de 57% tem carro próprio. O número é bastante significativo, pois demonstra um grande avanço na organização desses trabalhadores rurais na busca por autonomia e melhoria na forma de transportar as mercadorias. Muitos que alugam, estão vindo de carona com outro agricultor, dividem os custos do combustível ou o carona paga um valor

fixo, como se fosse um frete. Os valores desses fretes na maioria dos casos – cerca de 1/5 dos entrevistados – variam de 50 a 150 reais semanais. Alguns chegam a pagar algo entorno de 150 e 190 reais. Dos que possuem veículo próprio, o custo da viagem pode diminuir um pouco comparado ao aluguel ou frete. Porque geralmente estão alugando para algum outro agricultor.

Uma das características principais dos agricultores familiares são as pequenas extensões das suas propriedades. Alguns possuem poucas contas ou apenas um quintal para poder produzir. As áreas podem passar dos dez hectares. Ou sequer alguns nem possuem terras para plantio e necessitam de espaço na terra de outros, ou trabalham como diarista para conseguir a renda necessária para viver. Na Tabela 12 apresentamos a condição de posse das propriedades em que trabalham os agricultores familiares, semanalmente.

**Tabela 12 – Distribuição do número de feirantes por situação da propriedade e feiras - 2019**

<b>Feiras</b>	<b>Própria</b>	<b>Arrendada / alugada</b>	<b>Cedida / Família</b>	<b>Outros</b>
<b>EAV</b>	6			
<b>EAG</b>	8	1	2	3
<b>EASA</b>	3		1	
<b>EABV</b>	10	1	1	2
<b>FOCeasa</b>	10		1	3
<b>FOPCR</b>	3	1	1	1
<b>Abs. (nº)</b>	40	3	6	9
<b>Rel. (%)</b>	70,18	5,26	10,53	15,79

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor. 2019

Aproximadamente 40 (70%) agricultores declararam serem proprietários das terras que cultivam. A maior proporção é de agricultores das feiras da Ceasa, Graças e Boa Viagem. O resultado é plausível considerando que são as feiras com maior número de produtores. Também uma parte significativa de agricultores oriundos de assentamentos afirmaram viverem em assentamentos, especialmente dos municípios de Gravatá e Pombos.

Alguns informaram que arrendam propriedades para conseguir produzir. Geralmente as áreas de produção de orgânicos desses casos são de 1 hectare em média. Alugam de vizinhos próximos ou até mesmo de parentes. Outros casos são de propriedades cedidas por familiares,

sem cobrar nenhum valor, ou também, compartilhadas por membros de uma mesma família, que herdaram, mas não realizaram a partilha ou inventário necessário.

A tabela 13 retrata o tamanho das propriedades dos agricultores familiares. Para comparação e compreensão, solicitamos informações da área total e área usada para produzir orgânicos das propriedades que sejam apenas de uso do agricultor entrevistado. O número de propriedades e áreas de cultivo aumentam se considerarmos os agricultores-fornecedores.

**Tabela 13 – Distribuição do número de feirantes por tamanho de área total e área de produção de orgânicos (em hectares), por feira.**

Áreas	Total			Orgânicos		
	1 a -5 (ha)	5 a -10 (ha)	10 ou + (ha)	-1 a -3 (ha)	3 a -5 (ha)	5 ou + (ha)
<b>EAV</b>	2	2	2	4	2	2
<b>EAG</b>	12	2	0	14	2	0
<b>EASA</b>	4	0	0	4	0	0
<b>EABV</b>	7	6	0	12	4	1
<b>FOCeasa</b>	5	5	4	13	4	1
<b>FOPCR</b>	5	0	1	6	0	0
<b>Abs. (nº)</b>	35	15	7	41	12	4
<b>Rel. (%)</b>	61,4%	26,3%	12,3%	71,9%	21,1%	7,0%

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração do autor.

A maioria das propriedades – de 35 famílias – não passa dos 5 hectares. Mas nem sempre utilizam a área total, o manejo de áreas maiores exige mais tempo e mais pessoas trabalhando. Também há propriedades que não têm condições de solo e relevo que possam ser usadas para determinados tipos de cultivo. Afora a necessidade maior de água, que em algumas áreas são bem escassas em determinados períodos do ano.

A maioria das áreas com manejo orgânico, cerca de 72%, não passa de 3 hectares, o que aponta que o esforço e tempo para cultivar orgânicos exige mais do trabalhador rural, por ser um tipo de manejo que necessita de mais cuidado. As demais propriedades que possuem mais de 3 ou mais 5 hectares geralmente possuem produção de frutas e raízes, que exigem maiores áreas.

### 6.2.3 Evolução e situação atual das feiras orgânicas e agroecológicas de Recife-PE<sup>118</sup>

Analizamos nessa seção algumas informações que extraímos de um levantamento preliminar (em andamento) do número e características das feiras de Recife. Atualmente contabilizamos 46<sup>119</sup> feiras, mas sabemos que esse número é bem maior, assim como o número de barracas, feirantes e associações. Como não tínhamos como visitar todos os endereços indicados e disponíveis nas várias listas e informações de sites como Idec/Feiras Agroecológicas<sup>120</sup>, sites institucionais e matérias jornalísticas. Uma parcela significativa dessas feiras, cerca de metade, conhecíamos de experiências anteriores. Mas nos últimos 6 surgiu mais do que o dobro. Algumas não existem mais ou não conseguimos mais informações.

Para confirmar as informações da lista das 46 feiras buscamos os próprios agricultores nas entrevistas, pois uma proporção deles participam de outras feiras e/ou conhecem vizinhos e parentes que estão comercializando nelas. Outra forma de checagem foram textos de jornais que destacam notícias atuais de algumas feiras. Por fim, apresentamos a lista para membros de organizações sociais que assessoram algumas das associações e feiras que compõem esse estudo. Algumas informações que conseguimos foram o mais aproximado possível, como ano de criação ou número de barracas. Conseguir essas informações, bem como do perfil e número de agricultores-feirantes, agricultores-fornecedores, consumidores e o volume de comercialização é um processo difícil, por isso precisávamos nos focar com as informações básicas e que pudessem ser observadas visualmente in loco ou por material audiovisual.

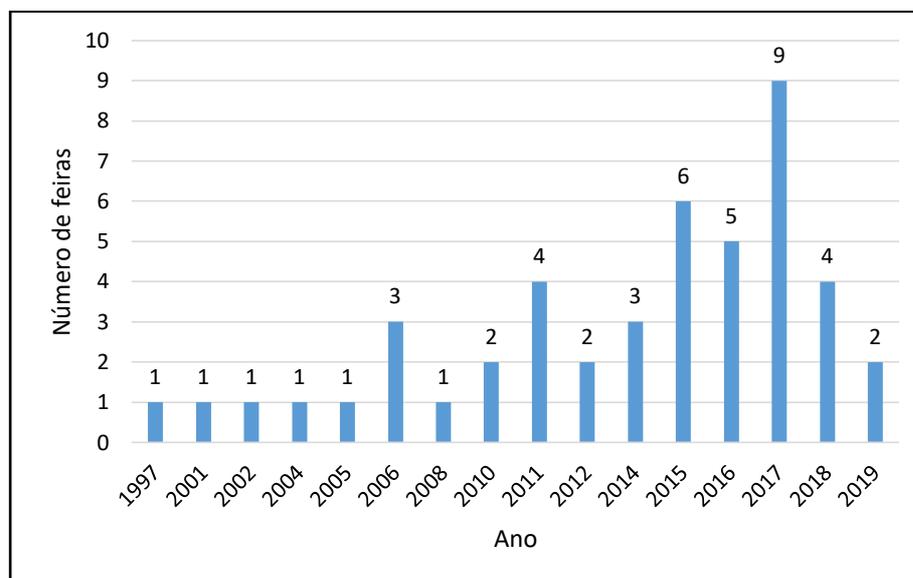
A evolução da criação de feiras em Recife está registrada no gráfico 1 abaixo. Ele retrata o ritmo de crescimento do número de feiras e que continua em expansão. Pois nos primeiros meses de 2019 identificamos mais duas feiras criadas. Também tomamos informações de outras feiras em locais privados, algumas em condomínios residenciais e que parecem ser um fenômeno recente. Mas decidimos não incluir na lista por não ter mais informações.

---

<sup>118</sup> Quadro completo das feiras agroecológicas de Recife listadas no Apêndice D

<sup>119</sup> Uma fonte importante dessa base foi o assessor da Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Governo de Pernambuco, Maílson Rodrigues. Que também assessorou por muitos anos a Agroflor. E em sua função atual tem buscado atualizar uma lista de todas feiras de orgânicos, agroecológicas e da agricultura familiar de Pernambuco.

<sup>120</sup> [www.feirasagroecologicas.org.br](http://www.feirasagroecologicas.org.br)

**Gráfico 1 – Distribuição do número de feiras por ano – 1997 a 2019**

Fonte: Elaboração própria. Com base nos dados do Quadro 13 (Ver Apêndice D).

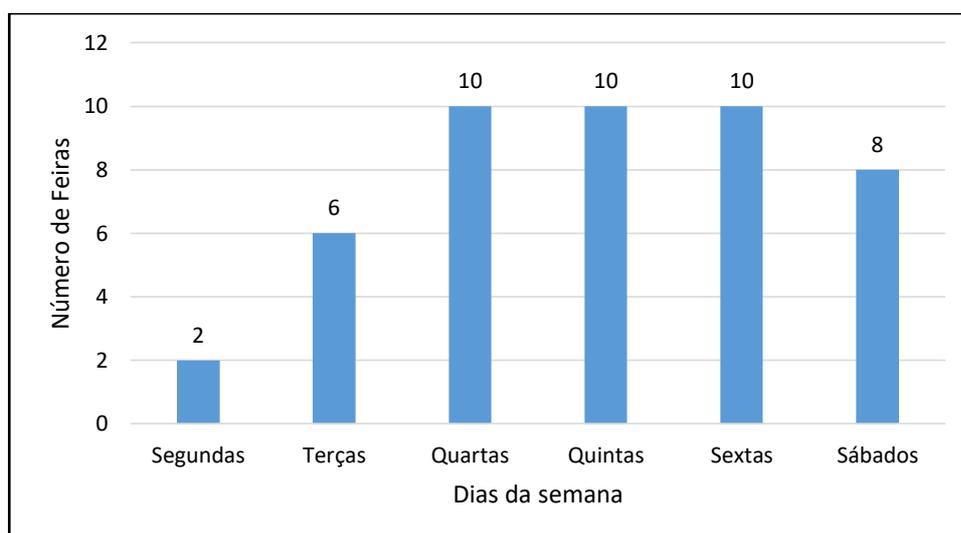
De 1997 até 2005 haviam sido criadas cinco feiras em Recife. O ritmo foi por uma parte é lento, porque a proposta de um local de comercialização de produtos orgânicos era novo e ainda concentrado a bairros e localidades de maior nível de renda. Todas eram realizadas em ruas e praças. Em 2006 há um primeiro salto, três feiras são criadas em locais diferentes daquilo que se convencionou até o momento, na UFPE e em dois espaços do Governo Estadual ligados atividade agrícola. O Parque de Exposições do Cordeiro e o Instituto Agrônômico de Pernambuco. Os bairros da Várzea, Cordeiro e San Martin são de contextos mistos do perfil populacional. Todas essas feiras funcionam dentro ou próximo dessas instituições públicas. Esse fato demonstrou que as feiras poderiam ir para quaisquer pontos e localidades.

Na gestão do Governo Federal havia mais políticas, recursos e incentivos para agricultura familiar. Em 2008 seguindo essa tendência, o Governo de Pernambuco criou a Feira de Orgânicos da Ceasa, como parte de sua política para incentivar a produção de orgânicos na agricultura familiar.

O ritmo acelerou a partir de 2011 e as feiras que eram parte do cotidiano de vários bairros, passaram a integrar a agenda de muitas comissões e núcleos de sustentabilidade de instituições públicas, que se interessaram em criar feiras no seu local de trabalho, como forma de estimular o consumo responsável e saudável entre servidores e funcionários. Entre 2015 a 2017 o número de feiras criadas foi de 20, aproximadamente metade das feiras atuais. E mais continuam sendo implementadas por outros bairros de Recife. O que demonstra que existe uma grande demanda por isso tipo de produto.

O gráfico 2 apresentar a quantidade de feiras por dia da semana. No início as feiras se concentravam mais entre quartas e sábados. Atualmente temos feiras também às segundas e terças. No caso desses últimos, todos são em repartições públicas. Existem feiras também aos domingos, mas essas de produtos naturais, artesanais e orgânicos, geralmente de produtores que não estão organizados em associações. Mas o fato mostra que há demanda e possibilidade de outros dias para comercializar.

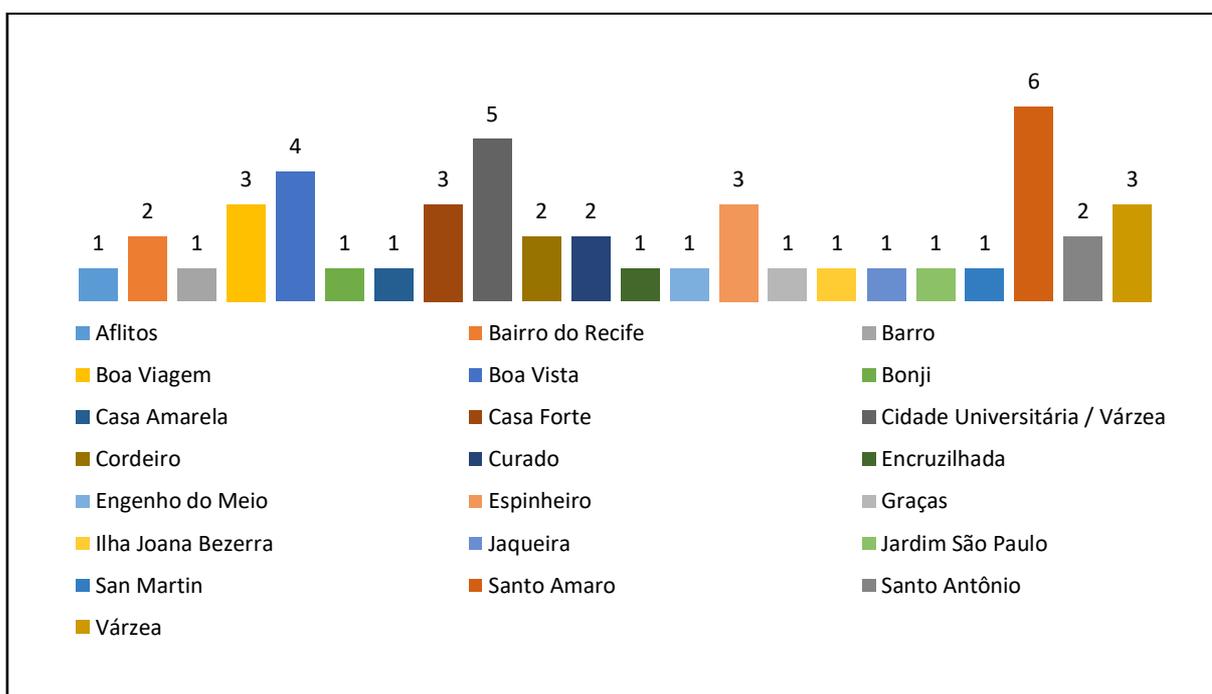
**Gráfico 2 – Distribuição do número de feiras por dias de semana.**



Fonte Pesquisa de campo. Elaboração própria. Com base nos dados do Quadro 13 (Ver Apêndice D).

Todas as feiras que ocorrem aos sábados são realizadas em ruas e praças. Por ser um período que o consumidor tem maior disponibilidade para sair de casa e ir a uma feira, sem se preocupar com o horário de trabalho ou outros compromissos.

No gráfico 3 apresentamos os resultados desse número de feiras por bairro. A maioria dos bairros (11) tem apenas uma feira. Outros bairros concentram 2 a 6 feiras.

**Gráfico 3 – Distribuição do número de feiras por bairro de Recife – 2019**

Fonte Pesquisa de campo. Elaboração própria. Com base nos dados do Quadro 13 (Ver Apêndice D).

Alguns bairros têm entre duas ou três feiras (cerca de oito). O bairro da Várzea junto aquele da Cidade Universitária concentram o maior número de feiras, num total de oito sendo que quatro delas apenas dentro da UFPE. Em seguida está o bairro de Santo Amaro, mas esse número de alto se deve as instituições públicas e empresas que estimulam a criação de feiras nos espaços internos.

Na Tabela 14 encontramos informações sobre os tipos de locais que as feiras estão utilizando para comercializar. Se rua, praça ou estacionamento.

**Tabela 14 – Distribuição do número de feiras por tipo de localização – 2019.**

Tipos de localização das feiras	Abs. (nº)	Rel. (%)
<b>Administração pública</b>	<b>26</b>	<b>56,52</b>
Tribunais, Órgãos jurídicos	5	10,87
Universidade/Faculdade	5	10,87
Órgão Público	14	30,43
Hospital	2	4,35
<b>Sindicatos/Associações/Órgãos de classe</b>	<b>5</b>	<b>10,87</b>

Continuação Tabela 14

<b>Logradouros públicos</b>	<b>12</b>	<b>26,09</b>
Rua	6	13,04
Praças/Parques	6	13,04
<b>Locais privados</b> (*academia, Escola, Shopping)	<b>3</b>	<b>6,52</b>

Fonte Pesquisa de campo. Elaboração própria.

A maioria das feiras estão presentes em instituições públicas – tribunais, universidades, órgãos públicos e hospitais. Esses resultados havíamos adiantado quando discutimos sobre as associações de agricultores familiares que buscam realizar parcerias com muitas dessas instituições. Alguns sindicatos e associações de profissionais organizaram também feiras no mesmo modelo que aquelas realizadas em tribunais e outros órgãos públicos.

As feiras populares de produtos agrícola geralmente tem suas origens em locais públicos e de fácil acesso ao público consumidor e as primeiras feiras de Recife seguiram esse tipo de perfil e tradição, mas apenas 12 ou cerca de 26% dessas feiras são realizadas em logradouros de acesso público. As feiras nos órgãos públicos são localizadas em estacionamentos ou corredores/passagens, ainda que públicos, são mais direcionados para sua demanda interna.

Precisamos aqui, antes de concluir esse capítulo, realizar algumas reflexões, especialmente entorno da tabela 14, porque ainda que tenhamos caracterizado a localização, tempo e tamanho das feiras, esses pontos não exemplificam a complexidade do tipo de organização das feiras, se tentássemos criar um critério por quantidade de barracas ou participação de associações ou a sua localização, como exemplificamos acima, também não reproduziríamos o retrato atual dessas feiras, bem como as tendências de mudanças. Buscamos nesse capítulo e seção criar um retrato mais próximo desse cenário.

No entanto, existem feiras com níveis de interação e mobilização muito diferentes, por exemplo, o Espaço Agroecológico da Várzea, criada em março de 2018, se tornou uma das feiras mais ativas e relacionadas com a comunidade, bem como na mobilização e discussão de campanhas, ações e eventos políticos e culturais, e em nenhum momento demonstra que essa atuação diminuirá, pelo contrário, demonstra que cada vez mais se transforma e melhora. E esta é uma feira com quatro associações e oito barracas de alimentos.

Os Espaços Agroecológicos das Graças e Boa Viagem, tem mais do que o dobro de tamanho, estão em bairros de maior renda per capita, possuem duas décadas, além de serem as pioneiras e modelo para demais que foram criadas. O desenvolvendo destas resultado desse

tempo de existência, pois passaram por muitas dificuldades e desafios para alcançarem essa maturação nas relações e práticas. São feiras com ativismo político, pois muitos dos seus membros são parte do movimento de um movimento agroecológico que lutou e articulou para promover as feiras e a agricultura familiar de base agroecológica tanto na agenda das políticas públicas e marco legal, como também práticas de muitos de agricultores que seguiram para o manejo agroecológico.

Não podemos também considerar as feiras realizadas em universidades e faculdades públicas como sendo do mesmo tipo que aquelas de órgãos públicos, assim como aquelas que existem em instituições de classe. Existem níveis de interação, envolvimento, atuação, mobilização que são diferentes entre elas, que de fato, precisariam ser diferenciadas além de sua localização, tamanho e tempo de existência.

## **7 O ETHOS DO AGRICULTOR FAMILIAR**

Nesse capítulo discutimos o ethos do agricultor familiar nas feiras e espaços de comercialização agroecológica de Recife selecionados para o estudo. Buscamos compreender suas práticas sociais e como estas mudaram a percepção desses atores. Utilizamos as observações de campo, conversas e entrevistas com lideranças ou agricultores de referência de cada feira, bem como alguns consumidores e atores institucionais. A partir desses depoimentos, visitas de observação e com base na sociologia figuracional e teoria da dádiva, analisamos as relações sociais e práticas nas feiras e as trocas (econômicas e não-econômicas) Também discutimos como os produtores e suas famílias podem ter mudado e compreendido a agroecologia como forma não apenas de produzir e gerar renda, mas de realizar novas figurações.

Esses papéis e práticas dos agricultores familiares observados nas feiras precisam estar desenhados num esquema para termos uma primeira visualização acerca do funcionamento e apresentar um parâmetro para os resultados neste capítulo. Por isso, utilizamos também o recurso gráfico das cartografias sociais para verificar e compreender os laços dos atores que participam dessas feiras, bem como os elementos interdependentes e solidários que compõem o ethos social dos agricultores-feirantes.

Na primeira seção iremos destrinchar alguns conceitos desse ethos dos agricultores-feirantes como: mudanças nas práticas e costumes, proximidades e vínculos com outros atores e instituições, a participação de mulheres e jovens, o tempo como categoria social e a circulação do dinheiro e dádiva durante as trocas/compras. Na segunda seção apresentaremos os resultados de modo visual para que possamos compreender por meio de cartografias sociológicas as interdependências, proximidades e práticas

### **7.1 As práticas do agricultor feirante**

Abordamos nos capítulos anteriores os conceitos e composição dos agricultores familiares de base agroecológica, desde seus aspectos históricos, arranjos institucionais, base legal e políticas públicas que lhes influenciam até as características do agricultor-feirante que participa das feiras orgânicas em Recife. Esse ator constitui-se no meio dessa rede interdependente de outros atores, práticas, normas e hábitos, tanto no território rural quanto no

urbano. Todos esses fatores e ambientes mudam e moldam as configurações das feiras, e inerente, o ethos do agricultor-feirante.

### 7.1.1 Mudanças das práticas sociais

No Brasil, até os 1980, os agricultores familiares eram caracterizados pelo estereótipo de “pequenos” produtores ou outras alcunhas que diminuía sua importância na cadeia de alimentação das famílias e economias locais. Essa era a visão comum compartilhada pela sociedade, em geral, e pelo próprio agricultor, sugerindo que a pequena produção seria um trabalho e/ou condição de vida atrasado/rudimentar, embora a contribuição social e econômica desta atividade, por meio da produção de alimentos que chega as mesas das famílias, tenha tido sempre um papel fundamental na organização da economia de alimentos. Mas o fato é que as baixas remunerações, as incertezas nos períodos de produção ou entressafra, a modernização e as condições de vida precárias, fizeram milhões migrarem do campo para a cidade em busca das distantes mudanças e oportunidades que outros aventavam.

Ficar no campo era se manter dependendo de ciclos de incertezas, tanto aqueles do clima quanto os das condições de trabalho e dos preços de mercado dos produtos. As alternativas difíceis de escoamento da produção, a necessidade de guardar o produto para consumo para subsistência e os atravessadores eram dificultadores quase intransponíveis para se chegar às feiras livres. O feirante *Vicente*<sup>121</sup> do EAG relata como era esse processo de indefinição nos preços no mercado de produtos da agricultura familiar e comparando com o cenário nas feiras orgânicas:

*Vender na feira livre é complicado, porque atende momento de mercado, e o momento de mercado ele as vezes é cruel, as vezes o produto tá muito caro e você não tem, e quando tá barato você tem, não compensa. Aqui é totalmente diferente, aqui temos uma tabela de preço que vigora o ano todo, só muda em assembleia, onde todos os agricultores, de todas as feiras, discutem os preços. Essa tabela de preços ela serve justamente para você durante o ano, passar pelos períodos de crise, de entressafra. Na feira livre é diferente, na entressafra você sofre, é caro, mas você não tem o produto, e aqui não, se você não tiver é aquele preço, se você tiver muito, é aquele preço. Por isso que compensa, porque se não fosse a tabela de preço não compensaria vir para cá, porque acompanharia a lógica do mercado, aí fora [...]*

---

<sup>121</sup> Coordenador e agricultor associado a Agroflor. Comercializa no EAG, foi coordenador duas vezes.

Os agricultores estavam antes submetidos aos efeitos da Lei da Demanda, essa volatilidade dos preços de mercado, sendo eles apenas mais um elemento frágil nesse processo. Esse fato estava alinhado a pouca diversificação da produção, porque os agricultores se focavam (e ainda focam<sup>122</sup>) de acordo com o que mercado “orientava”, e passavam a se dedicar geralmente a um tipo de cultivo em determinados períodos. Como o agricultor e toda vizinhança se dedicavam a mesmos produtos, isto resultava numa oferta excedente que apenas beneficiava os atravessadores que pagavam preços baixos. Vender sua produção aos atravessadores demonstrava o quanto eles dependiam de uma única via de escoamento, diminuindo ou lhe tirando o poder de barganha.

Se o agricultor, pelo manejo convencional, trabalhava na sua própria propriedade ou como diarista em outras, os ganhos ainda assim eram baixos a ponto de não garantir o básico para o sustento familiar. Todos eram implicados a trabalhar, geralmente antes de completarem 10 anos, pois os pais levavam os filhos para a ajudar na roça, própria ou de outro. Estudar não era uma alternativa para muitos jovens nesse período, não havendo políticas e leis que garantissem o acesso e frequência deles nas escolas e nas Universidades. O agricultor *Severino*<sup>123</sup> (EAG) apresenta uma lembrança desse período:

*Trabalhava para os outros antes. Comecei antes dos 10 anos ganhava 7 mirréis. (sic) Meu pai 12. [...]*

*O salário é pequeno. Não dá para muita coisa. E saúde? [...]*

A maioria dos feirantes entrevistados nos questionários está com mais de 40 anos trabalhando na agricultura. As lembranças dos motivos de terem saído das antigas práticas nos períodos mais difíceis são bastante claras nas reflexões entre o período antes e depois de adotarem o sistema agroecológico. Termos como renda, saúde, condições de trabalho, conhecimento, alimentação, são os tópicos mais recorrentes nas suas falas, revelando as percepções dos mesmos sobre a ausência de mudanças significativas.

A agricultora *Rosário*<sup>124</sup>, uma das fundadoras do EAG, há 22 anos, nos relatou o quão importante foi terem se inserido nas práticas da agrofloresta há quase 30 anos, por meio de incentivos das formações do Centro Sabiá. Antes eram apicultores em Igarassu e nesse período

---

<sup>122</sup> Os que produzem com manejo convencional.

<sup>123</sup> Agricultor associado a Agrofior, do Sítio Feijão, em Bom Jardim. Feirante do EAG. Também é músico, toca Safona, leva para feira para entretenimento de todos, junto a consumidores e outro agricultor (*Isidoro*) que também toca.

<sup>124</sup> Agricultora da Associação Terra e Vida, do Sítio São João, em Igarassu, viúva de outra importante liderança e multiplicador da agroecologia.

passaram por muitas dificuldades, não valorizando o seu trabalho como veio a acontecer depois de adotarem o sistema agroflorestal. Agora, ela tem bastante orgulho de se apresentar como agricultora. Além de contribuir para a renda, trabalho e vida da sua família, ela também construiu uma rede de relações e amizades na feira, como se fosse uma outra família.

Analisar as histórias de vida dos agricultores-feirantes é observar as mudanças temporais das práticas e costumes deles nos diferentes espaços em que se movimentam e se relacionam. Todos geralmente notam que a mudança de local, de ir a Capital, trouxe um novo olhar sobre suas próprias ações, ou seja, suas práticas, tanto no trabalho quanto na família.

*Carmo*<sup>125</sup>, agricultora e liderança no EAG, uma das pioneiras tanto na fundação dos Espaços Agroecológicos quanto na produção de alimentos beneficiados, como o famoso queijo coalho, nos apresenta um importante depoimento sobre como ocorreu essa mudança na sua família. Seu pai, *Antonino*, era atravessador, comprava e vendia pimentão para entregar na feira da Ceasa; o queijo coalho produzido no máximo um por dia, apenas servia para consumo próprio da família. Até que na metade dos anos 1990 conheceram os assessores *João* e *Vicente* do Centro Sabiá:

*[...] Através de João foi que ele fez um sistema agroflorestal. E até quando ele resolveu fazer, eu disse assim, “a gente vai fazer para não perder o amigo. Mas eu não acredito”. E aí na medida que ele foi vendo o resultado e acreditando, a gente foi aumentando a área, e foi também a época que ele tinha vontade de sair da Ceasa e viu como uma oportunidade de sair e ter um ganha pão. E a mudança principal não foi só nessa questão dele ser antes um atravessador e a gente viver disso, de comprar e rever o pimentão. A mudança maior veio com a gente mesmo, porque a partir desse trabalho da agroecologia, a gente mudou nossa alimentação, mudou a forma de pensar, de agir, de valorizar também a agricultura [...].*

A feira é a concentração de esforços, tensões, práticas, solidariedades e trocas simbólicas que atores de diferentes agrupamentos e territórios buscaram juntos construir para mudar uma realidade social. Mas as feiras se desdobraram em outros hábitos, histórias, valores e relações das pessoas com outros indivíduos, natureza, trabalho e vida. As instituições, leis e políticas tiveram um papel fundamental para gerar incentivos para que essas mudanças nas histórias de vida dos agricultores familiares ocorressem. O simples convite para conhecer e fazer uma nova forma de manejo, a presença de um assessor de uma organização social, a troca

---

<sup>125</sup> Agricultora associada a Agroflor. Comercializa junto com a família no EAG. Atualmente é tesoureira da feira. Seus pais, *Antonino* e *Conceição*, foram fundadores do Espaço Agroecológico das Graças. Atualmente sua mãe não pode ir a feira, mas junto com o pai e a irmã estão presentes todas as semanas.

de ideias com um vizinho ou uma visita de intercâmbio ou políticas públicas, fizeram novos caminhos para muitos.

Essa cartografia de relações interdependentes dos agricultores feirantes, nos mostraram que nessas ligações os processos desenvolvidos nem sempre são percebidos por quem está inserido dentro ou fora de uma feira. Todos podem observar que existe várias trocas comerciais na feira: consumidores demandam, produtores ofertam. Lembra a lógica da economia de mercado com o diferencial de que eles apenas vendem um nicho de produtos ditos saudáveis.

No entanto, quando o consumidor paga pelo produto produzido pelo feirante podemos considerar que, ali, está embutido várias operações, ações, caminhos e intenções. O ato de comprar pode ter sentidos de dádivas quando, por exemplo, um reconhece no outro a intenção de que está oferecendo e recebendo algo. O agricultor que oferta um produto saudável e o consumidor que valoriza esse produto pagando o preço que proporcionará que a atividade possa continuar. O sentimento de que estar na feira é mais do que o dinheiro que obtém pode ser expressado nessa fala:

*Agradeço tá aqui nessa feirinha. Pelo conhecimento que nós temos aqui. Pela clientela que nós temos aqui [...] (Severino)*

O feirante demonstra sua gratidão, percebendo que vender esse alimento orgânico tem sido fundamental na sua vida. Numa feira livre estaria por sua conta; numa agroecológica, o associativismo é inerente as práticas e composição da feira e dos feirantes. O sentimento associativista envolve mas não apenas outros produtores mas também os consumidores. *Severino* tem 70 anos e está no EAG há 19, trabalhando com seu filho e neto. Ele ingressou na produção orgânica depois de receber um convite de um assessor do Centro Sabiá para mudar suas práticas. Essa mudança é destacada na importância do conhecimento que reconhece, recebe e passa.

#### 7.1.2 Proximidades, vínculos e sociabilidades

O consumidor ao retornar a feira agroecológica com uma frequência regular para comprar sua cesta de alimentos, também inicia um processo de colaboração com o desenvolvimento da feira, contribuindo para diversas ações e processos realizados nela e também fora dela. Ele incentiva que a produção orgânica, o trabalho associativo e novas práticas solidárias sejam expandidas na feira (urbana) e na propriedade (rural) do agricultor.

Este, por sua vez, busca vender produtos orgânicos colaborando para se vender produtos sem agrotóxicos e saudáveis para que outras famílias, além da sua, consumam.

A produção e o consumo, a compra e venda não são as únicas finalidades da feira. O professor universitário Marcos Figueiredo<sup>126</sup>, morador e um dos articuladores do EAV reflete sobre a constituição dessa feira, que foi pautada inicialmente pelos moradores e, depois, articulada com os feirantes. Dessa articulação morador-feirante surgiu um espaço que se tornou político e cultural, provocando reflexões sobre/para a comunidade do bairro da Várzea. Essa feira passou a ter um espaço permanente com temáticas de discussão e interações comunitárias, que Marcos nos explica:

*[...] Aqui é um espaço de defesa dos direitos humanos. Direito a alimentação saudável. Ampliamos a pauta do espaço agroecológico, mas não como nicho de mercado. O direito à alimentação é um direito tanto para consumidor quanto para o produtor.*

*Ampliamos a pauta para os direitos civis. LGBT, Racial, Étnica, Alimentação saudável, agrotóxicos, agricultura camponesa. etc então o espaço ele passou ser uma escola, uma sala de aula multicultural. Onde você tem, um encontro das pessoas, não por uma casualidade, mas orientandos, vão trocar futilidades? Vão. Mas tem uma pauta organizada. Onde temos um debate sério.*

Apenas o Espaço Agroecológico da Várzea tem essa prática de maneira recorrente, sendo um caso singular. Inicialmente, haviam planejado organizar a feira mensalmente, mas a dinâmica e as demandas tornaram possível que fossem realizadas semanalmente. A divulgação desta e outras iniciativas estão nas suas redes sociais Instagram e Facebook (@agroecovarzea). Moradores da Várzea, que fazem parte da organização da feira, estão presentes semanalmente na mesma, interagindo com os feirantes e consumidores. Também participam das discussões da agenda e outras iniciativas da organização do Espaço Agroecológico da Várzea.

A figura 9.1 mostra algumas das imagens de cartazes, representando algumas dessas atividades culturais, políticas e educativas do espaço. Na imagem A, estão consumidores participando de uma das dinâmicas/ações de interação (sobre Saúde Mental). Na imagem B e D estão cartazes das chamadas dos debates realizados. Por fim, na imagem C, está o Espaço Pedagógico Paulo Freire, uma barraca dos consumidores com materiais e informações que

---

<sup>126</sup> Professor da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Departamento de Educação. Pesquisador do Núcleo de Agroecologia e Campesinato. Morador da Várzea.

qualquer um pode pegar e, eventualmente, contribuir com outros materiais e recursos financeiros para a continuação dela.

**Figura 15 – Imagens de atividades e divulgação da Feira Espaço Agroecológico da Várzea**



[A]



[B]



[C]



[D]

Fonte: @agroecovarzea (Instagram)

A produtora orgânica do Sítio Sete Estrelas e Coordenadora do EAV, *Nazaré*, reforça essa dinâmica diferenciada dessa feira:

*Utilizar melhor o espaço do bairro. Um modo mais produtivo para quem comercializa e uma forma de utilização para os moradores.*

Essa área do bairro da Várzea ficou mais dinâmica com a presença da feira, pois reúne não apenas moradores-consumidores, mas também uma vizinhança que realiza outras manifestações, culturais, políticas e sociais, apresentando performances ou participando de debates. O lado menor da Praça da Várzea (Pinto Damásio) tinha pouca utilização, por não ter equipamentos de lazer<sup>127</sup> ou outros atrativos. Estava relegada pela comunidade e apenas algumas barracas e bares funcionam ao redor. Eventualmente, neste local, ocorrem algumas edições da Feira Várzea *Co.labor.ativa*<sup>128</sup>, uma feira de produtos/serviços artesanais e naturais. A feira orgânica é um espaço de compras, mas também de debater sobre o que se consome, sobre o que se vive no bairro, sobre temas da vida.

Uma outra feira, o Espaço Agroecológico de Setúbal<sup>129</sup>, também foi criada por iniciativa de moradores, os membros do Coletivo de Moradores de Setúbal. Alguns dos agricultores dessa feira também participam do EAV e do Espaço Agroecológico de Santo Amaro<sup>130</sup>. De acordo com relatos desses participantes a feira também tem uma interação/articulação entre moradores e feirantes. Ainda assim, no caso do EAV há uma participação maior dos moradores na dinâmica/ações do espaço.

Nos Espaços Agroecológicos das Graças, Boa Viagem e Santo Amaro existem eventos intercalados ou esporádicos como o aniversário da feira ou algum período de comemoração específico, como semana do meio ambiente, dia das mães, fim de ano, entre outros. No entanto, nas Graças, existem situações espontâneas que podemos considerar como recorrentes, derivadas da proximidade e vínculos surgidos na feira durante os anos. Em frente a barraca da agricultora *Rosário*, ocorrem cantorias a partir das 7h ou 8h. Um consumidor, o *Carlos de Belo Jardim*, leva sempre seus instrumentos de percussão (triângulo, zabumba e pandeiro) construídos artesanalmente por ele; o agricultor *Isidoro*, com sua Sanfona de 8 baixos e mais outros agricultores e moradores/consumidores juntam-se espontaneamente para tocar/cantar músicas regionais. Por vezes, *Severino*, também pega a sanfona para tocar e cantar (Figura 16).

---

<sup>127</sup> Tem apenas alguns bancos de pedra (em formato circular) e de madeira. Também tem uma área circular demarcada para possivelmente realizar alguma atividade, mas tinha a pintura desgastada.

<sup>128</sup> Mais informações: <https://www.instagram.com/varzea.co.labor.ativa/> e <https://www.facebook.com/groups/138765419991406/>

<sup>129</sup> Uma das feiras que fazem parte da Rede Espaço Agroecológico.

<sup>130</sup> O Sítio Sete Estrelas da Associação Terra e Vida participa de ambas. A Agroflor está presente nessas feiras, mas com diferentes agricultores.

**Figura 16 – Cantoria de forró com feirantes e consumidores.**



Fonte: Acervo da pesquisa de campo. 22/Jun/2019. Agricultores e consumidores numa roda de forró.

Existe uma outra situação espontânea diferente daquelas de uma manifestação cultural ou um debate político. Trata-se de uma reunião de amigos, consumidores da feira, que numa demonstração de sociabilidade, regularmente frequentam a barraca de *Mônica* nas madrugadas (a partir de 1h ou 2h) e se encontram para se divertir, papear e lanchar, indo embora geralmente quando amanhece. Ela nos relata que não foi planejado ou organizado para ocorrer na feira, mas esse momento de sociabilidade ocorre há mais de 1 ano. Outros grupos de amigos/familiares também se encontram com frequência na barraca de *Mônica* ou mesmo *Rosário*. As Graças têm uma maneira de acolher a todos.

Nas imagens abaixo (figura 17) destacamos várias desses momentos de socialização que ocorrem entorno de barracas ou espaços com a finalidade de estimular os consumidores a sentarem para lanchar, descansar, bater papo, entre outras formas para interagirem. Em algumas feiras nesses mesmos espaços ocorrem apresentações espontâneas de música, grupos que se reúnem regularmente para se encontrar e papear. No caso da EAV há esse local de apresentações culturais e debates políticos numa parte da praça ao lado da feira.

**Figura 17– Grupos de consumidores e feirantes reunindo-se para socialização**



[A] Espaço para lanche e conversar em frente a barraca (EAG)



[B] Espaço para roda de música em frente a barraca (EAG)



[C] Espaço para debates e apresentações culturais (EAV)



[D] Espaço para lanche e conversar em frente a Banca Paulo Freire (EAV)

Sobre essas interações agricultores-consumidores, a agricultora *Mônica* relata como é motivante vir de madrugada por causa desses momentos. Também descreve a importância de se criar locais de interação dentro das feiras, pois estimulam a criar novas (ou fortalecer antigas) relações e dinâmicas.

*“A gente sempre chegou de madrugada. [...] antes não tinha esse toldo nem as mesas [...] aí começou com o toldo, com o povo, com a mesa, do nada, começou a se encontrar e bater papo, tem uns dois anos, aí começou a sentar ali e bater um papo, depois pedir “Mônica, dá um lanche”, Mônica dá isso e aquilo”, aí chegou para conversar e dar uma risada, come, enche a barriga, bate aquele papo, para depois fazer as compras [...]”*

Inclusive há vários relatos de criação de grupos de whatsapp entre consumidores e feirantes. O que cria um vínculo a mais nessas interações e aproximações. As informações

trocadas podem ser sobre assuntos da própria comercialização, produção ou até mesmo amenidades. A própria *Mônica*, por conta dessa aproximação com os consumidores, teve ajuda quando necessitou, de um apoio para trocar um bocal de uma lâmpada ou a falta de um pacote de café ou até quando precisou fazer exames para um problema de saúde, um dos consumidores articulou para que fosse atendida.

Sobre as outras feiras observamos ou obtemos relatos que mostram uma outra dinâmica, com pouco momentos de sociabilização como esses acima, o que não diminui a importância da feira como espaço de práticas de ethos dos agricultores, pois elas estão em construção e mudanças, como tem sido nas demais acima.

Na Feira de Orgânicos da Ceasa também tem alguns momentos de festa, de fim de ano, ou aniversário da feira, mas não existe articulação para criar ações de discussão política ou cultural ou outros eventos. A Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife foca mais na comercialização, havendo pouca iniciativa de aproximar consumidor-produtor, como acontece em outros órgãos públicos ocupados pelos agricultores da APRP. Nesses casos os servidores buscam ir as propriedades conhecer, seja por iniciativa própria ou quando existe uma agenda de algum núcleo ou setor e sustentabilidade deste órgão para aproximar a gestão da feira. No caso da PCR não foi relatado que tenha ocorrido algo assim.

Para além da moeda e do comércio, a colaboração e cooperação nas ações de desenvolvimento de uma feira orgânica possibilita vários resultados: melhoria de renda, valorização do trabalho da agricultura familiar, melhoria e qualidade do alimento comercializado, sensibilização e consumo responsável, conhecimento da origem e trajetória do produto até a feira, aprendizado sobre utilização do consumo desses alimentos, trocas de ideias e informações, reconhecimento de todos esses aspectos. Mais ainda: comprar um alimento neste espaço produzido pelo trabalho desses agricultores com a confiança de serem sem agrotóxicos, baixo impacto ambiental e também mais saudável, constitui ganhos para todos.

### 7.1.3 Sobre o tempo social

O tempo é uma categoria que passamos a observar com mais atenção durante a pesquisa de campo. Lembramos isso em vários pontos dos capítulos anteriores, pois era recorrente nas entrevistas notarmos a frequência e os eventos nos quais o tempo influenciava a trajetória de cada agricultor familiar e feiras, mesmo que implicitamente. Quando questionávamos aos entrevistados sobre algum fato (durante a entrevista ou em momentos informais), que relacionasse o tempo (objetivo ou subjetivo), percebíamos que esta era uma categoria social e

histórica importante. Isto nos possibilitou apreender sobre as ações e práticas desses agricultores familiares das feiras orgânicas.

Para essa seção delineamos mais essa questão sobre o tempo e os acontecimentos ou perspectivas em que ela aparece. Observamos assim, que o tempo ou a estrutura de memórias associadas as experiências e percepções do cotidiano, estão presentes nos principais aspectos sociais dos agricultores, consumidores ou feiras. Também o tempo aparece, nas próximas seções deste capítulo, na análise das cartografias sociológicas das relações e vínculos dos agricultores e feiras que mapeamos. O tempo, como categoria social, tornou-se um elemento para compreender algumas dessas relações.

O tempo como categoria de análise que nos baseamos é o eliaseano, que explica as experiências e aprendizagens dos indivíduos num processo contínuo e relacional que é repassado como conhecimento adquirido de uma geração para outra (ELIAS, 1998). Esse tempo para os agricultores familiares tem diferentes símbolos que explicam suas percepções das suas relações e histórias. Temos que considerar tanto o tempo social desses feirantes na vida e trabalho quanto o tempo histórico das experiências/conhecimento/aprendizados que eles adquirem a partir de uma trajetória das experiências e momentos do conjunto da agricultura familiar, como movimento, categoria social, conceito e meio de vida/trabalho.

Por exemplo, se observarmos o tempo do agricultor durante a semana, teríamos que considerar o quanto ele se dedica a produção de cada produto, seu dia de trabalho no campo, a preparação da terra e compostagem ou aplicação de técnicas agroecológicas, como também o período das safras e entressafras dos produtos. Há de lembrar também do dia de organização anterior a feira, o dia de feira, as viagens de ida e volta, o lazer, as reuniões da associação, as formações. Ou seja, a construção do agricultor familiar é composta por trabalho e vida, em diferentes momentos e ambientes, mas sucedidos numa linha de ações.

Para exemplificar essa análise, copiamos um relato de uma de nossas visitas de campo que descrevemos abaixo com base na nossa observação sendo completado com a descrição de outros agricultores que nos resumiram um pouco da sua jornada antes, durante e depois da feira. Ela pode servir para vários agricultores, inclusive de outras feiras, com as devidas adaptações as suas particularidades.

*Uma agricultora, Mônica, junto a sua família são os primeiros a iniciar uma jornada singular que nos ajuda a compreender os desafios e momentos que esses agricultores percorrem nos dias de feira. Primeiramente, sua família produz no Assentamento São Severino, em Gravatá. De segunda a quinta estão fazendo o cultivo no roçado, na sexta entre 3h e 4h da manhã iniciam a*

*produção dos alimentos beneficiados (bolos, pães, pastéis, salgados, sucos, café, entre outros). Também colhem os legumes, tubérculos e hortaliças, organizam tudo nas galeias e depois de carregarem o carro saem do Sítio antes das 20h e chegam em Recife, no Espaço Agroecológico das Graças, por volta das 21h, ainda da sexta-feira. Descarregam o carro, armam as barracas, mesas, cadeiras na esquina, ajeitam os produtos para vender, e nesse compasso existem clientes a espera para atender. O esposo fica com a parte dos alimentos in natura e ela com a filha cuidam dos produtos beneficiados. Por volta de 1h ou 2h da madrugada de Sábado existe um grupo de consumidores que frequentam regularmente a barraca de **Mônica** para se encontrarem, bater papo, lancharem pela madrugada. A noite e madrugada são calmas. Existem vários clientes, mas o fluxo não é corrido. Na madrugada, feirantes de outras associações chegam para armar suas barracas, oriundos de Bom Jardim, Gravatá, Igarassu ou Chã Grande. Por volta das 4h ou 5h todas as barracas estão montadas e veículos estacionados, o fluxo de clientes aumenta, o atendimento também, praticamente não param. Por volta das 7h ou 8h, o fluxo começa a diminuir, os produtos dispostos também. Muitos agricultores aproveitam para descansar, dormem debaixo das barracas ou nos veículos. Por volta das 8h ou 9h com o fluxo menor, observa-se o movimento de agricultores conversando entre si, com clientes e ou interagindo tocando alguma música com sanfona e instrumentos de percussão em frente a barraca de **Rosário**. Eventualmente tem reuniões ao final da feira, para tratar de assuntos corriqueiros ou decisões importantes. Entre 9h e 10, também observamos trocas e/ou doações de produtos entre eles, daquilo que sobra e o outro não tem. Algumas barracas já estão desmontadas, outros ainda permanecem, mas estão no mesmo processo de guardar, alguns ficam também para aguardar a carona para ir, com outro feirante que estava em outra feira. A rua está limpa, não há mais veículos, retornam aos seus lares e locais de trabalho. Parece que nem houve feira. Mas sabemos que há uma feira naquela rua, por trás do Colégio São Luís, nas Graças.*

As imagens abaixo ilustram parte do relatado da passagem do tempo cronológico/físico no EAG:

**Figura 18 – A passagem do tempo na feira Espaço Agroecológico das Graças**



[A] Noite (Sexta) (23h14).



[B] Madrugada (Sábado) (00h25).



[C] Manhã (Sábado) (5h33).



[D] Manhã (Sábado) (9h28).

Fonte: Acervo da pesquisa. 23/Fev e 02/Ago 2019.

A jornada de um agricultor do EAG em dia de feira poder durar mais de 12 horas, pois colhem e organizam os produtos, descansam algumas poucas horas, acordam, viajam por uma ou duas horas, chegam às 23h (da sexta) ou às 1h ou às 2h (do Sábado). Ficam nesses horários até 9h ou 10h da manhã na feira, ou seja, cerca de seis a oito horas de comercialização. Depois tem as mesmas uma ou duas horas (ou mais, por causa do trânsito) para retornar aos sítios.

No caso de *Mônica*, essa jornada dura mais de 24 horas, pois a família inicia os preparativos na madrugada da sexta para realizar os procedimentos. Muitos agricultores relatam ser exaustiva essa maratona. Nessa corrida, ainda devemos destacar as condições do local da feira, alguns sem banheiro, ficando horas de pé, falando/atendendo os clientes, falta de segurança, entre outros acontecimentos da feira. Se fossemos fazer um relato de cada agricultor, alguns percursos podem mudar e ocorrem momentos singulares a cada um. Mas o bojo desse

trajeto temporal não é tão diferente se fossemos comparar. Lembro que esse relato acima considerou apenas o dia de feira, um pouco do tempo antes e depois, mas ainda existem os demais dias e eventos registrados nas suas agendas. Se verificamos, por exemplo, o tempo de cada membro da família na produção e na feira, dos jovens, da mulher, do homem, de outros membros vemos que o número de tarefas se ampliam.

Antes, esses agricultores familiares das feiras orgânicas conheciam apenas o manejo agrícola, por horas, dias, semanas e meses, ou melhor, anos das suas vidas. Entregavam o produto a um atravessador que vinha a sua propriedade ou ele mesmo levava a uma feira livre local. Seu ciclo de tempo e interações decorrentes eram inerentes ao seu território de vivência. Mas a mudança para uma relação direta com o consumidor nas feiras orgânicas, em bairro de diferentes classes de renda, na Região Metropolitana do Recife, a alteração do tipo de manejo, do convencional para o agroecológico, os vínculos com as instituições, os intercâmbios com outros agricultores, trouxeram uma nova percepção sobre seu trabalho e vida, ou seja, seus ciclos de tempo social e simbólico mudaram.

A agricultora *Carmo* nos fez um importante depoimento que mostra como a feira é parte de um ciclo de vida:

*[...]essa feira se sustenta esses anos todinho, porque ele não é só um espaço de compra e venda, ele é um espaço de amizades, a gente tem clientes, que a gente viu engravidar, que a gente viu ter filhos, que os filhos cresceram, que continuam vindo a nossa barraca [...]. Se preocupam com a gente também, então, são pessoas que não vem só comprar.*

Nessa mudança os agricultores construíram uma outra percepção da relação com seu trabalho, pois conhecem quem consome, aproximam-se de outros que produzem. E ainda que nem todos questionem ou perguntem se os produtos são de fato orgânicos ou questionem suas origens, todos tem alguma noção do que compram, percebem que é um produto especial. Os consumidores apreciam a maior proximidade com o agricultor, que difere por sua vez com pequenas feiras ou barracas de rua que vendem produtos comprados na Ceasa e são revendidos para o consumidor, alongando a cadeia. Afora que o produto é oriundo da agricultura convencional, com maior probabilidade de haver agrotóxicos.

Nessa caminhada do agricultor familiar agroecológico existe uma distância mais curta para acesso ao mesmo e uma maior possibilidade de haver uma sequência de trocas econômicas e não-econômicas entre os clientes e agricultores. Logo, todos percebem que o próprio espaço

da feira difere daquele de uma feira livre ou quando seu produto era vendido por atravessadores ou em centros de distribuição.

Essas várias modificações na percepção do tempo aproximam os espaços rural-urbano, favorecendo se questionar sobre o que se consome e valorizando as interações sociais que ocorrem dentro e fora da feira, na circulação de dinheiro e também dos produtos. Para organizar essas noções e reflexões percebidas em campo e nas entrevistas buscamos classificar alguns desses tempos dos feirantes. Nesta classificação não buscamos separar um tempo objetivo e outro subjetivo, considerando eles como integrados e não dicotômicos. O conceito de tempo que nos interessa são o social (relacional) e simbólico (representações das relações e práticas) listados abaixo:

- a. Tempo de produzir (preparo da terra, compostagem, sementeira, plantio, manejo, crescimento, colheita);
- b. Tempo de comercializar/feira (organização, viagem, montagem, comercialização, desmontagem, viagem, descanso) e alguns feirantes fazem isso em mais uma feira;
- c. Tempo das atividades/trabalho da mulher e do homem no sítio e na feira;
- d. Tempo dos jovens, da participação a busca por outras oportunidades;
- e. Tempo médio de 40 anos na agricultura, sendo que apenas 10 em média de transição;
- f. Mudanças nos hábitos e práticas – do manejo a alimentação.
- g. Intercâmbios para obter mais orientação/informação/conhecimento e também de repassar;
- h. 52 duas semanas de feira e manejo;
- i. História da agricultora familiar no Brasil;
- j. Feira como espaço e tempo para encontrar/vivenciar/comprar (agricultor/consumidor);
- k. Planejar/esperar a feira (consumidor);
- l. Descanso/lazer;

O tempo é o registro e representação simbólica que os agricultores vivenciam/experienciam e relacionam a momentos da vida, pois recebem as experiências/conhecimentos de quem veio antes e repassam para os que virão. Essas mudanças

formam um “patrimônio social de saber acumulado, construído e transmitido” (CARVALHO, 2018, p. 209). Nessa passagem temporal da composição do agricultor familiar, o conhecimento, práticas e percepção da realidade não seriam constantes, porque cada um desses momentos e fatos são singulares ao agricultor daquele período.

Os agricultores familiares que inauguraram as feiras no final dos anos 1990 têm uma percepção/história diferente daqueles que começaram mais recentemente. Estes terão uma vivência/percepção e principalmente práticas diferentes daqui a 10 ou 20 diferente, pois vários dos hábitos que destacamos podem mudar. A formação do ethos é permeada de um processo histórico de mudanças das identidades e características de um grupo/comunidade. Por exemplo, na nossa linha histórica o marco legal e as políticas avançaram, ainda que seja necessário se transpor outros gargalos. Isto gerou transformação do modo de ver o que é a agricultura familiar. Há cerca de duas décadas tínhamos apenas duas feiras e cerca de 30 barracas. Hoje são mais 46 feiras em Recife com mais de 200 barracas e possivelmente, mais de 1.000 agricultores envolvidos em todas as etapas da cadeia. As feiras orgânicas mudaram parte da vida local dos bairros e sítios, principalmente dos agricultores e consumidores.

#### 7.1.4 Mulheres nas feiras

Nas feiras, o espaço é ocupado por mulheres e homens, de diferentes gerações, alguns ainda adolescentes, outros com mais de meio século de experiência na agricultura. Nesse tópico buscamos notar essas composições nas barracas, pois existe a hipótese que a presença masculina poderia ser mais frequente nos espaços das feiras orgânicas. Essa ideia parte de uma construção histórica e social que demonstra uma divisão sexual do trabalho, inclusive no campo. Os homens são direcionados para o trabalho produtivo, aqueles reconhecidos pela economia de mercado. As mulheres cabe as tarefas do cuidado (família e casa), considerado não econômico, ou seja, trabalho reprodutivo (MELO; CASTILHO, 2009).

No campo, acrescenta-se a característica das tarefas ao redor da casa, no quintal, onde as mulheres cuidam das galinhas ou cultivam hortaliças, para consumo da família. Logo, como não gera uma remuneração, era percebido como uma tarefa não-econômica, como parte do trabalho da casa. Contudo, será que esse retrato da divisão sexual do trabalho ocorre nas feiras orgânicas? Em princípio, não podemos desconsiderar essa hipótese, mas precisamos entender que existem outros fatores e condições que atualmente podem mostrar um cenário diferente.

Nas visitas as feiras deste estudo observamos que existe uma transição desse cenário anterior para outro, em que a presença de diferentes gêneros e gerações compõem a diversidade

da maioria das feiras orgânicas. Mas ainda assim, em algumas delas a presença dos homens é maior. Não porque possa estar ocorrendo a reprodução de uma desigualdade ou invisibilização do trabalho da mulher que não vai a feira. Discutimos, aqui, alguns desses possíveis fatores que contribuem para essa mudança/transição, em que a mulher tem papel de destaque, representando mesmo, em alguns casos, a maioria.

Nas feiras orgânicas, existem aqueles agricultores de referência, ou seja, identificamos/nomeamos a barraca a partir deles. Junto com eles existem parentes e/ou vizinhos que trabalham no apoio à comercialização. Em muitas barracas, de algumas feiras, é preciso mais de um feirante, pois em certos momentos o volume de clientes pode ser grande e ainda existe a necessidade de ajuda para carregar/descarregar, montar/desmontar.

Na tabela 15 abaixo anotamos o número de barracas, feirantes, número de mulheres num dia de feira e que observamos durante pesquisa de campo, porém essas quantidades podem variar conforme o dia e o horário que a contagem foi realizada. Por fim, registramos o número de mulheres entrevistadas (tanto as que aplicamos questionários ou entrevistamos).

**Tabela 15 – Distribuição da contagem de barracas, feirantes e mulheres nas feiras estudadas.**

<i>Feiras</i>	<b>Barracas</b>	<b>Feirantes</b>	<b>Mulheres presentes</b>	<b>Mulheres entrevistadas<sup>1</sup></b>	<b>Mulheres coordenação<sup>2</sup></b>
<b>EAG</b>	22	27	10	4	1
<b>EABV</b>	20	30	12	3	-
<b>EAV</b>	6	13	5	3	1
<b>FOCeasa</b>	15	20	4	4	-
<b>EASA</b>	7	9	5	4	1
<b>FOPCR</b>	6	9	1	1	-
<b>Total</b>	<b>76</b>	<b>108</b>	<b>37</b>	<b>19</b>	<b>3</b>

Fonte: Pesquisa de campo. 2019.

<sup>1</sup> Tanto por questionário quanto roteiro de entrevista.

<sup>2</sup> Apenas durante o período atual.

Nas feiras a presença masculina se mostrou maior nas Graças (1997), Boa Viagem (2001) e Ceasa (2008). As mais novas como Santo Amaro e Várzea a distribuição é igualitária ou um pouco maior. A Feira de Orgânicos da PCR é um caso singular, pois a principal

associação (APRP) é composta apenas por homens e ocupa cinco barracas dessa feira, conforme analisamos no capítulo 7. A única barraca com a presença de uma mulher pertence a outra associação.

A feira é espaço econômico, político e social e de valorização de gênero na medida em que estimula a inserção mais ativa das mulheres. Ainda que a referência de alguma barraca seja um homem, existe a presença de muitas mulheres – filhas, netas, sobrinhas, esposas, mães, avós – que são parte ativa na organização dos espaços de trabalho e de convivência. Nas feiras das Graças, Boa Viagem, Várzea e Santo Amaro, independentemente do número de mulheres participantes, elas estão na coordenação/liderança e também na organização das associações a que são vinculadas.

Nas Graças, três mulheres já foram coordenadoras; outras já estiveram como vice-coordenadora, secretaria geral ou tesoureira. Em Boa Viagem aplicamos questionário com três, embora nenhuma delas participe da atual gestão, já houve antes. Uma delas ainda que não tenha cargo numa das associações ou mesmo na coordenação da feira, notamos seu engajamento nas ações de promoção da associação que está vinculada e na feira. No caso de Santo Amaro e Várzea, o tempo de existência das feiras é recente, 3 anos e 1 ano respectivamente, mas revelam as presenças das mulheres como coordenadoras até o momento. No caso da Feira de Orgânicos da Ceasa não existe coordenação de feirantes, a gestão ficando a cargo da própria Ceasa. Na PCR também não existe uma coordenação dessa feira; mas no caso da APRP há um responsável que acompanha e visita regularmente as feiras, de certo modo exercendo um trabalho de coordenador delas.

Essa maior presença demonstra que o trabalho de políticas públicas governamentais e ações de ONGs incentivaram que avançassem na equidade de gênero. Questionamos algumas agricultoras sobre essa presença/participação das mulheres na feira e colhemos alguns depoimentos que nos ajudam a corroborar o que observamos:

*Nessa feira tem poucas mulheres, mas as poucas que tem já é uma questão de valorização, porque quando a feira começou, vinham meu pai e minha mãe, então eu vinha por ser de menor, mas assim, [...] seu Antônio<sup>131</sup> trazia os dois filhos, não trazia as filhas, é uma coisa que eu acho que já é [...] algo que é tão costumeiro que eles não percebem. E quando a gente com cada um deles, percebe que a participação está igual ou maior que a do homem, mas que ela não chega até esse momento, ela não vem para a comercialização, ela continua em casa cuidando das coisas e esperando o retorno de volta para*

---

<sup>131</sup> Foi agricultor no Espaço Agroecológico das Graças. Hoje são seus filhos que ocupam barracas nessa mesma feira.

*limpar a barraca, limpar a lona, para todas as outras atividades. Mas ela nunca esteve ausente. Só que aí depois que as pessoas se acostumam, por exemplo, seu Sebastião vem ele e o filho, [...] tem mais de 10 anos. Para ele, se fosse para ficar em casa e esposa vir, para ele seria como se não fosse vender, porque ninguém conhece ela, justamente porque ela não foi inserida antes no processo (Carmo)*

Se considerarmos as que estão “em casa” a composição das mulheres na construção das feiras pode ser bem maior, o que tem certa lógica pois mesmo aquelas que não vão à feira comercializar são reconhecidas como agentes de um trabalho produtivo. A mãe de *Carmo*, *Conceição*, é uma das maiores lideranças do EAG e da Rede, sendo uma das pioneiras. Há algum tempo ela deixou de ir a feira por motivos de saúde, mas ainda assim, continua a trabalhar na produção que é comercializada. Afora isso, tem nas filhas a continuidade do trabalho iniciado há mais de duas décadas.

O agricultor *Assis* nos relatou que a esposa, não teve interesse de ir a feira, preferindo ficar no sítio para não ter que lidar com contas e trocos, atendimento ao cliente. Como ele já está mais acostumado este arranjo familiar funciona a contento. Pois embora ela não esteja na feira, ela teve um papel importante na mudança de vida social e econômica família. Foi ela que fez primeiramente os cursos do Serta e depois incentivou o esposo a deixar o trabalho na Usina (que era sem carteira e dependia do período de safra) e mudar para produção orgânica. No início, ele ficou bastante reticente, tanto que nos disse: “[...] pensava que ia passar fome, a produção era pouca, e a venda era pouca. Aos poucos melhorou”. Um medo natural visto que até aquele momento só existiam duas feiras orgânicas. Era tudo novo e alguns agricultores tinham até desistido no início do EABV, pois pouco ou nada vendiam. Porém, com um tempo, o que eles começaram a vender gerava uma renda melhor do que ganhava na Usina, não precisando passar períodos de entressafra sem trabalho.

*Assis* e esposa tem três filhas, que seguiram ajudando na produção e/ou comercialização. Contudo, aproveitaram as oportunidades das políticas públicas e relações construídas por esses espaços para estudarem<sup>132</sup>. As filhas fizeram cursos técnicos e superior em instituições públicas e particulares, inclusive uma delas faz mestrado em São Paulo. Sobre isso ele nos conta que:

*Hoje, que tenho minhas filhas que fizeram curso de agronomia, que eu não podia botar ela na escola antes, isso depois, que comecei a trabalhar **com orgânico** [...] foi por causa que melhorei sempre minha renda. Pois se ela fosse fazer, como eu ia sustentar ela, pagar aluguel de casa, dar o que ela precisar? [grifo nosso]*

---

<sup>132</sup> As filhas tiveram amplo contato com professores e estudantes universitários da Incubacoop/UFRPE e NECSO-UFPE, que realizavam projetos de extensão nos sítios/comunidade da ASSIM.

As condições financeiras das famílias melhoraram. Isso abriu possibilidades para que os jovens pudessem escolher alternativas, desde continuar a trabalhar na produção orgânica ou cursar uma instituição de ensino técnico ou superior para possibilitar novas oportunidades. Encontramos casos de filhos de agricultores que cursaram além de agronomia ou área similar, cursos de enfermagem, fisioterapia, educação física, e administração.

#### 7.1.5 Mais do que compra e venda nas feiras – o dinheiro como fator de proximidade e trocas simbólicas

A moeda, em espécie, na maior parte, ou por cartão, é um fator importante para concretizar as transações nas feiras orgânicas<sup>133</sup>. Para muitos ocorre apenas uma troca equivalente de valores monetários por um produto tangível ou serviço. A moeda tem mais funções sociais do que ser apenas meio de troca, reserva de valor ou unidade contábil. Ela é um acordo social, as pessoas aceitam o dinheiro como forma de equivaler seus desejos de consumo, uma forma de diminuir custos de transação, um importante instrumento da economia de mercado. Contudo, o dinheiro também pode ser uma forma de proximidade entre diferentes indivíduos; com ele compra-se produtos saudáveis e se recebe o valor do trabalho.

Os valores e representações da moeda podem ser diferentes de indivíduo para indivíduo. O dinheiro tem sentido simbólico na troca. Por exemplo, muitas pessoas questionam os preços dos alimentos na feira para valorizar o dinheiro que tem, para valorizar o que é comprado. Ou seja, o consumidor frequentemente valoriza apenas algo em função do quanto ele lhe custa afetivamente. Então o dinheiro é parte das trocas não-econômicas, ou melhor, adquirir algo não se reduz apenas utilidade pois simbolicamente o bem representa algo especial para o indivíduo.

As feiras geralmente têm seus preços tabelados para evitar oscilações do mercado. O preço fixo não impede de haver uma margem para barganhar e se o alimento veio pequeno ou se está em final de feira ocorre de se ajustar o preço total de conjunto de produtos para dar um desconto. Essa busca por barganhar é um aspecto interessante nas interações produtor-consumidor.

---

<sup>133</sup> Facilidade acrescentada com as novas tecnologias de máquinas de pagamento que precisam apenas de um simples registro do seu usuário. Por outro lado, facilita as compras, a feirante *Nazaré* explica “Usam máquinas hoje. Todos da feira. O *Sítio* Sete Estrelas já usa porque os produtos são beneficiados, são mais caros, e nem todos vem com muito dinheiro, não é um alface de três reais” (grifo nosso).

O dinheiro também estimula os consumidores a planejar, reorganizar seu perfil de compra, pois as feiras orgânicas são semanais. Logo, é preciso esperar, saber o que quer comprar, se tem o que precisa, considerar a sazonalidade de alguns produtos, quanto precisa comprar, quanto tempo vai durar esse produto e saber que nem sempre tem de tudo. Esse cenário é diferente daquele outro dos mercadinhos em que estamos acostumados a adquirir o que queremos quando falta pois eles existem em grande número e vendem produtos todos os dias. Além disso, no mercadinho há uma troca de hábitos devido a possibilidade de se substituir produtos, ao contrário das feiras. Isto pode ser analisado com a percepção de *Vicente*:

*[...] é uma feira que tem cliente que chega e quer comprar e ver de tudo [...].*

Mas,

*Só tem aquilo que se tem e se produz, não tem de tudo o ano inteiro [...].*

Depois de um cumprimento simbólico ao chegar numa barraca – um bom dia; olá; tudo bem – o consumidor pergunta algo sobre o produto: se tem, quanto é, quantos vai levar, quanto dá tudo. Esse tipo de diálogo é a primeira forma de proximidade e vínculo, que depois é consolidado pelo pagamento e recebimento, ou melhor, um contrato entre produtor e consumidor. Do consumidor que gasta seu dinheiro com produtos orgânicos e do agricultor que o vende diretamente a ele.

Essas trocas econômicas nutrem outras relações sociais. Por exemplo, o agricultor que vende seus produtos não se limita ali a comercializar e gerar renda. Seus produtos são diferenciados desde a qualidade como alimento limpo e menor impacto ambiental, até mesmo pelo maior tempo e esforço no trabalho para produzir cada alface, feijão, cará ou abacaxi. Inclusive a maioria dos agricultores já estiveram em outros processos, mercados e feiras, desde a venda direta em feiras livres e centros de abastecimento e distribuição, como também o mais comum, a venda para atravessadores. Em todos esses casos, o preço do produto ficou abaixo do que ele vende atualmente em feiras orgânicas.

O preço baixo desmotiva por significar que o produto não foi reconhecido como sendo de manejo agroecológico, produzido com um diferencial de ser considerado mais saudável, de estar ali aplicado o conhecimento adquirido nas formações, assistências técnicas e intercâmbios. Também há intenção de vender algo melhor para as outras famílias na medida em que este mesmo alimento também é consumido por sua família.

Por isso, a feira agroecológica é um tipo de mercado que gera várias formas de colaboração mútua. Muitos consumidores podem consumir numa ou em várias barracas. Além da realização da compra e venda há, por vezes outras trocas, conversas, cumprimentos, gestos que valorizam não apenas o produto vendido, mas também a proximidade entre membros da família e de vizinhos do feirante. Estes vizinhos nem sempre estão presentes na feira, preferindo ficar nas propriedades. Mas seus trabalhos estão embutido ali na fase final da comercialização. Logo, a troca econômica aproxima mais o espaço urbano do rural e vice-versa. Quem produz é estimulado a buscar conhecimento para prover um alimento melhor. Quem compra é estimulado a ressignificar seus hábitos e rotinas para frequentar a feira. Em ambos os casos, há um maior questionamento sobre os alimentos: desde seu cultivo, passando pela comercialização e alcançando as mesas das famílias.

Ir para algumas dessas feiras orgânicas é também reorganizar os costumes e estratégias. Por exemplo, percebemos que parte dos consumidores preferem caminhar ou circular pela feira, talvez por parecem optar por espalhar o seu dinheiro em várias das barracas. Além de buscarem construir uma forma de distribuir/contribuir com mais feirantes, eles entendem que esta é uma oportunidade para conhecer e se conectar com mais produtores e adquirir produtos diferentes, já que em muitos casos os feirantes podem focar em hortaliças ou frutas ou tubérculos. Outra forma de observar esse caminhar se dá pelo modo como o consumidor gosta de comparar os produtos: aparência, qualidade, tamanho, durabilidade etc.

De um lado, o consumidor tem suas preferências e estratégias para gastar seu dinheiro. Do outro, o agricultor precisa planejar para saber o quanto pode vender para alcançar o apurado necessário para cobrir seus custos e garantir a renda familiar semanal. No entanto,

*Existe pouca orientação sobre o quanto produzir e trazer. Mas cabe ao agricultor se orientar, saber quanto deve trazer de produtos, ficar de olho na sua demanda [...].*

*A maior dificuldade é aqui os períodos de entressafra. Pois o custo de transporte é o mesmo, por exemplo. (Vicente)*

Ou seja, para o agricultor perceber e ponderar sobre o valor do seu trabalho e dos produtos, ele precisa considerar várias questões. Algumas delas como o tempo que apontamos anteriormente. Mas existem fatores que são mais nítidos para sua percepção, desde compreender sua demanda até saber como sua renda pode ser afetada em determinados período do ano por produção menor e custos fixos. O agricultor tem essa compreensão sobre a oscilação

no apurado semanal, pois todos nos responderam qual era a maior e menor receita que obtinham semanalmente.

O dinheiro circula pela feira orgânica transformada em compra, renda, receita/apurado, custo que promove por suas vezes estratégias e proximidades entre produtor-consumidor, produtor-produtor e até consumidor-consumidor. Algumas dessas interações e práticas serão analisadas na próxima seção, e desse modo compreenderemos melhor como o econômico e não econômico funcionam de maneira interdependente e não dicotômica.

## **7.2 As cartografias das interdependências, proximidades e práticas**

Para representarmos o ethos do agricultor familiar das feiras agroecológicas de Recife e analisar as práticas e proximidades deles com os demais atores, ações e caminhos que os compõem, utilizaremos a cartografia simbólica (SOUSA SANTOS, 1988). Esse método sociológico facilita compreender parte da realidade social que não vemos simplesmente se apenas colocássemos aqui uma foto aérea das feiras. O que viríamos por cima seriam as barracas, os produtos, as galeias, as pessoas, os carros, a rua ou estacionamento, entre outros elementos, ou seja, apenas pontos num mapa.

Podemos localizar a feira no mapa da cidade, um mapa-imagem. Mas o que queremos aqui não é localizar apenas, ainda que o mapa tenha sua importância como demonstramos sobre a localização das feiras nos bairros de Recife. Assim como analisamos no capítulo 6, queremos compreender que naquele mapa do bairro existe uma cartografia simbólica que nos revela as proximidades, características sociais, econômicas/não-econômicas e as trajetórias dos consumidores e feirantes para estarem ali. Mas só podemos chegar a essas percepções e juntar os pontos para formar as relações porque pesquisamos em várias fontes primárias, secundárias e bibliográficas.

O que ilustramos aqui é uma versão numa escala reduzida com os elementos, ligações e direções. Ou seja, transformamos aquela nossa percepção do visual, espacial e temporal, num encadeamento cognitivo que revela as aproximações e movimentos que ocorrem nas interações entre os indivíduos, ações e cenários que estão representados.

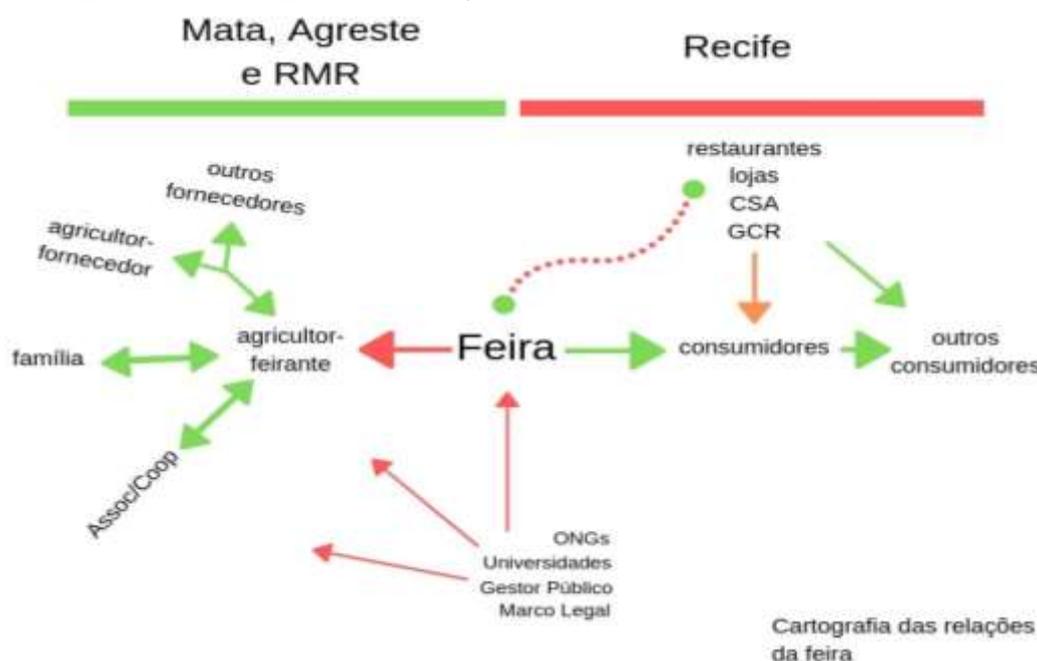
Inicialmente buscamos colocar a feira orgânica como objeto central de análise para compreender como feirantes, consumidores e instituições estão dispostos e se relacionam. Em seguida identificamos os vínculos e normas do agricultor familiar nas feiras. Por fim, verificamos as ações dos agentes sociais e políticos.

### 7.2.1 Cartografia das relações da feira

A cartografia é um mapa mental que simplifica a representação e expande o alcance da informação analisada. Decidimos usar esse método gráfico para representar as relações e vínculos dos agricultores familiares e feiras orgânicas, e desse modo, analisar por meio de ilustrações o ethos do agricultor familiar das feiras agroecológicas de Recife.

Na figura 19 as relações da feira com diferentes atores e relações é desenhada numa cartografia sociológica. Colocamos a feira como central no mapa, para, assim, nos debruçarmos sobre os atores e relações nos diferentes campos. Percebe-se que a feira está territorialmente nos dois lados, porque ainda que ela tenha sua realização no meio urbano, no caso do Recife, ela se estende para os produtos, produtores da zona rural de municípios do Agreste, Mata e RMR. Essa configuração cartográfica representa de maneira geral essas ligações. Mas cada feira pode apresentar nuances e aspectos diferentes. Por exemplo, instituições sociais e públicas que atuem numa feira e em outra não.

**Figura 19 – Cartografia das relações da feira**



Fonte: Elaboração própria. 2019.

No lado esquerdo (verde), na área rural, temos aquele agricultor feirante que vai direto para feira, vende seus produtos e pode eventualmente vender de outros agricultores. Alguns insumos e materiais precisam ser adquiridos por compra ou por doação de outros fornecedores.

Todos esses feirantes têm como característica comum o trabalho familiar e se organizam associativamente para que possam participar das feiras, condições exigidas por vários grupos ou redes que organizam.

Do lado esquerdo (vermelho), na área urbana, temos os consumidores, grupos de consumidores e empresas/empreendimentos que adquirem regularmente produtos de uma das feiras. Também estão os gestores públicos, universidades/faculdades e ONGs. Embora haja organizações sociais como o Serta (que fica em Ibimirim/Glória do Goitá), órgãos públicos e campus de instituições de ensino que tem unidades nessas regiões, a maioria tem como sede Recife; por isso no mapa iremos manter essa posição.

Apresentada a organização do mapa, analisamos com mais detalhes essas relações e discutimos as diferenças que existem entre uma feira e outra. Como definido antes, há aqueles produtores familiares formado por agricultores feirantes ou apenas feirantes que se diferenciam daqueles que também são agricultores familiares agroecológicos, mas que não vão a feira, e que podem ou não vender/repassar para o agricultor que vai. Essa relação pode mudar não apenas de feira para feira, mas também de associação para associação.

No marco legal vigente (Lei 10.831/03 / Decreto 6.323/07) um feirante que possui a declaração de OCS pode vender produtos de familiares ou de agricultores vinculados ao mesmo grupo. Desse modo, nas famílias e vizinhança desses municípios e sítios de origem foram criados novos elos de encadeamento com vários tipos de trocas que são realizadas entre as famílias de produtores.

O feirante pode, primeiramente, comprar para revender na feira produtos de outro agricultor que se tornando um fornecedor produz sem vender direto na feira. Um feirante pode vender para outro da mesma associação, caso um deles tiver uma situação de excedente e outro escassez, e estarem em feiras diferentes. Lembrando que a diversificação e quantidade são importantes. Pois pode ocorrer que o consumidor tenha preferência por um determinado produto, ou, então, algum alimento tem alta procura, sendo necessário que esses produtos estejam disponíveis. É importante, inclusive para a fidelidade/frequência do consumidor na sua barraca/feira.

Uma segunda situação que ocorre é o agricultor levar produtos de um vizinho/parente, mas sem revenda, visto que esse outro agricultor-fornecedor não vai a feira, por ter pouco produto e/ou não ter interesse em ir. De certa maneira, seria um ato solidário esse tipo de atravessamento, sem ganhos para quem leva. Até porque, como explicamos acima, ter quantidade e/ou diversidade são importantes na barraca, para que os clientes possam encontrar o máximo de produtos possível. Logo, haveria uma troca mútua. O feirante que vende produto,

pode, por vezes, tirar parte do apurado desse agricultor fornecedor para auxiliar no pagamento do transporte, por exemplo.

Ademais, essa trocas/repasses entre agricultores estimula a manutenção do encadeamento curto da produção orgânica e da feira, pois é recorrente que agricultores tenham gargalos (pouca chuva, muita chuva, pragas, custos de insumos etc.) durante o ano que diminuam sua produção e/ou vendas. Outro benefício dessa relação é ampliar a circulação da renda para mais famílias. Ao observar uma feira, como nas Graças, com cerca de 20 barracas, não podemos limitar seu alcance a 20 famílias; possivelmente a feira é abastecida e beneficia mais de 100 famílias.

Nem todos os insumos, recursos e outros materiais são fornecidos por outros agricultores familiares de base agroecológico. Os feirantes precisam ir em busca de outros fornecedores, desde sementes até para o sistema de irrigação. Mas exemplos de cooperação em rede surgem nessa ligação. Os grupos que trabalham como produtos beneficiados, por exemplo, pães, salgados, bolos, queijos, manteiga, entre outros, criaram um consórcio para conseguir comprar em conjunto, açúcar, trigo e outros insumos orgânicos para ter um alimento beneficiado mais próximo de ser 100% orgânico. Os agricultores que realizam esse grupo de compra são o Sítio Sete Estrela/Igarassu e Sítio São João/Abreu Lima, ambos da Associação Terra e Vida, e uma família do Assentamento São Severino/Gravatá, da AMA Terra. Os produtos comprados podem vir daqui próximo, como o açúcar da Sanhaçu<sup>134</sup>, de Chã Grande ou trigo de fornecedores de Santa Catarina. Aqueles que produzem manteiga fornecem para os que não produzem, pois precisam para as massas de bolos e pães.

A ligação com as associações tem um papel importante em vários momentos e etapas desses agricultores. A maioria participa de feiras, reuniões e capacitações por incentivo das associações e/ou organizações sociais. Nos primeiros anos das feiras alguns grupos de feirantes não participavam de uma associação, mas pouco depois, eles foram se aproximando. Por meio delas muitos projetos/ações são realizados pelas associações em parceria com ONGs, Universidades e órgãos públicos. Praticamente grande parte das políticas públicas direcionadas para agricultores orgânicos são para aqueles que estão em associações ou cooperativas.

Por exemplo, o trabalho associativo pode estimular novas interações, que vão além do grupo. As feiras geralmente têm mais de uma associação. Essa proximidade/relação entre elas frente aos desafios/gargalos em comum, promove uma busca por estratégias que possam resolver ou criar caminhos para alcançar melhorias. O Centro Sabiá em conjunto com as

---

<sup>134</sup> No município de Chã Grande. Mais informações: <http://www.sanhacu.com.br/>

associações que fazem parte feiras das Graças e Boa Viagem criaram a Rede Espaço Agroecológico (REAgroeco) a partir da organização do EAG e EABV. Esta, atualmente, congrega oito associações, cinco feiras (4 em Recife e 1 em Gravatá) e reúne agricultores e experiências de 15 municípios<sup>135</sup>. Mas a concepção de rede foi fortalecida a partir de uma política pública do Governo Federal, o Projeto Ecoforte Redes, e a partir de 2014 dispôs de recursos para iniciativas que fortalecessem redes de agroecologia pelo Brasil. A REAgroeco foi uma das beneficiadas<sup>136</sup>, com recursos para articular mais as associações e intercâmbios entre agricultores, além de prover equipamentos e instrumentos para fomentar a produção e logística dos produtores da rede nas feiras.

O Espaço Agroecológico da Várzea, apesar do nome “Espaço Agroecológico”, não faz parte da REAgroeco, pois uma das associações dessa feira não faz parte dessa rede. Ainda que, o estatuto da EAV teve como referência o que foi elaborado dessa rede, mas estes buscaram construir um próprio que atendesse as singularidades e objetivos que o EAV se propôs. Ainda assim, por meio dessa articulação entre as associações da feira, coletivo de moradores, núcleos de pesquisa e extensão da UFRPE e UFPE, além de outros parceiros institucionais, elaboraram um projeto para obter recursos do Fundo Casa Cidades<sup>137</sup> para consolidação do espaço.

A Feira de Orgânicos da Ceasa tem apoio da própria Ceasa que coordena o espaço da feira e oferta vários recursos para atender os agricultores e associações. A Feira de Orgânicos da PCR, assim como outras em órgãos públicos, tem apenas apoio desses órgãos como parceria para ceder o local da comercialização.

A Csurb/PCR e Adragro realizam monitoramento da maioria dessas feiras, apenas por limitação de pessoal e orçamento não alcançam todas. O número de feiras, que provavelmente passa das 46 já registradas, também é um fator relevante, pois existe um custo logístico, tempo e outros recursos, como no caso da Adagro, para realizar a análise das amostras. As feiras que são em órgãos públicos (exceto a FOPCR) ficam fora do monitoramento da Csurb/PCR, assim como aquelas que estão localizadas em Praças, que é de responsabilidade de outro órgão da prefeitura do Recife, a Emlurb.

Esses dois órgãos, Superintendência do MAPA, IPA e Iterpe fazem parte da CPOrg-PE, junto com as organizações sociais e associações de agricultores familiares, o que tem

---

<sup>135</sup> Igarassu, Abreu e Lima, São Lourenço da Mata, Itamaracá, Feira Nova, Chã Grande, Gravatá, Vitória de Santo Antão, Lagoa de Itaenga, Bom Jardim, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Paulista Camaragibe e Recife

<sup>136</sup> Mais informações aqui: <https://redes-ecoforte.eita.org.br/> e aqui: [https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo\\_01\\_WEB.pdf](https://agroecologia.org.br/wp-content/uploads/2019/05/Informativo_01_WEB.pdf)

<sup>137</sup> Mais informações: <https://casacidades.casa.org.br/projetos/>

possibilitado o diálogo para que em conjunto articulem ações para produção orgânica do Estado de Pernambuco. Os núcleos e ações das universidades no geral tem participação importante na organização de várias feiras, sendo um local de fomento a prática da agricultura familiar orgânica por meio dos projetos de extensão e também de crítica, a partir de pesquisas de iniciação científica, dissertações, teses e projetos.

Nem todos os produtos orgânicos das feiras chegam aos consumidores pela venda direta. Na próxima seção iremos discutir mais essa dinâmicas com as normas sociais que são criadas entre a relação produtor-consumidor e consumidor-consumidor. Mas podemos adiantar de acordo com a figura 19 que existem grupos de consumidores que repassam produtos ou empreendimentos que compram e revendem esses produtos das feiras. Os Grupos de Consumo Responsável (GCR) e Consumidor Sustenta Agricultura (CSA) são formados por consumidores que estabelecem um contrato/acordo com os agricultores para que eles garantam semanalmente uma determinada produção que será destinada aos membros do grupo que antecipam o pagamento, como uma forma de assinatura. Desse modo os agricultores têm uma renda garantida e recurso antecipado para manter sua atividade e não ficar dependendo da sazonalidade das vendas que as feiras podem acarretar. Afora esses grupos, existem também os empreendimentos que compram para revender os produtos entregando na casa das pessoas ou vendendo numa loja fixa ou incluindo os produtos entre os ingredientes dos pratos dos seus restaurantes.

**Quadro 12 – Lojas, restaurantes e empreendimentos que adquirem produtos de agricultores orgânicos das feiras de Recife e outros municípios de Pernambuco**

<b>Empreendimento</b>	<b>Bairro</b>	<b>Ano</b>	<b>Finalidade e Atividades</b>	<b>Redes Sociais (Instagram e /ou Facebook)</b>
Porta a Porta Orgânicos	Madalena	2014	Entrega/Delivery e Restaurante	@portaaportaorganicos;
Armazém do Campo	Centro da Cidade/ Boa Vista	2019	Mercado de produtos da agricultura familiar e do MST; Debates; Shows	@armazemdocamporecife/
Agroeco.loja	Madalena	2018	Minimercado, shows, debates, GCR; Ligado a REAgroeco	@agroecoloja.recife
Restaurante Cantina Vegetariana	San Martin	2009	Restaurante, feira, palestras, cursos e eventos	@cantinavegetariana/
Cumadre Fulozinnha	Ilha do Retiro	[2004]	Delivery; Mercado de Produtos Online	comadrefulozinha.com.br

Fonte: Elaboração própria. 2019.

Todos esses estabelecimentos compram seus produtos com agricultores que geralmente estão nas feiras orgânicas. Como praticamente existem feiras de segunda sábado, não é necessário ao empreendedor pegar esses produtos na propriedade, indo buscar nas feiras ou o agricultor entrega. Foram observados também que todos vendem produtos orgânicos de agricultores e associações ou mesmo de cooperativas e empresas de outras regiões de Pernambuco e fora do Estado. Existem produtos que vêm da região Sul, Sudeste, Nordeste. Muitos com certificações como: Selo de Orgânicos<sup>138</sup>, IBD (Instituto Biodinâmico)<sup>139</sup> ou Selo da Agricultura Familiar<sup>140</sup>.

### 7.2.2 Cartografia dos vínculos e normas sociais de um agricultor familiar na feira

As feiras orgânicas em Recife ou outros centros urbanos são um fenômeno recente na história da agricultura familiar no Brasil. Suas dinâmicas e estruturas foram construídas a partir das relações entre os indivíduos e instituições. As suas configurações atuais foram lapidadas num longo percurso de transformações que juntou diversos elementos e hábitos para formar as feiras e aproximar os agricultores familiares e consumidores. Nesses alinhamentos de afetividades, trocas simbólicas e emoções, os agricultores desenvolveram normas e regras que pudessem organizar suas diversas ações e práticas, e que estão internalizadas tanto nas feiras quanto nos outros espaços/momentos que eles ocupam.

As diversas normas percebidas nas feiras orgânicas são constituídas a partir das proximidades e experiências cotidianas que os agricultores familiares enfrentaram. Elas não foram ou se tornaram estáticas, estão sempre mudando e nem sempre todas elas se repetem entre uma feira e outra.

Em todas essas feiras existe um conjunto de condutas que foram definidas/aceitas informalmente (barganha, conversa, cumprimento etc.), outras que foram formalizadas/registradas no estatuto da feira ou por leis e decretos (entrada e saída da feira; condições para venda de produtos orgânicos etc.). Há aquelas que se desenvolveram no campo afetivo, quando a conversa vira amizade, quando a barganha valoriza o trabalho, quando o cumprimento é uma forma de estabelecer laços de confiança. A figura 20 abaixo demonstra

---

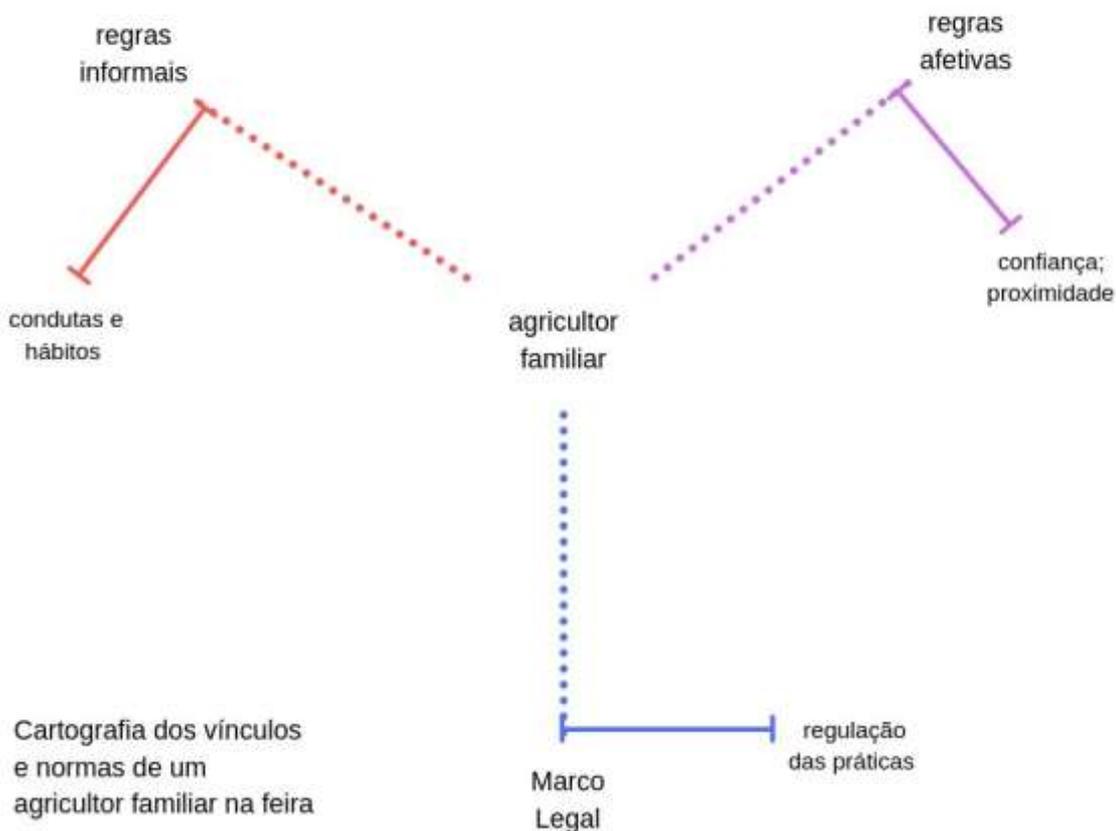
<sup>138</sup> Mais informações: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>

<sup>139</sup> Mais informações: <http://www.ibd.com.br/pt/IbdOrganico.aspx>

<sup>140</sup> Mais informações: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-sipaf/selo-de-identifica%C3%A7%C3%A3o-da-participa%C3%A7%C3%A3o-da-agricultura-familiar-sipaf>

essas cartografia dos vínculos e normas informais, afetivas e reguladas que os agricultores familiares e que funcionam de maneira singular entre esses atores.

**Figura 20 Cartografia dos vínculos e normas de um agricultor familiar na feira**



Fonte: Elaboração própria.

Nem todas as normas foram constituídas unicamente dentro da feira. Algumas podem ter sido oriundas das experiências e convivências desses agricultores em outras dinâmicas e espaços, e podem ter sido totalmente mudadas ou adaptadas ao contexto/dinâmica que estão inseridos agora. Cada regra/norma não é praticada de maneira isolada/independente. Por exemplo, o hábito de barganhar preços dos produtos que delineamos mais acima é uma prática informal que pode mudar de agricultor para agricultor, que pode ter alguma regra estabelecida no estatuto da feira, mas que o resultado/condução da negociação da venda está muito ligada a ideia da proximidade. Por vezes, o feirante pode fazer um preço mais baixo ou colocar mais mercadorias para um cliente de maior fidelidade, mas entre eles existe uma confiança mútua. Logo várias normas podem ser praticadas por eles de maneira intrínseca.

As regulações ou normas formais numa feira também podem ser alteradas e se tornarem informais, embora haja comum acordo, sem sanção para aqueles que praticam diferente. O exemplo são os horários das feiras. Em algumas delas está explícito seu horário de funcionamento que pode ter estabelecido para começar entre 4h e 5h ou entre 6h e 7h da manhã. Mas muitos agricultores chegam bem antes disso, armam suas barracas e já tem clientes esperando antes mesmo deles chegarem. Logo algumas feiras antecipam seus horários de funcionamento apesar de que o horário divulgado seja outro. Nas Graças, a feira tinha estabelecido iniciar em torno de 5h aos sábados, Mas há algum tempo passou para funcionar entre 1h e 2h da madrugada; atualmente na sexta começa entre 22h e 23h do dia anterior quando cerca de metade dos feirantes já chegaram.

As feiras têm várias formas de comercializar/escoar seus produtos. O que está estabelecida é a presença do consumidor na barraca do feirante escolhendo seus produtos e pagando. Mas outras foram combinadas para atender perfis diferentes de consumidores. Existem aqueles consumidores que não vão a feira ou chegam mais tarde, mas reservam antecipadamente os produtos que desejam. Alguns feirantes, inclusive, vendem mais dessa maneira. Mas não existe uma regra formal estabelecida, inclusive e essa prática, por vezes, foi debatida para se saber se ela seria prejudicial para o funcionamento da feira; pois consumidores que vão a feira depois de certo horário acabam não encontrando produtos porque estes estariam reservados para outros clientes<sup>141</sup>.

O que se observa, atualmente, é uma aceitação dessa prática, ainda que possa haver críticas. Ela é uma forma de escoar o produto. Pois também, muitas vezes, os feirantes chegam ao final com produtos sobrando, que podem ser vendidos depois, doados, transformados em adubo ou ração. Mas é importante conseguir realizar grande parte da venda visto que a renda gerada é importante para continuidade da atividade e manutenção das famílias.

Um resultado dessa questão para escoar a produção foi a criação das experiências de CSA, GCR e Lojas/Restaurantes de produtos orgânicos. A duas primeiras são iniciativas de consumidores que se articulam para consumir os produtos das feiras. Pagam geralmente, o que contribui para garantir uma receita antecipada. O caso das lojas e restaurantes, são empreendedores que aproveitam essa oportunidade de mercado por produtos ecológicos, inclusive da agricultura familiar, especialmente para um público consumidor que não frequenta ou nem sempre tem tempo de ir as feiras.

---

<sup>141</sup> Numa das feiras fora do nosso estudo, o Espaço Agroecológico de Setúbal, realiza propagandas nas redes sociais incentivando a compra antecipada, mas desde que realizada até determinado horário.

Os feirantes e consumidores aproximam-se, como discutimos acima, por motivos vários que vão além das trocas monetárias. São criadas relações afetivas por meio da solidariedade e confiança entre os atores dessas feiras, que deriva de uma regra informal depois de tempo. No Espaço Agroecológico das Graças ocorrem momentos que parecem espontâneos, mas que, percebeu-se, são construídos dentro de regra afetiva. Por exemplo, nos primeiros anos dessa feira o custo ainda era alto para os agricultores, especialmente transporte. Nesse período, houve uma situação que um casal de feirantes sofreu um grave acidente de carro a caminho da feira e precisou ficar bastante tempo sem trabalhar para o tratamento. As filhas, ainda muito jovens, assumiram a responsabilidade de levar os produtos e comercializar.

Os consumidores e feirantes, solidários, organizaram um sistema de ajuda, com venda antecipada dos produtos por meio de um cupom que permite que parte do apurado ficasse garantido para sustentabilidade dos feirantes acidentados. Além disso, houve doações por meio de uma vaquinha ao final da feira. Essa última ação possibilitou cobrir parte dos custos dos remédios e traslado para os curativos, que eram muito caros. Devemos lembrar também a própria receptividade dos consumidores, que estavam acostumados com a presença dos pais delas, e a receptividade dos feirantes que buscaram ajudar no que fosse preciso nesses meses. Inclusive é relatado que consumidores nem se preocuparam em trocar os cupons, e alguns rasgaram, para demonstrar que o grupo em questão era importante para eles também; logo essa foi uma forma de ajudar além de comprar os produtos

Houve um outro feirante que participa do EABV e FOCeasa, que também teve situação similar. Ele sofreu um acidente em casa, passou bastante tempo se recuperando e tem atualmente dificuldade de andar. Ele precisa de uma andador para se deslocar, mas consegue dirigir e realizar diversas tarefas e continua indo para feira. No tempo que esteve fora a esposa ficou sozinha. Aqui, foram os amigos feirantes que mais colaboraram, doando dinheiro para ajudar no tratamento, na comercialização, entre outras práticas.

Em 2012, houve um período de escassez de chuvas que diminuiu bastante a produção. Mas os custos de transporte, aluguel do ponto de apoio e outras demandas se mantinham, dificultando se conseguir alcançar o apurado necessário para manter parte desses custos. Um grupo de consumidores resolveu nesse período criar um caixinha que era arrecadada ao final da feira, geralmente puxado por alguns consumidores mais participativos e conhecidos pela feira, como a consumidora e economista *Maria de Sumé*<sup>142</sup>, que nos fez esse relato:

---

<sup>142</sup> Essa consumidora está desde o início da feira. Por trabalhar numa área que atua com projetos com agricultores familiares, logo se interessou em frequentar, mesmo morando bastante longe. Inclusive, é chamada por todos os agricultores de *Maria do Café*, pois houve um período que ela trazia café numa garrafa, que dividia com os

*“Teve uma época que estava muito difícil aqui na feira. Teve uma estiagem longa, o pessoal tem um custo alto, tinham um aluguel de um apoio aqui, eles estavam muito aperreados e a gente aqui fez uma vaquinha, conversamos entre a gente [...] a gente fez uma caixinha, um mosquitinho, e toda semana a gente fazia uma doação, depositava, para ajudar no aluguel, porque a feira estava com poucos produtos [...] foram vários meses (em 2012), até as chuvas voltarem [...] sei que a gente fez essa conversa entre a gente para retribuirmos o que recebemos deles”*

O valor arrecado era repassado para ajudar no custeio do aluguel do ponto de apoio que eles mantinham numa galeria ao lado. Essa ação também foi importante sendo gerada pela proximidade entre os consumidores e produtores. Nas Graças, parece haver mais situações espontâneas como essa. Embora não tenha sido a comunidade do bairro que criou e organizou a feira, como na Várzea, o fato é que durante as mais de duas décadas de existência da feira foram construídas sociabilidades e proximidades que são importantes para identidade da feira e o ethos desses agricultores familiares.

Quando os produtos sobram ao final da feira, as opções passam por doar (para entidades de caridade, vizinhos, outros feirantes, pessoas de comunidades próximas que pedem na feira e até consumidores), vender em outra feira (quando são produtos como tubérculos) e usar para compostagem ou complemento dos animais. Essas seriam as mais comuns. Contudo, percebemos nas feiras de Santo Amaro, Várzea e Graças que os agricultores realizam trocas espontâneas dos produtos. Como alguns se especializaram em determinados tipos de cultivos e produtos, por vezes, não há tempo ou mesmo não conseguem produzir outro tipo de produto ou as condições edafoclimáticas não são apropriadas.

Observamos ao final da feira alguns feirantes circulando entre as barracas trocando os produtos entre si. No caso das Graças, como há maior diferenciação, e sendo maior, esta prática é mais frequente; inclusive foi durante as visitas de observação nessa feira que foi notada essa prática e depois incluída para ser verificada nas demais feiras.

As feiras têm em comum o marco legal que orienta e define várias das práticas e regras para seu funcionamento atual nos espaços públicos e venda direta aos consumidores: Da necessidade de declaração de OCS até as regras para fiscalizar e regulamentar as feiras. No Brasil muitas feiras nasceram ainda nos anos 1980 e outras nos anos 1990, quando ainda se

---

agricultores, que naquele horário batia o cansaço e sono e o café que eles próprios haviam trazido já estava frio. Mesmo não necessitando mais, pois numa das barracas de lanche há um aparelho que mantém café quente o tempo todo, o apelido ficou como uma referência.

buscava o reconhecimento da agricultura familiar como categoria social e setor econômico local, e pouco se conhecia sobre o que era agroecologia ou agricultura orgânica. Essas primeiras feiras eram vistas como sendo um tipo de economia popular ou informal, ou seja, quando o apoio da gestão pública não existia ou era incipiente havia dificuldades de se comercializar em ruas e praças, como ocorreu com muitas feiras de Recife nesse período.

As leis, decretos e políticas que foram surgindo principalmente nos anos 2000 permitiu que essa atividade de comercialização de produtos orgânicos pudesse ser reconhecida. A partir do marco legal os feirantes puderam contar com o monitoramento dos poderes municipais (regulação do uso do espaço urbano) e estaduais (monitoramento dos agrotóxicos ou regulação das balanças). Ao Governo Federal coube a Superintendência Regional do MAPA o registro dos feirantes que participavam de organizações como associações e cooperativas que produzem alimentos orgânicos. Junto com as políticas públicas, esses fatores foram importantes para que as feiras e feirantes pudessem ajudar no reconhecimento e regulação de suas práticas.

### 7.2.3 Cartografia dos agentes sociais

Observamos que as feiras agroecológicas são mais relevantes do que a visualização de barracas, galeias, produtos, dinheiro, consumidores e agricultores circulando por ela. A junção desses elementos e seu ethos foram formados pelas relações, práticas e normas que surgiram com as proximidades e solidariedades. Cada feira apresenta um conjunto amplo de atores que estão diretamente e indiretamente contribuindo para que os elementos em jogo formem mais do que uma feira, ou seja, que apareça como um encontro de trocas econômicas e não-econômicas.

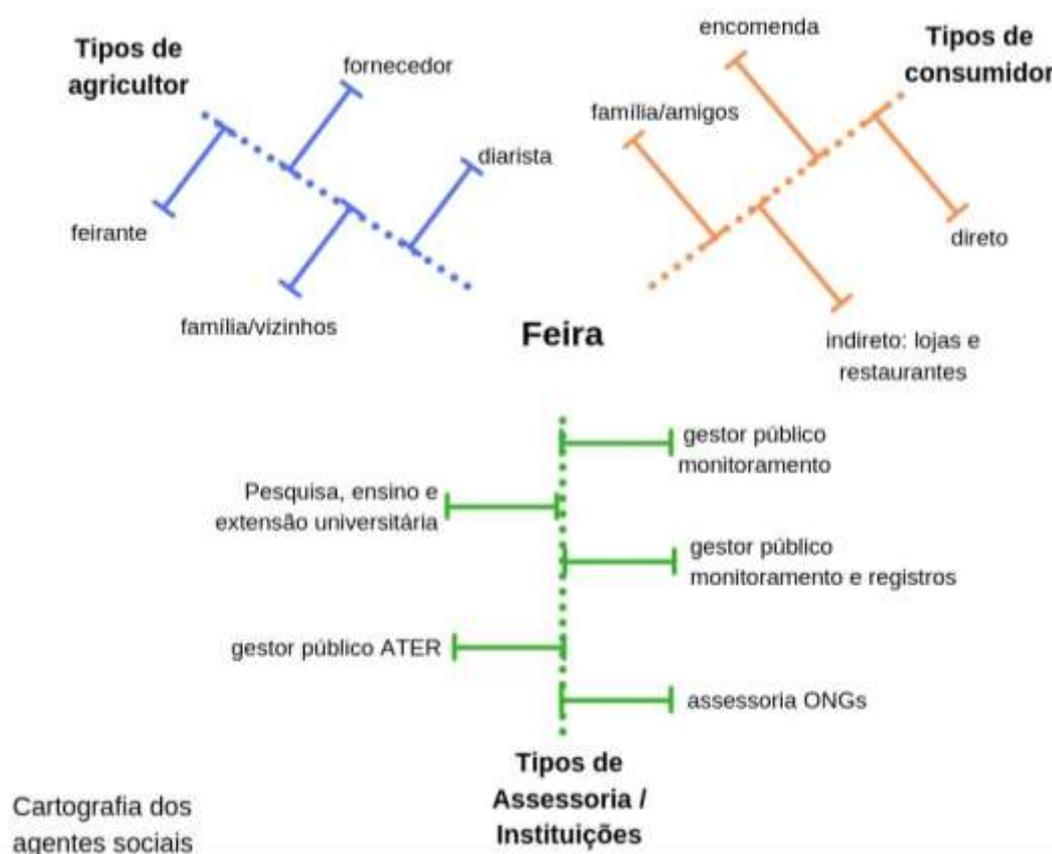
Sobre os agricultores observamos (Figura 21) que não são apenas os que estão diretamente presentes na comercialização que representam essa categoria e compõem a feira. Cada barraca é composta por famílias, vizinhos, mulheres, jovens e idosos que contribuem na produção/manejo na propriedade. Considerando a família e vizinhos, o número de agricultores que contribuem com a feira se multiplica. Mas existem outros tipos de agricultores que participam, sem serem parentes ou vizinhos próximos. Algumas das associações têm vários sócios que não participam diretamente de feiras, mas que enviam pelos agricultores-feirantes, seus produtos, seja de forma consignada ou compartilhada ou venda intermediária.

A esses denominamos de agricultores-fornecedores. A estes também podem ser agregados aqueles que vendem insumos e materiais necessários a produção. Por fim, existe um último grupo de agricultores, que tem um papel importante na composição e manutenção da

produção para as feiras, os diaristas. Vários agricultores mencionaram necessitar por alguns períodos ou de modo permanente o apoio desse tipo de serviço, que varia de 40 a 60 reais a diária de acordo com os depoimentos. Esse tipo de agricultor tem tido um papel relevante na expansão das feiras. Ou seja, considerando que a demanda de alimentos orgânicos e número de feiras aumentou bastante em Recife, surge a exigência que os feirantes tenham produção para vender em mais de uma feira ou por ter muitos clientes em uma única feira. O fato é que nem sempre a composição da família atende essas necessidades. São vários casos de casais que necessitam de apoio de terceiros por várias razões: os filhos são pequenos, os filhos não moram mais com os pais, mas, principalmente, porque os filhos, parentes e vizinhos já estão ocupados também no cultivo de produção orgânica.

Ainda entre esses agricultores surgem aqueles que se tornam lideranças na sua comunidade e/ou feira; outros se tornam referência para formação e multiplicação dos conhecimentos em ações de intercâmbio e cursos, proporcionando assim uma continuidade e desenvolvimento da agroecologia e agricultura familiar.

**Figura 21 – Cartografia dos agentes sociais**



Fonte: Elaboração própria.

No outro vértice a feira é composta pelos consumidores que, do mesmo modo que os agricultores, não podem ser definidos apenas por aqueles que estão diretamente na feira. Em geral, esses consumidores compram para toda a família, independente de se saber se o alimento é orgânico ou se é comprado de maneira direta com os agricultores. Também amigos são beneficiados por esse consumidor que frequenta com mais assiduidade. Há relatos de casos em que o consumidor acaba levando para vizinhos e amigos, o que acaba estimulado a que estes últimos passem a serem consumidores diretos depois de um tempo.

Relatamos mais acima que o sistema de trocas nas feiras são organizados de diferentes maneiras, sendo um deles a encomenda antecipada. Ela funciona ao menos de três maneiras diferentes. Existem aqueles que reservam para depois irem buscar na própria feira. Outros encomendam e o feirante leva até sua residência; ou o cliente passa de carro apenas para pegar e seguir, sem transitar na feira ou ficar tempo suficiente para fazer novas escolhas ou interagir. Por fim, o terceiro grupo de consumidores que encomenda são aqueles que participam de GCR ou CSA e vão buscar seus produtos em outro lugar ou loja. Ainda há aqueles que contratam serviços de delivery para receber em casa. Esses casos, com exceção do consumidor que frequenta diretamente, demonstra que as feiras criam novas ramificações de relações no mercado, estimulando determinados empreendimentos que permitem que grupos coletivos de consumidores possam organizar sua forma de consumo de modo diverso.

O último caso que percebemos são aqueles que consomem produtos orgânicos indiretamente das feiras, mas sem encomendarem. Frequentam lojas, restaurantes e empreendimentos que revendem produtos das feiras orgânicas (in natura ou derivados) ou de outros empreendimentos, como demonstramos no quadro 7.1. Mas, geralmente, consideramos que esses consumidores têm ciência da origem desses produtos. Contudo, esses consumidores não constituem perfis isolados uns dos outros. Pode ocorrer que um mesmo consumidor frequentador de uma feira também fazer encomendas e ir as lojas e restaurantes; assim como pode haver aqueles que realizem só uma forma de consumo.

O terceiro vértice apresenta uma importante representação que está na criação, apoio e acompanhando das feiras orgânicas, e que por vezes não são percebidas por consumidores. O trabalho e atuação deste terceiro grupo se apresenta por assessorias antes e depois das feiras, embora, elas possam, eventualmente, ocorrer diretamente nas feiras. Nestes casos, as presenças dos consultores e assessores se realiza discretamente e apenas se tornam explicitas se ocorrer eventos que exigem o reconhecimento de sua presença. Muitos consumidores que conservamos informalmente não conheciam as ONGs, instituições sociais e órgãos públicos que apoiam os feirantes e a feira, inclusive o nome das associações a que estes pertencem. É mais fácil é

identificar o município/propriedade de origem dos feirantes do que este terceiro grupo. Mas isso não significa que os consumidores desconheçam ou não consideram que haja organizações fomentando o trabalho desses agricultores por meio de assessoria e assistência técnica.

Uma exceção que podemos considerar é a feira EAV. Diferentemente das demais feiras, eles têm banners e pequenos cartazes informando que a feira tem apoios e financiamentos no momento, como também informam num mapa a localização e nome da associação. Além disso, eles divulgam nas redes sociais e possuem uma barraca que apresenta várias informações; inclusive vários membros do coletivo de moradores que organizam a feira fazem parte de universidades e ONGs que estão apoiando essa feira.

## 8 CONCLUSÕES: O CAMINHO DE VOLTA

Assim como os agricultores seguem jornadas desde suas propriedades até as feiras, e depois retornam, também percorremos nesse estudo uma longa caminhada para captar, analisar e compreender práticas e hábitos desses agricultores familiares, particularmente aqueles que trabalham no manejo agroecológico. Agora estamos no caminho de volta, e ao enxergarmos a estrada percorrida, depois dos percalços, questões, descobertas e aprendizados, percebemos a importância dessa experiência.

Esse caminho teve três objetivos, que visavam analisar desde as ações e práticas desses agricultores de base ecológica, compreender as mudanças de hábitos de trocas e consumo, assim como as políticas e os apoios institucionais que atendiam às relações e à economia que estavam sendo construídas nessas feiras. Esse conjunto estava em consonância com o interesse de analisar o processo de formação de um ethos social dos produtores familiares agroecológicos a partir das trocas comerciais e simbólicas entre produtores e consumidores nas feiras agroecológicas na cidade do Recife. Logo, aqui nessa última parte do estudo avaliaremos o que alcançamos dos resultados esperados.

Primeiramente, gostaríamos de destacar que essa pesquisa teve o intuito de aprofundar sobre essa temática na visão sociológica, pois por muito tempo tivemos o interesse nas questões econômicas surgidas nas feiras ecológicas e solidárias. As estratégias e relações sociais de produção, comercialização, distribuição, trabalho e formação de renda sempre foram nosso escopo nas pesquisas, em particular essas que surgem fora da esfera formal da organização do trabalho. Mas ainda assim, compreendíamos que havia mais para olhar além desses processos de trocas de bens e dinheiro.

Depois de vários anos e pesquisas sobre esse tema, percebemos que a discussão não poderia se limitar ao econômico, embora seja fundamental, pois são escassos os dados e as informações para temas como este. Tivemos agora o intuito de incluir outros níveis relacionais. Desse modo, a própria visão do econômico obteria outra percepção, além daquela utilitarista de ganhos.

Observamos que as feiras agroecológicas estão dentro de um escopo mais amplo e se organizam em diversos níveis: econômico/mercantil, dádiva, simbólico, político, social e não-econômico. O bem vendido na feira não é apenas um alface ou macaxeira que vale algumas moedas, havia um aspecto relacional que juntava todos esses níveis e construía ali, no espaço da feira, relações de confiança, solidariedade e sociabilidade, e, desse modo, configurava as

práticas e os comportamentos dos agricultores familiares participantes, e assim trazia um novo olhar sobre esse tipo de mercado.

Esse estudo de tese nos permitiu modificar nosso olhar sobre as feiras e os agricultores, pois embora tivéssemos experiência em outras pesquisas acadêmicas, projetos de extensão e a aproximação de anos com vários agricultores, as questões antes investigadas não buscavam os pontos e resultados que destacamos. A obtenção da renda da feira tinha uma lógica que entendíamos como uma conquista econômica para manutenção/autonomia financeira da família. Percebemos com o olhar teórico sociológico que essa autonomia trouxe uma percepção diferente de pagar contas e comprar bens; os agricultores passaram a reconhecer e questionar o trabalho, produto e consumo e também desenvolver novos vínculos dentro e fora dos sítios.

Essa mesma renda trouxe mudanças que estão além de um ganho quantitativo, a partir dela formam uma liga que resulta num arranjo de figurações entre consumidor e feirante. A feira é a junção interdependente da figuração eliaseana com a dádiva maussiana, ou seja, um momento de circulação de experiências, desejos, conhecimentos, símbolos e práticas que são amarrados e formam uma outra relação compreendida a partir desses aspectos. Logo, a feira é um local no tempo que realiza trocas que representam o pluralismo do econômico e não econômico, numa mesma dimensão, e ainda assim, a feira não pertence especificamente a nenhuma dessas dimensões, pois constitui-se numa dimensão própria que congrega todas elas.

A formação das práticas desses agricultores e constituição do seu ethos surgem nas relações de interdependência e figurações que ocorrem dentro e fora do espaço da feira. É da feira que partem as mudanças, pois é um momento que os feirantes se reúnem coletivamente e interessadamente com outros feirantes e consumidores, que percebem o resultado econômico, conversam, trocam gestos, criam novas relações comerciais ou não, planejam sua ida e volta para casa. As práticas e normas não se limitam à feira, também se formam ou continuam depois dela.

Ainda que esse momento da feira abranja uma parte do tempo de uma madrugada e/ou manhã de comercialização, o tempo real que percorrem toda semana para ir até a feira e depois voltar é maior e organiza parte de suas vidas e trabalhos. O tempo foi uma categoria bastante discutida no estudo. Não era um termo que buscamos filtrar e identificar em nossos estudos teóricos e empíricos, exceto quando apresentávamos o tempo físico, o horário ou turno da feira. Foi durante a escuta para decupar as entrevistas e depois quando retornamos para algumas feiras com dúvidas que percebemos a frequência implícita que o tempo aparecia em diversos momentos da jornada do feirante.

Ao acompanharmos parte dessa trajetória observamos que esse tempo pode ser estabelecido de uma feira para outra de acordo com suas estratégias e organização de cada grupo de feirantes ou associações nesses espaços, inclusive a relação com os consumidores e a vizinhança. Por exemplo, depois do período de pesquisa de campo, fomos informados que no Espaço Agroecológico das Graças havia aumentado o número de feirantes que chega na sexta. Há, agora, um pouco mais da metade das barracas por incentivo dos que estavam antes, porque havia ali uma demanda que constatamos ao visitar algumas vezes esse período da noite de sexta para a madrugada de sábado.

No Espaço Agroecológico da Várzea isso não parece que irá ocorrer, pois o próprio grupo gestor – que participa da comunidade e agricultores – acordaram que o horário deveria ser de 7h às 10h, ainda que os feirantes cheguem bem mais cedo. O propósito seria evitar estimular uma competição entre consumidores, entre aqueles que madrugam e querem garantir as melhores mercadorias e aqueles que só chegam mais “tarde” e não encontram quantidade e variedade. Outro objetivo seria garantir uma maior presença e interação da comunidade nos eventos de roda de conversa ou atividades culturais realizados todo sábado da feira. São duas maneiras de uso do tempo e construção de relações; as práticas são definidas no local e a partir dos vínculos e normas que são estabelecidos ali.

Novas relações foram construídas nessas novas dinâmicas, independente da feira e do seu tempo de existência. Grupos de consumidores passaram a frequentar com mais assiduidade não apenas para comprar, mas também encontrar amigos, ir fazer um passeio, uma diversão da semana, assistir uma atividade, ou mais simples, apenas fazer sua feira num horário que lhe fosse apropriado. Ainda que seja um desgaste para muitos feirantes, pelas horas na colheita, carregamento, viagem, ficar em pé vendendo, muitos relatam uma satisfação de estar na feira e alegam terem se acostumado. Uma das agricultoras entrevistadas descreveu o momento da noite/madrugada como cansativo, mas que se sente motivada pelos grupos que se encontram e passam grande parte desse horário se divertindo, e do qual ela participa também. Neste caso, a proximidade dos consumidores com a agricultora revela uma situação em que o interesse mercantil é ressignificado por sinais de amizade. Assim, quando ela precisou se consultar com um médico oftalmológico, foi um consumidor que buscou conseguir marcar tal consulta para ela.

No início, havíamos pensado em realizar a pesquisa com uma ou duas feiras, por considerar que o nosso tempo se adequaria a esse limite. Mas em razão da nossa experiência com as feiras de Recife, agricultores e instituições, conhecendo algumas diferenças entre elas, foi fundamental escolher seis feiras para o estudo. Assim, ampliamos a amostra incorporando

outros locais do município o que nos permitiu obter mais relatos. Percebemos que embora o tempo de existência da feira fosse importante como fator para compreender as interações e práticas constituídas, como nas Graças e Boa Viagem, existem outros fatores, como a integração com a comunidade do bairro, que permite uma maior interação e permanência dela naquele local.

No entanto, existem diferenças nessas relações com a comunidade, em Santo Amaro, Ceasa e PCR, observando-se que as instituições têm um papel importante na consolidação desses espaços. Nas Graças, Boa Viagem e Várzea, a relação dos feirantes com os consumidores para promoção e até organização do evento é mais próxima. Nas duas primeiras existem vários exemplos de indivíduos da vizinhança que participam de iniciativas para garantir a continuidade do espaço. O caso da Várzea não é único, mas é um caso de bastante sucesso. Ali, os vizinhos não só incentivaram a feira como partiu deles a criação do espaço e a iniciativa de participar até hoje da gestão, sendo uma das feiras mais ativas e criativas.

Observamos que o número de feiras agroecológicas cresceu de forma acelerada, especialmente a partir de 2015: mais de 20. Mas devem ser registrados aqueles casos de feiras criadas por associações como a APRP, que utilizam uma estratégia de colocar poucas barracas e ocupar mais espaços. Muitas vezes, isto ocorre pelo interesse de outras entidades e associações em buscar criar mais feiras por interesse econômico, institucional, simbólico e social. Verificamos que a maioria é de locais como repartições públicas e outros tipos de instituições. É estratégico manter uma feira dentro desses locais, pois os próprios servidores e público que busca serviços nessas instituições demandam parte significativa das mercadorias e necessitam de poucas barracas para serem criadas. O número de feiras em ruas e praças parece se estagnar, atualmente, compondo cerca de 1/4 das feiras atuais. Todas estas feiras estão consolidadas, mas a maior parte delas possui mais barracas e juntaram várias associações para compor sua organização.

Os agricultores familiares tiveram muitas mudanças ao longo das décadas, desde os efeitos das incertezas econômicas e ausência de políticas, até alcançarem o período atual, no qual passaram a receber mais atenção e interesse das políticas. Eles são reconhecidos como uma categoria social importante para a economia local e segurança alimentar e nutricional do país. Uma das mais relevantes mudanças foi transitar para o manejo agroecológico, permitindo aos agricultores romper com um paradigma de crescimento voltado para o capital, em favor de um que foca a participação nas feiras que lhes proveu maior autonomia financeira. Significa que eles quebraram a longa cadeia produtiva, que gerava mais custos e menor renda para quem

produz. Os agricultores passaram a vender diretamente, e por isso, passaram a se relacionar também diretamente.

A maioria dos feirantes informou que conversava bastante com seus clientes, discutindo, nesses momentos, sobretudo preços, encomendas e quantidades. Mas sempre há relatos de consumidores que questionam a origem do produto para saber se, de fato, ele é ou não orgânico, perguntando detalhes da origem e manejo do produto. Estes momentos parecem importunos aos agricultores que se perguntam porque os consumidores não se mostram tão exigentes com relação aqueles produtos nas gôndolas de supermercados ou ao feirante livre que comprou produtos na Ceasa para revender.

Outra questão está na presença de mulheres e jovens que encontram no manejo agroecológico e feiras o protagonismo que lhes era relegado antes. Os princípios da agroecologia estimulam a repensar essas relações entre trabalho produtivo e reprodutivo. A feira foi um dos fatores que trouxe visibilização para as mulheres, pois não pode haver uma agroecologia sem solidariedade, preservação da vida e natureza, relações justas e equilibradas entre as pessoas e feminismo.

As mulheres e jovens têm sido lideranças ativas nas organizações das associações e movimentos. Embora nas feiras identificamos várias delas que são ou tenham sido coordenadoras ou referência, o número de mulheres presentes na feira ainda é menor que o dos homens.

Não são apenas as feiras agroecológicas que crescem. Diversas iniciativas que buscam oferecer produtos orgânicos e saudáveis surgem mais nas regiões urbanas, como restaurantes, mercados e lojas de produtos naturais, virtuais ou físicas. Assim, os consumidores passaram a incluir na sua alimentação bens que lhe garantam maiores benefícios ao invés de malefícios, evitando aqueles que contêm agrotóxicos, transgênicos, entre outras substâncias que podem prejudicar a saúde humana.

O que buscamos nessa pesquisa foi compreender a dinâmica de uma dessas iniciativas que mais aproxima diretamente o rural do urbano, o que nos possibilitou perceber com mais clareza as mudanças. Nestas feiras e os agricultores que estão nelas observamos os vínculos, as normas e as práticas que lhes são particulares.

Usamos a cartografia social e simbólica para representar de forma mais plausível essas interações e interdependências que observamos nas feiras. Ainda que cada uma tenha suas diferenças e singularidades, o mapa mental possibilitou generalizar essas ligações. Nessas cartografias compreendemos como cada ator e instituição se vincula à feira e/ou ao agricultor e consumidor. O mapa demonstrou que existe uma relação intrínseca entre rural e urbano, a

feira sendo o ponto de encontro de intercâmbios econômicos e simbólicos. Também percebemos que havia mais atores do que o agricultor-feirante e o consumidor-frequentador.

Existe um desdobramento nos tipos de agricultores e consumidores, pois o acesso aos produtos e à renda da feira não é limitado a ir para esse espaço. Outros sujeitos consomem os produtos sem terem ido, desde os familiares e amigos que trazem e compartilham até empreendimentos e iniciativas que usam dessas feiras e feirantes como base de fornecimento. E existem muitos outros trabalhadores rurais familiares que não vão às feiras, mas têm seus produtos vendidos nelas por intermediação de vizinhos e colegas associados.

A feira é um mercado plural e coletivo-solidário que reúne diversos interesses e promove reciprocidades entre seus participantes diretos e indiretos. Inclusive poderíamos ir além do que é mostrado nos mapas que elaboramos, demonstrando a presença de vínculos que se desdobram a partir das interações registradas.

Cada vínculo ou interação na feira possui normas e condutas que funcionam ali e que conduzem as práticas dos agricultores familiares. Os contatos são embasados pela história (trajetória para reconhecimento como categoria), marco legal (jurídico e estatuto) e políticas (projetos e ações) para poderem questionar e reivindicar direitos e melhorias, assim como regular determinadas relações nas feiras. Nem todas as feiras têm regimento ou estatuto próprio específico como na EAV ou as feiras da REAgroeco (EAG, EABV e EASA). As demais seguem o que é definido pelo estatuto da associação ou as regras estabelecidas pela instituição que lhes recebe. Independente se tem ou não uma norma específica da feira, ainda assim as leis e os decretos regulam várias das práticas dentro da feira, inclusive sua autorização para comercializar produtos diretamente ao consumidor.

No cotidiano, os atores dessas feiras interagem de diversas maneiras, trazendo seus costumes, aprendendo novas linguagens, criando estratégias de interlocução. Ou seja, hábitos e condutas surgem dessas várias formas de interações; regras informais que definem como o consumidor deve barganhar preço ou como deve conversar para valorizar o produto.

Entre os processos de compra e venda, de gastos e de renda, surge a solidariedade em atos de ajuda mútua, que são percebidos com frequência como algo natural entre as partes. Se você vai à feira e esquece o dinheiro para comprar, o feirante responde amistosamente dizendo para levar as mercadorias e pagar na outra semana. Mas sem cobranças ou exigências. A confiança também pode ser estabelecida quando compramos o produto e não questionamos sua origem e/ou qualidade. Se quando chegamos à feira e perguntamos sobre um feirante que não pôde vir, e nos preocupamos e oferecemos ajuda, existe um laço afetivo.

Os agricultores familiares das feiras agroecológicas de Recife desenvolveram um conjunto de práticas e costumes, um ethos. A cultura nesses tipos de mercados de economia solidária se realiza por uma configuração que coloca no mesmo espaço de forma sobreposta e sem separações uma série de elementos constitutivos das trocas como aqueles econômicos, e simbólicos envolvendo proximidade, afetividade, solidariedade, confiança e cuidado ecológico. Nem todos esses aspectos ou comportamentos são percebidos concomitante numa feira ou em todas as feiras. Existe um processo de transição tal como no manejo da produção agroecológica. Fatores como tempo, interação comunidade-feirantes e institucionalidade podem também influenciar nessa constituição.

A elaboração da tese no decorrer da pesquisa de campo ou durante a escrita trouxe outras questões e proposições de novas jornadas. Nem todas se encaixaram no estudo, por isso trouxemos para esta parte final, como uma semente ou ramo para reflexões e incursões futuras tanto para nós quanto para os leitores.

Nesse estudo não conseguimos visitar todas as feiras agroecológicas de Recife, embora conhecêssemos a maioria. Seria fundamental uma nova pesquisa que mapeasse as mesmas tomando como base os passos do trabalho de Araújo, Lima e Macambira (2015), abrangendo também as feiras das outras regiões do Estado. Conhecer os dados socioeconômicos, produção, comercialização e ligações institucionais ajudaria a identificar com mais clareza os gargalos e as diferenças entre as feiras por região e bairros, com o intuito de elaborar um marco legal que reconheça as nuances e promova políticas adequadas à realidade desses agricultores.

Poderiam surgir daqui ideias de aplicativos para localizar e interagir mais com os agricultores, a exemplo do *feirasorgânicas* do Idec. Tais dados poderiam auxiliar para que os produtos desses agricultores tenham maior visibilidade e alcance.

A partir dessa proposta também refletimos sobre a necessidade de compreender em que estado se encontra a criação de bancos de sementes, especialmente crioulas, bem como as trocas. Em outras pesquisas, como nessa, notamos que existe uma dificuldade em fazer sementeiras. Muitos dependem de comprar as sementes.

Percebemos que a maioria dos feirantes tem a declaração de OCS para comercializar produtos orgânicos. Mas existe uma burocracia para obter e um limite sobre as vendas. No caso da declaração, os agricultores só podem vender de forma direta nas feiras, mas não podem vender para empreendimentos, supermercados, lojas, restaurantes, embora alguns desses comprem nas feiras ou estabelecem acordos com alguns produtores. O que poderia ajudar os agricultores a entrar em outros mercados seria obter uma certificação e/ou selo, mas estes custam muito. Mesmo casos como selo de agricultura familiar que são gratuitos, observamos

que isso implica bastante burocracia, o que implicitamente gera custos das idas e vindas de documentos. Dentro da Rede de Espaços Agroecológicos existe uma proposta em andamento para criar um sistema de certificação próprio, o que poderia ajudar bastante as associações e os agricultores.

Outro caminho é estudar as certificações, especialmente o Selo de Orgânicos, para compreender como empreendimentos estão se organizando nesse nicho de mercado, pois muitas lojas, restaurantes e mercados têm produtos com esses selos, inclusive são exportados. Qual percurso para obter o selo, qual a origem dos insumos e matérias-primas que esses empreendimentos adquirem? São de cultivo ou criação própria? Quais gargalos enfrentam? Como os consumidores observam essa outra parte do mercado de produtos orgânicos? As exportações tendem a crescer? São mais caros?

Aproveitando o mote dessa última questão, seria oportuno estudar e comparar os preços dos produtos das feiras agroecológicas em comparação com aqueles das feiras livres, mercados públicos e supermercados. Com o intuito de compreender como os preços são formados por cada setor e se de fato o produto vendido nas feiras é mais barato. Embora haja alguns estudos sobre isso, inclusive citados nessa tese, percebemos a necessidade que fosse realizado um estudo mais amplo, comparando a dinâmica nos bairros e regiões do Estado.

Outro estudo importante surgiu a partir de uma das reuniões que participamos do CPOrg-PE. Seria estudar os produtos de origem animal das feiras orgânicas de Recife, compreender seu encadeamento, gargalos, preços, custos, entre outros pontos. Há produtos de origem bovina (carne, leite, queijo e manteiga), avícola (carne e ovos), apícola (mel e própolis) e caprina (carne). Um recorte sobre esse tipo de produção nas feiras poderia ajudar na realização de políticas.

Existem vários estudos sobre mulheres e agroecologia, inclusive com informações sobre as mulheres nas feiras de Recife. Contudo, refletimos que seria pertinente um estudo sobre a presença delas nessas feiras, que incluísse todas, inclusive as que não vão à feira. Um estudo com esse recorte nos traria informações sobre sua participação no trabalho produtivo, autonomia financeira, liderança, entre outros pontos.

Por fim, um recorte de geração: estudar tanto a presença dos jovens nas feiras para verificar se estes darão continuidade aos empreendimentos e compreender as razões daqueles jovens que optam em não continuar, preferindo o acesso à universidade. Saber se continuarão ou por quanto tempo nessa jornada? Como fica a renda desses trabalhadores que deixam de comercializar nas feiras? Ou seja, qual o futuro das feiras? Estas são questões que apontam para os desdobramentos desta tese.

## REFERÊNCIAS

- ABA. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AGROECOLOGIA. Princípios e diretrizes da educação em agroecologia. **I Seminário Nacional de Educação em Agroecologia – Construindo princípios e diretrizes**. 2013. Disponível em: <https://www.asabrazil.org.br/images/UserFiles/File/SNEA-principios%20e%20diretrizes.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2019.
- ACCARINI, José Honório. **Economia rural e desenvolvimento**: reflexões sobre o caso brasileiro. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.
- ACOSTA, Alberto. **O Bem Viver – uma Oportunidade para Imaginar Outros Mundos** Tradução de Tadeu Breda. São Paulo: Autonomia Literária. Elefante, 2016, 264p. Disponível em: <https://rosaluxspba.org/wp-content/uploads/2017/06/Bemviver.pdf>. Acesso em 08 Set. 2018.
- ALMEIDA, Mirella Dias et al. A flexibilização da legislação brasileira de agrotóxicos e os riscos à saúde humana: análise do Projeto de Lei nº 3.200/2015. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 7, 2017 Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-311x00181016>. Acesso em: 05 Mar. 2019.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Agroecologia%20-%20A%20din%C3%A2mica%20produtiva%20da%20agricultura%20sustent%C3%A1vel%20-%20Miguel%20Altieri%20-%20Editora%20UFRGS,%202008.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2011.
- ARAÚJO, T. P.; LIMA, R. A.; MACAMBIRA, Júnior. **Feiras agroecológicas**: institucionalidade, organização e importância para a composição da renda do agricultor familiar. Fortaleza: Instituto de Desenvolvimento do Trabalho: Núcleo de Economia Solidária da Universidade Federal de Pernambuco, 2015.
- AUBIN, Ludovic. O paradigma agroecológico e as crises da sociedade contemporânea: contribuições socioantropológicas na perspectiva da teoria mimética. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p. 270-294, agosto 2017. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/51341>. Acesso em: 28 Set. 2018.
- BALSADI, Otávio Valentim. Mudanças no meio rural e desafios para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 155-165, Jan. 2001 Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000100017&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 21 jan. 2019.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Josué Alencar. Como definir o bairro? Uma breve revisão. **GEO Temas**, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v. 1, n. 1, p. 21-31, jan./jun., 2011. Disponível em: <http://periodicos.uern.br/index.php/geotemas/article/viewFile/118/109>. Acesso em: 10 Abr. 2019.

BRITO, João Gabriel da Silva; MACIEL, Betânia. Agricultura familiar e associativismo: o caso da Associação das Mulheres Empreendedoras Rurais de Palmeira em Glória do Goitá-PE. **HumanÆ**. Recife, v. 9, n.1, 2015. Pp. Disponível em: <http://humanae.esuda.com.br/index.php/humanae/article/view/203/92>. Acesso em: 20 Abr. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. pp. 337-361.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos Sociedade e Agricultura**, 5, novembro 1995, p. 5-31. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/cinco/regina5.htm>. Acesso em: 12 Abr. 2019.

CAILLÉ, Alain. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 13, n. 38, p. 5-38, Oct. 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 10 Set. 2016.

CAILLÉ, Alain. O Dom entre interesse e desinteressamento. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta C. **Polifonia do dom**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006. pp. 25-66.

CAILLÉ, Alain. Don. In: CATTANI, A. D.; CORAGGIO, J. L.; LAVILLE, J. L. **Diccionario de la otra economía: lecturas sobre economía social**. Buenos Aires, Altamira, 2009. pp. 115-120.

CÂMARA, João Batista Drummond. Governança ambiental no Brasil: ecos do passado. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 21, n. 46, p. 125-146, June 2013. Available from [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782013000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782013000200008&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 22 Set. 2019

CAMINHA, Pedro Vilela. **A agricultura no período nacional desenvolvimentista brasileiro: O Plano de Metas, a modernização agrícola e seus impactos sobre a reforma agrária**. 2016. Tese (doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

CAPORAL, Francisco Roberto. **A extensão rural e os limites à prática dos extensionistas do serviço público**. Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (Mestre em Extensão Rural). Santa Maria, 1991. pp. 28-100. Disponível em:

[http://www.emater.tche.br/site/arquivos\\_pdf/teses/Dis\\_Francisco\\_Caporal.pdf](http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Dis_Francisco_Caporal.pdf). Acesso em: 05 Mar. 2019.

CAPORAL, Francisco Roberto. Política Nacional de Ater: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados. In: TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane. **Assistência técnica e extensão rural**: construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Agroecologia**: alguns conceitos e princípios. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. **Extensão rural e agroecologia**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2007.

CARVALHO, Eugênio Rezende de. A concepção holística e processual de tempo de Norbert Elias. **Lua Nova**, São Paulo, n. 103, p. 203-231, Apr. 2018 . Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452018000100203&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452018000100203&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 16 Mar. 2019.  
<http://dx.doi.org/10.1590/0102-131\103>.

CENTRO SABIÁ. **Sábida** – a experiência com comercialização agroecológica SDS/PDA/PPG7 – Brasília: MMA, 2006. (Série Sistematização, VI). Disponível em: [http://www.cepalforja.org/sistem/sistem\\_old/sabia004d1\\_completo.pdf](http://www.cepalforja.org/sistem/sistem_old/sabia004d1_completo.pdf). Acesso em: 10 Jan. 2018.

CEPEA. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. PIB do Agronegócio brasileiro. São Paulo, CEPEA/ESALQ/USP, 2018. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/pib-do-agronegocio-brasileiro.aspx>. Acesso em: 13 Maio 2019.

CICOUREL, Aaron. Teoria e Método em pesquisa de campo ("Theory and method in field research"). In: \_\_\_\_\_. **Method and measurement in sociology**. 6. ed. Nova Iorque: The Free Press, 1969, pp. 39-72. capítulo II.

COSTA, Thadeu Estevam Moreira Maramaldo et al. Avaliação de risco dos organismos geneticamente modificados. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 327-336, Jan. 2011. Disponível: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000100035> Acesso em: 18 Maio 2019.

CUERVO, Maria Rita Macedo. **A Feira agroecológica como espaço de produção de práticas culturais**: identidade, alimentação e relações psicossociais. Porto Alegre, 2015. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/8877/1/000480114-Texto%2bParcial-0.pdf>.

Da MATTA, Roberto. **A casa e a rua**: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. 5. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. pp. 29-64. Disponível em: [http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/a\\_casa\\_e\\_a\\_rua.pdf](http://www.jornalismoufma.xpg.com.br/arquivos/a_casa_e_a_rua.pdf).

DATASUS. **Intoxicação exógena**. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/defthtm.exe?sinannet/cnv/Intoxbr.def>. Acesso em: 15 mai. 2019.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ELIAS, Norbert. **A Sociedade dos Indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. Cap. 1

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. V. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b. pp 9-64.

ELIAS, Norbert. Figuração. In: \_\_\_\_\_. **Escritos & Ensaio 1: Estado, processo, opinião pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 25-27, 2006. Disponível em: [https://csociais.files.wordpress.com/2014/05/cap1\\_2\\_elias\\_escritos-e-ensaios.pdf](https://csociais.files.wordpress.com/2014/05/cap1_2_elias_escritos-e-ensaios.pdf). Acesso em: 10 Jan. 2016.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Zahar, Rio de Janeiro. 1998.

FiBL STATISTICS. **Data on organic agriculture world-wide**. IFOAM Organics International. Disponível em: <https://statistics.fibl.org/world.html>. Acesso em: 01 Mar. 2019.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis. **Economia solidária: uma abordagem internacional**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

FRANCO, Maria L. P. B. **Análise de Conteúdo**. Brasília: Liber Livros, 2008 (Série Pesquisa nº 6).

FRASER, Márcia Tourinho Dantas; GONDIM, Sônia Maria Guedes. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, Aug. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v14n28/04.pdf>. Acesso em: 15 Set. 2015.

FUSCO, Wilson; OJIMA, Ricardo. Migrações e nordestinos pelo Brasil: uma breve contextualização. In: OJIMA, Ricardo; FUSCO, Wilson (Org.). **Migrações Nordestinas no Século 21 - Um Panorama Recente**. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2015, v. 1, p. 11-26

GEOCAPES. **Distribuição de programa de pós-graduação no Brasil**. 2019. Disponível em: <https://geocapes.capes.gov.br/geocapes/>. 08 Jun. 2019.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982

GRAZIANO DA SILVA, José. **A Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira**. Campinas. Instituto de Economia – UNICAMP. 1996, 217p.

GUIMARÃES, Virginia Totti; LOPES, J. C. P.; PINTO, P. M. B. Código Florestal Brasileiro, agricultura familiar e assentamentos rurais. **Dom Helder Revista de Direito**, v. 1, p. 106-125, 2018. Disponível: <http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/dhrevistadedireito/article/download/1430/24683>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico - 2010**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/21814-2017-censo-agropecuario.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – 2006/2017**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estimativas de população**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=22367&t=resultados>>. Acesso em: 12 Abr. 2019.

IDEC. INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. **Mapa de Feiras Orgânicas**. 2019. Disponível: <https://feirasorganicas.org.br>. Acesso em: 03 Set. 2016.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto Monitoramento Cerrado**. Brasília: OBT-INPE, 2018a.

INPE. INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Projeto Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por satélite**. Brasília: OBT-INPE, 2018b.

JANEIRA, Ana Luísa. A técnica de análise de conteúdo nas ciências sociais: natureza e aplicações. **Análise Social**. Lisboa. 2ª série. v. 9, n. 39, p. 370-399, 1972. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1224260109P6yXY4bm6Vt51JF8.pdf>>. Acesso em: 15 out. 2015.

LEFEBVRE, H.. Barrio y vida de barrio. In: \_\_\_\_\_. **De lo rural a lo urbano**. 3. ed. Barcelona: Ediciones Península, 1975, p. 195-203. Disponível em: <http://www.tecnologia.ufpr.br/portal/lahurb/wp-content/uploads/sites/31/2017/09/LEFEBVRE-Henri-De-lo-Rural-a-lo-Urbano.pdf>. Acesso em: 10 Abr. 2019.

KAGEYAMA, Ângela et al. **O novo padrão agrícola brasileiro**: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, Guilherme Costa; GASQUES, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos Monteiro (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990. pp. 113-223

KAGEYAMA, **Desenvolvimento Rural**: Conceito e aplicações ao caso brasileiro. – Porto Alegre, UFRGS Editora, 2008.

KIRSCHNER, Tereza Cristina. Lembrando Norbert Elias. **Textos de História**, vol. 7, n. 1/2, 1999. pp. 27-58. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/33541500.pdf>. Acesso em: 08 Out. 2016.

LAVILLE, Jean Louis. Economía Plural. In: CATTANI, A. D.; CORAGGIO, J.; LAVILLE, J. L. **Diccionario de la otra economía**: lecturas sobre economía social. Buenos Aires: Altamira, 2009. pp. 157-162.

LEITE, Sérgio Pereira et al. Impactos econômicos dos assentamentos rurais no Brasil: análise das suas dimensões regionais. **Economia Ensaios**, v. 22, p. 41-60, 2007. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/revistaeconomiaensaios/article/download/1574/1393/0>. Acesso em: 27 Mar. 2019.

MOURA, Adriana Magalhães de Moura. Trajetória da política ambiental federal no Brasil. In: MOURA, A.M.M.. (Org.) **Governança Ambiental no Brasil**: instituições, atores e políticas públicas. – Brasília : Ipea, 2016. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160719\\_governanca\\_ambiental.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/160719_governanca_ambiental.pdf). Acesso em: 18 Mai. 2019.

MANKIW, N. G. **Introdução à Economia**. São Paulo: Cengage Learning, 2008.

MAPA. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO. **Regularização da Produção**. Brasília: MAPA, 2019. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/organicos/regularizacao-da-producao>. Acesso em: 03 Maio 2019.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia?. **Lua Nova**, São Paulo, n. 23, p. 7-37, Mar. 1991. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64451991000100003>. Acesso em: 03 Set. 2019.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MARTINS, Paulo Henrique. A sociologia de Marcel Mauss: Dádiva, simbolismo e associação. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 73, Dezembro 2005. pp. 45-66. Disponível em: <[www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf](http://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/73/RCCS73-045-066-Paulo%20H.Martins.pdf)>. Acesso em: 13 Set. 2016.

MARTINS, Paulo Henrique. A dádiva como sentimento e prática. **REALIS**, Recife, v.6, n. 01, Jan-Jul. 2016. Pp. 22-49. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/download/8853/8828>. Acesso em: 13. Set. 2016.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, a dádiva e o paradoxo sociológico, **Caderno CRH**, Salvador, v. 17, n. 40, p. 33-48, Jan./Abr. 2004. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18479>. Acesso em: 12 Ago. 2016.

MARTINS, Paulo Henrique; CATTANI, Antonio David. Sociologia da Dádiva. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 16, n. 36, p. 14-21, Aug. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222014000200014&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222014000200014&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 Set. 2016.

MAUSS, Marcel. Ensaio sobre a Dádiva: Forma e Razão da Troca nas Sociedades Arcaicas. In: \_\_\_\_\_. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 183-294.

MDIC. MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS. **Comex Vis**: Principais produtos Exportados. 2018. Disponível: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/comex-vis>. Acesso em: 15 Mar. 2019.

MEDAETS, Jean Pierre; FONSECA, Maria Fernanda de A. C. **Produção orgânica**: regulamentação nacional e internacional. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário: NEAD, 2005. Disponível em: <http://aao.org.br/aao/pdfs/publicacoes/producao-organica-regulamentacao-nacional-internacional-nead.pdf>. Acesso em: 20 Out. 2016.

MELO, Hildete Pereira de; CASTILHO, Marta. Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz?. **Rev. econ. contemp.** [online]. 2009, vol. 13, n. 1, pp. 135-158. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1415-98482009000100006>. Acesso em: 09 Mar. 2019.

MELO, Samuel Pires. **Trajetórias de proximidade, redes e feiras**: as práticas de agricultores familiares feirantes em Água Branca e Delmiro Gouveia, Alagoas. 2012. Tese (Doutorado em Sociologia). – PPGS-UFPE, Recife, 2012.

MERTON, Robert K. **La sociología de la ciencia**: investigaciones teóricas y empíricas. Madrid: Alianza Editorial, 1977. pp. 355-368.

MINNAERT, A. C. S. T. A feira livre sob um olhar etnográfico. In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A.; OLIVEIRA, N. (Orgs.). **Escritas e narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 129-148. Disponível em: <http://bit.ly/2Nxrxsmx>

NOVAES, Washington. Eco-92: avanços e interrogações. **Estudos Avançados**, v. 6, n. 15, 1992. Pp. 72-93. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v6n15/v6n15a05.pdf>. Acesso em: 15 Abr. 2019.

PALMEIRA, Moacir. Os impactos regionais da reforma agrária: Um estudo sobre áreas selecionadas. In: HEREDIA, Beatriz et al. **Lusotopie**, Aix-en-Provence, 2003. p. 59-90.

PALMEIRA, Moacir. Feira e mudança econômica. **Vibrant, Virtual Braz. Anthr.**, Brasília. v. 11, n. 1, p. 285-323, Junho, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1809-43412014000100010>. Acesso em: 14 Abr. 2019.

PEIRANO, Mariza. **Etnografia não é método**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 20, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ha/v20n42/15.pdf>>. Acesso em: 15 Jan. 2016.

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 52, supl. 1, p. 63-84, 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-20032014000600004>. Acesso em: 02 Fev. 2019.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**: As origens da nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

ROLIM, Francisco Petrônio de Oliveira; JATOBÁ, Augusto César Maurício de Oliveira; BARACHO, Hertha Urquiza. Sustentabilidade à luz da Constituição de 1988: uma análise contemporânea. **Revista CEJ**, Brasília, DF, ano 28, n. 64, p. 53- 60, set. /dez. 2014

SAFC. MAPA. **A importância do fortalecimento nos NEAs para a agroecologia**. – Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/import%C3%A2ncia-do-fortalecimento-dos-nea%E2%80%99s-para-agroecologia> Acesso em: 10 Jan. 2019.

SAMBUICHI, R. H. R. et al. Análise da construção da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil. **Texto para Discussão (IPEA)**, v. 2305, p. 1-56, 2017.

SANTOS, Valmaria Lemos da Costa; SANTOS, José Erimar dos. As redes sociais digitais e sua influência na sociedade e educação contemporâneas. **HOLOS**, [S.l.], v. 6, p. 307-328, fev. 2014. ISSN 1807-1600. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1936>. Acesso em: 18 set. 2019.

SCHMITZ, Arno Paulo; BITTENCOURT, Mauricio Vaz Lobo. O Estatuto da Terra no confronto do pensamento econômico: Roberto Campos versus Celso Furtado. **Econ. Soc.** [online]. 2014, vol. 23, n. 3, pp. 577-609. ISSN 0104-0618. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-06182014000300002>.

SCHWANDT, T. A. Três posturas epistemológicas para a investigação qualitativa: interpretativismo, hermenêutica e construcionismo social. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Orgs.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 193-217.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia**: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. pp. 37-80. Disponível em: [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/MULHERES\\_E\\_AGROECOLOGIA\\_TRANSFORMANDO\\_O\\_CAMPO\\_AS\\_FLORESTAS\\_E\\_AS\\_PESSOAS\\_0.pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/MULHERES_E_AGROECOLOGIA_TRANSFORMANDO_O_CAMPO_AS_FLORESTAS_E_AS_PESSOAS_0.pdf). Acesso em: 20 Ago. 2018.

SILVA, Marcio Antônio Both da. Lei de Terras de 1850: lições sobre os efeitos e os resultados de não se condenar “uma quinta parte da atual população agrícola”. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 35, n. 70, p. 87-107, Dec. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472015v35n70014>. Acesso em: 10 Maio 2019.

SILVA, Priscila Lemes de Azevedo. **Biodiversidade e mudanças climáticas no Brasil:** levantamento e sistematização de referências. WWF Brasil (Relatório). Brasília, 2018.

Disponível em:

[https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/WWF\\_Levantamento\\_21maio18\\_nr09.pdf](https://d3nehc6yl9qzo4.cloudfront.net/downloads/WWF_Levantamento_21maio18_nr09.pdf).

Acesso em: 07 Abr. 2019. pp. 8-31.

SINGER, Paul. **Introdução a Economia Solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002a.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SOUSA SANTOS, Boaventura de (org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Um Modo de Produção e Distribuição. in: SINGER, P. e SOUZA, A. R. (orgs.) **A Economia Solidária no Brasil:** a Autogestão Como Resposta ao Desemprego. São Paulo: Contexto. 2000.

SINGER, Paul. A economia solidária como ato pedagógico. In: KRUPPA, S. M. P. (Org.). **Economia solidária e educação de jovens e adultos**. Brasília: Inep, 2005, p. 11–31.

SOARES, Guilherme. Desenvolvimento Local e territorialidade. In: TAVARES, Jorge Roberto; RAMOS, Ladjane. **Assistência técnica e extensão rural:** construindo o conhecimento agroecológico. Manaus: IDAM, 2006.

SOUZA, M. J. L. de. O bairro contemporâneo: ensaio e abordagem política. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, n.2, p.139-172, abr./jun. 1989. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1989\\_v51\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf). Acesso em: 10 Abr. 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura. Uma cartografia simbólica das representações sociais: o caso do Direito. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. v. 24, p. 139-172. 1988. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/10799>. Acesso em: 03 Maio 2019.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. Introdução. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Produzir para viver:** os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. pp. 23-64

SOUZA, Cláudio Morais de. **Para além dos mecanismos de preço:** a construção social do mercado ‘espaço agroecológico das Graças’- Recife-PE. 2012. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – PPGCS-UFCG, Campina Grande, 2012.

TEDESCO, João Carlos. **Terra, salário e família:** ethos de racionalidade produtiva no cotidiano camponês. 1998. 389f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

Disponível em:

<[http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281365/1/Tedesco\\_JoaoCarlos\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/281365/1/Tedesco_JoaoCarlos_D.pdf)>. Acesso em: 25 Jul. 2018.

TEMPLE, Dominique. **El don es lo contrario del intercambio**. 2003. Disponible en: <dominique.temple.free.fr/reciprocite.php?page=reciprocidad\_2&id\_article=442>. Acesso em: 26 Jul. 2016.

UNEP. **Environmental rule of law**: First Global report. United Nations Environment Programme, Nairóbi. 2019. Disponível: [https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/27279/Environmental\\_rule\\_of\\_law.pdf](https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/27279/Environmental_rule_of_law.pdf). Acesso em: 18 Mai. 2019.

VARELLA, Marcelo Dias; LEUZINGER, Márcia Dieguez. O meio ambiente na Constituição de 1988 – Sobrevôo por alguns temas vinte anos depois. **Revista de Informação Legislativa**. Brasília, a. 45, n. 179 jul./set. 2008. Pp. 397-402. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176554/000843895.pdf?sequence=3>. Acesso em: 17 Mai. 2019.

VEIGA, José Eli da. **O desenvolvimento agrícola**: uma Visão Histórica. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes Históricas do Campesinato Brasileiro. In: João Carlos Tedesco. (Org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. **XX Encontro Anual da Anpocs**. G 17. Processos sociais agrários. Caxambu, MG, Outubro, 1996 Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Ra%C3%ADzes%20Historicas%20do%20Campesinato%20Brasileiro%20-%20Maria%20de%20Nazareth%20Baudel%20Wanderley%20-%201996.pdf>. Acesso em: 03 Set. 2016.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural. In: GIARRAC, Norma. **¿Una nueva ruralidad en América Latina?..** CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/rural/wanderley.pdf>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura** (UFRRJ), Rio de Janeiro, v. 21, p. 42-61, 2003.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Olhares sobre “rural” brasileiro. **Raízes**, Campina Grande, v. 23, nºs 01 e 02, p. 82–98, jan./dez. 2004.

WEBER, Max. **Economía y Sociedad**: esbozo de sociología comprensiva. México. Fondo de Cultura Económica, 2002. pp. 5-23 Disponível em: <https://goo.gl/Mo0clK>

## APÊNDICES

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PRODUTOR FAMILIAR AGROECOLÓGICO<sup>143</sup>

### ORIGEM DA FEIRA

---

#### **1 Como surgiu a iniciativa para criar uma feira orgânica/agroecológica em Recife?**

- *escolha do local;*
- *parceiros e apoios;*
- *opção de feira orgânica e não livre/tradicional;*
- *Destaques da realização das primeiras feiras;*
- *recepção dos consumidores (vendas);*
- *autorização/fiscalização dos órgãos públicos;*

#### **2 Como foram mobilizados/estimulados os produtores familiares para participar dessa feira?**

- *critérios de entrada;*
- *mobilização de consumidores;*
- *Desistências ou novas entradas [motivos e consequências para feira]*

#### **3 O que faziam ou onde comercializam seus produtos orgânicos, antes dessa feira agroecológica?**

### ORGANIZAÇÃO DAS FEIRAS

---

#### **4 Quem organiza a feira? [Produtores; Instituições; empresas etc.]**

#### **5 Como o coordenador da feira é escolhido? Qual o tempo e seus deveres? Há ou houve mulheres coordenadoras ou com outras funções de liderança? [nos casos que houver]**

#### **6 O que mudou para você ao ser Coordenador? [percepção sobre a feira, comercialização/produção, interação consumidor e feirante]**

#### *Outros pontos:*

- *Processo de discussão e definição das regras/normas [regimento interno];*
- *Reuniões; principais pontos discutidos; solicitar normas se houver;*
- *Definição/organização do uso/localização de cada grupo/banca nessa feira;*
- *Sobre fundo e taxas [valor; coleta; e uso]*
- *sobre barracas (próprias ou alugadas);*

---

<sup>143</sup> Pedido de autorização gravado.

## ORGANIZAÇÃO/PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO

---

**7 [TEMPO DO PRODUTOR]** Em que período da semana produzem/cultiva/manejam? E colhem para vir a feira?

**8** Produzem os alimentos por sazonalidade/época? Ou buscam atender a demanda dos consumidores?

**9** Os produtores dessa feira conversam entre si sobre diversificação, quantidade e/ou qualidade do produto?

**10** Há definição do que cada produtor pode comercializar ou é livre?

## PROXIMIDADE E PRÁTICAS PRODUTOR-PRODUTOR

---

**11** Que atividades, além da comercialização, realizam em comum na feira ou fora da feira, em conjunto?

**12** Como um produtor pode ajudar outro na feira?

*- produção; venda; deslocamento/logística; outros;*

**13** Que atitudes são/foram tomadas se um dos membros tiver dificuldades (se ausentar) para vir a feira? *[por motivos financeiros; saúde; outro]*

**14** Vocês já foram visitar [intercâmbio] outro produtor dessa feira? *[o que motivou? Como foi articulado?]* *[Obs.: averiguar principalmente os casos de feirantes que são de sítios e/ou municípios diferentes]*

**15** Como foi essa/foram essas visitas? Qual o propósito? O que mudou?

*- frequência dessas visitas;*

*- A iniciativa partiu dos produtores? Ou foram estimuladas por entidades de apoio?;*

**16** Os produtores cobram/exigem entre si qualidade e confiança da procedência do alimento? Como é feita essa cobrança?

## PROXIMIDADE E PRÁTICAS PRODUTOR-CONSUMIDOR

---

**17** Como atende o consumidor? *[Conversa? Apenas informa e vende?]*

*- O que conversa com o consumidor?*

*- O que o consumidor costuma perguntar/questionar?*

**18** O que mudou após esse contato/proximidade com os consumidores dessa feira? *[qualidade do produto; apresentação/organização dos produtos]*

*- Há consumidores fidelizados na sua banca? [perguntar a outros não entrevistados, para talvez identificar possíveis consumidores para entrevistar]*

*- Há consumidores que já foram conhecer sua produção? Se sim, como foi? Qual frequência ou quantidade aproximada de visitantes?*

### **19 Os consumidores fazem sugestões/exigências sobre o que deve ofertado?**

- *Os consumidores procuram saber a procedência do produto?*
- *Os consumidores procuram saber se o produto é orgânico/agroecológico?*
- *Como pode ser afirmado/provado que o produtor está ofertando produtos/alimentos agroecológicos?*
- *Os consumidores são informados da certificação?*

### **PRODUTOR-INSTITUIÇÃO DE APOIO**

---

#### **20 Há uma instituição que apoia a feira diretamente ou cada grupo/ produtor é apoiado independentemente?**

- *E qual papel dela na realização dessa feira?*
- *Elas orientam/apoiam sobre a comercialização/vendas/preços/custos? [de que modo?]*

#### **21 A instituição que apoia a feira ou que apoia cada grupo auxilia no transporte/custo logístico até a feira?**

### **PRODUTOR-INSTITUIÇÕES PÚBLICAS**

---

#### **22 A feira é fiscalizada por algum órgão público? Qual/Quais? O que é feito? Qual frequência? Já ocorreu advertências?**

- *A feira solicitou autorização para usar o local? [ou foi convidada] por ente público? Qual?*
- *Já ocorreu entraves/dificuldades com esses órgãos fiscalizadores? Quais? E como foi resolvido?*
- *Os entes públicos atuam apenas fiscalizando ou também orientam/informam aos produtores e consumidores?*

## APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM CONSUMIDOR<sup>144</sup>

### INÍCIO / MOTIVAÇÕES / INTERESSES / PARTICIPAÇÃO

---

#### **1 Desde quando e Como surgiu a iniciativa para ir a uma feira orgânica/agroecológica em Recife?**

- *escolha do local; distância para residência; gasto médio; interesses anteriores;*
- *Por que não uma livre/tradicional ou supermercado?*
- *Destaques das primeiras idas a feira;*
- *Vai sozinho ou com outras pessoas;*
- *Deixou de frequentar a feira por algum período longo? Por quê?*

#### **2 O que fazia ou onde consumia seus produtos, antes dessa feira agroecológica?**

- *Já frequentou outras feiras além desta?*
- *Costuma ir apenas numa banca/produtor ou vários?*

### PROCEDÊNCIA / CRÍTICA / PERCEPÇÃO – CONSUMO E QUALIDADE

---

#### **3 Como sabe se o produto é orgânico?**

- *Questiona sobre a qualidade dos produtos? E sobre a procedência? E diversificação? Preços?*

#### **4 Costuma conversar com o produtor na feira? Sobre o que? E fora da feira mantém contato? De que forma? E o que tratam?**

#### **5 Conversa com outros consumidores sobre esses pontos na feira ou fora dela?**

#### **6 Já participou de alguma atividade fora da feira, mas ligada a temática de feiras/produtos orgânicos?**

### TIPOLOGIA DO CONSUMO / FREQUÊNCIA / CUSTOS E FORMAS DE COMPRA

---

#### **7 Quais os principais produtos que consome nesta feira?**

- *Qual a frequência?*
- *Quanto gasta em média?*
- *Consome produtos orgânicos fora da feira? Onde compra?*

#### **8 Participa ou conhece algum GCR ou CSA ou outro tipo de grupo ou loja?**

---

<sup>144</sup> Solicitar de autorização gravado.

**9 Doa/repassa [ou comprar para alguém] produtos comprados na feira? Para quem? Que frequência? Por quê?**

#### **MUDANÇAS / QUESTIONAMENTOS / INTERAÇÕES / DESLOCAMENTOS**

---

**10 O que mudou para você ao frequentar a feira e estar próximo dos feirantes?**

- *Como é esse contato próximo como o produtor?*
- *Você questiona o que consome hoje?*
- *Quanto tempo fica na feira?*
- *Já fez sugestões/exigências sobre o que deve ser ofertado?*

**11 Já ajudou algum produtor? Quem? De que forma? E Por que?**

**12 Já observou como os produtores dialogam entre si e também com os consumidores?**

**13 Já visitou algum produtor na sua moradia e local de produção? Quando? O que motivou? O que representou?**

**14 Já incentivou outras pessoas a consumirem produtos em feiras?**

#### **OUTRAS PERCEPÇÕES E NOÇÕES**

---

**15 Você conhece um fundo de feira? E o que ele faz?**

**16 Você sabe quais associações e/ou cooperativas há aqui na feira?**

**17 Sabe como são certificados? Sabe o que é aquele papel pendurado nas barracas (declaração OCS)?**

**18 Conhece as instituições que apoiam a Feira e produtores?**

**19- Sabe como são fiscalizadas as feiras/produtos em Recife?**

**20 E os demais tipos de alimentos não-agroeco, o que pensa?**

**21 Como é estar no meio urbano comprando produtos da zona rural?**

## APÊNDICE C – QUESTIONÁRIO FEIRANTE

Obs.: Esse questionário foi transformando numa versão online para Google Forms (<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSciSBK9EjQNP6gTnfmup0w4ZO7s2vN7PbiaRpCQcrJm4xCKA/viewform>)

Data da Aplicação do Questionário: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Nome da pessoa entrevistada \_\_\_\_\_

Identificação da feira de orgânicos \_\_\_\_\_

Bairro/localização \_\_\_\_\_

### 1. Associação ou Cooperativa de vínculo do entrevistado

#### PERFIL SOCIOECONÔMICO

#### 2. Sexo

[1] Feminino

[2] Masculino

#### 3. Idade [\_\_\_] anos

#### 4. Nível de escolaridade (marcar com um X)

[1] Não frequentou

[2] Alfabetizado/Primário

[3] Ensino Fundamental I incompleto

[4] Ensino Fundamental I completo

[5] Ensino Fundamental II incompleto

[6] Ensino Fundamental II completo

[7] Ensino Médio incompleto

[8] Ensino Médio completo

[9] Ensino Técnico incompleto

[10] Ensino Técnico completo

[11] Outro. Qual? \_\_\_\_\_

[99] NS/NR

#### 5. Estado Civil

[1] Solteiro

[2] Casado

[3] Divorciado/Separado

[4] Viúvo

[5] Outro. Qual?

[99] NS/NR

#### 6 Mora com [quem e quantos trabalham na agricultura?]

[1] Sozinho

[2] Companheiro/a [\_\_\_]

[3] Filho(s) [\_\_\_] [\_\_\_]

[3] Pais [\_\_\_][\_\_\_]

[4] Outros. Qual? [\_\_\_][\_\_\_]

[99] NS/NR

#### 7 Renda Familiar [em Salários Mínimos]

[1] até 1

[2] 1 a 2

[3] 2 a 3

[4] 3 a 5

[5] acima de 5

[99] NS/NR

#### PROPRIEDADE, VÍNCULOS

#### 8 Localização e situação da propriedade (incluir indicação sobre acesso)

[1] da família/parentes

[2] própria

[3] arrendada/alugada

[4] cedida/emprestada

[5] Outros. Qual?

[99] NS/NR

#### 9 Informações da propriedade e tempo de atividade

Área total da propriedade (ha) [     ] Há quanto tempo o (a) senhor (a) [     ]  
trabalha na agricultura? (anos)



**17. Contribui para um fundo da feira?**

[1] Não [2] Sim [3] Não há fundo

Se sim, qual valor e para que serve o fundo?

**18. Forma e custo de transporte (semanal)**

[1] Alugado Valor aluguel/frete \_\_\_\_\_  
 [2] Próprio Valor combustível \_\_\_\_\_  
 [3] Projeto/convênio  
 [4] Apoio Prefeitura  
 [5] Outro:

**19. Quanto apura (R\$), em média, nesta feira? (faturamento próprio)**

Quando o faturamento é baixo, qual o valor?

--	--	--

Quando o faturamento é alto, qual o valor?

--	--	--

Faturamento médio

--	--	--

**20. São beneficiados por algum programa social [Obs. Pode marcar mais de um]?**

[1] Bolsa Família [5] Chapéu de palha  
 [2] Garantia Safra [6] Leite para todos  
 [3] Pronaf [7] Outro. Qual?  
 [4] Mãe coruja [99] NS/NR

**21. Escoamento dos produtos no final feira ou durante a semana**

[1] Vende tudo  
 [2] Não vende tudo  
 [3] Vende para outro produtor  
 [4] Troca com outros no final da feira Com quem?  
 [5] Vende para GCR Qual?  
 [6] Vende para CSA Qual?  
 [7] Vende Agro.ecoloja  
 [8] Restaurantes/Lojas de Entrega  
 [9] Doação na feira Para quem?  
 [10] Doação na comunidade  
 [11] Animais/Adubo  
 [12] Outros

**22A. Atualmente recebe financiamento para a produção?**

[1] Não [2] Sim [99] NS/NR

**22B. Se sim, assinale qual ou quais (se mais de um, numerar por ordem de importância decrescente – o número 1 como o mais importante)**

[1] Pronaf [3] Fundo Rotativo [5] Outro  
 [2] Crediamigo [4] Outro tipo de fundo [99] NS/NR

**25. Costuma conversar com os consumidores DURANTE a feira?**

[1] Não [2] Sim [99] NS/NR

Conversam sobre?

[1] Preços/valor [5] Questões pessoais/afinidades  
 [2] Origem do produto [6] Amenidades  
 [3] Qualidade/aparência do produto [7] Outros  
 [4] Se é orgânico [99] NS/NR

**26. Já recebeu AJUDA de outros membros/feirantes?**

[1] Não [2] Sim [99] NS/NR

*Se sim, por qual motivo e o que.*

[1] Financeira [5] Comercialização/venda  
 [2] Saúde [6] Produção/manejo  
 [3] Formação [7] Outros  
 [4] Assistência Técnica [99] NS/NR

**27A. Já recebeu visita de agricultores de outros sítios/grupos/feiras? [não considerar vizinhos]**

[1] Não [2] Sim [99] NS/NR

**27B. Já foi visitar outros agricultores de outros sítios/grupos/feiras? [não considerar vizinhos]**

[1] Não [2] Sim [99] NS/NR

*Se sim para os casos assim, por qual motivo e o que. Identifique com a letra das questões acima.*

[1] Reunião [5] Evento/Festividade  
 [2] Ajuda produção/manejo [6] Relações pessoais  
 [3] Intercâmbio/Formação [7] Outros  
 [4] Assistência técnica [99] NS/NR

**28. Já recebeu visitas de consumidores na sua propriedade?**

[1] Não [2] Sim [99] NS/NR

*Se sim...*

Motivo	Companhia	Frequência	Iniciativa
[1] Científico/Estudo	[1] Sozinho	[1] Semanal	[1] consumidor
[2] Lazer/passeio	[2] Grupo(s)	[2] Quinzenal	[2] produtor
[3] Comprar produtos	[3] Família	[3] Mensal	[3] ONG
[4] Outros	[4] Outros	[4] Outros.	[4] Outros.

**29. Acesso à internet:**

[1] Não [2] Sim  
 [99] NS/NR

**30. Se sim, onde tem acesso:**

[1] Casa/Sítio [4] Outros?  
 [2] Feira [99] NS/NR  
 [3] Rede Pública

**31. Através de qual equipamento eletrônico:**

[1] Celular [3] Computador desktop  
 [2] Laptop [4] Outros. Quais? \_\_\_\_  
 [99] NS/NR

**32a. Mantém contato com produtores por algum desses meios de comunicação/redes sociais?**

[1] Telefone [4] SMS  
 [2] Whatsapp [5] Outros?  
 [3] E-mail [99] NS/NR

**32b. Quais motivos para esses contatos?**

[1] Comercialização/encomenda [4] Outros?  
 [2] Conversa/Assuntos diversos [99] NS/NR  
 [3] Informações sobre produto/produção

**33a. Mantém contato com consumidores por quais destes meios de comunicação/redes sociais?**

[1] Telefone [4] SMS  
 [2] Whatsapp [5] Outros?  
 [3] E-mail [99] NS/NR

**33b. Quais motivos para esses contatos?**

- |  |             |
|--|-------------|
| [1] Comercialização                    | [4] Outros? |
| [2] Conversa/Assuntos diversos         | [99] NS/NR  |
| [3] Informações sobre produto/produção |             |

**29. O que mudou após esse contato/proximidade com os CONSUMIDORES dessa feira?**

**30. O que mudou na relação com os produtores-feirantes após sua participação na feira?**

*[Dica: Qualidade produto; apresentação; atendimento; autoconsumo; produção/manejo; renda; relações etc]*

## APÊNDICE D – LISTA DE FEIRAS ORGÂNICAS E AGROECOLÓGICAS DE RECIFE

Quadro 13 – Levantamento das feiras orgânicas e agroecológicas de Recife<sup>145</sup>.

nº	ESPAÇO	FEIRA	BAIRRO	DIA	HORA	ANO <sup>146</sup>	Nº BARRACAS <sup>147</sup>
1	Rua	Feira Espaço Agroecológico das Graças	Graças	Sábados	04h às 11h	1997	22
2	Praça	Feira Espaço Agroecológico de Boa Viagem	Boa Viagem	Sábados	06h às 10h	2001	18
3	Parque	Feira Espaço Agroecológico do Sítio da Trindade	Casa Amarela	Sábados	05h às 11h	2002	9
4	Praça	Feira Agroecológica da Praça de Casa Forte	Casa Forte	Sábados	05h às 10h	2004	40
5	Rua	Feira Agroecológica do Espinheiro	Espinheiro	Sextas	6h às 12h	2005	10
6	Universidade	Feira de Economia Solidária e Agroecologia da UFPE	Cidade Universitária / Várzea	Quartas	05h às 13h	2006	5
7	Órgão Público	Feira Agroecológica da Juventude do Cordeiro	Cordeiro	Sextas	05h às 11h	2006	6
8	Órgão Público	Feira Orgânica do IPA (Instituto Agrônomo de PE)	San Martin	Sextas	05h às 08h	2006	6
9	Órgão Público	Feira de Orgânicos da CEASA	Curado	Quartas	04h às 08h	2008	15
10	Rua	Feira Orgânica de Rosarinho	Aflitos	Sábados	04h às 09h	2010	24
11	Rua	Feira do Canal do Cavouco*	Cordeiro	Quartas	05h às 09h	2010	5
12	Tribunal	Feira do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano	Ilha Joana Bezerra	Quintas	10h às 16h00	2011	6

<sup>145</sup> Todas informações deste quadro são passíveis de revisão. Nos baseamos nas feiras de 1 a 46 para elaboração da análise da seção 8.3. As demais feiras registradas aqui obtivemos as informações pouco tempo antes da entrega da versão final desta tese

<sup>146</sup> O ano de fundação de algumas feiras é aproximado. Nos baseamos no primeiro registro na internet (redes sociais ou sites institucionais ou matérias de jornais). As demais obtemos *in loco* ou por meio de outros levantamentos.

<sup>147</sup> Os números de algumas feiras podem variar. Nos baseamos em levantamentos anteriores feitos *in loco* ou por meio de fotos mais recentes daquelas que não conhecemos.

13	Tribunal	Feira Agroecológica do Tribunal de Contas de Pernambuco	Santo Amaro	Segundas	13h00 às 15h	2011	4
14	Tribunal	Feira do Fórum Paula Batista / TJPE	Santo Antônio	Terças	09h às 15h	2011	5
15	Tribunal	Feira Agroecológica da Justiça Federal*	Jardim São Paulo	Sextas	10h às 15h	2012	1
16	Órgão Público	Feira de Orgânicos do INSS	Santo Amaro	Quintas	06h às 10h	2012	4
17	Shopping	Feira de Orgânicos do Shopping Recife	Boa Viagem	Sábados	05h às 10h	2014	4
18	Órgão Público	Feira Agroecológica do Museu do Homem do Nordeste	Casa Forte	Quintas	06h às 11h	2014	3
19	Sindicato/Associação	Feira Associação dos Servidores da Sudene*	Engenho do Meio	Sextas	05h às 12h	2014	1
20	Órgão Público	Feira de Orgânicos da Prefeitura do Recife	Bairro do Recife	Sextas	07h às 12h	2015	6
21	Sindicato/Associação	Feira Orgânica Sindsep	Boa Vista	Quintas	07h às 12h	2015	2
22	Órgão Público	Feira de Orgânicos do ITEP	Cidade Universitária / Várzea	Quartas	10h às 14h	2015	2
23	Universidade	Feira de Orgânicos na Universidade Federal de Pernambuco	Cidade Universitária / Várzea	Sextas	06h às 11h	2015	1
24	Universidade	Feira Orgânica do Lika/Aggeu Magalhães	Cidade Universitária / Várzea	Sextas	07h às 12h	2015	4
25	Sindicato/Associação	Feira Agroecológica na Associação dos Servidores do IFPE	Curado	Terças	11h às 14h	2015	2
26	Rua	Feira Agroecológica de Setúbal	Boa Viagem	Sábados	07h às 10h30	2016	6
27	Praça	Feira Espaço Agroecológico de Santo Amaro	Santo Amaro	Quartas	07h às 11h	2016	9
28	Universidade	Feira de Orgânicos da Faculdade SENAC - PE	Santo Amaro	Sextas	08h às 14h	2016	2
29	Tribunal	Feira Orgânica da Procuradoria da República em Pernambuco	Santo Amaro	Terças	11h às 14h	2016	2
30	Órgão Público	Feira Orgânicos da Sefaz/PE	Santo Antônio	Terças	10h às 15h	2016	2

31	Rua	Feira de Produtos Orgânicos do Bairro do Barro*	Barro	Terças	05h às 09h30	2017	3
32	Universidade	Feira da Reforma Agrária da UNICAP	Boa Vista	Quartas	8h às 15h	2017	4
33	Escola	Feira de Produtos Agroecológicos no Colégio Salesiano	Boa Vista	Quintas	05h às 10h	2017	1
34	Órgão Público	Feira Orgânica do IBAMA*	Casa Forte	Quintas	12h às 14h	2017	1
35	Hospital Público	Feira de Alimentos Orgânicos do Hospital das Clínicas	Cidade Universitária / Várzea	Quintas	10h às 15h	2017	2
36	Sindicato/Associação	Feira da Superintendência do Trabalho e Emprego de PE*	Espinheiro	Quintas	07h às 11h	2017	1
37	Hospital Público	Feira Orgânica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz*	Santo Amaro	Quartas	08h às 12h	2017	2
38	Órgão Público	Feira da Secretaria de Educação de Recife*	Várzea	Quartas	12h às 14h	2017	3
39	Academia	Feira de Orgânicos na Várzea*	Várzea	Quintas	06h às 11h	2017	1
40	Órgão Público	Feira Orgânica na Secretaria Estadual de Saúde*	Bonji	Sextas	08h às 12h	2018	2
41	Praça	Feira Espaço Agroecológica da Várzea	Várzea	Sábados	07h às 10h	2018	8
42	Órgão Público	Feria de Orgânicos da Câmara Municipal do Recife	Boa Vista	Quintas	8h30 às 13h30	2018	2
43	Sindicato/Associação	Feira de Orgânicos do CREA	Espinheiro	Terças	11h às 15h	2018	2
44	Praça	Feira Agroecológica da Encruzilhada	Encruzilhada	Quartas	7h às 10h	2019	6
45	Órgão Público	Feira de Orgânicos da Semas/PE	Jaqueira	Segundas	6h às 11h	2019	3
46	Órgão Público	Feira do Tribunal Regional do Trabalho	Bairro do Recife	Quartas	07h às 12h	2011	5
47	Órgão Público	Feira de Agroecológica da Fetape	Boa Vista	Quintas	07h às 11h	2019	4